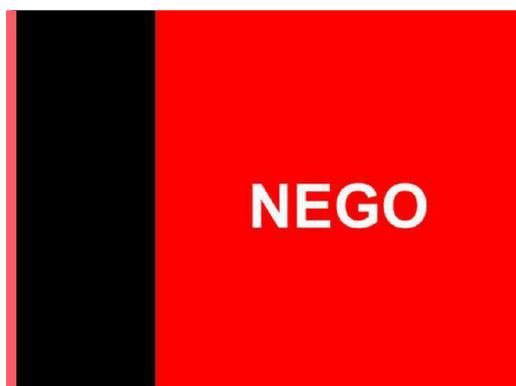




**Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região  
Relatório da Correição Ordinária na SJPB**



**(Portaria nº 169/2018 - TRF5 - CR, de 18 de maio de 2018, do Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, Corregedor-Regional da Justiça Federal da 5ª Região)**

**Período da Correição Ordinária:**

**05 a 08/06/2018 e 17 a 20/07/2018 (processos físicos)**

**18 a 29/06/2018 (processos eletrônicos e virtuais)**

**Recife (PE)  
2018**

## SUMÁRIO

<b>1. ABERTURA DOS TRABALHOS .....</b>	<b>14</b>
<b>2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA.....</b>	<b>16</b>
<b>5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD.....</b>	<b>19</b>
<b>5.1. Corpo de servidores e estagiários.....</b>	<b>19</b>
<b>5.2. Organização e divisão do trabalho.....</b>	<b>30</b>
<b>5.3. Espaço físico, serviços e manutenção .....</b>	<b>40</b>
<b>5.4 Boas práticas.....</b>	<b>42</b>
<b>6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DA TURMA RECURSAL.....</b>	<b>44</b>
<b>6.1. 1ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB .....</b>	<b>44</b>
<b>6.1.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....</b>	<b>44</b>
<b>6.1.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores .....</b>	<b>44</b>
<b>6.1.2.1. Juiz federal titular e juiz federal substituto .....</b>	<b>44</b>
<b>6.1.2.2. Servidores .....</b>	<b>46</b>
<b>6.1.2.3. Estagiários.....</b>	<b>48</b>
<b>6.1.3. Organização da 1ª Vara Federal.....</b>	<b>48</b>
<b>6.1.3.1. Secretaria.....</b>	<b>48</b>
<b>6.1.3.2. Organização dos gabinetes dos juízes federais titular e substituto.....</b>	<b>49</b>
<b>6.1.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 1ª Vara Federal .....</b>	<b>50</b>
<b>6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados .....</b>	<b>50</b>
<b>6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....</b>	<b>50</b>
<b>6.1.7. Organização e controle dos processos .....</b>	<b>51</b>
<b>6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....</b>	<b>51</b>
<b>6.1.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....</b>	<b>52</b>
<b>6.1.10. Processos selecionados para correição.....</b>	<b>54</b>
<b>6.1.10.1. Principais constatações da análise individual de processos .....</b>	<b>54</b>
<b>6.1.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....</b>	<b>54</b>
<b>6.1.11. Correição anterior e autoinspeção .....</b>	<b>65</b>
<b>6.1.12. Considerações finais .....</b>	<b>65</b>

<b>6.2. 2ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB .....</b>	<b>66</b>
6.2.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	66
6.2.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores.....	66
6.2.2.1. Juiz federal titular e juíza federal substituta .....	67
6.2.2.2. Servidores .....	67
6.2.2.3. Estagiários.....	68
6.2.3. Organização da 2ª Vara Federal.....	68
6.2.3.1. Secretaria.....	68
6.2.3.2. Organização dos gabinetes dos juízes federais .....	69
6.2.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 2ª Vara Federal .....	70
6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ....	70
6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais .....	70
6.2.7. Organização e controle dos processos .....	71
6.2.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	71
6.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	72
6.2.10. Processos selecionados para correição.....	74
6.2.10.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	74
6.2.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....	74
6.2.11. Correição anterior e autoinspeção .....	84
6.2.12. Considerações finais .....	85
<b>6.3. 3ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB .....</b>	<b>86</b>
6.3.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	86
6.3.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	86
6.3.2.1. Juíza federal titular .....	86
6.3.2.2. Servidores .....	87
6.3.2.3. Estagiários.....	89
6.3.3. Organização da 3ª Vara Federal.....	89
6.3.3.1. Secretaria.....	89
6.3.3.2. Gabinetes dos juízes federais .....	90
6.3.4. Participação da magistrada titular em reuniões com a equipe da 3ª Vara Federal.. .....	90
6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ...	90

6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete das juízas federais.....	91
6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	91
6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	92
6.3.9. Processos selecionados para correição.....	95
6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	95
6.3.10. Correição anterior e autoinspeção.....	106
6.3.11. Considerações finais.....	108
6.4. 4ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB .....	108
6.4.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	108
6.4.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores.....	108
6.4.2.1. Juiz federal titular .....	108
6.4.2.2. Servidores .....	109
6.4.2.3. Estagiários.....	111
6.4.3. Organização da 4ª Vara Federal.....	111
6.4.3.1. Secretaria.....	111
6.4.3.2. Gabinetes .....	115
6.4.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal .....	115
6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados... 115	
6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juizes federais.....	116
6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	116
6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	117
6.4.9. Processos selecionados para correição.....	119
6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	119
6.4.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....	119
6.4.10. Correição anterior e autoinspeção.....	121
6.4.11. Considerações finais .....	121
6.5. 5ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB .....	122
6.5.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	122
6.5.2. Corpo funcional - juizes federais e servidores .....	122
6.5.2.1. Juizes federais .....	122

6.5.2.2. Servidores .....	124
6.5.2.3. Estagiários .....	125
6.5.3. Organização da 5ª Vara Federal.....	125
6.5.3.1. Secretaria.....	125
6.5.3.2. Organização do gabinete.....	127
6.5.4. Participação direta da juíza federal em reuniões com a equipe da 5ª Vara Federal .....	127
6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados .....	128
6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	128
6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	128
6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	129
6.5.9. Processos selecionados para correição.....	130
6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	131
6.5.10. Correição anterior e autoinspeção .....	148
6.5.11. Considerações finais .....	149
6.6. 6ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB .....	150
6.6.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	150
6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....	150
6.6.2.1. Juiz federal titular .....	150
6.6.2.2. Servidores .....	152
6.6.2.3. Estagiários.....	154
6.6.3. Organização da 6ª Vara Federal.....	154
6.6.3.1. Secretaria.....	154
6.6.3.2. Gabinete do juiz federal .....	158
6.6.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 6ª Vara Federal .....	159
6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ..	160
6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	160
6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	160
6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	161
6.6.9. Processos selecionados para correição.....	163
6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	163

6.6.10. Correição anterior e autoinspeção.....	166
6.6.11. Considerações finais.....	167
6.7. 7ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB.....	167
6.7.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	167
6.7.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	167
6.7.2.1. Juiz federal titular .....	167
6.7.2.2. Juiz federal substituto .....	168
6.7.2.3. Servidores .....	169
6.7.2.4. Estagiários.....	171
6.7.3. Organização da 7ª Vara Federal.....	171
6.7.3.1. Secretaria.....	171
6.7.3.2. Gabinetes dos juízes federais .....	173
6.7.4. Participação do juiz federal titular em reuniões com a equipe da 7ª Vara Federal.....	173
6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	173
6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais ....	175
6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	176
6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	177
6.7.9. Processos selecionados para correição.....	178
6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	178
6.7.10. Correição anterior e autoinspeção.....	185
6.7.11. Considerações finais .....	185
6.8. 8ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA/PB .....	186
6.8.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	186
6.8.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	186
6.8.2.1. Juízes federais .....	186
6.8.2.2. Servidores .....	187
6.8.2.3. Estagiários.....	188
6.8.3. Organização da 8ª Vara Federal.....	188
6.8.3.1. Secretaria.....	188
6.8.3.2. Gabinete do juiz federal titular .....	190
6.8.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 8ª Vara Federal .....	190

6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	190
6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal.....	191
6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	191
6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	193
6.8.9. Processos selecionados para correição.....	194
6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	194
6.8.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....	194
6.8.10. Correição anterior e autoinspeção.....	208
6.8.11. Considerações finais .....	209
6.9. 9ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB.....	209
6.9.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	209
6.9.2. Corpo funcional - juízes e servidores .....	210
6.9.2.1. Juízes federais .....	210
6.9.2.2. Servidores .....	211
6.9.2.3. Estagiários.....	212
6.9.3. Organização da 9ª Vara Federal.....	212
6.9.3.1. Secretaria.....	212
6.9.3.2. Gabinete dos juízes federais .....	215
6.9.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 9ª Vara Federal .....	215
6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados .....	216
6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	217
6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	217
6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	218
6.9.9. Processos selecionados para correição.....	220
6.9.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	220
6.9.10. Correição anterior e autoinspeção.....	226
6.9.11. Considerações finais .....	227
6.10. 10ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB .....	228
6.10.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	228

6.10.2. Corpo funcional - juízes e servidores .....	228
6.10.2.1. Juíza federal titular .....	228
6.10.2.2. Juíza federal substituta .....	229
6.10.2.3. Servidores .....	230
6.10.2.4. Estagiários.....	231
6.10.3. Organização da 10ª Vara Federal.....	231
6.10.3.1. Secretaria.....	233
6.10.3.2. Gabinetes das juízas federais.....	234
6.10.4. Participação das juízas federais em reuniões com a equipe da 10ª Vara Federal .....	234
6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	234
6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes das juízas federais ....	235
6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	235
6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	238
6.10.9. Processos selecionados para correição.....	240
6.10.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	240
6.10.10. Correição anterior e autoinspeção.....	250
6.10.11. Considerações finais .....	252
6.11. 11ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTEIRO/PB .....	254
6.11.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	254
6.11.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....	254
6.11.2.1. Juiz federal titular .....	254
6.11.2.2. Servidores .....	255
6.11.2.3. Estagiários.....	257
6.11.3. Organização da 11ª Vara Federal.....	257
6.11.3.1. Secretaria.....	257
6.11.3.2. Gabinete do juiz federal titular .....	258
6.11.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 11ª Vara Federal .....	258
6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	258
6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	259

6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	260
6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	261
6.11.9. Processos selecionados para correição.....	263
6.11.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	263
6.11.9.1.1. Processos eletrônicos dos Sistemas Creta e PJe .....	263
6.11.10. Correição anterior e autoinspeção .....	269
6.11.11. Considerações finais .....	269
6.12. 12ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUARABIRA/PB.....	269
6.12.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	269
6.12.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	270
6.12.2.1. Juiz federal titular .....	270
6.12.2.2. Servidores .....	270
6.12.2.3. Estagiários.....	271
6.12.3. Organização da 12ª Vara Federal.....	271
6.12.3.1. Secretaria.....	272
6.12.3.2. Gabinete do juiz federal .....	272
6.12.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal .....	273
6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	273
6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal .....	273
6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	273
6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	274
6.12.9. Processos selecionados para correição.....	277
6.12.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	277
6.12.10. Correição anterior e autoinspeção .....	285
6.12.11. Considerações finais .....	286
6.13. 13ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB.....	286
6.13.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	286
6.13.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	287
6.13.2.1. Juiz federal titular .....	287
6.13.2.2. Juíza federal substituta .....	287

6.13.2.3. Servidores .....	288
6.13.2.4. Estagiários .....	291
6.13.3. Organização da 13ª Vara Federal.....	291
6.13.3.1. Secretaria.....	291
6.13.3.2. Gabinetes dos juízes federais .....	294
6.13.4. Participação dos juízes federais em reuniões com a equipe da 13ª Vara Federal .....	294
6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ...	295
6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais ....	297
6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	297
6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	299
6.13.9. Processos selecionados para correição.....	300
6.13.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	300
6.13.9.1.1. Processos eletrônicos do sistema Creta .....	300
6.13.10. Correição anterior e autoinspeção .....	307
6.13.11. Considerações finais .....	307
6.14. 14ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PATOS/PB.....	308
6.14.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	308
6.14.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....	308
6.14.2.1. Juiz federal titular .....	308
6.14.2.2. Servidores .....	309
6.14.2.3. Estagiários.....	311
6.14.3. Organização da 14ª Vara Federal.....	311
6.14.3.1. Secretaria.....	311
6.14.3.2. Gabinete do juiz federal .....	312
6.14.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 14ª Vara Federal .....	312
6.14.5. Planejamento das atividades da 14ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	313
6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal.....	313
6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	314
6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	316

6.14.9. Processos selecionados para correição.....	319
6.14.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	319
6.14.10. Correição anterior e autoinspeção.....	335
6.14.11. Considerações finais .....	336
6.15. 15ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA/PB.....	337
6.15.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	337
6.15.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores .....	337
6.15.2.1. Juiz federal titular .....	337
6.15.2.2. Servidores .....	338
6.15.2.3. Estagiários.....	341
6.15.3. Organização da 15ª Vara Federal.....	341
6.15.3.1. Secretaria.....	341
6.15.3.2. Gabinete do juiz federal .....	343
6.15.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 15ª Vara Federal .....	343
6.15.5. Planejamento das atividades da 15ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados ...	343
6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na Secretaria e no gabinete do juiz federal .....	344
6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais .....	344
6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	346
6.15.9. Processos selecionados para correição.....	347
6.15.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	348
6.15.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta.....	348
6.15.10. Correição anterior e autoinspeção.....	355
6.15.11. Considerações finais .....	356
6.16. 16ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB.....	357
6.16.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	357
6.16.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores .....	358
6.16.2.1. Juiz federal titular .....	358
6.16.2.2. Juíza federal substituta .....	358
6.16.2.3. Servidores .....	359
6.16.2.4. Estagiários.....	362

6.16.3. Organização da 16ª Vara Federal.....	362
6.16.3.1. Secretaria.....	362
6.16.3.2. Gabinetes dos juizes federais .....	363
6.16.4. Participação dos juizes federais em reuniões com a equipe da 16ª Vara Federal.....	363
6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.....	363
6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juizes federais ....	364
6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.....	364
6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	365
6.16.9. Processos selecionados para correição.....	366
6.16.9.1 Principais constatações da análise individual de processos .....	366
6.16.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos.....	366
6.16.10. Correição anterior e autoinspeção .....	371
6.16.11. Considerações finais .....	372
6.17. TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA .....	372
6.17.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente.....	372
6.17.2. Corpo Funcional - juizes federais e servidores.....	373
6.17.2.1. Juiz federal titular da 1ª Relatoria.....	373
6.17.2.2. Juiz federal titular da 2ª Relatoria.....	374
6.17.2.3. Juiz federal presidente e titular da 3ª Relatoria .....	375
6.17.2.4. Servidores .....	376
6.17.2.5. Estagiários.....	377
6.17.3. Organização da Turma Recursal.....	377
6.17.3.1. Secretaria.....	377
6.17.4. Participação dos juizes federais em reuniões com a equipe da Turma Recursal .....	378
6.17.5. Planejamento das atividades da Turma Recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas.....	378
6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da Turma Recursal.....	378
6.17.7. Número de processos e relação servidor/processo .....	378
6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ.....	386
6.17.9. Processos selecionados para correição.....	387

6.17.9.1. Principais constatações da análise individual de processos .....	387
6.17.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta.....	387
6.17.10. Correição anterior e autoinspeção.....	397
6.17.11. Considerações finais .....	397
7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO .....	398
8. CONCLUSÃO.....	398
APÊNDICE A. ....	400

## **1. ABERTURA DOS TRABALHOS**

A correição ordinária na Seção Judiciária da Paraíba (SJPB), instituída pela Portaria nº 169/2018 - TRF5 - CR, de 18 de maio de 2018, cumpre o que determinam os arts. 27 e 28 do Regimento Interno da Corregedoria-Regional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), e a Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Os trabalhos de correição se iniciaram com a publicação da portaria acima referida, que fixou a realização dos trabalhos correicionais nos períodos de 5 a 8 de junho de 2018, nas Subseções de Sousa, Patos, Monteiro e Campina Grande, e de 17 a 20 de julho de 2018, na Seção Judiciária da Paraíba, em João Pessoa, e na Subseção de Guarabira, para os processos físicos das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª e 16ª Varas Federais. A correição dos processos virtuais, dos sistemas Creta e Processo Judicial Eletrônico - PJe, em trâmite nessas varas, e nas 7ª, 9ª, 13ª e 15ª Varas Federais, e na Turma Recursal, realizou-se no período de 18 a 29 de junho de 2018.

O Diretor do Foro, os juízes federais titulares e substitutos das varas federais e da Turma Recursal da SJPB, bem como os diretores de Secretaria Judiciária, de Turma Recursal e da Secretaria Administrativa (SECAD), foram devidamente cientificados da correição ordinária, por meio de comunicações encaminhadas por esta Corregedoria-Regional.

Para dar conhecimento do início dos trabalhos da correição, foram também cientificados, por meio de ofício, o Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República, o Advogado-Chefe da Advocacia Geral da União e o Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União, todos com atuação no Estado da Paraíba.

A equipe da correição, coordenada pelo Corregedor-Regional, foi integrada pelos servidores, no trabalho de assessoria, Andrea Cristina de Sousa, Antônio César Melo dos Santos, Gilvan Sales dos Santos, Joel Rodrigues Ferreira Filho, Lena Auto Faeirstein Marinho e Nadja Barros Santiago, indicados por meio da Portaria nº 170/2018, de 18 de maio de 2018.

## **2. METODOLOGIA ADOTADA NA CORREIÇÃO**

Consoante estabelece o art. 3º da Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF, a correição é atividade administrativa e, quando a realiza, o Corregedor é órgão administrativo do respectivo Tribunal, não estando investido em atribuições jurisdicionais.

Os trabalhos de correição realizados na SJPB tiveram como base quatro pilares, quais sejam: a) gestão processual (rotinas, divisão de trabalho, organização das tarefas etc.); b) desempenho quantitativo (cumprimento de metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, volume de processos distribuídos e julgados, realização de conciliações etc.) e qualitativo (presteza no atendimento de partes, advogados,

Ministério Público e Defensoria Pública, qualificação dos servidores etc.); c) cumprimento da legislação e resoluções do CNJ, CJF, TRF5; e d) verificação das instalações físicas e de equipamentos disponíveis nas unidades correicionadas.

A correição tem o foco voltado para a gestão do processo e da unidade jurisdicional e para os respectivos meios necessários ao bom andamento processual, com celeridade e eficiência.

Essa forma de atuar atende a uma moderna visão do que seja o trabalho de uma Corregedoria, centrando sua atuação no desenvolvimento de uma eficiente prestação jurisdicional, mediante o incremento da gestão do processo e na identificação de boas práticas que mereçam ser disseminadas e recomendadas para as outras unidades jurisdicionais, bem como na constatação de problemas, visando à mais rápida solução, para que a unidade correicionada possa prestar um serviço de melhor qualidade ao jurisdicionado.

Para a escolha da metodologia aplicada, também foi considerada a participação da unidade correicionada nos trabalhos da correição, mediante o preenchimento prévio de formulários de gestão, os quais foram devidamente analisados *in loco* pelo órgão correicional, possibilitando o autoconhecimento da unidade que forneceu os dados e uma maior integração entre a Corregedoria-Regional e a Seção Judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Para avaliação dos trabalhos nas varas federais, além do formulário de gestão, as equipes de trabalho, sob a coordenação do Corregedor-Regional, avaliaram os processos previamente selecionados para a correição, anotando no sistema específico (Sistema de Inspeção da Corregedoria - SIC) informações e observações acerca do andamento de cada um dos processos, as quais integram o presente relatório no tópico relativo à unidade jurisdicional respectiva.

Para a formação da amostra do acervo total de processos das Varas federais, foram selecionados feitos conclusos, ações civis públicas, ações civis públicas de improbidade administrativa, ações de desapropriação por interesse social, mandados de segurança coletivo, ações populares, ações penais com réus presos, execuções fiscais de grandes devedores, bem como processos referentes a todas as classes e feitos mais antigos.

A correição concentrou-se, no primeiro período (05 a 08/06/2018), nas unidades das Subseções Judiciárias de Sousa, Patos, Monteiro e Campina Grande, seguindo para as varas federais da Seção Judiciária/PB, em João Pessoa, e Subseção Judiciária da Guarabira no segundo período de atividades correicionais (17 a 20/07/2018).

O Corregedor-Regional visitou as varas federais correicionadas, passando pelos vários setores na respectiva unidade, conversando com os magistrados e diretores de secretaria, oportunidade em que se manteve diálogo a respeito dos aspectos que permeiam a gestão do serviço e a atividade jurisdicional em si, observando,

particularmente, o que foi informado nos formulários de gestão, bem como visitas a setores da Secretaria Administrativa (SECAD).

No período de 18 a 29 de junho de 2018, a correição foi integrada com o exame dos processos virtuais, por meio dos sistemas Creta e PJe, realizado remotamente na sede do TRF5.

A correição virtual adotou a seguinte dinâmica: a) cadastramento da correição no sistema; b) seleção dos processos; c) análise das ocorrências; e d) expedição de relatórios com as observações anotadas.

Um terceiro momento da atividade correicional é a reunião de todos os dados coletados para elaboração e apresentação ao TRF5 do presente relatório, que deve servir de importante fonte de subsídios para definição do planejamento administrativo voltado ao primeiro grau de jurisdição.

A análise dos dados coletados pela Corregedoria-Regional é fundamental para se identificar se a demanda pelos serviços judiciários está ou não aumentando, bem como permitirá avaliar se o número de processos em tramitação ou em estoque está evoluindo ou involuindo, o que é de substancial importância para a definição da estratégia a ser adotada para o Judiciário em geral e para a unidade jurisdicional em específico.

### **3. OBJETIVOS GERAIS DA CORREIÇÃO**

Os objetivos da correição guardam consonância com as orientações traçadas na Resolução nº 496, de 13 de fevereiro de 2006, do CJF.

Nesse sentido, a correição objetiva a busca da eficiência e aprimoramento dos Juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários que lhes são afetos, bem assim a troca de experiências. E, ainda, a correição deve procurar o esclarecimento de situações de fato, a prevenção de irregularidades, o aprimoramento da prestação jurisdicional, a celeridade nos serviços cartorários e, se for o caso, o encaminhamento para apuração de irregularidades ou faltas disciplinares. É também papel da atividade correicional promover maior integração entre a Corregedoria-Regional e a Seção Judiciária, como forma de gerar frutos de unidade institucional.

Por fim, a correição tem por objetivo precípua contribuir com a melhoria dos serviços prestados pela Justiça Federal aos seus jurisdicionados.

### **4. IDENTIFICAÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**

A SJPB é uma das 6 seções que compõem a jurisdição do TRF5, tendo como Diretor do Foro o Juiz Federal Bruno Teixeira de Paiva, e tem a sua sede localizada na Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim, João Pessoa/PB. Além de toda a

parte administrativa, na sede da seção judiciária, estão instaladas as 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 7ª, 13ª e 16ª Varas Federais, além da Turma Recursal dos JEFs.



**Sede da SJPB**

Na Subseção Judiciária de Campina Grande/PB, as 4ª, 6ª, 9ª e 10ª Varas Federais localizam-se na Rua Edgard Vilarim Meira, s/n, Liberdade, Campina Grande/PB.



**Subseção Judiciária de Campina Grande/PB**

Na Subseção Judiciária de Sousa/PB, estão instaladas as 8ª e 15ª Varas Federais. O edifício da referida subseção judiciária situa-se na Rua Francisco Vieira da Costa, s/n, Rachel Gadelha, Sousa/PB.



**Subseção Judiciária de Sousa/PB**

Na Subseção Judiciária de Monteiro/PB, encontra-se a 11ª Vara Federal, cuja sede localiza-se na Av. Parque das Águas, nº 75, Centro, Monteiro/PB.



**Subseção Judiciária de Monteiro/PB**

Na Subseção Judiciária de Guarabira/PB, a 12ª Vara Federal localiza-se na Rua Augusto de Almeida, 258, Bairro Novo, Guarabira/PB.



**Subseção Judiciária de Guarabira/PB**

Na Subseção Judiciária de Patos/PB, a 14ª Vara Federal situa-se na Rua Bossuet Wanderley, 649, Bairro Brasília, Patos/PB.



**Subseção Judiciária de Patos/PB**

Os magistrados federais da SJPB são: Bruno Teixeira de Paiva (diretor do Foro e juiz federal titular da 2ª Vara Federal), João Bosco Medeiros de Sousa (juiz federal titular da 1ª Vara Federal), João Pereira de Andrade Filho (juiz federal substituto da 1ª Vara Federal), Wanessa Figueiredo dos Santos Lima (juíza federal substituta da 2ª Vara Federal), Cristina Maria Costa Garcez (juíza federal titular da 3ª Vara Federal), Vinícius Costa Vidor (juiz federal titular da 4ª Vara Federal), Helena Delgado Ramos Fialho Moreira (juíza federal titular da 5ª Vara Federal), Fernando Américo de Figueiredo Porto (juiz federal substituto da 5ª Vara Federal), Gustavo de Paiva Gadelha (juiz federal titular da 6ª Vara Federal), Rogério Roberto Gonçalves de Abreu (juiz federal titular da 7ª Vara Federal), Rodrigo Cordeiro de Souza Rodrigues (juiz federal

substituto da 7ª Vara Federal), Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho (juiz federal titular da 8ª Vara Federal), Diego Fernandes Guimarães (juiz federal substituto da 8ª Vara Federal), Gilvânklm Marques de Lima (juiz federal titular da 9ª Vara Federal), Flávio Marcondes Soares Rodrigues (juiz federal substituto da 9ª Vara Federal), Emanuela Mendonça Santos Brito (juíza federal titular da 10ª Vara Federal), Luíza Carvalho Dantas Rêgo (juíza federal substituta da 10ª Vara Federal), Rodrigo Maia da Fonte (juiz federal titular da 11ª Vara Federal), Tércius Gondim Maia (juiz federal titular da 12ª Vara Federal), Emiliano Zapata de Miranda Leitão (juiz federal titular da 13ª Vara Federal), Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega (juíza federal substituta da 13ª Vara Federal), Cláudio Girão Barreto (juiz federal titular da 14ª Vara Federal), Thiago Batista de Ataíde (juiz federal titular da 15ª Vara Federal), Manuel Maia de Vasconcelos Neto (juiz federal titular da 16ª Vara Federal), Cristiane Mendonça Lage (juíza federal substituta da 16ª Vara Federal), Rudival Gama do Nascimento (presidente e juiz federal titular da 1ª Relatoria da Turma Recursal), Sérgio Murilo Wanderley Queiroga (juiz federal titular da 2ª Relatoria da Turma Recursal) e Bianor Arruda Bezerra Neto (juiz federal titular da 3ª Relatoria da Turma Recursal).

## **5. SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SECAD**

Os dados da área administrativa são o resultado da coleta realizada por meio do formulário de gestão, encaminhado por esta Corregedoria-Regional e respondido pela SJPB, por meio do diretor da SECAD, e complementado pela visita realizada quando da correição presencial.

O diretor do Foro da SJPB é o juiz federal Bruno Teixeira de Paiva, que assumiu a função em 4/4/2017 até 31/03/2019.

O Diretor da SECAD é o servidor Cícero Caldas Neto, que exerce a função desde 07/01/1997, Ato TRF5 nº 20 de 07/01/1997.

### **5.1. Corpo de servidores e estagiários**

O quadro da SECAD dispõe de 93 cargos efetivos. Registra-se 1 cargo vago de Analista Judiciário (Medicina - Clínico Geral), desde 06/04/2017, em decorrência de aposentadoria, transformado de Analista Jud. Esp. Biblioteconomia para Medicina; 1 cargo vago de Analista Judiciário (Informática-Infraestrutura), desde 09/05/2017, em decorrência de aposentadoria, transformado de Analista Jud. /Área Adm para Esp. Informática-Infraestrutura; 1 cargo vago de Analista Judiciário (Contabilidade), desde 07/11/2017, em decorrência de aposentadoria, transformado de Analista Jud/Área Jud para Esp. Contabilidade; 1 cargo vago de Técnico Judiciário (Informática), desde 09/08/2017, em decorrência de aposentadoria, transformado de Técnico Jud/Adm para Esp. Informática. Destaque-se ainda que a SECAD cedeu 1 Analista Judiciário(Ex) ao TRF5-Região e há 1 analista judiciário em exercício provisório na Seção Judiciária do Ceará.

## **TABELA DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL**

**PERMANENTE DA SJPB:**

CARGOS	NJ	NGP	NFP	NTI	NA	Sec. Adm.	Total
Analista Judiciário(Jud)	0	1	0	0	0	0	1
Analista Judiciário(Adm)	2	0	1	1	1	1	6
AnalistaJud.(OJAF)	37	0	0	0	0	0	37
AnalistaJud.(Medicina-Cl. Geral)	0	0	0	0	0	0	0
AnalistaJud.(Informática-Infraestrutura)	0	0	0	0	0	0	0
AnalistaJud.(Contadoria)	0	0	0	0	0	0	0
Técnico Judiciário(Adm)	20	9	3	6	2	2	42
TécnicoJud.(ASJ)	1	1	2	1	6	0	11
TécnicoJud.(Informática)	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>97</b>

Obs. Os cargos de auxiliar judiciário (serv. gerais) foram transformados em Técnicos Administrativos (área administrativa) de acordo com a Port. 978/TRF5/2014

Os demais cargos atualmente existentes na Secretaria Administrativa são resultantes da ocupação de cargo em comissão e função comissionada.

Quadro de cargos previstos para a Seção da Paraíba, posteriormente distribuídos para as Varas e Secretaria Administrativa, de acordo com a Resolução nº 09/1996 c/c Atos nº 380 e 381/TRF5/2017 disponibilizados no DEA de 20/07/2017 e Ato nº 53 e 54/TRF5/2018, de 15/02/2018.

Com a criação da CEMAN em 2010, os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da sede da JFPB passaram a fazer parte da lotação do Núcleo Judiciário.

**TABELA DE FORÇA DE TRABALHO ORIUNDA DE OUTROS ÓRGÃOS/UNIDADES:**

Nome	Órgão de Origem	Grau de Instrução*	Ocupa FC ou CJ? Qual?
Adelino Peregrino Bezerra	Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB	ENSINO MÉDIO	FC 03
Aluska Magna de Macêdo Moura	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC 03
Ariel Cândido Barbosa	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ENSINO MÉDIO	FC 03
Arnaldo Gonçalves Viana Júnior	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ESP./PÓS-GRAD	FC 03
Brunna de Souza Albuquerque	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC 03
Bruno Cavalcanti Fernandes	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC 03
Carlos Antonio Araújo da Silva	Polícia Militar do Estado da Paraíba	ENSINO MÉDIO	FC 05
Cecilia Gabriela Godoi Cordeiro	Seção Judiciária do Amapá	SUPERIOR	
Danielle Viegas de Magalhães	Conselho Nacional de Justiça	SUPERIOR	FC 05
Dirce Helena Cordeiro Prímola	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC 03
Francisco Rômulo Cirilo	Instituto de Metrologia e Qualidade	ENSINO MÉDIO	FC 03

	Industrial-IMEQ		
Herlen Lira Henriques Torres	Chesf-Companhia Hidroeletrica do São Francisco	ESP./PÓS-GRAD	FC 05
Izabella Lira de Carvalho	Emp.Bras. de Hemoderivados e Biotecnologia-HEMOBRAS	SUPERIOR	FC 03
Juliana Dantas Rocha	Prefeitura Municipal do Natal/RN	SUPERIOR	FC 05
Karine Desieux Tomaz Macedo Grangeiro	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	ESP./PÓS-GRAD	
Lucineide Batista Souza do Nascimento	Prefeitura Municipal do Natal/RN	ESP./PÓS-GRAD	FC 05
Lycya Magda Coêlho de Souza	Superior Tribunal de Justiça	ESP./PÓS-GRAD	FC 05
Marcelo Marinho dos Santos	Prefeitura Municipal Sta.Maria do Cambucá/PE	ENSINO MÉDIO	FC 03
Márcia de Freitas da Costa	Seção Judiciária de Pernambuco	ESP./PÓS-GRAD	FC 04
Marcos Antonio Braga Guimarães	Secretaria de Administração do Estado PB	SUPERIOR	FC 05
Marcus Gadelha Pordeus	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ENSINO MÉDIO	FC 03
Milton Pessoa de Oliveira Filho	Seção Judiciária do Pará	ENSINO MÉDIO	FC 03
Moisés Ferreira da Silva Filho	Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba	ESP./PÓS-GRAD	FC 05
Natan Marcondes Monteiro Osório	Prefeitura Municipal do Patos/PB	SUPERIOR	FC 04
Nilton Gomes de Souza Junior	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC 05
Patrícia Holmes Abreu	Governo do Estado/PB	ESP./PÓS-GRAD	FC 04
Raimunda Nonata de Sousa	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	ESP./PÓS-GRAD	
Rebeca Poliana Guimarães Nascimento	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	SUPERIOR	FC 05
Rejane de Souza Borges	Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB	ENSINO MÉDIO	FC 03
Rossana Maria Lopes	Seção Judiciária do Espírito Santo	ESP./PÓS-GRAD	FC 05
Simone Ramos Silveira Rodrigues	Seção Judiciária de Goiás	SUPERIOR	
Thiago Pessoa de Albuquerque	Banco do Brasil	SUPERIOR	FC 04
Walter Cavalcanti de Azevedo Junior	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo/PB	ENSINO MÉDIO	FC 04
Wilma Teresa Coelho Monteiro	Seção Judiciária de Salvador/BA	ESP./PÓS-GRAD	FC 03

**TABELA COM O QUANTITATIVO GERAL DE SERVIDORES:**

SERVIDORES	SECAD				
	NJ	NGP	NTI	NA	GAB. S. A.
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>60</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>3</b>

A SECAD conta com os servidores efetivos indicados na tabela abaixo:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Abraão Moraes Melo	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	ECONOMIA
Adalberto Gomes Leite	Técnico Judiciário (adm)		SUPERIOR	PSICOLOGIA
Adauto José Dias Palitot	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC.CIVIL
Adna Lucena dos Santos	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC.CIVIL
Adriana Costa Ramos Cunha	Analista Judiciário (adm)	FC-04	SUPERIOR	ENG. CIVIL
Aiula M <sup>a</sup> Cavalcante de Moraes	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Alessandra Regina C. S. Guimarães	Técnico Judiciário (adm)		ENSINO MÉDIO	
Alexandre Araújo Valença	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	TURISMO
Algacy de Arruda Palmeira	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC.CIVIL
Álvaro do Nascimento Silva	Técnico Judiciário (adm)	FC-06	ESPECIALIZAÇÃO	CONTROLADORIA E AUDITORIA
Ana Lúcia Duarte Nogueira	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC.CIVIL
Ana Luiza Gomes Freire de Alencar	Analista Judiciário (jud)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	DIR.CONSTITUCIONAL
Analice Matias de Araújo	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	DIREITO
Anamélia Herculano Souto	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
André Ricardo Viana Freire	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	DIREITO
Angelita Lucas dos Santos	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	COMUNICAÇÃO SOCIAL
Antonino Darlan Brandão Holanda	Técnico Judiciário (adm)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Antonio Augusto Maia Teixeira	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Antonio Carlos de Araújo Junior	Técnico Judiciário (adm)		SUPERIOR	ENG. CIVIL
Carlos Alberto das Chagas e Sousa	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM. E GEST. PUB. PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
Carlos Hilton Lopes Florentino	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
Cassiano Ribeiro Coutinho Neto	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. E PROC. TRAB.
Cássio Timotheo de Souza	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Celso Sítonio Borges Filho	Técnico Judiciário (st)		SUPERIOR	DIREITO

Christyanne Marie C.L.de Carvalho	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO PREVIDENCIÁRIO
Cícero Caldas Neto	Analista Judiciário (adm)	CJ-03	MESTRADO	CONTABILIDADE PLANEJ E GEST PÚBLICA
Cláudia Maria de M.Travassos	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIR. PROC. CIVIL
Claudiano Cirilo de Lima	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PREVIDENCIÁRIO
Diana Maria Câmara Gomes	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Diego Kildáre Lôbo de Aquino	Técnico Judiciário (adm)		ENSINO MÉDIO	
Edigardo Guedes Pereira Júnior	Analista Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	DIREITO
Edionaldo Antonio Severiano de Lima	Técnico Judiciário (st)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM
Elisângela Freire da Silva	Técnico Judiciário (adm)	FC-02	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PREVIDENCIÁRIO
Elizabeth Henrique de Figueiredo	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. HUM. FUND.
Euclides Ferreira de Lima Filho	Técnico Judiciário (st)		SUPERIOR	CONTABILIDADE
Evaldo Dantas da Silva	Técnico Judiciário (st)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM. E GESTÃO PÚBLICA
Fabiola de Lourdes R. X. C. Guerra	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. CONSTITUCIONAL
Fabiola Falcão da Cunha	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Flávio José de Miranda Feitoza	Técnico Judiciário (adm)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Francimar Soares Lavor	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Francisca Neida Ferreira da Silva Torres	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Francisco Eldon Pinheiro de Oliveira	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Francisco Nilton de Souza	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR.PROC.CIVIL
Geíza Araújo de Sá Menezes	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	LÍNGUA PORTUGUESA
Gildázio Azevedo de Carvalho	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ENSINO MÉDIO	
Henrique Miranda de Assis	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
Hodonildo José de Sousa	Técnico Judiciário (st)		ENSINO MÉDIO	
Humberto Fernandes de Medeiros	Analista Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. CONSTITUCIONAL
Inácio França de Lucena	Analista Judiciário (adm)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PREVIDENCIÁRIO
Inocêncio Antonio do Rosário	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	SUPERIOR	DIREITO

Irene Batista e Silva	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO ADMINISTRATIVO
Isaac Martins de Souza	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	ENSINO MÉDIO	
Joaci Félix de Lima	Técnico Judiciário (st)		ENSINO MÉDIO	
Jorge Luiz Nogueira Vieira	Analista Judiciário (adm)	FC-06	ESPECIALIZAÇÃO	MBA GER. DE OBRAS
José Antonio Imperiano da Costa	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
José Guilardo Amaral Ataíde	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
José Martinho de Menezes Junior	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
José Nino Frazão	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIREITO CONSTITUCIONAL
José Pires Diniz	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM. E GESTÃO PÚBLICA
José Roberto de Araújo Freire	Analista Judiciário (ex.)		MESTRADO	DIREITOS HUMANOS
José Walter Bernardino dos Santos	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM. E GESTÃO PÚBLICA
Josiglei Delfino de Medeiros	Técnico Judiciário (st)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	INFOR. TECNOLÓGICA
Kátia Maria Leal de Farias	Técnico Judiciário (adm)		ENSINO FUNDAMENTAL	
Liana Maria Borba Ramos de Lima	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Lindoal Lopes Cavalcante	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	ADMINISTRAÇÃO
Luciana do Valle Dornelas	Técnico Judiciário (adm)		SUPERIOR	DIREITO
Luis Caetano Ceriani Filho	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	CIÊNCIAS PENAIAS
Luís Carlos Soares Cavalcante	Técnico Judiciário (adm)	FC-06	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Luzenildo de Sousa Batista	Técnico Judiciário (st)		SUPERIOR	CONTABILIDADE
Marcelo Pereira de Lucena	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Marcelo Sodrê de Mello	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Marco Antonio Albuquerque Costa	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	CONTAB. GERENCIAL
Marconi Pereira de Araújo	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADM E GESTÃO PÚBLICA
Miriam Vieira de Brito	Técnico Judiciário (adm)		SUPERIOR	SERVIÇO SOCIAL
Otacílio Pereira Quintans Neto	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Otávio Fritzberg Dantas Vieira	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. TRIBUTÁRIO

Paulo Jorge de Souza	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
Renally Leal da Costa	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. ADMINISTRATIVO
Renata Rodrigues Alves Nóbrega Farias	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Ricardo Correia de Miranda Henriques	Técnico Judiciário (adm)	FC-06	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Rinaldo Batista de Lima	Técnico Judiciário (adm)	FC-04	SUPERIOR	DIREITO
Rogério Xavier da Costa	Técnico Judiciário (adm)	FC-06	ESPECIALIZAÇÃO	TEC. DA INFORMAÇÃO
Rômulo Carvalho Correia Lima	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	ECONOMIA
Ronaldo Jericó Alves Feitosa	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	CONTABILIDADE
Rosa Amélia Santos da Silva	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	ESPECIALIZAÇÃO	DIR. E PROC. DO TRAB
Samara Vieira Rocha de Queiroz	Técnico Judiciário (adm)	FC-05	SUPERIOR	COMPUTAÇÃO
Sandra M <sup>a</sup> .Galliza do Amaral Marinho	Técnico Judiciário (adm)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. AMBIENTAL
Sandro Wanderley Calaço	Técnico Judiciário (adm)		ESPECIALIZAÇÃO	LINGUA PORTUGUESA
Sebastião Pereira de Paiva	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. MUNICIPAL
Sérgio Câmara Corrêa	Técnico Judiciário (st)		ENSINO MÉDIO	
Severino Marinho Filho	Técnico Judiciário (st)		SUPERIOR	QUÍMICA
Sônia Maria Gomes de Lacerda Quintans	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	ENFERMAGEM
Tânia Gomes da Silva	Técnico Judiciário (adm)	FC-03	SUPERIOR	PSICOLOGIA
Valério Araújo de Carvalho	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
Vinitius de Alexandria Rique	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO
Walkíria Alves Freire Moraes	Analista Judiciário (ex.)		ESPECIALIZAÇÃO	DIR. PROC. CIVIL
Wesley Medeiros de Souza	Técnico Judiciário (st)		SUPERIOR	DIREITO
Wllisses Simões dos Santos	Analista Judiciário (ex.)		SUPERIOR	DIREITO

Obs.: Os analistas judiciários - área de execução de mandados, embora lotados no Núcleo Judiciário, prestam serviços exclusivamente às varas.

Registre-se, por oportuno, que a maioria dos servidores da SECAD da SJPB, ocupantes do cargo de analista judiciário conta com pós-graduação e grande parte dos técnicos judiciários detém formação em curso superior de ensino e/ou pós-graduação, o que demonstra uma preocupação com a qualificação, já que um dos requisitos para a investidura no primeiro cargo é o nível superior de ensino e, no último cargo, o nível médio de ensino.

A seu turno, segue, abaixo, tabela com a relação dos servidores requisitados

na SECAD, que possuem vínculo com o serviço público, com indicação dos respectivos graus de instrução, cargos em comissão/funções de confiança e instituições/órgãos de origem:

Nome	Órgão de Origem	Grau de Instrução*	Ocupa FC ou CJ? Qual?
Adelino Peregrino Bezerra	Prefeitura Municipal de Santa Rita/PB	ENSINO MÉDIO	FC-03
Aluska Magna de Macêdo Moura	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC-03
Ariel Cândido Barbosa	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ENSINO MÉDIO	FC-03
Arnaldo Gonçalves Viana Júnior	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ESP./PÓS-GRAD	FC-03
Brunna de Souza Albuquerque	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC-03
Bruno Cavalcanti Fernandes	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC-03
Carlos Antonio Araújo da Silva	Polícia Militar do Estado da Paraíba	ENSINO MÉDIO	FC-05
Cecilia Gabriela Godoi Cordeiro	Seção Judiciária do Amapá	SUPERIOR	
Danielle Viegas de Magalhães	Conselho Nacional de Justiça	SUPERIOR	FC-05
Dirce Helena Cordeiro Prímola	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC-03
Francisco Rômulo Cirilo	Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial-IMEQ	ENSINO MÉDIO	FC-03
Herlen Lira Henriques Torres	Chesf-Companhia Hidroelétrica do São Francisco	ESP./PÓS-GRAD	FC-05
Izabella Lira de Carvalho	Emp.Bras. de Hemoderivados e Biotecnologia-HEMOBRAS	SUPERIOR	FC-03
Juliana Dantas Rocha	Prefeitura Municipal do Natal/RN	SUPERIOR	FC-05
Karine Desieux Tomaz Macedo Grangeiro	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	ESP./PÓS-GRAD	
Lucineide Batista Souza do Nascimento	Prefeitura Municipal do Natal/RN	ESP./PÓS-GRAD	FC-05
Lycya Magda Coêlho de Souza	Superior Tribunal de Justiça	ESP./PÓS-GRAD	FC-05
Marcelo Marinho dos Santos	Prefeitura Municipal Sta.Maria do Cambucá/PE	ENSINO MÉDIO	FC-03
Márcia de Freitas da Costa	Seção Judiciária de Pernambuco	ESP./PÓS-GRAD	FC-04
Marcos Antonio Braga Guimarães	Secretaria de Administração do Estado PB	SUPERIOR	FC-05
Marcus Gadelha Pordeus	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	ENSINO MÉDIO	FC-03
Milton Pessoa de Oliveira Filho	Seção Judiciária do Pará	ENSINO MÉDIO	FC-03
Moisés Ferreira da Silva Filho	Corpo de Bombeiros Militar da	ESP./PÓS-	FC-05

	Paraíba	GRAD	
Natan Marcondes Monteiro Osório	Prefeitura Municipal do Patos/PB	SUPERIOR	FC-04
Nilton Gomes de Souza Junior	Governo do Estado da Paraíba	SUPERIOR	FC-05
Patrícia Holmes Abreu	Governo do Estado/PB	ESP./PÓS-GRAD	FC-04
Raimunda Nonata de Sousa	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	ESP./PÓS-GRAD	
Rebeca Poliana Guimarães Nascimento	Seção Judiciária do Estado do Amazonas	SUPERIOR	FC-05
Rejane de Souza Borges	Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB	ENSINO MÉDIO	FC-03
Rossana Maria Lopes	Seção Judiciária do Espírito Santo	ESP./PÓS-GRAD	FC-05
Simone Ramos Silveira Rodrigues	Seção Judiciária de Goiás	SUPERIOR	
Thiago Pessoa de Albuquerque	Banco do Brasil	SUPERIOR	FC-04
Walter Cavalcanti de Azevedo Junior	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo/PB	ENSINO MÉDIO	FC-04
Wilma Teresa Coelho Monteiro	Seção Judiciária de Salvador/BA	ESP./PÓS-GRAD	FC-03

Saliente-se ainda que não há servidor sem vínculo com o serviço público lotado na SECAD.

Havendo apenas 01 servidor em auxílio cedido pelas varas: Ana Luiza Gomes Freire de Alencar, Analista Judiciário (Jud.), Assistente Tec. III Apoio à Esmafe, FC-03, originária da 14ª Vara Federal em Patos.

Em maio/2018, constata-se os seguintes afastamentos/licenças (exceto férias) dos servidores da SECAD:

NOME	AFASTAMENTO/LICENÇA	PERÍODO AFASTAMENTO/LICENÇA	QTDE. DIAS
GEIZA ARAÚJO DE SÁ	LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	19/5/2018 - 25/5/2018	7
DIRCE HELENA CORDEIRO PRÍMOLA	CONCESSÃO COMPENSATÓRIA (RECESSO FORENSE)	14/5/2018	1
JOSÉ NINO FRAZÃO	CONCESSÃO COMPENSATÓRIA (RECESSO FORENSE)	07/5/2018 - 01/5/2018	5

RONALDO JERICÓ ALVES FEITOSA	COMPENSAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EXCEDENTE - ART.7º, P. 8º, DA PORTARIA Nº 050/GDF/2015	08/05/2018	1
FABÍOLA DE LOURDES RIBEIRO XAVIER COUTINHO GUERRA	PRORROGAÇÃO DA LICENÇA A GESTANTE	04/04/2018 - 02/06/2018	60
ANDRÉ RICARDO VIANA FREIRE	LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	15/5/2018 - 28/05/2018	14
KARINE DESIEUX TOMÁS DE MACEDO GRANGEIRO	LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA ART. 81, I E 83,2º DA LEI 8112/90 LICENÇA PARA	11/5/2018	1
REBECA POLIANA GUIMARÃES NASCIMENTO	LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PROPRIA SAÚDE  25 - AFAST. P/ PARTICIPAR DE TREINAMENTO	04/05/2018 - 07/05/2018  15/05/2018 - 18/05/2018	4  4
LYCYA MAGDA COÊLHO DE SOUZA	LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA ART. 81,I E 83,2º DA LEI 8112/90	08/05/2018	1
SAMARA VIEIRA ROCHA DE QUEIROZ	CONCESSÃO COMPENSATÓRIA (RECESSO FORENSE)	15/5/2018 - 16/5/2018	2
JOSIGLEI DELFINO DE MEDEIROS	LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO	16/4/2018 - 16/5/2018	30
MARCELO PEREIRA DE LUCENA	CONCESSÃO COMPENSATÓRIA (RECESSO FORENSE)	18/5/2018	1
ALEXANDRE ARAÚJO VALENÇA	CONCESSÃO COMPENSATÓRIA (RECESSO FORENSE)	11/5/2018	1
MILTON PESSOA DE OLIVEIRA FILHO	FALECIMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	08/5/2018 - 15/5/2018	8

ARIEL CÂNDIDO BARBOSA	LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	02/5/2018 - 04/5/2018	3
		05/5/2018 - 08/5/2018	4

Na SECAD, as chefias imediatas mantêm adequado nível de comunicação com seus subordinados, especialmente com aqueles que ainda estão em avaliação de desempenho funcional para progressão/promoção na carreira, promovendo-se diálogos/feedbacks acerca das suas atividades, das expectativas do órgão em relação à produtividade e eficiência nas atividades desenvolvidas, oportunizando, também, a manifestação do servidor quanto às dificuldades, dúvidas e sugestões referentes à sua rotina de trabalho.

Por sua vez, o número efetivo de estagiários na SECAD, considerando o curso e o setor no qual o estágio está se desenvolvendo, obedece ao disposto na tabela abaixo:

JOÃO PESSOA		
SETOR	Número de vagas permitido atualmente	CURSO
NTI	04 VAGAS	WEB e REDES
NJ	03 VAGAS - 02 DNJ e 01 ARQ JUDICIÁRIO	WEB e ARQUIVOLOGIA
NFP	01 VAGA - PATRIMÔNIO	ADMINISTRAÇÃO
NGP	01 VAGA - SLP	ARQUIVOLOGIA
NA	01 VAGA - SAPE	ENGENHARIA CIVIL
DF	02 VAGAS - 01 BIBLIOTECA e 01 em COM. SOCIAL	BIBLIOTECONOMIA E JORNALISMO
<b>TOTAL</b>	<b>17 VAGAS</b>	

SUBSEÇÕES		
SETOR	Número de vagas permitido atualmente	CURSO
Saa - CG	03 VAGAS -	CIÊNC. CONTÁBEIS, ADM e SISTEMA DE INFORMAÇÃO
Saa- Sousa	02 VAGAS	ADMINISTRAÇÃO e CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Saa - Guar	01 VAGA	ADMINISTRAÇÃO
Saa- Mont	01 VAGA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Saa- Patos	01 VAGA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
<b>TOTAL</b>	<b>08 VAGAS</b>	

Percebe-se, portanto, que os estagiários atuam em setores da SECAD compatíveis com os respectivos cursos. A atuação de estagiário de Arquivologia na Seção de Legislação de Pessoal se justifica em razão dos trabalhos de arquivamento relativos à documentação dos assentamentos funcionais dos servidores; da gestão de documentos e processos administrativos (físicos) e em meio digital, e da necessidade de gerenciamento e controle dos arquivos temporários/correntes do setor.

## 5.2. Organização e divisão do trabalho

O horário de funcionamento das atividades na SECAD da SJPB é das 8h às 19h.

As atribuições das unidades estão defasadas desde 2009 quando existiam apenas dois núcleos. Hoje, a estrutura organizacional possui cinco núcleos, conforme organograma tabela abaixo, onde se pode identificar os setores que compõem a parte administrativa da Seção Judiciária e o número de servidores que atuam em cada um dos setores.

O manual de atribuições das seções judiciárias aguardam atualização e padronização por parte do Tribunal.

	<b>SECRETARIA ADMINISTRATIVA/SA</b>	
3280	GABINETE DO DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA/GDSADM	3
	<b>NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO/NA</b>	
3288	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO/GDNA	3
3519	SETOR TÉCNICO DE MALOTES/STM	2
3289	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E ENGENHARIA/SAPE	1
3310	SETOR TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS E ORÇAMENTO/CTA-AP	0
3520	SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL/SMP	1
3521	SEÇÃO DE SEGURANÇA/SS	7
3522	SEÇÃO DE TRANSPORTE/ST	3
	<b>NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL/NFP</b>	
3515	GABINETE DO DIRETOR DE NÚCLEO FINANCEIRO E PATRIMONIAL/GDNFP	1
3516	SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/SOF	3
3517	SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS/SLC	3
3518	SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO/SMP	6
	<b>NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS/NGP</b>	
3295	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS/GDNGP	2
3296	SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL/SLP	3
3513	SEÇÃO DE CADASTRO, PROVIMENTO E VACÂNCIA/SCPV	4
3510	SEÇÃO DE APOIO À SAÚDE FUNCIONAL/SASF	2
3511	SETOR DE BENEFÍCIOS/SBEN	1
3297	SEÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO/SFP	2
3312	SETOR DE PROCESSAMENTO/SPFP	1
3313	SETOR DE ANÁLISE E CONFERÊNCIA/SACFP	1

3298	SEÇÃO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO/STD	3
3315	SETOR TÉCNICO DE APOIO À ESMAFE/STAE	1
	<b>NÚCLEO JUDICIÁRIO/NJ</b>	
3299	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO JUDICIÁRIO/GDNJ	2
3512	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS E CIDADANIA/CEJUSC	1
3300	SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO/SDNJ	6
3301	SEÇÃO DE CONTADORIA/SCNJ	5
3302	SEÇÃO DE ARQUIVO E DEPÓSITO JUDICIAL/SADJ	2
3303	SEÇÃO DE CENTRAL DE MANDADOS/SCM (37 são Oficiais de Justiça e 5 Servidores)	42
3304	SEÇÃO DE ATENDIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS JEFs/SADJEF	3
3305	SEÇÃO DE CONTADORIA DOS JEFs/SCJEF	2

	<b>NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/NTI</b>	
3306	GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/GDNNTI	1
3307	SEÇÃO DE SISTEMAS/SSNTI	1
3316	SETOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO WEB/STAW	1
3317	SETOR TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS/STIS	1
3308	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA/SINTI	1
3318	SETOR DE SEGURANÇA E REDES/SSR	1
3319	SETOR TÉCNICO DE BANCO DE DADOS/STBD	2
3320	SETOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIDORES/STAS	2
3309	SEÇÃO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO/SSMNTI	1
3321	SETOR TÉCNICO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO/STAU	1
3322	SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS/STME	1

### - SEÇÃO DE CONTADORIA/ SEÇÃO DE CÁLCULOS DOS JEFs

O horário de funcionamento da Contadoria do Foro e da Seção de Cálculos dos JEFs é das 8h às 19h.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a Contadoria do Foro (varas federais comuns) contava com 33 (trinta e três) processos e a Seção de Cálculos dos JEFs, com 23 (vinte e três) processos.

O tempo médio de permanência dos processos, na Contadoria das varas federais comuns, é de aproximadamente 45 dias. Em relação à Seção de Cálculos dos JEFs, a SECAD informou que é de 01 dia.

A relação do número de processos na Contadoria do Foro com o número de servidores em atividade no setor é de 8,25 processos por servidor. Na Seção de Cálculos dos JEFs, a relação é de 11,5 processos por servidor.

A Contadoria do Foro atualmente conta com os seguintes servidores:

Christyanne Marie C.L.de Carvalho	Ciências Contábeis Especialização em Direito Previdenciário
Edionaldo Antonio Severiano de Lima	Licenciatura Plena em matemática Especialização em Direito Administrativo
Humberto Fernandes de Medeiros	Odontologia Especialização em Direito Constitucional
Inácio França de Lucena	Administração Especialização em Direito Previdenciário
Irene Batista e Silva	Direito Especialização em Direito Administrativo
Luis Caetano Ceriani Filho	Direito Especialização em Ciências Penais
Ronaldo Jericó Alves Feitosa	Ciências Contábeis Especialização em Contabilidade Prática Avançada

Os servidores da Contadoria participaram dos seguintes curso de aperfeiçoamento nos últimos 2 (dois) anos:

- Modelagem de dados;
- Direito Previdenciário;
- Matemática Financeira com uso da HP12C;
- Previdência dos Servidores Públicos

#### **- SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTES**

Nos últimos 2 anos, os agentes de segurança, com exceção daqueles que exercem função comissionada, realizaram curso de reciclagem para manutenção da Gratificação por Atividade de Segurança (GAS).

Há ainda a prestação de serviços de segurança por empresa privada, tanto na sede quanto nas subseções judiciárias, serviços de segurança patrimonial armada, mas apenas nos portões de acesso aos Fóruns, controlando o fluxo de pessoas que adentram as dependências.

Em João Pessoa, há um policial militar e um bombeiro militar exercendo função comissionada relacionada à área de segurança. O mesmo ocorre em relação a um policial militar em Campina Grande. Não há utilização de outros militares na

área de segurança ou em outras unidades. Idem para os guardas municipais.

A SJPB conta com os veículos indicados na tabela abaixo, que contém ainda informações sobre quilometragem e custo de manutenção:

MODELO	ANO	PLACAS	KM	MANUTENÇÕES(R\$) 2016	MANUTENÇÕES(R\$) 2017	MANUTENÇÕES(R\$) 2018
MERCEDES BENZ / 710 CAMINHÃO BAÚ	1998	KFF-4832	82.994	7.820,39	3.078,17	
FIAT / DOBLÔ ELX / 1.8	2006	MNN-9503	71.964	1.938,90	210,00	2.490,00
FIAT / PALIO WEEKEND ELX / 1.4	2007	MNJ-9611	70.687	895,18	2.617,37	
VOLKSWAGEM / PARATI TRAK FIELD / 1.6	2007	MNS-1124	86.662	1.857,73	3.814,75	
VOLKSWAGEM / PARATI TRAK FIELD / 1.8	2008	MNY-3076	75.978	916,21	5.754,12	
FORD / COURIER L / 1.6	2009	MOM-9353	44.285	989,96	836,53	
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING/ 1.6	2014	OGF-6865	39.964	1.336,87	1.060,09	
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING/ 1.6	2014	OGF-6885	44.059	1.488,29		176,00
CITROEN/JUMPER M33M 2.3 /15 P/127/CV	2014	QFV - 3830	4.727	966,19	601,80	300,00
CITROEN/C4 PALLAS GLX 2.0/L6V MEC	2013	PFV-3584	48.427	1.050,00	2.874,78	983,00
HONDA / CIVIC LX / 1.7	2004	KLK-2081	85.488		117,38	
PEUGEOT / 408 ALLURE 2.0/16V. 4P	2013	PGC-4909	62.696	105,00	1.898,46	1.302,60
VOLKSWAGEM / PARATI SURF / 1.6	2009	MOI-9784	36.723	1.439,30	266,12	
VOLKSWAGEM / PARATI / 1.6	2011	NQA-7587	32.751		792,47	
HONDA / CIVIC LXS / 1.8	2008	KIW-5716	73.834	2.089,34	183,07	369,00
VOLKSWAGEM / PARATI SURF / 1.6	2009	MOI-9764	61.955	615,36		1.214,76
VOLKSWAGEM / PARATI / 1.6	2011	NQA-7647	38.727	1.176,47		

PEUGEOT / 207 SW XRS / 1.4	2012	OEW- 4275	29.206	872,44	1.101,10	178,00
GM/S10 COLINA DIESEL 4X4 / 2.8	2010	MOB- 3451	161.583	(cedido p/TCE-PB em 2018)		4.374,00

O controle é através de requisição de viatura e controle de saída e entrada veículos, contendo nome do usuário, natureza do serviço, horário de saída/chegada e quilometragem de saída/chegada, em observância a Resolução nº 072/2009, alterada pelas Resoluções nº 099/2010, 116/2010, 197/2012, 342/2015, 376/2015, todas do CJF. O controle do consumo de combustível é feito, também, através do Sistema de Questionários do CNJ - Socioambiental, em cumprimento a Resolução nº 102/2009 do CNJ.

#### **- BIBLIOTECA**

A Biblioteca da SJPB conta com (01) uma servidora requisitada com formação acadêmica na área e curso de especialização, mais (01) uma estagiária em biblioteconomia. O cargo de analista judiciário especializado em biblioteconomia foi transformado na especialidade de Medicina, sem previsão para provimento por razões orçamentárias.

A periodicidade para aquisição de livros não tem sido regular diante das restrições orçamentárias, embora haja esforço anual para atualização do acervo jurídico mediante indicações de obras pelos magistrados através de consulta que antecede as aquisições. Quanto aos periódicos, as principais renovações foram feitas para este período.

O público alvo que frequenta a biblioteca é composto por magistrados e servidores da JFPB, mas atende também o público externo, especialmente da área jurídica. Os servidores utilizam a biblioteca para os seus estudos e trabalho por ser um ambiente bem silencioso.

Os serviços prestados pela biblioteca consistem em: elaboração de pesquisas para atender aos magistrados, assessorias, servidores e público em geral; empréstimo de obras ao público interno; atendimento ao público no serviço de referência; disponibilização de um espaço estruturado e organizado para estudos; disponibilização de dois terminais de computadores para pesquisas destinados aos usuários. O empréstimo das obras é dirigido ao servidor cadastrado, através da matrícula, no sistema *Pergamum*, também utilizado pelo TRF5 e CJF. Cada usuário interno pode levar até três livros por um período de 10 dias, podendo renovar por mais 10 dias.

#### **- ESTACIONAMENTOS E RECEPÇÃO**

O controle de entrada e saída de pessoas na sede e nas subseções ainda é feita da forma tradicional. As pessoas que ingressam pela entrada principal são atendidas

pela recepção (um agente de segurança e uma recepcionista terceirizada), momento em que se indicam os setores para onde pretendam ir. Os condutores de moto devem deixar os capacetes retidos na recepção, sendo devolvidos na saída. As armas de policiais que participam de audiência, na qualidade de acompanhante de réus ou testemunhas, também têm retidas suas armas na segurança, sendo devolvidas após o ato.

A SJPB adquiriu e instalou pórticos detectores de metal, mas, com exceção da Subseção Judiciária de Sousa, ainda não implementou o seu uso ante a inexistência de pessoal qualificado para atuar na prevenção, uma vez que os Agentes de Segurança continuam lotados nas Varas exercendo, também, atividades cartorárias. Contudo, já há portaria minutada que disciplina o assunto e projetos elaborados com as delimitações dos caminhos de circulação dos jurisdicionados. Estuda-se iniciar a utilização dos detectores de metal utilizando como delimitadores os “pirulitos”, já que o projeto supracitado depende de dotação orçamentária, ainda não existente.

Há um estacionamento exclusivo para magistrados e diretores, próximo de onde ficam guardados os veículos oficiais. Existe outro estacionamento, com 143 vagas, sendo 120 para uso dos servidores. Em conformidade com a Portaria nº 082/GDF, de 25 de junho de 2015, destinaram-se vagas para portadores de necessidades especiais (06), pessoas com idade acima de 60 anos (02), advogados (04), MPF (02), INSS (02), DPU (01), Procurador Federal (01), AGU (01), Fazenda Nacional (01), Polícia Federal (01), Oficial de Justiça Plantonista (01) e CEF (01).

#### **- ARQUIVO**

A Seção Judiciária desenvolve atividades de descarte de processos antigos. A Comissão de Gestão Documental iniciou seus trabalhos em julho de 2006, tendo, no período, descartado 26.244 processos.

Em 2017 foram descartados 9.272 processos; tratados 1.949, para a guarda amostral, e 111 para a guarda permanente, totalizando 11.332 processos trabalhados.

A previsão para 2018 é descartar 10.000 processos, já tendo sido incluído em edital de eliminação 11.735, dos quais será retirado um extrato para compor a guarda amostral, estando as atividades em andamento.

#### **- SETOR DE LICITAÇÃO**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 01 licitação em curso: Pregão 01/2018, com andamento regular e sem pendências.

Os servidores que atuam no setor de licitação realizaram, nos últimos 2 anos, cursos de aperfeiçoamento na respectiva área, quais sejam: Curso FORMAÇÃO DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ministrado nesta SJPB entre os dias 07 e 08/06/17.

## - CENTRAL DE MANDADOS

A Seção de Central de Mandados - CEMAN/PB, atualmente conta com 5 Servidores, sendo 01 supervisor FC-05 e 01 assistente FC-03 e 37 Oficiais de Justiça com lotação provisória nesta unidade administrativa em atividade, sendo 32 divididos em 03 Zonas Geográficas das Varas Federais, 04 exclusivos dos JEFs e 01 exclusivo da Turma Recursal. Os expedientes normais são distribuídos a cada segunda-feira. Os mandados urgentes são distribuídos diariamente aos Oficiais de Justiça plantonistas.

Os Oficiais de Justiça, além do cumprimento regular dos mandados, participam das audiências (presenciais e por videoconferência) e dos leilões judiciais.

Os expedientes são monitorados diariamente pela Direção do Núcleo Judiciário através das ferramentas (tempo de posse de expediente) existentes no TEBAS e PJe. Havendo mora no cumprimento, o Oficial é imediatamente contatado para providenciar o cumprimento/baixa ou a justificativa para o retardo.

Nos últimos 03 (três) meses, a CEMAN-PB tem cumprido todos os mandados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo raras exceções, devidamente justificadas à Direção do Núcleo.

No ano de 2017, a CEMAN cumpriu 12.964 mandados, sendo 5.796 relativos a processos físicos (TEBAS) e 7.168 inerentes à processos eletrônicos - PJe.

No ano de 2018, aportaram na CEMAN, até o mês de abril, 4.557 mandados, sendo 1.185 referentes a processos físicos (TEBAS) e 3.372 relativos a processos eletrônicos - PJe.

A estatística da Central de Mandados - CEMAN, mensal e consolidada (anual), pode ser acessada pelos servidores e magistrados da JFPB no endereço <http://nj.jfpb.jus.br/enj/>, mediante a utilização de *login* e senha de rede.

## - TREINAMENTO

Nos últimos 2 anos foram ministrados, dentre outros, os seguintes cursos/eventos de capacitação:

Ações de treinamento realizadas em 2016	Carga horária	Quantidade de participantes
Dale Carnegie - Relações Humanas, Comunicações e Liderança	48h	1
Análise Técnica de Faturas de Alta Tensão	2h	4
Seminário sobre Compras Públicas Sustentáveis	—	1
Treinamento sobre matérias administrativas e previdenciárias no âmbito dos JEF'S	—	1
O Líder Coaching	15h	2

Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	19h	1
Gestão Consciente, Administração Pública Eficiente	16h	1
Orçamento Público com Foco na Justiça Federal	16h	3
Novo Código de Processo Civil	20h	3
Gestão e Fiscalização de Contratos	24h	23
CONIP Judiciário 2016	20h	2
Práticas Cartorárias a luz do novo CPC	22h	27
PDG (Administrando Relacionamentos) - Turma 01	40h	118
PDG (Gestão Estratégica de Conflitos) - Turma 01	40h	11
Gestão Cartorária no PJE	16h	30
Auditoria , Teoria e Prática no Setor Público	24h	1
Novo CPC	40h	94
PDG (Administrando Relacionamentos)-Turma 02	40h	117
PDG (Gestão Estratégica de Conflitos) - Turma 02	40h	9
Direção Defensiva - Turma 01	07h	8
Direção Defensiva - Turma 02	07h	7
XIII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	40h	2
Folha de Pagamento do Funcionalismo Público	25h	3
Contabilidade Aplicada ao setor público com enfoque no MCASP	24h	2
Reciclagem Anual dos Agentes de Segurança	30h	33
Formação de Conciliadores	40h	3
Questões Polêmicas Leg. Pessoal	24h	3
II Fórum Paraíbano de Direito Tributário	20h	9
Processo Penal Eletrônico - Turma 01	12h	9
Processo Penal Eletrônico - Turma 02	12h	13
50 Questões Polêmicas e Relevantes sobre elaboração de Planilhas Orçamentária de Obras Públicas	16h	2
Excel - Folha de Pagamento (SLP)	6h	16
Curso Prática de Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	25h	2
Cerimonial e Organização de Eventos	16h	1
Curso Como Implantar uma Gestão de Mídias Sociais na Administração Pública	24h	2
Direito Previdenciário	15h	130

<b>Ações de treinamento realizadas em 2017</b>	<b>Carga horária</b>	<b>Quantidade participantes</b>
Tomada de Contas Anual Atualizado de acordo com a Novíssima Decisão Normativa N° 154/2016 e 156/2016- TCU	16h	1
Prática Forense em Direito Previdenciário	30h	3
PJE - BÁSICO	30h	
Processo Administrativo Disciplinar	16h	2
Gestão Cartorária no PJE	16h	29

XXVI Simpósio Brasileiro de Direito Previdenciário	15h	2
PJE- crime	4hs	9
Contadoria nos JEFs	8h	1
Responsabilização de Agentes Públicos e Privados perante o TCU	16h	1
II Fórum dos Juizados Especiais Federais do RN	16h	1
GEAFIN	8h	4
SEI	10h	
Segurado Especial	8h	2
XV Congresso Internacional de Direito Constitucional	8h	1
Elaboração TR/PB e Formação de Preços	28h	25
III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário	24h	2
Capacitação Agentes de Segurança - Grupo Especial	32h	2
Gestão de Projetos com Net project	20h	3
XIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação - CONBRASCOM	16h	1
Contratação de Treinamento e Desenvolvimento	24h	1
Planejamento, Governança e Gestão de Riscos Corporativos	30h	2
Treinamento básico de Operação e Manutenção do PABX Açcatel-Lucent Omini PCX Enterprise	40h	2
Engenharia de Avaliações Imobiliárias - Fundamentos e Aplicações da Estatística Inferencial - Módulo Avançado	20h	1
Workshop de Qualidade de Energia	4h	1
Gestão de documentos públicos	20h	1
A nova sistematização orçamentária pós EC 98/2016- Módulo II	15h	3
Estágio especial de Inteligência para o Quadro de Servidores da JF	63h	1
Admissibilidade Recursal da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	8h	1
Encontro com as setoriais de contabilidade -2º Edição 2017	16h	2
Novo CPC EAD - CJF	60h	10
Gestão de Riscos e Controles Internos em Organizações Públicas	24h	2
CONIP Judiciário & Controle	20h	3
Seminário eSocial	9h30	4
Previdência dos Servidores Públicos	24h	5
Reciclagem Agentes de Segurança	34h	15
	34h	15
Projeto, Legislação, Comercialização e Instalação de Gerador solar Fotovoltaico	20h	2
8º Simpósio Internacional sobre Gerenciamento de Resíduos em Universidades	20h	2
Palestra e-Social	4h	13
LIBRAS	40h	19
SINAPI	16h	2

Novo CPC EAD - TRF5	60h	70
Gramática	140h	87
Curso Prático de Análise e Negociação de Pleitos em Contratos Públicos de Obras e Serviços de Engenharia	14h	2
PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial-Módulo I Oficina de Saúde Mental para Gerentes	16h	23

As unidades são consultadas anualmente para indicar quais as necessidades de cada setor. Após, a STD faz a compilação das necessidades para o Plano Anual de Capacitação, que é submetido à Direção do Foro para, diante da disponibilidade orçamentária, indicar as prioridades na execução.

Convém salientar que foram realizadas avaliações sobre o desempenho do(s) professor(es)/instrutor(es) nos cursos ministrados. Há ainda servidores ministrando cursos de treinamento.

Nos exercícios de 2016 e 2017, 07 servidores do quadro da SJPB ministraram treinamento, a saber: Antônio Rodrigues Neto, Humberto Fernandes de Medeiros, José Carlos Santos Filho, Marconi Pereira de Araújo, Moisés Ferreira da Silva Filho, Ronaldo Jericó Alves Feitosa e Wescley Medeiros de Souza.

## **- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O Setor de Tecnologia da Informação é composto pelos colaboradores abaixo indicados, com a respectiva formação acadêmica:

1 - Rogério Xavier da Costa - Mat. PB771 (servidor do quadro permanente) - MBA em Gestão de TI - Bacharel em Direito e Eng. Civil

2 - Josiglei Delfino de Medeiros - Mat. PB662 (servidor do quadro permanente) - Especialização em Segurança da Informação, Formando em Direito e Graduação em Farmácia.

3 - Samara Vieira Rocha de Queiroz - Mat. PB295 (servidora do quadro permanente) - Especialização em TI - Analista de Sistemas.

4 - Nilton Gomes de Souza Junior - Mat. PB740 (requisitado) - Analista de Sistemas, Bacharel em Ciência da Computação e em Direito.

5 - Walter Cavalcanti de Azevedo Junior - Mat. PB755 (requisitado) - Bacharel em Direito.

6 - Milton Pessoa de Oliveira Filho - Mat. PB1045 (acompanhando cônjuge) - Formação em Rede de Computadores.

7 - Alexandre de Araújo Valença - Mat. PB931 (servidor do quadro permanente) - graduando em Direito.

8 - Otávio Fritzberg - Mat. PB1030 (servidor do quadro permanente) - Bacharel em Administração de Empresas e graduando em Direito.

9 - Brunna de Albuquerque - mat. PB1086 (requisitada) - Especialização em Segurança de Redes e graduação em Ciências da Computação.

10 - Adalberto Gomes Leite - Mat. 195 (servidor do quadro permanente) - Psicologia.

11 - Edigardo Guedes Pereira Junior - Mat. PB307 (servidor do quadro permanente) - Bacharelado em Direito e Engenheiro Civil.

Os equipamentos do setor de tecnologia da informação da Seção Judiciária

estão adequados ao eficaz funcionamento dos sistemas de processo virtual (Creta e PJe).

Os Sistemas CRETA e PJe funcionam em ambiente virtual, com o sistema operacional Linux REDHAT, utilizando o Banco de Dados POSTGRES. As especificações das máquinas virtuais atendem às demandas dos sistemas e tais especificações seguem as que foram determinadas pela Secretaria de Informática do TRF-5ª REGIÃO.

#### **- CONTROLE DE FREQUÊNCIA**

A frequência dos servidores é controlada através de Sistema de Ponto Eletrônico com reconhecimento biométrico da digital, sistema desenvolvido nesta Seção Judiciária, em ambiente Java e Banco de Dados Postgres integrado ao Sistema de Recursos Humanos – SARH.

#### **- SERVIÇO MÉDICO, ODONTOLÓGICO E PSICOLÓGICO**

Existem serviços médico e odontológico, porém só existe um cargo efetivo de Médico, recentemente transformado do cargo de Biblioteconomista, e ainda não provido. Resalta-se que não existem cargos de Odontólogo, nem de Psicólogo, Enfermeiro e/ou Assistente Social.

#### **5.3. Espaço físico, serviços e manutenção**

A sede da SJPB, que abriga a SECAD, apresenta boas condições de funcionamento e adequação aos serviços judiciários.

A adequação da edificação da Sede da Seção Judiciária da Paraíba às normas de acessibilidade foi iniciada no ano de 2008 e, desde então, vem apresentando avanços na promoção da acessibilidade arquitetônica e cumprimento das normas pertinentes. Entretanto, ainda há ações a serem adotadas para que as edificações fiquem completamente acessíveis, respeitando todos os aspectos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e da NBR – 9050/2004.

Hoje o edifício sede da SJPB possibilita o acesso livre de barreiras arquitetônicas, desde a calçada até o interior das áreas de trabalho e áreas de uso público.

Quanto ao aspecto da adaptação das instalações de banheiros, o edifício sede da Seção Judiciária em João Pessoa, necessita apenas de poucas intervenções pontuais para a completa adequação às normas de acessibilidade.

As vagas de estacionamento atendem às exigências da NBR 9050/2004, inclusive em relação à sinalização.

A Seção de Administração Predial e Engenharia da SJPB está realizando os

estudos acerca das intervenções necessárias e dos respectivos custos para atendimento completo da legislação pertinente, inclusive quanto à sinalização interna.

Há ainda restaurante nas dependências da sede da SJPB, não tendo sido realizada atualmente pesquisa de satisfação com os usuários.

A sala destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Estado da Paraíba, tem atendido aos fins a que se destina.

Na sede da SJPB há posto de atendimento bancário da Caixa Econômica Federal (Caixa), dispondo de caixa exclusivo para o atendimento de magistrados e servidores ativos e aposentados. Conta, igualmente, com instalações, em pleno funcionamento, do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), que oferece aos associados uma cartela completa de serviços bancários (crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária etc.). Além dos citados postos, há, ainda, caixas eletrônicos da Caixa e do SICOOB.

A sede da SJPB possui auditório e seus equipamentos e móveis estão em bom estado, pois recentemente foi realizada uma reforma no auditório, atendendo às necessidades dos usuários e também aos requisitos de acessibilidade.

Por sua vez, convém destacar que a manutenção dos elevadores é feita de forma contínua, sendo observado o prazo estabelecido pela empresa de manutenção. A última manutenção foi realizada no dia 10/05/2018. A manutenção preventiva dos elevadores é realizada mensalmente, na primeira semana de todos os meses, e, em caso de alguma eventualidade, a empresa responsável pela manutenção é chamada para resolver o problema.

Registre-se ainda que a manutenção preventiva dos aparelhos de ar-condicionado é realizada periodicamente, conforme estabelecido em contrato. Dependendo dos serviços, a frequência pode ser semanal e até mesmo semestral. A limpeza dos filtros é feita com maior frequência, enquanto que a limpeza pesada e as lubrificações ocorrem de forma mais espaçada. A manutenção corretiva é feita conforme demanda, com prazos a serem cumpridos. A última manutenção extraordinária (corretiva) ocorreu no dia 22/05/2018 no setor da biblioteca. Já a preventiva é feita, pelo menos, semanalmente.

Com relação à higiene e limpeza do prédio, observa-se que o quantitativo de empregados destinados à limpeza atende satisfatoriamente às necessidades. Os ambientes externos e internos estão em constante limpeza e apresentam sempre uma boa higiene. A última dedetização foi realizada em janeiro de 2018 na tentativa de combater pragas variadas, tais como baratas, formigas, moscas, escorpiões e ratos.

Os banheiros destinados ao público em geral e aos magistrados e servidores, no edifício-sede, encontram-se em bom estado de conservação e limpeza, apresentando componentes com bom funcionamento, como torneiras, sanitários,

esquadrias e revestimentos. Entretanto, seria interessante realizar a troca de descargas para versões mais econômicas e a troca de espelhos, que estão oxidados e/ou apresentam marcas do tempo, trincas. A limpeza destes espaços é feita de forma frequente e eficaz.

De modo geral, o edifício-sede está em boas condições de funcionamento e conservação, especialmente quando se considera que já se tem mais de 20 anos desde a sua construção. Todavia, após levantamento predial realizado, constatou-se que existem alguns problemas que devem ser solucionados para um melhor e mais seguro funcionamento do prédio da Seção Judiciária. Rachaduras, fissuras, infiltrações, mofo, mantas de impermeabilização com avarias, algumas telhas de fibrocimento quebradas, são algumas das questões que necessitam de manutenção. Apesar disso, os ambientes em sua maioria encontram-se adequados aos serviços judiciários, pois já passaram por reformas para garantia dessas adequações.

Vale ressaltar que a Seção de Administração Predial e Engenharia se encontra emprenhada na execução de tais serviços, previstos para o início do próximo exercício devido a EC nº 95/2016 - Teto dos Gastos Públicos.

#### **5.4. Boas práticas**

Através do Núcleo Judiciário, a SJPB tem desenvolvido projetos e boas práticas que têm servido como referência para outras Seccionais, tais como: 1. INTIMAÇÃO POR WHATSAPP - utilizando tecnologia, modernidade e eficiência mais acessíveis à população, respeitando os princípios socioambientais e reduzindo despesas num período de restrições orçamentárias; 2. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA DESTINAÇÃO DAS ARMAS DE FOGO E BENS APRENDIDOS - redução do número de bens apreendidos e armas de fogo vinculados aos Inquéritos Policiais e Ações Penais arquivados ou desaforados por declinação de competência, que colocava em risco a integridade dos magistrados, servidores e cidadãos que circulam nas dependências da JFPB; 3. BANCO DE DILIGÊNCIAS DA CEMAN - Possibilita aos Oficiais de Justiça informações sobre as partes e terceiros integrantes da relação processual e que foram objeto de diligências anteriores tais como, a mudança de endereço e melhores horários para encontrar as pessoas, além de outras peculiaridades já detectadas em diligências anteriores; 4. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS DIGITALIZAÇÕES - A ferramenta possibilita a visualização dia-a-dia do número dos processos digitalizados, a quantidade de volumes e folhas, o nome do servidor que realizou a tarefa, bem como o total de processos digitalizados por servidor, com acompanhamento através de gráficos, permitindo a aferição do cumprimento das metas e emprestando publicidade e transparência aos trabalhos de digitalização.

Solicitações da Secretaria Administrativa à Corregedoria de indicações de boas práticas e/ou medidas que possam auxiliar no bom exercício da atividade administrativa e no seu regular funcionamento:

- a) O Sistema Administrativo de Recursos Humanos - SARH, utilizado

para cadastramento de dados pessoais e funcionais dos servidores, bem como para a emissão de relatórios e certidões, instalado na SJPB desde 2006, encontra-se, como já informado em anos anteriores, com seus dados desatualizados, pois quando da migração do sistema antigo para este, muitos campos constantes no SARH não existiam no SIRH, ficando algumas informações importantes, a exemplo de determinadas averbações de tempo de serviço, constantes nos assentamentos dos servidores, sem cadastro no sistema. Demais disso, quando da migração, o sistema atual registrou como primeira movimentação (funcional, de lotação, etc.) aquela que constava como sendo a última no sistema antigo, tornando certidões e relatórios imprecisos e incompletos. Diante disso, há necessidade de aumento no quantitativo de servidores na área meio, em especial na de recursos humanos, cuja seção de cadastro é responsável pelo gerenciamento das informações registradas no sistema. Importante registrar que a atualização de todos os dados constantes nos assentamentos dos servidores já se iniciou, tendo sido criado, para tanto, um grupo de trabalho, aos sábados, sob regime de serviço extraordinário, visto que não há como compatibilizar essa rotina com as demais existentes na seção de cadastro.

b) A força de trabalho, na área meio, é composta quase que exclusivamente por servidores requisitados, removidos ou em exercício provisório, o que demonstra a precariedade do quadro efetivo na área administrativa. Esse problema precisa ser solucionado com urgência, transcorridos mais de 24 (vinte e quatro) anos sem incremento do número de servidores nesta área, sendo a sobrecarga de trabalho um fator que compromete a saúde física e mental e o bom andamento dos serviços.

c) Há anos as seções responsáveis vêm utilizando planilhas Excel para conferir os valores calculados nas folhas de pagamento; além de calcular valores que não são obtidos automaticamente pelo Sistema Administrativo de Recursos Humanos - SARH, ou seja, controlar, de forma paralela e complementar, os dados registrados neste sistema administrativo de recursos humanos - SARH, o que se destaca negativamente na era atual de tecnologia da informação e de sistemas cada vez mais integrados. O sistema atual deve ser aperfeiçoado ou substituído com brevidade, para maior segurança e precisão dos dados.

d) Tendo em vista o apontamento da inexistência de cargos efetivos de Dentista, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo, Engenheiro, Arquiteto, Analista de TI, Biblioteconomista etc. que compromete a gestão de pessoas e demais áreas administrativas, foram transformados recentemente dois cargos de analista judiciário - área administrativa da Seccional para as especialidades de Médico, Analista de TI e Técnico em Informática, a fim de suprir, inicialmente, as necessidades mais urgentes, os quais serão providos quando da autorização do Conselho da Justiça Federal, através da liberação da dotação orçamentária.

## **6. ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DAS VARAS FEDERAIS E DA TURMA RECURSAL**

As informações seguintes referem-se à análise específica das unidades, com a apresentação dos dados referentes às varas federais e à Turma Recursal da SJPB.

### **6.1. 1ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

#### **6.1.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 1ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 5.010/1966 e implantada pelo Decreto-Lei nº 253/1967. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência para processar e julgar as causas cíveis.

A vara localiza-se no prédio-sede da SJPB e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 8h às 19h. Com carga horária individual de 7h, da seguinte forma: o primeiro grupo de servidores trabalha das 8h às 15h; o segundo grupo, das 12h às 19h.

#### **6.1.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores**

##### **6.1.2.1. Juiz federal titular e juiz federal substituto**

O juiz federal titular da vara, João Bosco Medeiros de Sousa, exerce a magistratura federal desde 26/02/1988. O referido magistrado atua na 1ª Vara Federal desde 04/10/1991.

Nos últimos 12 meses, o magistrado afastou-se de suas funções pelos motivos e períodos abaixo indicados:

-Férias:

18/07/2016 a 16/08/2016 (30 dias) - PORT. 144/2016- CR;

02/03/2017 a 31/03/2017 (30 dias) - PA 2452/2016;

17/07/2017 a 15/08/2017 (30 dias) - PORT. 223/2017- CR;

19/06/2018 a 18/07/2018 (30 dias) - PORT. 136/2018- CR.

-Licenças: não houve.

-Convocações:

22/08/2016 a 20/10/2016 (60 dias) - Ato nº 233/2016 - GP;

02/05/2017 a 31/05/2017 (30 dias) - Ato nº 237/2017 - GP

-Outras (especificar motivos):

Em 03/04/2017 - participar de solenidade - PA 0002690-79.2017.4.05.7000

Em 24/04/2017 - participar de solenidade - ECG 10706.0075/2017-06

Em 01/06/2017 - para tratar de assunto particular - PA 0005010-05.2017.4.05.7000

Em 02/06/2017 - compensação de plantão forense - PA 0005010-05.2017.4.05.7000

Período total de afastamento (em meses e dias): 7 meses e 04 dias.

O magistrado titular reside na região metropolitana onde se localiza a vara.

O juiz federal substituto da vara, João Pereira de Andrade Filho, exerce a magistratura federal desde 09/09/2012. O referido magistrado atua na 1ª Vara Federal desde 15/05/2014.

O magistrado em referência é membro suplente da Turma Recursal da SJPB e coordenador de Central de Mandados da referida Seção Judiciária e Representante da Justiça Federal na Paraíba no Comitê Estadual da Saúde, indicado pelo CNJ.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal substituto afastou-se de suas funções pelo motivo e período abaixo indicados:

-Férias:

12/09/2016 a 11/10/2016 (30 dias) - PORT.277/2016- CR;

17/11/2016 a 24/11/2016 (08 dias) - PORT. 308 E 352/2016- CR,;

26/11/2016 a 16/12/2016 (21 dias) - PORT. 352/2016- CR;

09/01/2017 a 07/02/2017 (30 dias) - PORT. 2452/2016- CR;

16/08/2017 a 22/08/2017 (07 dias) - PORT. 276/2017- CR;

26/08/2017 a 14/09/2017 (20 dias) - PORT. 276/2017- CR;

15/09/2017 a 17/09/2017 (03 dias) - PORT. 276/2017- CR;

08/01/2018 a 06/02/2018 (30 dias) - PA 0010091-32.2017.4.05.7000.

-Licenças: 23/10/2017 a 27/10/2017 (05 dias) - Por motivo de doença em pessoa da família.

-Convocações: não houve nos últimos 24 meses.

-Outras (especificar motivos):

15/08/2016 (01 dia) - participar de Seminário/Congresso - ECG 10397.0545/2016-06;

22/08/2016 (01 dia) - Compensação de plantão forense - PA 1918/2016;

03/11/2017 (01 dia) - Compensação de plantão forense - PA 0009958-87.2017.4.05.7000;

11/12/2017 (01 dia) - Sem prejuízo da jurisdição - PA 0011408-65.2017.4.05.7000;

15/05/2017 a 17/05/2017 (03 dias) - Sem prejuízo da jurisdição - PA 0003756-60.2018.4.05.7000;

Período total de afastamento (em meses e dias): 05 meses e 11 dias.

O magistrado substituto reside na região metropolitana onde se localiza a vara.

#### 6.1.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 1ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

NOME	CARGO EFETIVO	FUNÇÃO COMISSIONADA	FC	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Adriana de Sousa Carvalho	Analista Jud. (Jud.)	Sup. da Seção de Apoio Administrativo	FC-05	Superior completo	Direito
Alexandre de Sá Leitão Cunha	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. Ações Rito Esp. MS	FC-04	Superior completo	Economia
Antônio Lisboa de Medeiros Moraes	Técnico Jud. (St.)	-	-	Superior completo	Direito
Andrei de Souza Leite	Analista Jud. (Jud.)	Oficial de Gabinete - Juiz Substituto	FC-05	Pós-graduação	Direito Processual e do Trabalho
Carmélio José de Carvalho	Técnico Jud. (Adm.)	Oficial de Gabinete - Juiz Federal	FC-05	Pós-graduação	Direito Processual Civil
Diva Lopes Farias da Silva	Técnico Jud. (Adm.)	-	-	Superior completo	Comunicação Social
Edivânia Gomes Moreno	Analista Jud. (Jud.)	Auxiliar Especializado	FC-02	Pós-graduação	Direito Processual Civil

Eduardo Marques Borges de Souza	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. Setor de Ações de Rito Ordinário	FC-04	Superior completo	Direito
Glicia Olimpio de Almeida	Analista Jud. (Jud.)	-	-	Pós-graduação	Direito Processual Civil
Ivanilson de Souza Rodrigues	Técnico Jud. (St)	-	-	Pós-graduação	Ciências Penais
Joelma Tavares de Santana Souza	Técnico Jud. (Adm.)	-	-	Superior completo	Direito
José Ideão Leite Alencar	Técnico Jud. (Adm.)	-	-	Superior completo	Odontologia e Direito
Luís Carlos Oliveira Tavares	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. Setor de Publicação	FC-04	Ensino Fundamental	-
Luiz Oliveira Gadelha	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. Setor Ações Sum. Feitos Não Cont.	FC-04	Pós-graduação	Curso Internacional de Engenharia de Regados
Mahatma Gandhi S.C. Cantalice	Técnico Jud. (Adm.)	-	-	Superior Completo	Gestão Financeira
Otávio Teixeira de Carvalho Junior	Analista Jud. (Jud.)	Sup. Assist. - Juiz Federal Titular	FC-04	Mestrado	Direito Econômico
Pedro Luciano Ferreira da Silva Filho	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. - Juiz Federal Substituto	FC-04	Pós-graduação	Prática Judicante
Rachel Lacet de Paula	Técnico Jud. (Adm.)	-	-	Pós-graduação	Direito Público
Rômulo Augusto de Aguiar Loureiro	Técnico Jud. (Adm.)	Diretor de Secretaria	CJ-3	Superior completo	Direito
Samara Elias Marques Campos	Técnico Jud. (Adm.)	Assistente Técnico III	FC-03	Mestrado	Odontologia
Wylza Wanderley N. Gouveia	Técnico Jud. (Adm.)	Sup. Assist. - Juiz Federal	FC-04	Pós-graduação	Projetos Industriais

No tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 1ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 4 analistas judiciários - área judiciária contam com pós-graduação e quase todos os técnicos judiciários detêm nível superior de ensino e/ou pós-graduação.

Não há cargos efetivos vagos. Não há servidores cedidos pela unidade. Não há nenhuma função de confiança ou cargo em comissão vago, nem servidores em auxílio, cedidos por outras varas ou setores.

À época, o servidor Mahatma Gandhi de Siqueira Campos Cantalice

encontrava-se afastado em gozo de licença para tratamento de saúde, no período de 14/07/2018 a 12/08/2018.

Atualmente, 22 servidores estão em exercício na Vara:

Na Secretaria: 13 servidores, incluindo o Diretor de Secretaria.

No Gabinete: 09 servidores

A vara conta com os seguintes servidores cedidos por outro órgão:

NOME	ÓRGÃO DE ORIGEM	FUNÇÃO COMISSIONADA	FC	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
Valber Rodrigues Valões	Governo do Estado da Paraíba	Assistente Técnico III - Dir. Secretaria	FC-03	Ensino Médio	-
Valéria Maria Monteiro	Seção Judiciária de Pernambuco	Supervisora da Seção de Procedimentos Cíveis	FC-05	Superior Completo	Direito
Nillo Roberto Viana Ventura	Tribunal de Justiça da Paraíba	Supervisor Assist. do Gab. do Juiz Federal Substituto	FC-04	Superior Completo	Direito

### 6.1.2.3. Estagiários

Há a previsão de 4 vagas de estagiários para a 1ª Vara Federal: 02 remunerados, oriundos do concurso público, e 02 estagiários oriundos de convênio firmado entre a Seção Judiciária da Paraíba e o Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. No momento existem 03 (três) estagiários em atividade na Vara.

### 6.1.3. Organização da 1ª Vara Federal

A secretaria da 1ª Vara Federal é composta de 14 servidores. Os gabinetes dos magistrados contam com 9 servidores.

#### 6.1.3.1. Secretaria

A secretaria da vara contém o maior número de processos em tramitação. A organização e a divisão dos trabalhos na secretaria são realizadas da seguinte forma:

Para as Ações Ordinárias e seus respectivos cumprimentos de sentença (físicos e eletrônicos), bem como para Ações Monitórias, Consignatórias e Ações Cíveis Públicas (físicos) aplica-se a divisão de tarefas por dígito, de acordo com a seguinte ordem:

DÍGITO	SERVIDOR
0	Glícia Olímpio de Almeida

1	Eduardo Marques Borges de Souza
2	Mahatma Gandhi de Siqueira Campos Cantalice
3	Luiz Carlos Oliveira Tavares
4	Ivanilson de Souza Rodrigues
5	Samara Elias Marques Campos
6	Rachel Lacet de Paula
7	Joelma Tavares de Santana Souza
8	José Ideão Leite Alencar
9	Antônio Lisboa de Medeiros Morais

Quanto às Supervisões:

Supervisor de Procedimentos Cíveis: Valéria Maria Monteiro, além de ser responsável pela supervisão geral, também é responsável pela tramitação das ações civis públicas, de improbidade administrativa, desapropriações e populares.

Supervisor Assistente do Setor de Ações Ordinárias: Eduardo Marques Borges de Souza, além de supervisionar o Setor, é responsável pelo cumprimento das liminares concedidas, audiências designadas e pela tramitação das ações de dígito 1 (tabela, item 1 supra).

Supervisor Assistente do Setor de Publicação: Luiz Carlos Oliveira Tavares, responsável pela publicação e pela tramitação dos feitos de dígito 3, conforme tabela supra (item 1).

Supervisor Assistente do Setor de Ações Sumárias e Feitos Não Contenciosos: Luiz Oliveira Gadelha, além de ser responsável pela tramitação dos feitos do setor, realiza a expedição de RPVs e precatórios da Vara.

Supervisor Assistente do Setor de Ações de Rito Especial e Mandado de Segurança: Alexandre de Sá Leitão Cunha, responsável pelos feitos em tramitação do Setor.

#### **6.1.3.2. Organização dos gabinetes dos juízes federais titular e substituto**

Gabinete do Juiz Federal Titular: são três funções comissionadas vinculadas ao Gabinete do Juiz Federal Titular. O Oficial de Gabinete (FC-05), servidor Carmélio José de Carvalho, elabora minutas de sentenças cíveis (matérias tributárias) e de antecipações de tutela/liminares, em processos físicos e eletrônicos; a servidora Edivânia Gomes Moreno (FC-02) elabora minutas de sentenças cíveis (matéria previdenciária e administrativa), em processos físicos e eletrônicos, e o servidor Otávio Teixeira de Carvalho Junior (FC-04) é quem elabora minutas de sentenças cíveis (matéria ambiental, concursos e ACPs de improbidade administrativa) em processos físicos e eletrônicos. Além desses, as servidoras Wylza Wanderley Nóbrega Gouveia (FC-04) e Adriana de Sousa Carvalho (FC-05) elaboram minutas de sentenças de embargos à execução e decisões interlocutórias relativas às fases de

conhecimento e execução, pertencentes aos dois gabinetes (Titular e Substituto).

Gabinete do Juiz Federal Substituto: são três funções comissionadas vinculadas ao Gabinete do Juiz Federal Substituto. O Oficial de Gabinete (FC-05), servidor Andrei de Souza Leite, o servidor Pedro Luciano Ferreira da Silva Filho (FC-04) e Nillo Roberto Viana Ventura (FC-4) elaboram minutas de sentenças cíveis e de antecipações de tutela/liminares, em processos físicos e eletrônicos.

#### **6.1.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 1ª Vara Federal**

Gabinete do Juiz Federal Titular e Secretaria: São realizadas reuniões esporádicas setoriais com a assessoria e, em relação à Secretaria, com os supervisores e demais servidores, com a presença do Diretor de Secretaria, para definição das prioridades e cumprimento de metas e monitoramento dos processos sem movimentação e sujeitos a metas de nivelamento do CNJ .

Gabinete do Juiz Federal Substituto: Em regra, são realizadas reuniões semanais com a assessoria, para mapear os processos sob a responsabilidade do Juiz Federal Substituto, observar o cumprimento de metas de trabalho no mês e conferir atenção à ordem cronológica dos processos conclusos para sentença, bem como àqueles sujeitos a metas de nivelamento do CNJ e demais prioridades legais de tramitação. Por fim, não se exclui das reuniões semanais a tratativa de assuntos mais pontuais.

#### **6.1.5. Planejamento das atividades da 1ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

Além das metas de nivelamento do CNJ, são traçadas metas anuais de cumprimento na 1ª Vara Federal/PB, como reduzir a quantidade de processos em tramitação até 31/12/2018, evitar a permanência de processos parados por mais de 60 (sessenta) dias, sobretudo na Secretaria, e julgar mais processos do que o ano anterior.

A Secretaria avalia, mensalmente, o resultado entre a quantidade de feitos em tramitação, verificando a relação entre os processos distribuídos e baixados, e o número de sentenças prolatadas mês a mês, a fim de observar se a meta anual preestabelecida de redução de feitos em tramitação e de sentenças prolatadas será possível de ser alcançada.

#### **6.1.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal**

O atendimento aos procuradores, defensores, advogados e partes pela

secretaria da vara é realizado pelo Setor de Atendimento ao Usuário preferencialmente das 9h às 18h.

Nos gabinetes, os atendimentos são realizados durante o expediente, sem necessidade de prévio agendamento. Em regra, os advogados e membros das carreiras essenciais são recebidos e atendidos pelos magistrados, na presença de 1 servidor da assessoria ou do diretor de secretaria.

A 1ª Vara Federal mantém, ao longo dos anos, a tradição de bem servir aos seus usuários. A direção de secretaria mantém diálogo franco e aberto com advogados e procuradores, de forma que o relacionamento com os jurisdicionados é bastante satisfatório.

#### **6.1.7. Organização e controle dos processos**

A 1ª Vara Federal/PB utiliza-se, em regra, dos relatórios de gerenciamento gerados pelos sistemas processuais PJe e TEBAS para acompanhamento eficaz das metas pré-estabelecidas, a fim de proceder a eventuais ajustes da metodologia aplicada para melhorar o desempenho geral. Os processos são registrados nos sistemas com identificação da fase processual em que se encontra (processos físicos). Quanto aos processos eletrônicos, os feitos estão distribuídos em subpastas nas respectivas tarefas, com identificação do servidor responsável pela tramitação, o que permite o controle pontual do servidor eventualmente em atraso.

Adota-se o critério de decidir segundo a antiguidade das conclusões, observadas as prioridades legais e as estabelecidas em metas de nivelamento do CNJ.

#### **6.1.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 1ª Vara Federal contava com 4.649 processos em tramitação. Considerando tal número e o número de servidores (23), a média de processos por servidor é de 202,13.

À época, encontravam-se em tramitação 2.511 processos sob a responsabilidade do juiz federal titular e 2.138 processos sob a responsabilidade do magistrado substituto.

Na 1ª Vara Federal havia 309 feitos sobrestados/suspensos pelos motivos abaixo discriminados:

- 42 processos - Em sobrestamento, aguardando decisão da instância superior;
- 41 processos, Em sobrestamento, aguardando julgamento do paradigma (repercussão geral);
- 44 processos - Em sobrestamento, aguardando decisão de IRDR;

- 07 processos - Em sobrestamento, aguardando decisão de agravo de instrumento;
- 01 processo - Em sobrestamento, aguardando decisão de conflito de competência;
- 130 processos- Suspensos, aguardando julgamento de embargos à execução;
- 44 processos - suspensos, por um ano, aguardando diligências do exequente;

Havia ainda 1 processo extraviado, em fase de restauração.

Nos últimos 12 meses, foram distribuídos/redistribuídos 2.063 processos e julgados 1.639 processos, o que corresponde, em média, a 172,75 e 136,58 processos por mês, respectivamente.

Nos últimos 12 meses, foram realizadas 20 audiências pelo juiz federal titular e 38 pelo magistrado substituto. O juiz federal titular realizou todas as inspeções judiciais, tendo o juiz federal substituto participado das 2 últimas inspeções. Foram realizadas 7 audiências de conciliação. Houve 9 audiências adiadas ou canceladas, sendo devidamente remarçadas assim que possível. Os principais motivos foram: testemunhas não encontradas, a pedido das partes (MPF, advogados e DPU), bem como por solicitação de devolução de carta precatória pelo Juízo deprecante, independentemente de cumprimento.

Convém salientar que eventuais inconsistências nos dados acima mencionados se devem ao fato de que nem todos os relatórios foram extraídos dos sistemas no mesmo momento.

### **6.1.9 Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

A 1ª Vara Federal/PB tem praticado medidas de monitoramento e acompanhamento dos feitos visando ao cumprimento efetivo das metas de prioridade estabelecidas pelo CNJ.

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Percentual de cumprimento: 101,3%

Processos distribuídos em 2018 (TEBAS e PJE): 524

Processos de conhecimentos julgados: 531

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais**

## **Federais e nas Turmas Recursais)**

A 1ª Vara Federal/PB caminha firmemente para atingir o cumprimento da Meta 2. No caso, o remanescente dos processos pendentes de sentença já é pequeno no que se refere aos processos distribuídos até 31/21/2013.

### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

A 1ª Vara Federal tem priorizado o cumprimento da Meta 3, com designações de audiências de conciliação através do CEJUSC-PB. Foram realizadas 31 audiências de conciliação, tendo sido canceladas/adiadas 24 audiências, em razão de testemunhas não encontradas, a pedido das partes (MPF, advogados e DPU), bem como por solicitação de devolução de carta precatória pelo juízo deprecante, independentemente de cumprimento.

### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

A Meta 4 do CNJ foi cumprida pela 1ª Vara Federal, nestes termos:

Percentual de cumprimento: 88,81%

Processos de Improbidade Administrativa distribuídos até 12/2013 (TEBAS e PJe): 134.

Processos de Improbidade Administrativa julgados: 119

### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

A Meta 5 do CNJ vem sendo cumprida pela 1ª Vara Federal, conforme dados abaixo transcritos:

Percentual de cumprimento: 83,25%

Processos de execução não fiscal distribuídos em 2018 (TEBAS e PJe): 454

Processos de execução não fiscal baixados em 2018 (TEBAS e PJe): 348

### **Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

A 1ª Vara Federal/PB registrou no formulário de gestão estar caminhando firmemente para atingir o cumprimento da Meta 6.

## **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ n° 29/2013**

O Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI) vem sendo devidamente atualizado pela vara.

#### **6.1.10. Processos selecionados para correição**

Foram selecionados para correição 45 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 100 processos.

##### **6.1.10.1. Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.1.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE COBRANÇA DE RESPOSTA A OFÍCIOS EXPEDIDOS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00061674620104058200	Ofício de 22/08/17, Certidão de ausência de resposta datada de 07/05/18.
<b>AUSÊNCIA DE MUDANÇA DE CLASSE:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00066983520104058200	Determinada alteração para cumprimento de sentença desde 10/05/18, ainda sem cumprimento.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00006205420124058200	Baixados do STF desde 02/03/18 (último mov.)
Improbidade Administrativa	00026924820114058200	Fl. 1721
Civil Pública	00061743820104058200	Fl. 1061 (out/17 a maio/18 - fls. 1059v. e 1061).
Improbidade Administrativa	00052809120124058200	De 12.12.2017 a 24.04.2018.
Improbidade Administrativa	00015564020164058200	Para despacho, de 18/08/2017 a 30/10/2017.

Desapropriação	00091259319964058200	De 14/11/2017 a 06/03/2018.
Ordinária	00009664420084058200	De 19/12/2017 a 03/05/2018.
<b>DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00061760820104058200	Da certidão de fl. 976 (jun/17 a maio/18 - fls. 974v. e 976).
Execução de Sentença	00091070419984058200	Autos recebidos em 24/11/17, certidão expedida em 02/05/18.
Civil Pública	00045579719974058200	Da certidão de fl. 1081
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00069477820134058200	Da petição de fls. 475/483 (maio a ago/16 - fls. 474v. e 475).
Civil Pública	00045579719974058200	Do mandado de fl. 1075 (out/17 a jan/18 - fl. 1074v.)
Improbidade Administrativa	00069477820134058200	Do mandado de fl. 600 (set/17 a maio/18 - fl. 601); de fl. 603 (set/17 a maio/18 - fl. 603v.) e de fl. 605 (set/17 a maio/18 - fl. 606).
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Monitória	00058703920104058200	Demora excessiva para proferir sentença (concluso desde 03/07/17).
Embargos à Execução	00103338720054058200	Desde 02/06/2017.
Desapropriação	00030245420074058200	Desde 16/08/2017.
Ordinária	00068026120094058200	Desde 03/07/2017.
Cautelar	00032841920164058200	Demora para proferir sentença (concluso desde 17/01/18).
Reintegração de Posse	00032816420164058200	Concluso desde 08/06/17 – Demora excessiva
Improbidade Administrativa	00029549520114058200	De fls. 600/620
Embargos à Execução	00041798220134058200	Desde 16/04/2018.
Ordinária	00046021320114058200	Demora excessiva para proferir sentença (concluso desde 31/05/17).
Ordinária	00019274320124058200	Demora excessiva para proferir sentença (concluso desde 03/07/17).
Improbidade Administrativa	00070448320104058200	De fls. 639/647
Improbidade Administrativa	00070482320104058200	Desde maio/2017
Ordinária	00086496420104058200	Concluso desde 19/03/18
Improbidade Administrativa	00058082820144058200	De 11/12/2017 a 06/03/2018.
Incidente de Falsidade	00000535420174058200	Concluso desde 01/08/17
Desapropriação	00079287820114058200	Concluso desde 06/12/17
Ordinária	00059198020104058200	Concluso desde 31/01/2017
Ordinária	00051203720104058200	Demora excessiva na prolação da sentença (concluso desde 21/06/17).
Civil Pública	00036511920114058200	De fls. 719/727
Ordinária	00073058220094058200	Concluso desde 05/04/17
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00001435520174058200	Conclusão em 06/11/17, despacho em 01/02/18.
Ordinária	00009664420084058200	Desde 03/05/2018.
<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00015564020164058200	De 16/08/2016 a 03/05/2017.
Improbidade Administrativa	00018430320164058200	De 29/08/2016 a 02/05/2017.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00048092720024058200	
Restauração de Autos	00001911420174058200	
Civil Pública	00009522120124058200	
Desapropriação	00076867120014058200	
Cautelar	00060724520124058200	
Ordinária	00006490720124058200	
Embargos à Execução	00000200782000059497	
Civil Pública	00061709820104058200	
Civil Pública	00080911020014058200	
Reintegração de Posse	00001479220174058200	
<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00061674620104058200	Demora na expedição de ofício (despacho de 19/05/17, expedição em 22/08/17 e despacho “em inspeção” em 08/05/18, ainda não cumprido).
Improbidade Administrativa	00018430320164058200	Demora no cumprimento de despacho, desde 17/11/2017.
Diversa	00047846720094058200	Lapso sem movimentação: recebidos em 31/08/17, despacho “em inspeção” em 10/05/18.
Desapropriação	00091259319964058200	Demora no cumprimento de despacho, desde 08/05/2018.
Improbidade Administrativa	00069477820134058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 465 (nov/15 a mar/16 - fl.466).
Improbidade Administrativa	00052809120124058200	Ausência de cumprimento de despacho, desde 30/04/2018.
Civil Pública	00061743820104058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 1062 (desde maio/18).
Civil Pública	00061674620104058200	Demora na cobrança de carta precatória, expedida em 25/10/16, certidão de ausência de resposta em 04/05/17.
Improbidade Administrativa	00018430320164058200	Processo sem movimentação, de 17/11/2017 a 10/05/2018.
Improbidade Administrativa	00044766020114058200	Demora no cumprimento de decisão, de 25/11/2016 a 15/03/2017.
Improbidade Administrativa	00058082820144058200	Processo sem movimentação, de 11/10/2016 a 29/03/2017.
Civil Pública	00083589320124058200	Demora na abertura de vista de fl. 179 (nov/17 a março/18 - v. fls. 175v e 179).
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00000200782000059497 - Classe: Embargos à Execução - Sentença proferida em jun/10 (fls. 77/80) reformada pelo TRF5.		
Processo: 00006205420124058200 - Classe: Civil Pública - Acórdão transitou em julgado em 02/03/18		
Processo: 00046021320114058200 - Classe: Ordinária - Sentença de fls. 154/158 (proferida em dez/12) anulada pelo TRF5.		
Processo: 00047846720094058200 - Classe: Diversa – Ação de busca e		

apreensão em alienação fiduciária
Processo: 00061674620104058200 - Classe: Civil Pública – Desmembrado do Processo nº 00011027020104058200
Processo: 00061709820104058200 - Classe: Civil Pública - Acórdão transitou em julgado em 04/08/17
Processo: 00061743820104058200 - Classe: Civil Pública - Redistribuído para a 1ª Vara Federal em 30/01/2014.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0801661-81.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE NICACIO SILVA MOURA e outro - 376.388.404-10	SIM
0810311-83.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	PROHLAB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP e outros - 02.660.654/0001-77	SIM
Demora para a conclusão						
0800134-02.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CARIOLANDO FELIX DA COSTA e outros - 549.391.354-20	SIM
0800172-65.2014.4.05.8204	MANDADO DE SEGURANÇA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NORMA SUELY RAMOS - 395.288.804-44	CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outros -	SIM
0800298-30.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE -	JOAO ALBERTO LINS FILHO - 488.595.244-15	SIM
0800329-21.2012.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	LIDIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO SILVA - 020.463.114-93	SIM
0800475-62.2012.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação		UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ENIC-EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUÇOES & SERVICOS LTDA - EPP - 02.787.962/0001-68	SIM
0800647-62.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MAGNA CELI FERNANDES GERBASI e outro - 456.649.354-72	SIM
0800656-58.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEOFAS FERREIRA CAJU - 507.462.194-15	SIM
0800836-45.2013.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MANOEL DEODATO DA CRUZ NETO - 038.723.614-73	SIM
0800968-63.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	ERIKA JAMILE DE OLIVEIRA BARRETO e outro - 009.022.874-00	SIM
0801012-24.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAPE e outro - 08.917.080/0001-56	JOAO CLEMENTE NETO - 885.066.574-15	SIM
0801527-59.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE WELLINGTON MOREIRA BERNARDO - 047.893.814-47	SIM
0801558-45.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	LUIS MARTINHO FERREIRA MAIA e outros - 022.108.354-53	SIM

0802439-22.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DROGARIA BALSAMO LTDA - ME e outros - 12.540.508/0001-61	SIM
0802612-46.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Indevido	Conclusos para julgamento	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA DAS GRACAS BATISTA COELHO - 342.829.204-91	SIM
0802831-88.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIO TACITO MIRANDA CASTRO BEZERRA DE MELO - 067.138.274-89	BRENO HENRIQUE DA SILVA ANDRADE e outros -	SIM
0802976-47.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIVANIA CARMEN DIAS DA SILVA - 067.109.784-94	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA e outros - 01.678.363/0001-43	SIM
0803103-82.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso e outros	Juntada de Cota	RENATA ELLEN CLEMENTE DA SILVA - 110.836.804-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0803154-93.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Escolaridade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	MUNICÍPIO DE PILAR/PB e outro -	SIM
0803256-86.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ELIANA PEREIRA DA SILVA COELHO e outro - 290.056.711-49	SIM
0803990-37.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EUZEBIO CARNEIRO FILHO - 517.375.824-49	SIM
0805287-45.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE SALES GAUDENCIO e outros - 078.766.374-34	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0806449-07.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	EURIDICE MOREIRA DA SILVA - 122.736.784-87	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800007-35.2011.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria por Invalidez	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINO ELIAS DE QUEIROGA - 016.086.654-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800156-94.2012.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS NEVES DE MEDEIROS PESSOA - 876.342.108-97	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800195-23.2014.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800329-21.2012.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	LIDIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO SILVA - 020.463.114-93	SIM
0800583-86.2015.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação		MARCOS TADEU SILVA e outro - 113.826.864-04	SIM
0800714-95.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Averbação / Contagem de Tempo Especial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MAURO LUIZ ALDRIGUE - 661.391.048-15	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0801012-24.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE SAPE e outro - 08.917.080/0001-56	JOAO CLEMENTE NETO - 885.066.574-15	SIM

0801087-63.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDVALDO CARDOSO DE PONTES - 738.000.584-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802612-46.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pagamento Indevido	Conclusos para julgamento	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA DAS GRACAS BATISTA COELHO - 342.829.204-91	SIM
0802757-05.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Plano de Classificação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ASSOCIACAO DOS JUIZES FEDERAIS DA 5A. REGIAO - REJUFE - 00.355.855/0001-35	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802897-68.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SILDETE DA SILVA THO e outro - 719.796.034-72	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803419-66.2014.4.05.8200 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDILEUSA MENDONCA DA SILVA - 839.318.054-68	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800298-30.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	JOAO ALBERTO LINS FILHO - 488.595.244-15	SIM
0800647-62.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MAGNA CELI FERNANDES GERBASI e outro - 456.649.354-72	SIM
0801520-67.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SEVERINO DO RAMO DOS SANTOS - 103.847.034-02	SIM
0801543-13.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARLI QUIRINO RODRIGUES FREIRE e outro - 467.743.514-68	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0802258-55.2013.4.05.8200	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CALLYSMA MEDEIROS DA SILVA e outros - 092.947.864-98	SIM
0803005-97.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Jornada de Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP 1 REG - 11.425.519/0001-38	PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA/PB e outro -	SIM
0803103-82.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso e outros	Juntada de Cota	RENATA ELLEN CLEMENTE DA SILVA - 110.836.804-20	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0803330-72.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Ingresso no Curso Superior e outros	Juntada de Certidão	STEPHANIA KIYOKA MINE MESQUITA - 011.285.224-62	DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA - FCM/PB (CENTRO NORDESTINO DE ENSINO SUPERIOR L e outro -	SIM
0804110-80.2014.4.05.8200	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SIGA VEICULOS LTDA - ME - 10.457.504/0001-99	SERGIO PESSOA ARAUJO e outro - 176.455.904-59	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800026-41.2011.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Extensão de Vantagem aos Inativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AILTON MEDEIROS - 580.165.467-49	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - 03.112.386/0001-11	SIM

0800172-65.2014.4.05.8204	MANDADO DE SEGURANÇA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NORMA SUELY RAMOS - 395.288.804-44	CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA e outros -	SIM
0800195-23.2014.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0800318-21.2014.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO e outros - 236.848.954-15	SIM
0800608-70.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Lotação e outros	Baixa Definitiva	INALICE FLORENTINO DE SOUZA - 162.291.264-00	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0800656-58.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEOFAS FERREIRA CAJU -507.462.194-15	SIM
0800736-56.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EUDMARCO MEDEIROS DE FARIAS - 870.139.404-53	SIM
0800836-45.2013.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MANOEL DEODATO DA CRUZ NETO - 038.723.614-73	SIM
0800968-63.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	ERIKA JAMILE DE OLIVEIRA BARRETO e outro - 009.022.874-00	SIM
0801014-91.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAPE e outro - 08.917.080/0001-56	JOAO CLEMENTE NETO - 885.066.574-15	SIM
0801087-63.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDVALDO CARDOSO DE PONTES - 738.000.584-72	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801179-70.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALIA MARIA GUIMARAES PEREIRA e outro - 325.566.754-20	SIM
0801244-65.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO SERGIO DA SILVA ARAUJO - 602.200.234-68	SIM
0801313-68.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Piso Salarial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINO FERREIRA XAVIER - 135.241.604-25	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0801644-11.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS DOMINGOS DA SILVA e outros - 874.081.044-53	SIM
0801661-81.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE NICACIO SILVA MOURA e outro - 376.388.404-10	SIM
0802146-52.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JEFFERSON SILVA DE OLIVEIRA e outros - 093.347.384-21	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0802831-88.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIO TACITO MIRANDA CASTRO BEZERRA DE MELO - 067.138.274-89	BRENO HENRIQUE DA SILVA ANDRADE e outros -	SIM
0802889-91.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Repasse de Verbas Públicas e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MOGEIRO PREFEITURA - 08.866.501/0001-67	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802968-41.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	GILVANDO CABRAL DE SANTANA -	SIM
0803154-93.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Escolaridade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	MUNICÍPIO DE PILAR/PB e outro -	SIM
0803166-10.2016.4.05.8200	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outros - 17.234.244/0001-31	LUZINALDO ARAÚJO DE ALMEIDA e outro -	SIM
0803256-86.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ELIANA PEREIRA DA SILVA COELHO e outro - 290.056.711-49	SIM
0803330-72.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Ingresso no Curso Superior e outros	Juntada de Certidão	STEPHANIA KIYOKA MINE MESQUITA - 011.285.224-62	DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA PARAÍBA - FCM/PB (CENTRO	SIM
0803419-66.2014.4.05.8200 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDILEUSA MENDONCA DA SILVA - 839.318.054-68	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0803990-37.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EUZEBIO CARNEIRO FILHO - 517.375.824-49	SIM
0804309-97.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO - 236.848.954-15	SIM
0804403-79.2016.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANTONIO DUARTE VASCONCELOS e outro - 072.747.853-20	SIM
0805145-70.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO e outros -	CLAUDIO EMMANUEL GONCALVES DA SILVA - 002.188.634-20	SIM
0806450-89.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	EDUARDO CARNEIRO DE BRITO - 030.352.534-71	SIM
0809382-50.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	DERIVALDO ROMAO DOS SANTOS e outro - 381.164.214-68	SIM
0809551-37.2017.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	GERSON BEZERRA DA SILVA - 308.489.544-91	SIM
0809604-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE MELO JUNIOR - 929.016.384-49	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800134-02.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CARIOLANDO FELIX DA COSTA e outros - 549.391.354-20	SIM

0800297-16.2012.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ADIVANEIDE BARBOZA COELHO OLIVEIRA - 072.568.884-06	SIM
0800329-21.2012.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	LIDIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO SILVA - 020.463.114-93	SIM
0800583-86.2015.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação		MARCOS TADEU SILVA e outro - 113.826.864-04	SIM
0801366-15.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Descontos Indevidos	Juntada de Contestação	JURANDIR PEREIRA DA SILVA - 036.617.764-87	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801527-59.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE WELLINGTON MOREIRA BERNARDO - 047.893.814-47	SIM
0802269-50.2014.4.05.8200	INTERDITO PROIBITÓRIO	Esbulho / Turbação / Ameaça	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A. - 09.090.259/0001-45	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO FUNAI e outros - 07.328.153/0001-01	SIM
0802439-22.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DROGARIA BALSAMO LTDA - ME e outros - 12.540.508/0001-61	SIM
0803166-10.2016.4.05.8200	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão	FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outros - 17.234.244/0001-31	LUZINALDO ARAÚJO DE ALMEIDA e outro -	SIM
0803269-17.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JACQUELINE GONCALVES VIEIRA ALVES - 055.227.504-21	FACULDADE INTERNACIONAL DA PARAÍBA - FPB e outro -	SIM
080341966.2014.4.05.8200 (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDILEUSA MENDONÇA DA SILVA - 839.318.054-68	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0804156-98.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SERGIO RICARDO PEREIRA DA CRUZ FILHO e outros - 080.220.534-81	SIM
0804309-97.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO - 236.848.954-15	SIM
0805145-70.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO e outros -	CLAUDIO EMMANUEL GONCALVES DA SILVA - 002.188.634-20	SIM
0809020-48.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	PHOENIX INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP e outros - 09.043.253/0001-17	SIM
0809604-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ANTONIO CARLOS RODRIGUES DE MELO JUNIOR - 929.016.384-49	SIM
0809787-86.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Substabelecimento	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	GILVANDRO INACIO DOS ANJOS e outros - 467.154.954-91	SIM
0809979-19.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO e outros -	REMMIG ADMINISTRADORA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME e outros - 24.426.603/0001-18	SIM
0809990-48.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	FUTURA CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI - ME e outros - 12.359.017/0001-19	SIM

0810311-83.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	PROHLAB COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP e outros - 02.660.654/0001-77	SIM
Outros						
0800026-41.2011.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Extensão de Vantagem aos Inativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AILTON MEDEIROS - 580.165.467-49	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - 03.112.386/0001-11	SIM
0800297-16.2012.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ADIVANEIDE BARBOZA COELHO OLIVEIRA - 072.568.884-06	SIM
0800329-21.2012.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	LIDIANA ALMEIDA DO NASCIMENTO SILVA - 020.463.114-93	SIM
0800736-56.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EUDMARCO MEDEIROS DE FARIAS - 870.139.404-53	SIM
0801313-68.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Piso Salarial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SEVERINO FERREIRA XAVIER - 135.241.604-25	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0801520-67.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SEVERINO DO RAMO DOS SANTOS - 103.847.034-02	SIM
0802095-41.2014.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO WELLINGTON FIRMINO DA SILVA e outros - 300.914.034-72	SIM
0802121-73.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARILSA LEONEL COELHO e outro - 086.360.434-09	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802409-84.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	PARAI COMPUTACAO GRAFICA COMERCIO LTDA - EPP e outros - 01.602.074/0001-60	SIM
0802446-14.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE EDUARDO LIMA DE MACEDO e outro - 374.023.154-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802714-68.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ADEMIR APARECIDO PEREIRA e outro -	SIM
0802889-91.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Repasse de Verbas Públicas e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MOGEIRO PREFEITURA - 08.866.501/0001-67	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802976-47.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELIVANIA CARMEN DIAS DA SILVA - 067.109.784-94	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANISIO TEIXEIRA e outros - 01.678.363/0001-43	SIM
0803141-94.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MIGUEL RODRIGUES DE CASTRO e outros -	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803154-93.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Escolaridade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	MUNICÍPIO DE PILAR/PB e outro -	SIM

0803162-70.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Anulação e outros	Juntada de Certidão de Intimação	JUCIENE ANDRADE DE FIGUEIREDO - 891.556.024-87	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB e outros - 24.489.510/0001-32	SIM
0803545-19.2014.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CLOVIS DE OLIVEIRA FILHO - 364.838.854-15	SIM
0805287-45.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE SALES GAUDENCIO e outros - 078.766.374-34	SIM
<b>PROCESSO EM ORDEM</b>						
0800216-33.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Juntada de Certidão de Intimação	EDUARDO TEIXEIRA DE BRITO - 083.348.074-06	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	SIM
0800483-34.2015.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NEWSDSON CERES COSTA GUEDES e outros - 591.239.664-91	SIM
0801272-28.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NEWTSON CLETO COSTA GUEDES e outros - 498.824.494-68	SIM
0801793-46.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Juros Progressivos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Espólio de Antonio Francisco dos Santos, representado pela inventariante Maria da Penha Araújo dos S -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0802499-87.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DE TAIPU e outros -	MARCILENE SALES DA COSTA - 805.309.744-87	SIM
0802853-20.2014.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	DEMOSTENES DIAS DE MEDEIROS JUNIOR e outros - 018.396.194-30	SIM
0803094-23.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Contratos Bancários e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA JOSE MATIAS - 044.701.924-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803238-65.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CLAUDIO FERNANDO ANDRE - 075.428.778-52	SIM
0803279-61.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	R & C TRANSPORTES LTDA - ME - 07.201.297/0001-00	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	SIM
0803701-65.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARGARETH DE FATIMA FORMIGA MELO DINIZ e outro - 323.157.164-20	SIM
0804539-47.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ALESSANDRO DA CUNHA DINIZ e outros -035.414.434-05	SIM
0805479-70.2018.4.05.8200	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MARIA CRISTINA LOURENCO TOLEDO - 874.131.324-00	SIM
0805491-84.2018.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Invalidez Permanente	Juntada de Petição	SAVIO LUIS DANTAS DA COSTA - 692.129.884-15	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0808618-64.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	JOSE ROMULO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE NETO - 021.352.054-00	SIM

0809111-41.2017.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Contestação	MARCELO SOBRAL DA SILVA - 132.239.504-78	FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA e outros -	SIM
0809193-72.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	BOANERGES FELIX DA SILVA e outros - 510.703.084-04	SIM
0809474-28.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	ROMULO SOARES POLARI e outros - 003.406.424-91	SIM
0809512-40.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	JOSE ROMULO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE NETO - 021.352.054-00	SIM
0809823-31.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSERV - CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e outros - 05.219.643/0001-44	SIM
0809878-79.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ANTONIO MENDONÇA MONTEIRO JUNIOR e outros - 343.734.384-04	SIM
0809983-56.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MILTON VIEGAS - ME e outros - 24.279.655/0001-09	SIM
0809992-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO e outros -	TANIA MARIA CAVALCANTE DOS SANTOS e outro - 395.071.574-68	SIM
0810172-34.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e outros - 03.085.239/0001-08	FABIO FERNANDES FONSECA e outro - 873.061.404-00	SIM
0810314-38.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO e outros -	FABRICIO DA SILVA BATISTA - ME e outros - 10.425.286/0001-00	SIM

### 6.1.11. Correição anterior e autoinspeção

A 1ª Vara Federal informou ter cumprido as determinações da Corregedoria constante processos relacionados no Relatório da Correição anterior, bem como aos processos incluídos nas Metas estabelecidas pelo CNJ.

Foi recomendado, em geral, que os servidores da 1ª Vara Federal/PB permaneçam atentos ao cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e pela Corregedoria-Regional da 5ª Região, bem como à celeridade na tramitação dos feitos, a fim de evitar prejuízos à marcha processual.

### 6.1.12. Considerações finais

A 1ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;

2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Demora no cumprimento de despacho.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 1ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 1ª Vara Federal funciona de modo razoável.

## **6.2. 2ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

### **6.2.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 2ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 7.178/1983 c/c o Provimento nº 269/1984 - CJF. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência para processar e julgar causas cíveis.

A vara se localiza no prédio-sede da SJPB e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da 2ª Vara Federal é das 9h às 16h.

### **6.2.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores**

A 2ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 2 magistrados; b) 16 servidores efetivos – 4 analistas judiciários - área judiciária, 10 técnicos judiciários - área administrativa, e 2 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; e c) 4 estagiários. Desses servidores, 02 analistas judiciários - área judiciária estão lotados provisoriamente na unidade. Há 1 cargo de técnico judiciário/segurança e Transporte vago desde 31/5/2017. Há ainda 3 servidores cedidos pela 2ª Vara Federal. Atuam também na vara em referência 1 servidor requisitado do Estado de Pernambuco (Defensoria Pública do Estado de Pernambuco), 1 servidor requisitado da Prefeitura de João Pessoa/PB, 1 servidora requisitada do Estado da Paraíba (Secretaria de Administração do Estado da Paraíba) e 1 servidora requisitada do Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Registre-se que há 2 servidores cedidos por outros setores em auxílio à unidade.

### 6.2.2.1. Juiz federal titular e juíza federal substituta

O juiz federal titular da vara, Bruno Teixeira de Paiva, exerce a magistratura federal desde 14/12/2005, atuando na 2ª Vara Federal desde 01/03/2016 (Ato nº 74/2016 - GP), tendo entrado em exercício apenas em 08/09/2017, devido ao afastamento para exercer o cargo de Juiz Auxiliar da Corregedoria.

A juíza federal substituta, Wanessa Figueiredo dos Santos Lima, ingressou na magistratura federal em 14/12/2005, atuando na 2ª Vara Federal desde 06/07/2015.

Nos últimos 12 meses, ocorreram os seguintes afastamentos, relativamente à juíza federal substituta: usufruto de férias nos seguintes períodos - 12/09/16 a 11/10/16; 03/07/2017 a 01/08/2017; 20/11/2017 a 19/12/2017 e 26/02/2018 a 27/03/2018. O magistrado titular não usufruiu nenhum período de férias nos últimos 24 meses.

Ambos os magistrados residem na região metropolitana onde se localiza a 2ª Vara Federal.

### 6.2.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 2ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
André Farias Mendonça	Requisitado	CJ-03	Superior	Direito
Reinaldo de Araújo Paiva	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Manuella Souto de Arruda Dela Bianca	Técnico judiciário	FC-05	Superior	Direito
Renata Porpino de Lucena	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Erika da Rocha von Sohsten	Requisitada	FC-05	Superior	Direito
José Maria da Silva	Técnico Judiciário	-	Superior	Direito
Danielle Lúcia C. da Nóbrega	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Fisioterapia
José Valter Augusto de Lima	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Edilene Oliveira Silva	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
José Valdetário Rios Vital	Técnico Judiciário	FC-04	2º Grau Completo	
Raquel A. Soares	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Beatriz Cristina H. Coutinho	Requisitado	FC-03	Superior	Geografia
Alexandre Magno de	Analista Judiciário	FC-03	Superior	Direito

A. Paiva				
João Luiz Ferreira	Requisitado	FC-02	2º Grau Completo	
Luis Carlos O. de Arroxelas Macedo	Analista Judiciário (Lotação Provisória)	FC-04	Superior	Direito
Wamberto Rodrigues da Silva	Técnico Judiciário (Segurança e Transp.)	GAS	Superior	Direito
Noely Vasconcelos de Lima	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Contabilidade
Fábio Lacerda de Castro Martins	Técnico Judiciário	-	Superior	Direito
Carlos Rafael Aguiar Didier	Técnico Judiciário	-	Superior	Direito
Sheila de Lima	Técnico Judiciário	-	Superior	Direito
Marta Conde Barroso	Técnico Judiciário	-	Superior	Pedagogia
Debora Alcantara de Barros Leal	Analista Judiciária	-	Superior	Direito
Rosineide Sales Da Silva	Analista Judiciário (Lotação Provisória)	FC-04	Superior	Direito

Há ainda 04 servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), nomeados em cargo de comissão, conforme relação abaixo:

André Farias Mendonça – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;

João Luiz Ferreira – Prefeitura Municipal de João Pessoa;

Beatriz Cristina H. Coutinho – Secretaria de Administração do Estado da Paraíba.

Erika da Rocha Von Sohsten – Ministério Público do Estado de Pernambuco.

### 6.2.2.3. Estagiários

Há a previsão de 2 vagas de estagiários para a 2ª Vara Federal, estando todas supridas e mais dois 02 fruto de convênio firmado com o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ.

### 6.2.3. Organização da 2ª Vara Federal

A secretaria da 2ª Vara Federal é composta de 16 servidores. O gabinete da juíza federal substituta, no exercício da titularidade, conta com 6 servidores.

#### 6.2.3.1. Secretaria

A secretaria se organiza nos seguintes setores:

- SETOR DE CUMPRIMENTO E CONTROLE DE EXPEDIENTES - responsável por toda parte de cumprimento (mandados, ofícios, carta precatória, intimações eletrônicas, etc.) da vara e seu respectivo controle -

Servidores: Raquel A. Soares e Wamberto Rodrigues da Silva;

- SETOR PUBLICAÇÃO E REMESSA - responsável pela publicação dos atos judiciais, bem como a remessa dos processos aos órgãos (DPU, AGU, PFN, PRF) - Servidores: Marta Conde Barroso;
- SETOR DE TRIAGEM INICIAL - responsável pela análise do preenchimento dos requisitos necessários à propositura de uma ação judicial - Servidores: José Valdetário Rios Vital;
- SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO - responsável pelo atendimento às partes, advogados e procuradores; Todos os servidores da secretaria em regime de rodízio.
- SETOR DE EXPEDIÇÃO DE RPV/PRECATÓRIO - responsável pela expedição das requisições de pagamentos referentes aos processos que tramitam na vara - Servidores: Noely Vasconcelos de Lima
- SETOR DE AUDIÊNCIAS - responsável pelo agendamento das audiências designadas, bem assim pelo ao magistrado durante as audiências - Servidores: José Valter Augusto de Lima;
- SETOR DE PERÍCIAS - responsável pelo agendamento e acompanhamento dos processos sujeitos a perícia judicial - Servidores: Danielle Lúcia C. da Nóbrega;
- SETOR DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS - PROCESSOS ELETRÔNICOS - responsável pelo processamento dos feitos eletrônicos (atos ordinatórios, certidões, movimentação processual) Servidores: Danielle Lúcia C. da Nóbrega, Carlos Rafael Aguiar Didier, Reinaldo de Araújo Paiva - Alexandre Magno de A. Paiva;
- SETOR DE PROCEDIMENTOS CÍVEIS - PROCESSOS FÍSICOS - responsável pelo processamento dos feitos físicos (atos ordinatórios, certidões, movimentação processual) - Beatriz Cristina H. Coutinho, Fábio Lacerda de Castro Martins, Sheila de Lima, José Valter Augusto de Lima e Edilene Oliveira Silva.

#### **6.2.3.2. Organização dos gabinetes dos juízes federais**

Atualmente, as atividades dos servidores lotados nos gabinetes estão divididas por matéria. Explica-se: cada assessor fica responsável por determinada matéria, respeitada sempre a ordem cronológica de conclusão, bem como as prioridades processuais.

Servidores: Débora Alcantra de Barros Leal (apreciação de liminares e

pedidos urgentes); Rosineide Sales da Silva (Ações Cíveis Públicas, Improbidade Administrativa e demais ações de procedimentos especiais); Renata Porpino de Lucena (Ações previdenciárias), Luis Carlos O. de Arroxelas Macedo (Ações referentes à matéria de direito de administrativo); José Maria da Silva (Ações de Mandado de Segurança, Habeas Data e tributárias); Érika da Rocha Von Shosten (Ações Executivas e Saúde).

#### **6.2.4. Participação dos magistrados em reuniões com a equipe da 2ª Vara Federal**

As reuniões são realizadas mensalmente, com vistas à uniformização de procedimentos da vara, verificação dos resultados e fixação de novas diretrizes.

#### **6.2.5. Planejamento das atividades da 2ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

Quanto às atividades da Secretaria, o foco tem sido a padronização de rotinas e de despachos e decisões, para que a maior parte dos servidores possa se engajar na atividade-fim da vara, preparando minutas de atos processuais. Em relação à assessoria, a recomendação é sempre no sentido de que sejam obedecidas rigorosamente a ordem cronológica de conclusão, mantendo-a dentro do prazo máximo de 30 dias, cujo controle e monitoramento são feitos através dos relatórios obtidos através dos sistemas Tebas e PJe, com exceção para urgências, embargos declaração e matérias repetitivas.

No âmbito da assessoria, a conclusão para julgamento deve ser mantida dentro do prazo máximo de 30 dias, sem prejuízo das prioridades processuais e observada a ordem cronológica de conclusão. Já a secretaria deve trabalhar sempre no mês em curso. Todas as petições novas devem ser apreciadas dentro do mês de sua respectiva juntada. De igual modo, o cumprimento das decisões judiciais deve ser efetivado dentro do mês em que foram proferidas.

A avaliação é mensal, através dos relatórios obtidos nos sistemas Tebas e PJe, além de planilhas elaboradas pela secretaria da vara.

#### **6.2.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais**

O atendimento ao público em geral é realizado pelos servidores da secretaria, em regime de rodízio de horário, no período das 09:00 às 18:00h (segunda a sexta-feira). Após o atendimento feito pelo servidor, o advogado tem a possibilidade de solicitar informações ao diretor de secretaria.

O atendimento em gabinete é feito diretamente com os magistrados, sempre

na presença do diretor de secretaria ou de outro servidor e sem necessidade de agendamento prévio, mas preferencialmente no turno da tarde, salvo urgências. No caso das partes, estas deverão estar acompanhadas de seus advogados.

#### **6.2.7. Organização e controle dos processos**

Os processos são todos acondicionados em estantes numeradas (sem portas), sendo trabalhados na ordem cronológica de chegada em cada fase processual. Já os feitos eletrônicos são organizados nas “caixas” próprias do Sistema Judicial Eletrônico (PJe), sendo igualmente trabalhados na ordem cronológica de chegada em cada tarefa, respeitada sempre, em ambos os casos, as prioridades processuais, cuja indicação acompanha tantos os processos físicos como eletrônicos.

Em relação aos processos conclusos, o controle e monitoramento são feitos através dos relatórios obtidos através dos sistemas Tebas e PJe, além da elaboração de planilhas para consolidação desses dados pela secretaria.

#### **6.2.8. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, o número de processos (físicos e eletrônicos) em tramitação na Vara (total ajustado: excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados), atualmente, da competência dos Juízes Titular e Substituto:

Juiz Titular: 1.113 - Eletrônicos (PJe); 443 - Físicos (TEBAS)

Juiz Substituto: 1.028 - Eletrônicos (PJe); 355 - Físicos (TEBAS)

A relação do respectivo número de processos com o número de servidores em atividade na vara (22) é de 133,59.

Quando do preenchimento do formulário de gestão, havia 512 processos sobrestados, sendo 236 processos físicos e 276 processos eletrônicos.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição:

Juiz Titular: 16 audiências, sendo 14 referentes a processos eletrônicos (PJe) e 2 referentes a processos físicos (TEBAS).

Juiz Substituto: 69 audiências, sendo 55 referentes a processos eletrônicos (PJe) e 14 referentes a processos físicos (TEBAS).

Com a instalação do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária da Paraíba (CEJUSC), no âmbito da Seção Judiciária de João Pessoa - PB, obteve-se um incremento no percentual de conciliações em relação aos processos que tramitam na 2ª Vara.

	Audiências de Conciliação Realizadas	Acordos	Acordos (%)
CEJUSC/2017	42	9	21,43%
CEJUSC/2018	11	6	54,55%

A 2ª vara realiza 1 inspeção por ano, tendo a última ocorrido no período de 21 a 25 de maio de 2018.

Não há na vara processos com pendência junto a outros setores da Administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados, pois na inspeção ordinária realizada no último mês do corrente ano, foi solicitada aos órgãos e advogados a devolução de todos os processos com remessa externa.

Ressalta-se que, diante da inexistência de relatórios específicos nos sistemas processuais (PJe e TEBAS), a vara deixou de apresentar a consolidação desses números.

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCAI), quando ocorre o trânsito em julgado da ação civil pública.

Foram julgados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses o total de 3.301 (111 TEBAS + 3.190 PJe) ficando a média mensal em 137,5 processos.

Foram distribuídos/redistribuídos (entradas) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses 1.764 processos (126 TEBAS + 1.638 PJe) totalizando uma média mensal de 73,5 processos.

#### **6.2.9. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

A 2ª Vara informa que a Meta 1 vem sendo cumprida. Até a correição, haviam sido distribuídos, no âmbito da 2ª Vara, 393 processos de conhecimento eletrônicos (PJe) e 17 processos físicos (TEBAS), e sentenciados 578 no ano de 2018.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

De igual forma, a 2ª Vara informa que tem procurado cumprir a meta acima. Para tanto, tem empreendido esforços no sentido de identificar com etiquetas todos os feitos abrangidos por esta meta, a fim de que seja julgado o maior número de processos possível até o final deste ano.

Ressalta-se que, diante da inexistência de relatórios específicos nos sistemas processuais (PJe e TEBAS), deixa-se de apresentar a consolidação desses números.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 20% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Com a instalação do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária da Paraíba (CEJUSC), no âmbito da Seção Judiciária de João Pessoa - PB, obteve-se um incremento no percentual de conciliações em relação aos processos que tramitam na 2ª Vara.

	Audiências de Conciliação Realizadas	Acordos	Acordos (%)
CEJUSC/2017	42	9	21,43%
CEJUSC/2018	11	6	54,55%

Foram adiadas 03 audiências e 04 foram canceladas, já tendo havido a devida remarcação.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Em relação a tal meta, a Vara informa que tem envidado esforços no sentido de cumpri-la integralmente até o final deste ano. Com efeito, informaram que das 67 ações de Improbidade Administrativa distribuídas até 31/12/2015, restam 33 ações pendentes de julgamento.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Até o presente momento foram distribuídas 272 Execuções não fiscais no âmbito da 2ª Vara, e baixados 146 processos executivos não fiscais no corrente ano.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

A vara informou que está sendo cumprida.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não se aplica.

### 6.2.10. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 50 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 100 processos.

#### 6.2.10.1. Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.2.10.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE COBRANÇA DE RESPOSTA A OFÍCIOS EXPEDIDOS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00081070319974058200	
<b>AUSÊNCIA DE MUDANÇA DE CLASSE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00093538220074058200	
<b>DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00013165620134058200	De 25/01/2018 a 20/04/2018.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00093538220074058200	De fl. 1250 (jan a abr/17 - fl. 1248v.)
Improbidade Administrativa	00055126920134058200	De fl. 780 (nov/17 a fev/18 - v. fl. 773v.)
Desapropriação	00025375520054058200	De fl. 479 (mais de 30 dias)
Civil Pública	00024878720094058200	De fl. 687 (set a nov/16 - fl. 682v.)
Improbidade Administrativa	00155493920054058200	De 19/12/2017 a 26/02/2018.
Improbidade Administrativa	00099395120094058200	De 24/11/2017 a 18/01/2018.
Civil Pública	00081070319974058200	De 10/03/2017 a 22/06/2017.
Civil Pública	00054406820024058200	De 15/01/2018 a 17/04/2018.
Improbidade Administrativa	00006197920064058200	Juntada em 27/03/17, certidão e conclusão em 01/06/17.
Desapropriação	00080926819964058200	Juntada em 10/11/17, conc. em 01/02/18.
Civil Pública	00009729020044058200	Juntada em 26/07/16, concluso em 28/09/16.
<b>DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Civil Pública	00046024220134058200	Publicação ocorrida em 12/03/18, certidão em 03/05/18.

Civil Pública	00029687920114058200	De 14/07/16 a 13/10/16.
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00093596020054058200	De 18/04/2017 a 12/09/2017.
Improbidade Administrativa	00055126920134058200	Do mandado de fl. 653 (out/14 a jul/15 - fls. 653 e 655)
Civil Pública	00090905020074058200	Do mandado de fl. 696 (fev a ago/16 - fl. 695v)
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00090905020074058200	Da decisão de fls. 737/738 (dez/17 a abr/18 - fl. 736)
Improbidade Administrativa	00070456820104058200	De 18/07/2017 a 13/04/2018.
Reintegração de Posse	00026173820134058200	Concluso em 12/09/17, sentença em 08/02/18.
Civil Pública	00046024220134058200	Concluso em 12/09/17, sentença em 08/02/18.
Improbidade Administrativa	00066524620104058200	Concluso em 27/02/18, sentença em 09/07/18.
Embargos à Execução	00079093820124058200	Conclusos desde 09/04/18
Civil Pública	00000397820084058200	De 06/09/2016 a 15/02/2017.
Improbidade Administrativa	00099395120094058200	De 03/12/2015 a 14/06/2017
Civil Pública	00083988020094058200	De 13/07/2017 a 16/04/2018.
Improbidade Administrativa	00013165620134058200	Desde 20/04/2018.
Civil Pública	00068507820134058200	Da sentença de fls. 319/330 (out/17 a abr/18)
Civil Pública	00024878720094058200	Da decisão de fls. 687/691 (dez/17 a maio/18), enumeradas equivocadamente.
Improbidade Administrativa	00055126920134058200	Da decisão de fls. 781/792 (fev a maio/18 - fl. 780)
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00015503820134058200	De 02.06.2017 a 29.11.2017.
Improbidade Administrativa	00006197920064058200	Conclusos em 15/08/17, despacho em 16/02/18 - demora excessiva.
Improbidade Administrativa	00155493920054058200	De 26/08/2016 a 17/02/2017.
<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00062713320134058200	Despacho de 02/03/18, publicação em 08/05/18.
<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Desapropriação	00025375520054058200	Fl. 476 (mais de 30 dias)
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00071614520084058200	
Ordinária	00075405420064058200	
Improbidade Administrativa	00068715420134058200	

Improbidade Administrativa	00072969120074058200	
Ordinária	00029295820064058200	
Ordinária	00089129620104058200	
Ordinária	00042797120124058200	
Civil Pública	00083830920124058200	
Civil Pública	00036749620104058200	
Civil Pública	00050973820034058200	
<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	00073011620074058200	Ausência de etiqueta identificadora nos volumes 20 e 21
Improbidade Administrativa	00072994620074058200	Processo sem movimentação, de 04/12/2017 a 01/03/2018.
Civil Pública	00024878720094058200	Autos com numeração equivocada após a fl. 688
Civil Pública	00024878720094058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 688 (dez/16 a mar/17)
Desapropriação	00025375520054058200	Demora na confecção do ato ordinatório de fl. 477 (mais de 30 dias)
Desapropriação	00025375520054058200	Demora na abertura de vista (fl. 473)
Improbidade Administrativa	00055126920134058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 736 (abril/16 a jan/17 - fls. 738 e 739)
Desapropriação	9900125843	Demora no cumprimento do despacho de fl. 1254 (out/15 a fev/16 - fl. 1255).
Popular	00061486519954058200	Lapso sem movimentação (da juntada em 30/08/17, ato ordinatório em 06/11/17).
Popular	00061486519954058200	Ausência de alteração na identificação/etiqueta do processo (trata-se na verdade de execução de sentença)
Desapropriação	00078221519944058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 13/10/17, reiterado em inspeção em 26/01/18, juntada em 01/03/18.
Improbidade Administrativa	00085156620124058200	Demora no cumprimento do despacho de fl.776 (nov/16 a jan/17 - fl. 776v)
Civil Pública	00054406820024058200	Processo sem movimentação, de 30/06/2016 a 10/01/2017.
Civil Pública	00081070319974058200	Processo sem movimentação, de 28/09/2016 a 03/03/2017.
Desapropriação	00025677119004058200	Permanência excessiva dos autos em poder do advogado, de 18/12/2017 a 02/04/2018.
Civil Pública	00015503820134058200	Processo sem movimentação, desde 03/04/2018.
Civil Pública	00071066020094058200	Demora para cumprimento de despacho, de 18/12/2017 a 02/02/2018.
Civil Pública	00029687920114058200	lapso sem movimentação

		(despacho em inspeção em 09/05/17, remessa de autos em 15/08/17)
Civil Pública	00009729020044058200	Ausência de alteração na identificação dos autos (trata-se de cumprimento de sentença)
Desapropriação	00107018719974058200	Processo sem movimentação, desde 29/05/2018.
Civil Pública	00093596020054058200	Processo sem movimentação, de 08/08/2016 a 23/01/2017.
Civil Pública	00029687920114058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 04/11/16, exp. de ofício em 06/02/17.
Civil Pública	00000397820084058200	Processo sem movimentação, desde 30/01/2018.
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00024878720094058200 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em fev/10 anulada pelo TRF5.		
Processo: 00026173820134058200 Classe: Reintegração de Posse - Apensada ao proc. 00046024220134058200 (ACP).		
Processo: 00050973820034058200 Classe: Civil Pública - Sentença anulada/ausência de perícia.		
Processo: 00061486519954058200 Classe: Popular – Execução de sentença – Sem alteração na identificação.		
Processo: 00062713320134058200 Classe: Civil Pública - Cautelar 00062721820134058200 desapensada em 20/06/18.		
Processo: 00066524620104058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 18 CNJ.		
Processo: 00078221519944058200 Classe: Desapropriação - Apenso 00065100820114058200 execução provisória de sentença trânsito em julgado em 15/10/15		

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0801088-77.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEONILDO FIDELIS BEZERRA e outros - 583.226.047-34	SIM
0801928-87.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Compromisso e outros	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB - 26.461.699/0001-80	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803459-14.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ELIANA PEREIRA DA SILVA COELHO e outros - 290.056.711-49	SIM
Demora para a conclusão						
0800015-36.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Periculosidade e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	LUCIANA MARIA MARTINEZ VAZ - 425.049.884-00	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0800067-32.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	DAMIAO FERREIRA DA CRUZ e outro - 603.352.204-44	SIM
0800230-51.2012.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM

0800261-66.2015.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Desapropriação	Juntada de Certidão	LINCOLN THIAGO DE ANDRADE BEZERRA - 034.491.834-35	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800272-95.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO CESAR BENVINDO CALDAS e outros - 869.351.354-00	SIM
0800307-55.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Substabelecimento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MARIA DE FRANCA e outros - 069.535.064-15	SIM
0800316-22.2012.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800316-51.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e outro - 03.085.239/0001-08	JOAO CLEMENTE NETO e outros - 885.066.574-15	SIM
0800321-05.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Diárias e Outras Indenizações	Baixa Definitiva	VERONICA LEITE ALBUQUERQUE DE BRITO - 133.298.804-06	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0800460-25.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Invalidez	Juntada de Certidão de Intimação	ELIANE RAMOS DA COSTA e outro - 602.535.174-00	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800722-38.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALEX CICERO PINHEIRO DE OLIVEIRA - 042.080.374-23	SIM
0800804-69.2015.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	TS COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP e outros - 05.335.926/0001-51	SIM
0800856-31.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Conclusos para julgamento	ANTONIO FELIX DA SILVA - 205.513.804-97	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801026-37.2015.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Réplica	ELEONIDAS MOURA LIMA - 610.700.922-15	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outros - 24.098.477/0001-10	SIM
0801088-77.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEONILDO FIDELIS BEZERRA e outros - 583.226.047-34	SIM
0801401-09.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Base de Cálculo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DARCIO ALEXANDRE DE LIMA - 296.536.907-44	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0801648-48.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0801649-33.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ADRIANO DA COSTA LIMA e outros - 021.030.264-03	SIM
0801812-18.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0801867-32.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - 03.085.239/0001-08	VERALUCIA MARIA ANDRADE DE MELO - 108.749.764-72	SIM
0801928-87.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Compromisso e outros	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB - 26.461.699/0001-80	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802107-84.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Exercício Profissional e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO - 08.920.571/0001-56	SIM

0802818-26.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Correção Monetária	Juntada de Contrarrazões	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO FRANCISCO CARDOSO -	SIM
0802981-06.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803112-15.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	COPAL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA e outros - 05.962.039/0001-03	SIM
0803116-81.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	GENIVALDA DO NASCIMENTO CARNEIRO - 029.916.034-37	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803459-14.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ELIANA PEREIRA DA SILVA COELHO e outros - 290.056.711-49	SIM
0803599-14.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Atividade concomitante	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE J PESSOA APAE - 08.299.133/0001-12	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803752-47.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio e outros	Juntada de Certidão	CRISTIANE DE SOUZA RAMOS - 04.427.309/0001-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0803903-81.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0804000-47.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Honorários Advocáticos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CRISTINA QUEIROZ DE GUSMAO FRAZAO DE MEDEIROS e outros - 031.328.294-39	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0804327-89.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA ELZA DE SOUZA e outros - 048.165.604-91	SIM
0804526-14.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Execução Previdenciária	Juntada de Certidão	FLAVIANA MARTINS DA SILVA - 065.280.604-01	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0805169-69.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0807867-77.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ALUISIO AVELINO DE PAIVA NETO - null	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0800828-94.2015.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB -	SIM
0801194-05.2016.4.05.8200	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDSON DOS SANTOS LIMA e outro -	CONFINANTE JOSÉ WELLINGTON OLIVEIRA SOUZA e outros -	SIM
0803417-62.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	IVANETE MARIA DA SILVA e outro -	SIM
0803469-58.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocáticos em Execução Contra a Fazenda Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE ITABAIANA - 09.072.430/0001-93	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						

0800067-32.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	DAMIAO FERREIRA DA CRUZ e outro - 603.352.204-44	SIM
0800272-95.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	AUGUSTO CESAR BENVINDO CALDAS e outros - 869.351.354-00	SIM
0800308-40.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	WALDSON DIAS DE SOUZA e outros - 028.578.024-71	SIM
0800454-18.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ALESSANDRO CAVALCANTI DE PAULA MARQUES e outros - 113.760.664-91	SIM
0800856-31.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Conclusos para julgamento	ANTONIO FELIX DA SILVA - 205.513.804-97	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803112-15.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	COPAL ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA e outros - 05.962.039/0001-03	SIM
0803116-81.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Juntada de Certidão de Intimação	GENIVALDA DO NASCIMENTO CARNEIRO - 029.916.034-37	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803993-21.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão de Intimação	FRANCISCA ISMAEL DA COSTA e outro - 176.251.734-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804327-89.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA ELZA DE SOUZA e outros - 048.165.604-91	SIM
0804991-23.2015.4.05.8200	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação		INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	LINCOLN THIAGO DE ANDRADE BEZERRA e outro - 034.491.834-35	SIM
0807626-06.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Desapropriação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800722-38.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALEX CICERO PINHEIRO DE OLIVEIRA - 042.080.374-23	SIM
0800828-94.2015.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	MUNICÍPIO DE PEDRAS DE FOGO - PB -	SIM
0801867-32.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - 03.085.239/0001-08	VERALUCIA MARIA ANDRADE DE MELO - 108.749.764-72	SIM
0804000-47.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Honorários Advocatícios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CRISTINA QUEIROZ DE GUSMAO FRAZAO DE MEDEIROS e outros - 031.328.294-39	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0804296-35.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE e outro - 08.829.974/0001-94	JOAO ALBERTO LINS FILHO - 488.595.244-15	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800316-22.2012.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM

0800722-38.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALEX CICERO PINHEIRO DE OLIVEIRA - 042.080.374-23	SIM
0800856-31.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Conclusos para julgamento	ANTONIO FELIX DA SILVA - 205.513.804-97	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801056-04.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	FUNDAÇÃO JOSE AMERICO e outros - 08.667.750/0001-23	SIM
0801115-26.2016.4.05.8200	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ADRIANO RICARDO DE ARAUJO SILVA - 569.170.074-04	SIM
0801194-05.2016.4.05.8200	USUCAPIÃO	Usucapião Especial (Constitucional)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EDSON DOS SANTOS LIMA e outro -	CONFINANTE JOSÉ WELLINGTON OLIVEIRA SOUZA e outros -	SIM
0801414-71.2014.4.05.8200	MONITÓRIA	Execução Contratual	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801928-87.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Compromisso e outros	Juntada de Certidão de Intimação	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONAB - 26.461.699/0001-80	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0802107-84.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Exercício Profissional e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	MUNICIPIO DE BOM SUCESSO - 08.920.571/0001-56	SIM
0802835-96.2014.4.05.8200	MONITÓRIA	Contratos Internacionais	Juntada de Impugnação aos Embargos	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803198-15.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Comunicação Social	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PILAR PREFEITURA - 08.867.780/0001-83	SIM
0803333-27.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JADGLEISON ROCHA ALVES - 066.458.114-54	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outros - 24.098.477/0001-10	SIM
0803417-62.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Acessão	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	IVANETE MARIA DA SILVA e outro -	SIM
0803599-14.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Atividade concomitante	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	ASSOS DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEP DE J PESSOA APAE - 08.299.133/0001-12	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803752-47.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio e outros	Juntada de Certidão	CRISTIANE DE SOUZA RAMOS - 04.427.309/0001-13	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0804526-14.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Execução Previdenciária	Juntada de Certidão	FLAVIANA MARTINS DA SILVA - 065.280.604-01	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804775-62.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	APOLINARIO DOS ANJOS NETO - 457.281.944-00	SIM
0808955-53.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MOGEIRO PREFEITURA - 08.866.501/0001-67	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800316-51.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE e outro - 03.085.239/0001-08	JOAO CLEMENTE NETO e outros - 885.066.574-15	SIM
0800722-38.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Previdenciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALEX CICERO PINHEIRO DE OLIVEIRA - 042.080.374-23	SIM

0801648-48.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0803903-81.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0804000-47.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Honorários Advocatícios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CRISTINA QUEIROZ DE GUSMAO FRAZAO DE MEDEIROS e outros - 031.328.294-39	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0805050-11.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAUL MAIA e outros - 123.997.798-00	SIM
<b>PROCESSO EM ORDEM</b>						
0800082-69.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Flora	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CAMACO MINERACAO LTDA - ME e outros - 12.924.486/0001-33	SIM
0800155-12.2012.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	SEVERINO FERREIRA DA SILVA - 009.687.304-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800224-44.2012.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Retido na fonte	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE BENEDITO GOMES - 112.899.294-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800557-88.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Exercício Profissional	Juntada de Petição	CENTRO NORDESTINO DE ENSINO SUPERIOR S/S LTDA e outros -	THYAGO DUAVY FERRER LIMA - 006.424.703-16	SIM
0800706-50.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Juntada de Certidão	RENATO OAZEM MARCOLAN, REPRESENTADO PELO INVENTARIANTE, DOUGLAS RENATO MONTEIRO MARCOLAR -	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800716-94.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Residência Médica e outros	Baixa Definitiva	THALITA GOMES SARMENTO FERREIRA - 073.425.034-79	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800762-88.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Incidência sobre Aplicações Financeiras e outros	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INSTITUTO ESTRELA DE FOMENTO AO MICROCRÉDITO - 07.406.882/0001-39	SIM
0800775-87.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Multas e demais Sanções e outros	Juntada de Certidão de Intimação	LINDALVA LEITE GOMES e outro - 181.872.854-00	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL -	SIM
0800856-36.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Piso Salarial	Juntada de Certidão de Intimação	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	JOSE VALDEVINO NETO - 727.142.634-53	SIM
0800921-55.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MGL - MINERACAO GUARARAPES LTDA - ME - 09.157.022/0002-15	SIM
0801125-07.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Complementação de Benefício/Ferrovário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ZILDA MARIA DE SOUSA OLIVEIRA - 394.940.714-68	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801204-83.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Financiamento Público da Educação e/ou Pesquisa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801265-36.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	VANEIDE DO NASCIMENTO COELHO, proprietária da MASTER ACADEMIA,	SIM
0801652-85.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM

0802077-20.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA CAGEPA - 09.123.654/0001-87	SIM
0802467-82.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	WISTERLÂNDIO LIMA FERNANDES e outro -	SIM
0802639-87.2018.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Nulidade de Ato Administrativo	Juntada de Certidão de Intimação	Theles Bustorff Feodrippe de Oliveira Martins - 089.920.994-79	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0802665-22.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MEIO AMBIENTE e outro - 08.329.849/0001-15	IZAIAS BESSA JUNIOR NETO - 030.836.254-30	SIM
0802737-14.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Inscrição / Documentação	Baixa Definitiva	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE SOUZA FILHO e outros - 061.128.774-90	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO e outro -	SIM
0802847-13.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Baixa Definitiva	MARIA DO CARMO DOS SANTOS - 108.751.404-59	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802932-96.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Correção Monetária	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MUNICIPIO DE ITABAIANA - 09.072.430/0001-93	SIM
0802998-76.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Vícios Formais da Sentença	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE COREMAS - 08.939.936/0001-94	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0803050-33.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Controle Social e Conselhos de Saúde	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PEDRO REGIS PREFEITURA MUNICIPAL e outros - 01.612.967/0001-97	SIM
0803366-51.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Execução Contratual	Baixa Definitiva	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	GERALDO GALDINO DA SILVA - 041.774.364-53	SIM
0803473-61.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	CLOVIS ARAUJO DA SILVA e outros - 08.522.948/0001-19	SIM
0803511-73.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Juntada de Petição	JADER RODRIGUES DE CARVALHO ROCHA - 917.130.134-87	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB e outro - 24.489.510/0001-32	SIM
0803621-04.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sequestro de Verbas Públicas	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	CASTRO E DANTAS ADVOGADOS e outro - 10.785.405/0001-36	SIM
0803626-26.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sequestro de Verbas Públicas	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	FIUZA CORDEIRO & FREITAS ADVOGADOS ASSOCIADOS e outros - 20.870.418/0001-67	SIM
0803628-93.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sequestro de Verbas Públicas	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	CELSO TADEU LUSTOSA PIRES SEGUNDO e outro - 019.502.064-24	SIM
0803841-41.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)	Juntada de Apelação	ASSOC DOS SERV DO INST NAC DE COL E R AGRARIA NO EST PB - 12.603.692/0001-41	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	SIM
0804005-69.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Certificado de Regularidade - FGTS	Juntada de Petição	ITAPOROROCA PREFEITURA - 09.165.176/0001-78	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM

0804058-84.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Abatimento proporcional do preço	Juntada de Certidão	JOSE ALBERTO BERNARDO DOS SANTOS -031.212.304-33	BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL e outro 62.136.254/0001-99	SIM
0804114-20.2014.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	ANA MARIA DE SOUZA MARTINS FARIAS - 432.057.557-15	PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UFPB e outros -	SIM
0804131-56.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Enquadramento	Juntada de Petição	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	GETULIO ANTUNES DE OLIVEIRA - 128.743.454-15	SIM
0804256-24.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	*** ESTADO DA PARAÍBA e outros - 08.761.124/0001-00	SIM
0804935-19.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JOSE QUIRINO DA SILVA - 18.951.144/0001-99	SIM
0805102-07.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	EDUARDO GINDRE CAXIAS DE LIMA - 007.981.374-79	SIM
0805117-05.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Revogação/Concessão de Licença Ambiental	Juntada de Certidão	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outro - 03.659.166/0001-02	SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MEIO AMBIENTE e outro - 08.329.849/0001-15	SIM
0805134-41.2017.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	RITA DE CASSIA PEREIRA FEITOSA - ME - 05.642.835/0001-69	SIM
0805242-36.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Adicional de Horas Extras	Juntada de Contestação	SIND DOS TRAB EM SERVICO PUBLICO FED NO EST DA PARAIBA - 24.489.205/0001-40	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807438-13.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE ROMULO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE NETO - 021.352.054-00	SIM
0807488-39.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Rádiodifusão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0808961-60.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Suspensão	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS RAMOS - 01.612.384/0001-66	SIM
0809022-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	CERAMICA SANTA CANDIDA LTDA - ME - 10.313.089/0001-08	SIM
0809577-35.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAIBA - CAU/PB - 14.918.711/0001-54	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0809782-64.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAIBA - CAU/PB - 14.918.711/0001-54	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM

### 6.2.11. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior foram cumpridas, sobretudo em relação algumas práticas cartorárias, objeto de observação na Correição anterior (demora na expedição de certidão; demora na juntada de

expedientes; demora na conclusão; demora na juntada de petição; atos ordinatórios sem data; demora no cumprimento de despacho; ausência de termo de remessa; juntada de ofício sem protocolo, etc.). A Secretaria, desde a última correição, tem procurado corrigir as falhas apontadas, aprimorando para tanto o fluxo processual, bem como adotando métodos de controle.

No tocante às metas a serem alcançadas na última autoinspeção, considerando que a mais recente ocorreu em junho de 2017, muitas das metas e recomendações determinadas ainda se encontravam em processo de cumprimento, outras, porém, já haviam sido devidamente implementadas pela secretaria da vara. Dentre as recomendações constantes no relatório conclusivo da Inspeção/2017, destacam-se:

1) Criação de rotina para verificação e juntada, em menor tempo, dos ofícios recebidos dos tribunais e para o impulsionamento adequado dos processos;

2) Colocação de termo de juntada sempre que forem juntados ofícios ou acórdãos e certidões de trânsito em julgado extraídos do site dos tribunais, com juntada dessas peças em ordem cronológica, a fim de facilitar a compreensão da sequência de atos processuais.

3) A secretaria deve organizar os processos físicos em suas estantes de modo a permitir a observância da ordem cronológica;

4) Foi recomendado o tratamento prioritário dos processos com pendências de embargos de declaração;

5) Recomendou-se que a cobrança deve ser feita por ofício após 90 dias da expedição e, mais 60 dias sem qualquer resposta, deve-se oficiar novamente ao juízo deprecado e à Corregedoria respectiva, comunicando o fato e solicitando providências;

6) Adoção de livro físico para acompanhamento da expedição e da devolução dos mandados expedidos, bem como em relação aos processos à contadoria.

#### **6.2.12. Considerações finais**

A 2ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão;
4. Alguns feitos sem movimentação processual;

## 5. Demora na prolação de despacho.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 2ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 2ª Vara Federal funciona de modo adequado.

### **6.3. 3ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

#### **6.3.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 3ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 7.178/1983 c/c o Provimento nº 294/1986 - CJF. Dentro de sua jurisdição, a unidade possui competência para processar e julgar causas cíveis.

A vara se localiza no prédio-sede da SJPB e apresenta instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento é das 9h às 18h. A carga horária corresponde a 7h corridas, de forma que não há interrupção no atendimento ao público.

#### **6.3.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 3ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 1 juíza federal; b) 15 servidores efetivos - 6 analistas judiciários - área judiciária e 09 técnicos judiciários; e c) 4 estagiários.

A unidade conta atualmente com todos os cargos efetivos preenchidos. Além dos servidores efetivos, a unidade conta com 04 servidores cedidos por outros órgãos para exercício de funções comissionadas. Registre-se ainda que a diretora de secretaria não tem vínculo anterior com o serviço público. Não há servidores da vara cedidos a outros órgãos ou entidades. Por fim, 1 servidora estava afastada do serviço em decorrência de licença à gestante.

##### **6.3.2.1. Juíza federal titular**

A juíza federal titular da 3ª Vara Federal, Cristina Maria Costa Garcez, exerce a magistratura federal desde 22/03/1995, atuando na 3ª Vara Federal desde 17/06/1999 (como magistrada substituta).

A referida magistrada federal foi designada juíza da propaganda eleitoral nas Eleições de 2006 e como juíza membro do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), no biênio 2007/2009. Também foi diretora da Escola Judiciária Eleitoral no período de 2007/2009. Foi, ainda, membro efetivo da Turma Recursal/PB nos biênios 2002/2004 e 2004/2006. Atuou como coordenadora da CEMAN, no período de 07/05/2010 a 01/08/2015; como membro do Comitê Gestor de Contas Especiais de que trata o art. 97, § 1º, do ADCT, desde 28/09/2010; como coordenadora da Comissão de Descarte de Processos, desde 05/01/2010 (Portaria nº 012 - GDF); e como diretora do Foro, de 15/10/2012 a 30/10/2012.

Nos últimos 12 meses, a magistrada federal esteve afastada e substituiu outros juízes federais, conforme tabela abaixo:

Período		Discriminação	Expediente
<b>JU61 - CRISTINA MARIA COSTA GARCEZ</b>			
<b>3ª VARA - JOÃO PESSOA-PB</b>			
JUÍZ FEDERAL			
05/07/2016	02/08/2016	Férias	PORT. 414/2015-CR
03/08/2016	08/01/2017	Em Atuação	-
09/01/2017	07/02/2017	Férias	PA 2452/2016
09/02/2017	13/02/2017	Em Atuação	-
14/02/2017	16/02/2017	Licença por motivo de doença em pessoa da família	PA 0001045-19.2017.4.05.7000
17/02/2017	02/07/2017	Em Atuação	-
03/07/2017	01/08/2017	Férias	PA 2452/2016
02/08/2017	04/08/2017	Licença para tratamento de saúde	PA 0007461-03.2017.4.05.7000
05/08/2017	10/01/2018	Em Atuação	-
11/01/2018	09/02/2018	Férias	PA 0010091-32.2017.4.05.7000
10/02/2018	01/07/2018	Em Atuação	-
02/07/2018	05/07/2018	Férias	PA 0010091-32.2017.4.05.7000
<b>Designação / Substituição</b>			
<b>2ª VARA - JOÃO PESSOA-PB</b>			
JUÍZ FEDERAL			
12/09/2016	11/10/2016	Respondendo pela Vara s/prejuízo da jurisdição originária e de outras designações	ATO 606/2016-CR

A juíza federal titular é ainda professora no Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ, de segunda a quinta feira, no horário de 19 às 22 horas.

A magistrada reside na região metropolitana onde se localiza a 3ª Vara.

### 6.3.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 3ª Vara Federal, tem-se a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
------	---------------	-----------------------	-------------------	------------------

Aila Belarmino de Oliveira	Técnico Judiciário	FC-05 Supervisora Execuções Penais	Nível Superior	Administração
Aline Cavalcanti Felinto	Analista Judiciário		Nível Superior	Direito
Aline Ferraz de Moura	Analista Judiciário	FC-02 Auxiliar Direção da Secretaria	Nível Superior	Direito
Edivalda da Silva Bezerra	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisora do Rito Ordinário		Direito
Isabella Costa de Carvalho Lima	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisora Assistente do Rito Especial e Mandado de Segurança	Nível Médio	-
Jose Arimatéia Rufino de Araújo	Técnico Judiciário		Superior incompleto	Direito
Jose Carlos Chapani	Técnico Judiciário	FC-03	Nível Superior	Economia
Josinalva Nunes de Lima Nóbrega	Técnico Judiciário		Nível Superior	Direito
Luciana Cabral Gomes	Analista Judiciário		Nível Superior	Administração
Luis Linderman de Queiroz Medeiros Sobrinho	Técnico Judiciário	FC-05 Oficial de Gabinete	Nível Superior	Direito
Márcia Ramalho Herculano Bandeira	Analista Judiciário	FC-04 Assistente do Gabinete	Nível Superior	Direito
Marcos Antonio Soares Machado	Técnico Judiciário	FC-04 Assistente/Gabinete	Nível Superior	Direito
Paula Regina Galdino dos Santos	Técnico Judiciário	FC-04 Ações Sumaríssimas	Nível Superior	Direito e Mestre em Gestão Pública
Sara Chaves da Silva Neves	Analista Judiciário		Nível Superior	Direito
Tereza de Jesus Alencar Gadelha	Analista Judiciário	FC-05 Oficiala de Gabinete	Nível Superior	Direito

Servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), indicando o grau de instrução e o cargo/função que ocupa, bem como o órgão de origem:

João Batista dos Santos	Requisitado	FC-04 Supervisor Assistente do Setor de Controle Processual	Nível Superior	Direito
Maria Aparecida da Silva Braga	Requisitada	FC-05 Supervisora Apoio Administrativo	Nível Superior	Direito
Sandreane Disney Ferreira de Araújo	Requisitada	FC-05 Supervisora do Cível	Nível Superior	Ciências Contábeis
Renata de Albuquerque Silveira Souto	Requisitada	FC-04 Supervisor Assistente	Nível Superior	Ciências Contábeis

### 6.3.2.3. Estagiários

Há previsão de 4 vagas de estagiários para a 3ª Vara Federal, que atualmente já estão preenchidas da seguinte forma: 02 (dois) remunerados pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ e 02 (dois) do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPERSA ESCOLA - CIEE. Há ainda 1 estagiário sem vínculo com a SJPB.

### 6.3.3. Organização da 3ª Vara Federal

#### 6.3.3.1. Secretaria

Os servidores estão distribuídos da seguinte forma:

Secretaria da Vara – Encontra-se dividida em 02 (dois) Núcleos:

Núcleo 01: Composto por 02 (dois) servidores – Atividades: - Expedição de Pagamento – Leilão - Perícia – Leitura Malote Digital – Baixa de Decisões Eletrônicas – Marcação de Audiência por Videoconferência – Recebimento de petições – Publicação – Atendimento ao Público.

Núcleo 02 – Composto por 05 (cinco) servidores. Cumprimento de atos judiciais e encaminhamento dos processos à conclusão. Este Núcleo é dividido por dígitos. 03 (três) servidoras cumprem os atos judiciais e fazem audiência e 02 (dois) servidores certificam os prazos, fazem conclusão e expedem os atos ordinatórios.

A Assessoria da 3ª Vara é dividida em dois núcleos que servem a ambos os juízes.

O primeiro núcleo é responsável por minutar despachos, decisões e sentenças da grande maioria dos processos, e é composto por 10 servidores e 4 estagiários.

O segundo núcleo é responsável pelos processos de maior complexidade (ACP, ACPI, Desapropriações etc.) e pelas tutelas/liminares. Atualmente é composto por 3 servidores.

Os processos físicos são acondicionados em armários, separados por fase processual: prazo, cumprimento, sobrestados, aguardando expedição e aguardando pagamento. Não há separação de processos com prioridades. A exceção nesta Vara são processos que não têm prioridades pois a maioria dos processos têm prioridade, em face da idade dos promoventes, além dos processos de metas do CNJ, todos são identificados com etiquetas.

O controle dos processos é realizado por um aplicativo web desenvolvido (CTL) por um servidor da 3ª Vara. Cada assessor tem uma lista de processos distribuídos, que é ordenada de acordo com os critérios legais.

Todo o controle do acervo de processos é realizado por um aplicativo web (CTL).

#### **6.3.3.2. Gabinetes dos juízes federais**

A Assessoria da 3ª Vara é dividida em dois núcleos que servem a ambos os juízes.

O primeiro núcleo é responsável por minutar despachos, decisões e sentenças da grande maioria dos processos, e é composto por 10 servidores e 4 estagiários.

O segundo núcleo é responsável pelos processos de maior complexidade (ACP, ACPI, Desapropriações, etc) e pelas tutelas/liminares. Atualmente é composto por 3 servidores.

#### **6.3.4. Participação da magistrada titular em reuniões com a equipe da 3ª Vara Federal**

As reuniões são realizadas mensalmente e a depender da pauta são realizadas com a presença da Juíza. A Ata é publicada no e-mail e no Aplicativo da Vara.

#### **6.3.5. Planejamento das atividades da 3ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados.**

Em março deste ano foi implantada a divisão da Vara em Secretaria e Gabinete. Essa divisão ocorreu em decorrência das aposentadorias dos servidores, para atender a celeridade do Processo Judicial Eletrônico e a necessidade de aumentar o *staff* do Gabinete, em face do grande número de processos conclusos, o que levou a Juíza a repensar a distribuição de tarefas para os servidores.

Além das metas do CNJ a principal meta da Vara é a de tempo, ou seja,

trabalhar processos com prazo de 30 a 60 dias, contados da juntada da petição e conclusão para o Gabinete.

Os resultados são avaliados mensalmente e informados pelo CTL. Cumpre ressaltar que com o dito aplicativo é possível efetuar a avaliação em tempo real do desempenho dos assessores e da situação da Assessoria

#### **6.3.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete das juízas federais**

Membros do Ministério Público e Defensoria Pública dificilmente se dirigem à Secretaria da Vara. Geralmente as comunicações são realizadas diretamente com os Assessores do MPF. Quanto à Defensoria Pública da União, é comum manter contato, por e-mail, mas, via de regra, todos os demais contatos e questões processuais são atendidas no NAP - Núcleo de Atendimento ao Público da Vara.

No que se refere aos advogados e partes, tem-se procurado atendê-los com precisão e clareza nas informações.

O Ministério Público, a Defensoria Pública, advogados e partes sempre são recebidos pelas Juízas. É comum, antes de se apresentarem às juízas, serem recebidos pela Direção da Secretaria que faz o possível para atendê-los de forma que fiquem satisfeitos com as informações sobre os processos. Caso contrário, a Direção da Secretaria os levará à presença das Juízas.

Neste último ano, a Vara não realizou consulta de satisfação do atendimento prestado.

#### **6.3.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 3ª Vara Federal contava com 3.551 processos em tramitação (processos físicos e eletrônicos). Considerando tal número e o número de servidores em exercício na unidade (19), a média de processos por servidor é de 186,89. Registre-se que, neste cálculo, foi considerado o afastamento de 1 servidora, em razão de licença-maternidade.

Processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados são os seguintes:

CONTADORIA	MPF	DPU	UNIÃO	ADVOGADO	CAIXA
Nenhum	01	03	03	08	01

Observação: Foram expedidos mandados de cobrança de autos em 28/06/2016

Em junho/2016, a Juíza Federal Titular encontrava-se no exercício da jurisdição plena da 3ª Vara, uma vez que a Juíza Federal Substituta, embora lotada na 3ª Vara, encontrava-se substituindo o MM. Juiz Federal Titular da 16ª Vara, com prejuízo de sua jurisdição originária, desde maio de 2015.

Registre-se que a Vara está sem Juiz Substituto.

A 3ª Vara Federal, em 05/07/2018, tinha 460 processos sobrestados (físicos e eletrônicos). A quantidade de processos suspensos, por motivo, está indicada nas tabelas abaixo:

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo:

<b>Sobrestados - Físicos</b>	
<b>Motivo</b>	<b>Quantidade</b>
Ag. Julgamento Embargos Execução	53
Ag. Julgamento Instância Superior	56
Ag. Julgamento de outro Processo	1
Ag. Pagamento Precatório	1
Ag. Bens penhoráveis	11
Pro acordo/renegociação	2
<b>Total</b>	<b>124</b>

<b>Sobrestados - PJE</b>	
<b>Motivo</b>	<b>Quantidade</b>
Ag. Julgamento Embargos Execução	135
Ag. Julgamento Instância Superior	75
Ag. Julgamento de outro Processo	18
Ag. Bens penhoráveis	108
<b>Total</b>	<b>336</b>

Nos últimos 24 meses, a magistrada titular realizou 56 audiências em processos em tramitação na 3ª Vara Federal e 02 inspeções (uma em abril/2017 e outra em março/2018).

### **6.3.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Ano 2017	Físicos	PJe	Total	%
Fase conhecimento distribuídos	41	1077	1118	70%
Fase conhecimento- julgados	27	756	783	
Ano 2017 sem Cartas Precatórias	Físicos	PJE	Total	%
Fase conhecimento- distribuídos	41	900	941	83%
Fase conhecimento- julgados	27	756	783	

**Ano 2018:** distribuídos-487/julgados-468 (dados de janeiro a junho/2018)

Ano 2018	Físico	PJe	Total	%
Fase conhecimento- distribuídos	18	542	560	83,5%
Fase conhecimento- julgados	10	458	468	
Ano 2018 - sem Cartas Precatórias	F	PJE	Total	%
Fase conhecimento- distribuídos	18	469	487	96%
Fase conhecimento- julgados	10	458	468	

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Processos distribuídos até 2013:

- Restam pendentes de julgamento 182 processos, sendo que 13 estão sobrestados, aguardando decisão de Tribunal Superior (processos envolvendo índices de atualização de contas-poupança) e 169 estão em fases diversas.

Processos distribuídos até 2014:

- Restam pendentes de julgamento 104 processos (Meta alcançada (91,3%) - processos distribuídos em 2014, 61+1130=1191 processos (Físicos e PJE), processos remanescentes = 104), sendo 43 sobrestados; 05 conclusos para sentença e 56 com fases diversas.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Não foi alcançado. O percentual obtido foi de 1,002% (19 acordos e 1851 distribuídos).

Foram realizadas 19 atividades de conciliação nos últimos 24 meses, tendo havido, ainda, 97 audiências adiadas ou canceladas no mesmo período, sem

remarcação.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Até 31/12/2015 foram distribuídas 140 ações de improbidade administrativa em processos físicos e 24 no PJe, totalizando 164 (cento e sessenta quatro) processos.

Até a presente data foram julgados 137 processos, restando para julgamento 27 processos abaixo relacionados. Perfazendo um percentual na presente data de 80,29%.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Processos de Execução/cumprimento de sentença

<b>Ano 2017</b>	<b>Físicos</b>	<b>PJe</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Fase execução - distribuídos/mudança classe	110	540	650	126%
Fase execução- Baixados	331	491	822	

<b>Ano 2018</b>	<b>Físicos</b>	<b>PJe</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Fase execução - distribuídos/mudança classe	26	405	431	100%
Fase execução- Baixados	154	277	431	

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Meta 6 atingida.

PJe - Distribuídos 14 processos e todos já foram julgados.

FÍSICO - Distribuídos 23 Mandados de Segurança Coletivos que já foram julgados.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não aplicável.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao**

## trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015

Não aplicável.

### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique inelegibilidade (CNCLAI).

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.

A unidade vem cumprindo tais exigências quando se encontra no plantão judiciário, se for o caso de ocorrência de prisão, visto que não mais possui jurisdição em matéria criminal.

### 6.3.9. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 42 processos físicos e 100 processos do Sistema PJe.

#### 6.3.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Civil Pública	00047961320114058200	Vide mandado de cobrança de fl. 563 (autos em poder do MPF desde maio/17, mas cobrada a devolução apenas em set/17)
Improbidade Administrativa	00097908420114058200	Recebidos pela DPU em 08/05/17, devolvidos em 09/08/17.
<b>DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	00069278720134058200	Mandado expedido em 16/08/17, cumprido em 30/08/17, cobrança em 14 e 16/03/18, juntada em 16/03/18.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	00041125420124058200	De 01/08/2016 a 21/02/2017.
Improbidade Administrativa	00069339420134058200	De 25/04/2017 a 18/08/2017.
<b>DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Cautelar	00018324220144058200	Ofício de 11/09/17, certidão de ausência de resposta de 16/03/18.

<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00069451120134058200	De 06/12/2017 a 01/02/2018.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00028200520104058200	Desde 07/03/2018.
Improbidade Administrativa	00089248120084058200	De 20/09/2016 a 08/04/2017.
Improbidade Administrativa	00069317920134058200	De 25/04/2017 a 08/08/2017.
Improbidade Administrativa	00097908420114058200	Conc. em 14/08/17, decisão em 23/11/17.
Execução de Sentença Civil Pública	00049821720034058200	Desde 03/05/2018.
Improbidade Administrativa	00031121920124058200	Jan a out/17
Improbidade Administrativa	00057941020134058200	Da decisão de fls. 251/252 (ago/17 a maio/18 - v. fl. 249)
Improbidade Administrativa	00015088620134058200	De 25/08/2017 a 09/05/2018.
Desapropriação	00058356020024058200	Conclusos em 13/12/16, reiterada a conclusão em inspeção, datada de 24/03/17, sentença em 15/03/18 - demora excessiva.
Improbidade Administrativa	00078066520114058200	De 20/06/2017 a 02/04/2018.
Improbidade Administrativa	00069339420134058200	De 13/05/2016 a 27/10/2016.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00069317920134058200	Desde 26/04/2018.
Improbidade Administrativa	00057941020134058200	De fl. 242 (nov/16 a mar/17 - fl. 241)
Civil Pública	00043264020154058200	Concluso desde mar/18 (fl. 430)
Cautelar	00018324220144058200	Conclusos desde 16/03/18, ainda sem despacho.
Improbidade Administrativa	00069451120134058200	Desde 01/02/2018.
<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00058356020024058200	Sentença de 15/03/18, publicação em 04/06/18.
<b>DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução de Sentença	00048767920084058200	Demora na conclusão (aguardando conclusão registrada em inspeção datada de 19 a 23 de março/18)
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00094389720094058200	
Execução de Sentença	00059165720124058200	
Desapropriação	00023780520114058200	
Execução de Sentença	00045380820084058200	
Improbidade Administrativa	00068195820134058200	
Desapropriação	00072286820124058200	
Execução de Sentença	00000787020114058200	
Execução de Sentença	00048568820084058200	
Execução de Sentença	00070973520084058200	

Improbidade Administrativa	00045862520124058200	
Improbidade Administrativa	00038183620114058200	
Improbidade Administrativa	00086481620094058200	
Improbidade Administrativa	00070473820104058200	
Desapropriação	00000321820104058200	
Execução de Sentença	00105885520054058200	
Execução de Sentença	00085474220104058200	
Execução de Sentença	00007684120074058200	
Execução de Título Extrajudicial	00059633120124058200	
Execução de Sentença	00076568420114058200	
<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Improbidade Administrativa	00097908420114058200	Demora no cumprimento de decisão, datada de 23/11/17, cobrado em inspeção datada de 23/03/18, expedição em 23/04/18.
Improbidade Administrativa	00034404620124058200	Processo sem movimentação, de 05/09/2017 a 26/02/2018 e desde 23/03/2018.
Civil Pública	00065136020114058200	Processo sem movimentação, desde 23/04/2018.
Improbidade Administrativa	00069278720134058200	Sem movimentação da inspeção, datada de 23/03/18 até o ato ordinatório de 13/06/18.
Civil Pública	00065136020114058200	Demora no cumprimento de despacho, de 23/03/2017 a 20/06/2017.
Civil Pública	00065136020114058200	Processo sem movimentação, de 20/06/2017 a 10/01/2018.
Civil Pública	00061981320034058200	Demora na análise da petição de fls. 390/391 (concl. desde fev/18).
Improbidade Administrativa	00062627120134058200	Demora no cumprimento de decisão, de 30/04/2018 a 06/07/2018.
Cautelar	00018324220144058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 05/06/17 (carga em 18/08/17, devolução em 04/09/17) e expedição em 11/09/17
Cautelar	00018324220144058200	Demora no envio de ofício expedido em 25/08/16, enviado em 14/11/16
Execução de Sentença	00048767920084058200	Ausência de movimentação de 07/12/17 a 19/03/18
Civil Pública	00061981320034058200	Demora no cumprimento do mandado de fl. 339 (v. certidão de fl. 328)
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00000321820104058200 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 05/07/2010 - Houve agravo c/decisão s/imissão na posse.		
Processo: 00000787020114058200 Classe: Execução de Sentença - Execução contra a Fazenda Pública.		

Processo: 00007684120074058200 Classe: Execução de Sentença - Concluído em 04/07/18
Processo: 00018324220144058200 Classe: Cautelar - Inominada dependente de ACP
Processo: 00038183620114058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 2 CNJ
Processo: 00043264020154058200 Classe: Civil Pública - Processo apenso: 0004327-25.2015.4.05.8200 (baixado).
Processo: 00045862520124058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 4 CNJ sobrestado, aguardando julg. de AG
Processo: 00048568820084058200 Classe: Execução de Sentença - Execução contra a Fazenda Pública.
Processo: 00048767920084058200 Classe: Execução de Sentença - Sentença determinando expedição de RPV.
Processo: 00049821720034058200 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.
Processo: 00058356020024058200 Classe: Desapropriação - Reativação em 25/05/15.
Processo: 00059165720124058200 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença.
Processo: 00061981320034058200 Classe: Civil Pública - Sentença proferida em 21/08/03 mantida pelo TRF5, cujo acórdão, no entanto, restou cassado pelo STJ, em jun/15.
Processo: 00069278720134058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 4 CNJ.
Processo: 00070473820104058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 18 CNJ.
Processo: 00070973520084058200 Classe: Execução de Sentença - Execução de sentença contra a Fazenda Pública.
Processo: 00076568420114058200 Classe: Execução de Sentença - Concluído em 22/05/18.
Processo: 00085474220104058200 Classe: Execução de Sentença - Cumprimento de sentença - Concluído em 26/06/18.
Processo: 00086481620094058200 Classe: Improbidade Administrativa - Trânsito em julgado em 24/10/17.
Processo: 00094978520094058200 Classe: Improbidade Administrativa - Processo sigiloso com vários réus.
Processo: 00097908420114058200 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 2 CNJ.
Processo: 00105885520054058200 Classe: Execução de Sentença - Concluído em 16/05/18 apensado 0089581720124058200.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora para a conclusão						
0800020-63.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Petição	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	CABEDELO PREFEITURA e outros - 09.012.493/0001-54	SIM
0800259-33.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Juntada de Certidão	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	MUNICIPIO DE CUITE DE MAMANGUAPE - null	SIM
0800299-78.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Irredutibilidade de Vencimentos e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA HELENA DINIZ CAVALCANTI - 045.115.224-72	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0800467-51.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DANIELA PRAZERES DOS SANTOS - 109.484.764-00	SIM
0800478-12.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE AUGUSTO DE SOUZA PERES FILHO e outro - 486.805.754-53	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0800600-59.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	TRANSPORTADORA PORTUARIA LTDA e outros - 02.028.797/0001-60	SIM

0800640-07.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino	Ato ordinatório praticado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801092-46.2017.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	VIRGINIA MARIA PEIXOTO VELLOSO BORGES - 468.477.904-15	SIM
0801348-86.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOAO BATISTA SOARES - 686.226.438-91	SIM
0801425-37.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EDMILSON DA SILVA JUSTINO - 021.473.544-30	SIM
0801522-32.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIO SERGIO ARAUJO e outros - 160.698.544-20	SIM
0801650-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MARIA CRISTINA DA SILVA e outro - 727.681.004-63	SIM
0801838-50.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOAO CARNEIRO CARMELO FILHO - 141.153.444-15	SIM
0801936-93.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARMEM GABRIELA GOMES DE FIGUEIREDO e outro - 051.353.024-09	SIM
0802027-28.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS ANTONIO PEREIRA CRUZ e outros - 02503573487	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802227-35.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Expedição de expediente	JOANA BARBOSA DE LIMA - 018.943.424-45	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0802410-69.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ELIAS FERREIRA DE PONTES - 421.270.844-20	SIM
0802538-89.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSE ANNE CAVALCANTI RODRIGUES e outro -	C3 ENGENHARIA LTDA - EPP e outro - 08.385.948/0001-14	SIM
0802690-40.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Perda da qualidade de segurado	Proferido despacho de mero expediente	MARIA DE FATIMA FARIAS SILVA - 263.964.244-87	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802775-55.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PB (INATIVO) - 26.989.715/0020-75	LUCIA DE FATIMA PEREIRA DOS SANTOS COELHO e outros - 204.905.774-15	SIM
0802924-22.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IALUBIA CLAUDIA SOARES BRAZ - 886.349.654-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0802988-32.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Conclusos para decisão	CLAUDIA QUEIROZ FEITOSA SANTIAGO - 011.458.534-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803003-98.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEPOSITO & CONVENIENCIA BAYEUX LTDA - ME e outros - 03.032.162/0001-08	SIM
0803345-12.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CESAR ROBERTO DA SILVA - 011.260.124-32	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803351-48.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Custeio de Assistência Médica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COOPERATIVA DOS NEUROCIRURGIOES, NEUROLOGISTAS E CIRURGIOES VASCULARES DO ESTADO DA PARAIBA LTDA - NEUROVASC - 11.747.701/0001-05	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0803372-24.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ PAULO DA SILVA e outro - 086.738.504-95	MARIA AUXILIADORA FERNANDES RIBEIRO e outros - 692.128.214-72	SIM
0803447-63.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JAQUELINE RODRIGUES MARQUES - ME e outros - 19.133.984/0001-07	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803587-63.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	ANTONIO JOAO DA SILVA - 874.245.174-49	SIM
0803695-29.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição e outros	Juntada de Petição	COMTERMICA COMERCIAL TERMICA LTDA - 08.560.898/0001-64	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB - 24.489.510/0001-32	SIM
0803824-34.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	TAISA CALCADOS LTDA - EPP e outros - 06.880.971/0001-50	SIM
0803838-18.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Competência Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGRONORDESTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 24.122.426/0001-86	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	SIM
0803878-97.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA PAULA PRETTE - 122.434.668-80	FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE - 33.787.094/0001-40	SIM
0803942-10.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Petição	ERIKA BARRETO DA SILVA SANTOS e outro - 062.336.484-08	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804027-93.2016.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Inscrição / Documentação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALINE CUNHA DE ANDRADE SILVA - 076.766.874-03	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro - 24.098.477/0001-10	SIM
0804305-60.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	APOLINARIO DOS ANJOS NETO - 457.281.944-00	SIM
0804513-49.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS MAGNO BARCIA ARARUNA - 414.528.874-20	SANTA RITA-CARTORIO 2 OFICIO NOTAS e outros - 09.308.818/0001-40	SIM
0804540-32.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário	Proferido despacho de mero expediente	PANTALEÃO TOMAZ DE LIMA e outro -	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	SIM
0804698-53.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSEDI DA SILVA FERREIRA e outros - 396.798.104-53	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0803697-67.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação e Correção de Provas / Questões	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outro - 15.126.437/0001-43	MARCELE NOGUEIRA CORREIA - 053.998.774-30	SIM
0803972-16.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EUCLIDES SERGIO COSTA DE LIMA e outros - 141.933.704-10	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800040-54.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Baixa Definitiva	GENILDA MARIA SABINO - 204.059.524-49	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800201-93.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Inscrição / Documentação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	VALDENIZA DELMONDES PEREIRA -	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0800556-74.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE HONORATO DOS SANTOS SILVA e outro - 692.060.824-34	SIM

0800600-59.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	TRANSPORTADORA PORTUARIA LTDA e outros - 02.028.797/0001-60	SIM
0800743-82.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Prorrogação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	EDIFONE PUBLICIDADE EMPRESARIAL LTDA e outro - 06.346.428/0001-77	SIM
0801106-35.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificações de Atividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CELSE REGIS DE OLIVEIRA - 109.226.954-15	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0801125-36.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Períodos de Carência	Juntada de Certidão de Intimação	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801468-66.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0801522-32.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIO SERGIO ARAUJO e outros - 160.698.544-20	SIM
0801822-62.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MARIA DE LOURDES NASCIMENTO DA SILVA - 952.081.784-00	SIM
0801936-93.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARMEM GABRIELA GOMES DE FIGUEIREDO e outro - 051.353.024-09	SIM
0802027-28.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Terreno de Marinha	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS ANTONIO PEREIRA CRUZ e outros - 02503573487	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	SIM
0802775-55.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PB (INATIVO) - 26.989.715/0020-75	LUCIA DE FATIMA PEREIRA DOS SANTOS COELHO e outros - 204.905.774-15	SIM
0803003-98.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEPOSITO & CONVENIENCIA BAYEUX LTDA - ME e outros - 03.032.162/0001-08	SIM
0803040-28.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Correção Monetária	Juntada de Certidão de decurso de prazo	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	LEONOR MARCELINO DE OLIVEIRA - 028.937.254-22	SIM
0803447-63.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RODRIGUES MARQUES - ME e outros - 19.133.984/0001-07	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803351-48.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Custeio de Assistência Médica e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COOPERATIVA DOS NEUROCIURGIOES, NEUROLOGISTAS E CIRURGIOES VASCULARES DO ESTADO DA PARAIBA LTDA - NEUROVASC - 11.747.701/0001-05	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803439-57.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções e outros	Expedição de documento	HOMERO JORGE MATOS DE CARVALHO - 893.683.474-68	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES e outro - 04.892.707/0001-00	SIM
0803459-48.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JAQUELINE SOARES BEZERRA - 012.711.584-69	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0803587-63.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - 08.829.974/0001-94	ANTONIO JOAO DA SILVA - 874.245.174-49	SIM

0803695-29.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição e outros	Juntada de Petição	COMTERMICA COMERCIAL TERMICA LTDA - 08.560.898/0001-64	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB - 24.489.510/0001-32	SIM
0803697-67.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação e Correção de Provas / Questões	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSEH e outro - 15.126.437/0001-43	MARCELE NOGUEIRA CORREIA - 053.998.774-30	SIM
0803824-34.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	TAISA CALCADOS LTDA - EPP e outros - 06.880.971/0001-50	SIM
0803870-23.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA HELENA DO NASCIMENTO - 569.241.864-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0803942-10.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Petição	ERIKA BARRETO DA SILVA SANTOS e outro - 062.336.484-08	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0804310-53.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Divisão e Demarcação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - EPP e outros - 11.692.054/0001-81	SIM
0804513-49.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Compra e Venda	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS MAGNO BARCIA ARARUNA - 414.528.874-20	SANTA RITA-CARTORIO 2 OFICIO NOTAS e outros - 09.308.818/0001-40	SIM
0804698-53.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSEDI DA SILVA FERREIRA e outros - 396.798.104-53	SIM
0804736-65.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Moradia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVACAO DA BIODIVERSIDADE e outros - 08.829.974/0001-94	SIM
0807279-70.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	MATHEUS BALTAR DIOGO POMPEU 01709930195 - 20.313.849/0001-22	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800640-07.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino	Ato ordinatório praticado	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801086-39.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Seguro-desemprego	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS REQUERENTES DO SEGURO-DESEMPREGO e outro -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803265-77.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EVISLAN GONCALVES FELIX e outro - 090.463.914-26	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0803285-68.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificação de Atividade - GATA	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO LOPES CORREIA E OUTROS e outros -	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0803447-63.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JAQUELINE RODRIGUES MARQUES - ME e outros - 19.133.984/0001-07	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803601-81.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ROMERO CASSIANO DA SILVA - ME - 02.061.854/0001-03	SIM
0803794-62.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	MUNICÍPIO DE CABEDELO -	SIM

0803838-18.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Competência Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGRONORDESTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 24.122.426/0001-86	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	SIM
0803855-54.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Liberação de Conta	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0803878-97.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Correção Monetária de Diferenças Pagas em Atraso e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANA PAULA PRETTE - 122.434.668-80	FUNDACAO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA IBGE - 33.787.094/0001-40	SIM
0804558-53.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Juntada de Contrarrazões	JOSE BATISTA DE CARVALHO - 040.308.424-53	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0805780-51.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Conclusos para decisão	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ROSINALDO RIBEIRO RODRIGUES - null	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800020-63.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Petição	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	CABEDELO PREFEITURA e outros - 09.012.493/0001-54	SIM
0800053-53.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	GRAFICA SANTA MARTA LTDA - 09.098.419/0001-00	SIM
0800161-77.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Ambiental e outros	Conclusos para decisão	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PITIMBU PREFEITURA e outros - 08.916.785/0001-59	SIM
0800334-38.2015.4.05.8200	USUCAPIÃO	Usucapião da L 6.969/1981 e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA NASCIMENTO DE OLIVEIRA - 081.556.734-05	JOSEMAR ALTINO MENDES e outros -	SIM
0800556-74.2013.4.05.8200	BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	Alienação Fiduciária	Apreciada questão interlocutória	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOSE HONORATO DOS SANTOS SILVA e outro - 692.060.824-34	SIM
0801092-46.2017.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	VIRGINIA MARIA PEIXOTO VELLOSO BORGES - 468.477.904-15	SIM
0801348-86.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOAO BATISTA SOARES - 686.226.438-91	SIM
0801425-37.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	EDMILSON DA SILVA JUSTINO - 021.473.544-30	SIM
0801468-66.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0801822-62.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MARIA DE LOURDES NASCIMENTO DA SILVA - 952.081.784-00	SIM
0801936-93.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARMEM GABRIELA GOMES DE FIGUEIREDO e outro - 051.353.024-09	SIM
0802222-13.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS DE MELO PEREIRA - 486.488.844-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0802802-09.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ANTONIO SOARES DE LIMA e outros - 697.938.834-72	SIM
0802924-22.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IALUBIA CLAUDIA SOARES BRAZ - 886.349.654-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM

0803285-68.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificação de Atividade - GATA	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO LOPES CORREIA E OUTROS e outros -	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0803459-48.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JAQUELINE SOARES BEZERRA - 012.711.584-69	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0803695-29.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Agência e Distribuição e outros	Juntada de Petição	COMTERMICA COMERCIAL TERMICA LTDA - 08.560.898/0001-64	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB - 24.489.510/0001-32	SIM
0803697-67.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Anulação e Correção de Provas / Questões	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH e outro - 15.126.437/0001-43	MARCELE NOGUEIRA CORREIA - 053.998.774-30	SIM
0803838-18.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Competência Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGRONORDESTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - 24.122.426/0001-86	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	SIM
0803870-23.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA HELENA DO NASCIMENTO - 569.241.864-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0804439-92.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Reajuste de Prestações e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA VALDEIDE CARTAXO DE SOUZA - 603.488.874-34	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0804553-31.2014.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO MARINHO e outros - 091.513.024-62	SIM
0804698-53.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSEDI DA SILVA FERREIRA e outros - 396.798.104-53	SIM
0804736-65.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Moradia	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - 00.375.114/0001-16	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE e outros - 08.829.974/0001-94	SIM
0808059-10.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANDRE FELIPE SILVA GONCALVES e outros - 094.910.794-84	SIM
0809303-71.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800007-30.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Aposentadoria por Invalidez e outros	Juntada de Certidão de Intimação	TEREZA FELIX DE ARAUJO - 436.353.854-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800020-63.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Petição	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	CABEDELO PREFEITURA e outros - 09.012.493/0001-54	SIM
0800467-51.2013.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DANIELA PRAZERES DOS SANTOS - 109.484.764-00	SIM
0800478-12.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Equivalência salarial e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE AUGUSTO DE SOUZA PERES FILHO e outro - 486.805.754-53	EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA e outro - 04.527.335/0001-13	SIM
0800743-82.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Prorrogação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	EDIFONE PUBLICIDADE EMPRESARIAL LTDA e outro - 06.346.428/0001-77	SIM
0801348-86.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOAO BATISTA SOARES - 686.226.438-91	SIM
0801350-61.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAPIM PREFEITURA - 01.612.304/0001-72	EUGLIDES SERGIO COSTA DE LIMA e outro -	SIM

0801468-66.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0801647-63.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MARIA CRISTINA DA SILVA e outros - 727.681.004-63	SIM
0801650-18.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MARIA CRISTINA DA SILVA e outro - 727.681.004-63	SIM
0801838-50.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOAO CARNEIRO CARMELIO FILHO - 141.153.444-15	SIM
0802704-24.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	THIAGO VALDIVINO BARBOSA - 064.677.374-74	MARIA FRANCISCA ALVES DE ANDRADE e outros - 076.703.744-89	SIM
0802775-55.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PB (INATIVO) - 26.989.715/0020-75	LUCIA DE FATIMA PEREIRA DOS SANTOS COELHO e outros - 204.905.774-15	SIM
0802924-22.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IALUBIA CLAUDIA SOARES BRAZ - 886.349.654-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0803003-98.2014.4.05.8200	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Proferido despacho de mero expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEPOSITO & CONVENIENCIA BAYEUX LTDA - ME e outros - 03.032.162/0001-08	SIM
0803336-50.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA APARECIDA VIEIRA DA SILVA - 569.093.224-87	C3 ENGENHARIA LTDA - EPP e outros - 08.385.948/0001-14	SIM
0803345-12.2014.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CESAR ROBERTO DA SILVA - 011.260.124-32	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0803870-23.2016.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA HELENA DO NASCIMENTO - 569.241.864-91	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0803972-16.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EUCLIDES SERGIO COSTA DE LIMA e outros - 141.933.704-10	SIM
0804305-60.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	APOLINARIO DOS ANJOS NETO - 457.281.944-00	SIM
0804698-53.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSEDI DA SILVA FERREIRA e outros - 396.798.104-53	SIM
0809088-95.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contestação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	OZIMAR BERTO DE ARAUJO e outros - 468.172.984-15	SIM
0809564-36.2017.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO DE SOUZA MELO - ME e outros - 10.757.841/0001-00	SIM
Outros						
0800843-37.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCO DE ASSIS OTAVIO DA COSTA FREITAS - 081.754.994-35	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0801086-78.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NOVO RUMO EMPREENDIMENTOS LTDA - ME e outros - 07.086.361/0001-41	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	SIM
0802410-69.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ELIAS FERREIRA DE PONTES - 421.270.844-20	SIM
PROCESSO EM ORDEM						

0800329-50.2014.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	JOSE SERAFIM DA SILVA e outro - 044.470.124-99	SIM
0800385-49.2015.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0800718-35.2014.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Classificação e/ou Preterição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FABIANA DE CARVALHO FIM - 884.773.040-68	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800996-70.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Prorrogação e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0801106-98.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Proferido despacho de mero expediente	GONCALA DOS SANTOS MESQUITA e outro - 084.391.134-47	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801194-10.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Cartão de Crédito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PEDRO JEFFERSON ABDON FIGUEIREDO e outro - 090.890.314-64	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801212-55.2018.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	Rodrigo Caldas e Silva - 041.063.024-11	COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS DA UNIVERSIDADE	SIM
0801260-87.2013.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência	Proferido despacho de mero expediente	ARIOSVALDO DA SILVA DINIZ - 634.410.478-34	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - 24.098.477/0001-10	SIM
0801610-75.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Licença Prêmio	Juntada de Certidão de Retificação de	HUGO MARCONI RIBEIRO - 131.956.464-04	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0802582-06.2017.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	IGOR DE LUCENA MASCARENHAS - 068.241.554-54	VALFREDO DE ANDRADE AGUIAR FILHO e outros -	SIM
0802726-77.2017.4.05.8200	AÇÃO POPULAR	Pós-Graduação e outros	Conclusos para julgamento	JAIME WAINE RODRIGUES MANGUEIRA e outros e	LUCIANO DO NASCIMENTO SILVA e outros -	SIM
0803046-35.2014.4.05.8200	MANDADO DE SEGURANÇA	Escolaridade	Juntada de Certidão	LUCIANO MOREIRA CARTAXO - 752.504.034-68	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e outro -	SIM
0803197-30.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Comunicação Social	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICÍPIO DE CAAPORA - 08.865.644/0001-54	SIM
0803625-41.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Sequestro de Verbas Públicas	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	Rodrigo José Silva Pinto e outro - 012.914.824-58	SIM
0804363-68.2014.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SEVERINA DA SILVA OLIVEIRA -	SIM
0805042-97.2016.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Área de Preservação Permanente	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ASSOCIACAO DOS AUDITORES FISCAIS DO ESTADO DA PARAIBA e outros - 00.306.242/0001.82	SIM
0805204-24.2018.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Concessão		SIND DOS TRAB EM SERVICO PUBLICO FEDERAL NO EST DA PARAIBA - 24.489.205/0001-40	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0807870-32.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Trânsito em Julgado	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LACIENE FELIX BRITO - null	SIM
0809534-98.2017.4.05.8200 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSVALDO ARAUJO TRAJANO DA SILVA e outros - 033.612.284-50	SIM

### 6.3.10. Correição anterior e autoinspeção

Apresentação dos resultados alcançados pela 3ª Vara Federal, referentes às últimas determinações da Corregedoria-Regional:

Recomendação da Corregedoria:

Eliminar o cargo ou função de juntador, servidores devem trabalhar em equipe.

A Secretaria, ao fazer a conclusão do processo, deve providenciar a expedição de ofício, mandado ou carta precatória, para que sejam assinados de uma única vez.

O Juiz precisa ter contato diário com a equipe de trabalho, destinando-se um local dentro da Secretaria para assinatura dos atos judiciais, os processos devem ser organizados em prateleiras abertas, com a identificação necessária.

Ações efetivadas em cumprimento às recomendações da Corregedoria.

Foi implantado o sistema de divisão de atribuições por dígito, na Secretaria, otimizando-se assim as tarefas.

No Gabinete a distribuição de atividades não é por dígito, e sim por núcleo, Núcleo 1 e Núcleo 2.

Nos processos físicos tem-se observado a realização de atos afastando-se os intervalos desnecessários.

A Juíza Federal Cristina Garcez despacha os processos físicos na Secretaria, possibilitando maior comunicação com a equipe.

O ambiente de trabalho foi alterado no mês de abril de 2018, após a reestruturação organizacional da Vara. Muitos armários, mesas, computadores e impressoras foram devolvidos ao Setor de Patrimônio.

No mês de julho de 2018, os processos físicos estavam sendo digitalizados. Calculava-se, à época da correição, que a partir de agosto de 2018, a vara devolveria outros materiais de natureza permanente.

Após a Inspeção Anual, o principal objetivo da Vara era implantar a nova estrutura organizacional. A Vara estava em fase de adaptação, ao tempo em que analisava a melhor estratégia para retirar do estoque os processos que se encontravam sem tramitação com mais de 100 dias.

Após a última autoinspeção as METAS permaneceram as mesmas: TEMPO e PRODUTIVIDADE. Foi observada a necessidade de reestruturação da Vara, em face das aposentadorias dos servidores, do número de processos que vem aumentando a cada ano, a celeridade do processo eletrônico, o que fez com que a Juíza Federal Cristina Garcez, determinasse a realocação de servidores, retirando-os da Secretaria para o Gabinete, sob a orientação e treinamento semanal da Juíza Titular.

### **6.3.11. Considerações finais**

A 3ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora no proferimento de despacho;
3. Demora na prolação de decisão/sentença;
4. Feitos sem movimentação processual; e
5. Demora no cumprimento de despacho.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 3ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 3ª Vara Federal funciona de modo adequado.

## **6.4. 4ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB**

### **6.4.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 4ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 8.495/1992 e implantada pela Resolução nº 23/1992 - TRF5. A unidade detém competência para processar e julgar as causas cíveis e criminais da competência da Justiça Federal.

Funciona no prédio localizado na Rua Edgard Vilarim Meira, s/nº, no bairro da Liberdade, Campina Grande/PB. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de funcionamento da vara é das 9h às 18h.

### **6.4.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

#### **6.4.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da 4ª Vara Federal, Vinícius Costa Vidor, exerce a magistratura desde 16/04/2008, atuando na referida vara desde 20/10/2014.

O magistrado titular atuou na Turma Recursal da SJPB de 01/09/2012 a 19/12/2012. Foi ainda Diretor do Foro de 01/01/2013 a 21/04/2014.

–Nos últimos 24 meses, o juiz federal titular esteve afastado pelos motivos seguintes:

- 23/05/2016 a 21/06/2016 (30 dias) PORT 414/2015-CR;
- 22/06/2016 a 21/07/2016 (30 dias) PORT 414/2015-CR;
- 22/07/2016 a 20/08/2016 (30 dias) PORT 414/2015-CR;
- 22/08/2016 a 20/09/2016 (30 dias) PORT 414/2015-CR;
- 12/06/2017 a 11/07/2017 (30 dias) PA 2452/2016;
- 20/11/2017 a 19/12/2017 (30 dias) PA 2452/2016;
- 16/04/2018 a 15/05/2018 (30 dias) PA 0010091-32.2017.4.05.7000

- Afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento:

- 21/09/2016 a 19/12/2016 (90 dias) PA 441/2014
- 09/01/2017 a 09/06/2017 (152 dias) PA 441/2014;

- Afastamento para participar de atividade acadêmica no exterior:

- 27/10/2017 a 27/10/2017 (01 dia) PA 0008789-65.2017.4.05.7000;
- 30/10/2017 a 31/10/2017 (02 dias) PA 0008789-65.2017.4.05.7000;

Período total de afastamento: quinze meses e seis dias.

O juiz federal reside na região metropolitana onde se localiza a 4ª Vara Federal.

#### 6.4.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 4ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
José de Arimatéa da Silva Junior	Técnico Judiciário, Área Administrativa – Especialidade: Segurança e Transportes	Não	Superior Completo	Graduação em Direito

Mariana Campos Catão de Queiroz	Analista Judiciária, Área Administrativa	FC-05 - Supervisor de Seção de Processamento de Feitos Cíveis	Especialização	Graduação em Administração de Empresas; Especialização em Direito Adm. e Gestão Pública; Cursando o 7º período da Graduação em Direito
Rodrigo Diniz Siqueira	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-04 - Supervisor Assistente/Gabinete do Juiz Federal Substituto	Especialização	Graduação em Engenharia Elétrica e Direito; Especialização em Direito Previdenciário
Alecsandro Rangel Sales	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-04 - Supervisor Assistente/Setor de ações de rito ordinário	Especialização	Graduação em Ciências Contábeis; Especialização em Direito Previdenciário
Antônio Edilberto Ferreira de Abreu	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-03 - Assistente Técnico III	Superior Incompleto	Cursando o 4º período da Graduação em Direito
Edyla Raquel do Nascimento Cavalcanti	Analista Judiciário, Área Judiciária	FC-05 - Oficial de Gabinete do Juiz Federal	Especialização	Graduação em Direito; Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública
Mariana Vieira Ribeiro	Técnica Judiciária, Área Administrativa	FC-04 - Supervisor Assistente/Gabinete do Juiz Federal	Superior Completo	Graduação em Direito
Sandro Luiz do Nascimento	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-03 - Secretário / Gabinete do Diretor de Secretaria	2º Grau	Cursando o 3º período da Graduação em Direito
José David Vieira Mota	Analista Judiciário	FC-02	Superior Completo	Graduação em Direito
Antonio Barbosa de Lima Neto	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-04 - Supervisor Assistente/Setor de ações de rito especial e MS	Superior Completo	Graduação em Administração de Empresas Cursando o 4º período da Graduação em Direito
Marciana Rodrigues Neves	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-05 Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Criminais	Especialização	Graduação em Direito; Especialização em Direito do Trabalho
Germana de Oliveira Souza	Analista Judiciário, Área Judiciária	FC-05 - Oficial de Gabinete do Juiz	Especialização	Graduação em Engenharia Civil e Direito;

		Federal Substituto		Especialização em Direito Processual Civil
Vania Karina Mangueira Martins Coutinho	Técnico Judiciário, Área Administrativa	FC-03 – Secretário / Gabinete do Diretor de Secretaria	Especialização	Graduação em Fisioterapia. Especialização em Ortopedia e Traumatologia. Cursando o 3º período da Graduação em Direito
Antônio Wanderlei de Araújo	Analista Judiciário – Oficial de Justiça	Não	Especialização	Graduação em Direito; Especialização em Processo Civil
Silas Batista de Menezes	Analista Judiciário – Oficial de Justiça	Não	Especialização	Graduação em Economia e Direito; Especialização em Processo Civil

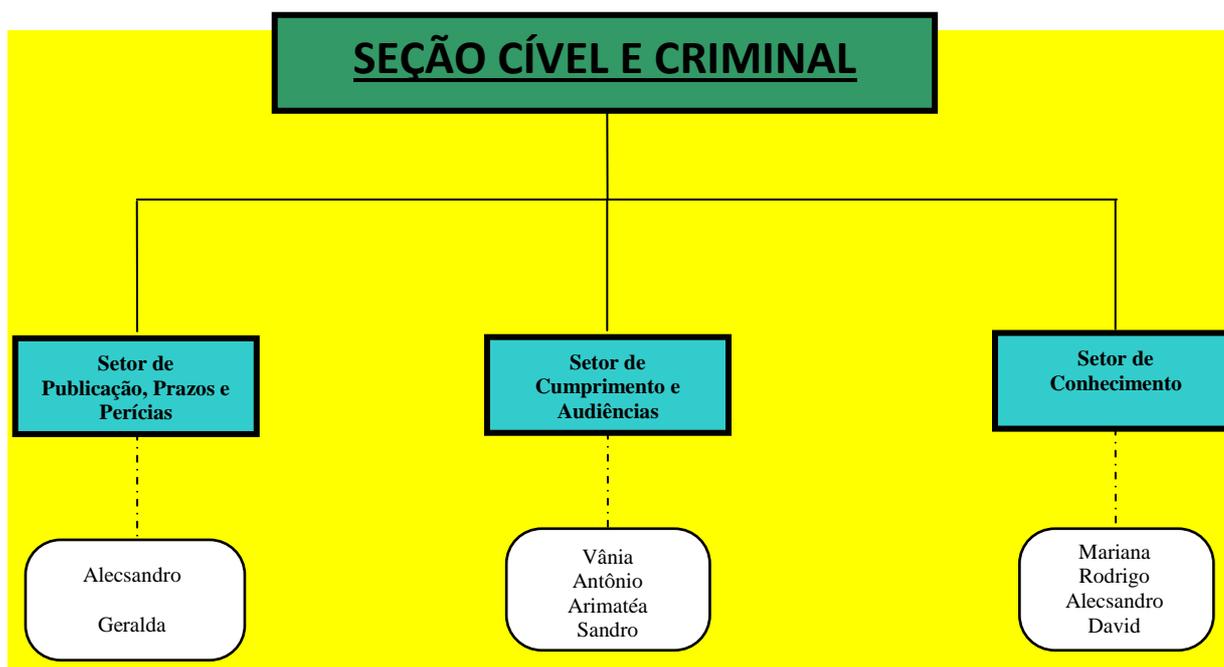
#### 6.4.2.3. Estagiários

O número previsto de estagiários na 4ª Vara Federal é de 2. Atualmente, todas as vagas estão preenchidas. As duas estagiárias atuam tanto na Secretaria quanto no Gabinete, observando uma escala de revezamento.

#### 6.4.3. Organização da 4ª Vara Federal

A Secretaria da Vara está dividida em três setores, sendo o atendimento ao público realizado por todos os servidores em sistema de rodízio.

##### 6.4.3.1. Secretaria



### **Setor de Conhecimento:**

- **Atividades desempenhadas:**
  - Analisar os processos, após a distribuição, verificando as condições da ação e pressupostos processuais, com a finalidade de saneamento para adequação aos requisitos de admissibilidade;
  - Elaboração de atos ordinatórios;
  - Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão (exceto decisões em processos com pedido de tutela ou liminar e outras mais complexas que devem ser encaminhadas à assessoria) e sentença de extinção;
  - Identificar processos aptos para sentença e remetê-los à assessoria;
  - Realizar a distribuição dos processos, para o cumprimento devido das decisões, despacho e sentenças advindas do gabinete do juiz.
- **Servidores atuantes no setor:**
  - Mariana;
  - Antonio;
  - Rodrigo
  - David.
  - Os estagiários também auxiliam.

### **Setor de Publicação, Prazos e Perícias:**

- **Atividades desempenhadas:**
  - Prepara a publicação dos processos físicos, incluindo os processos aptos à publicação em um boletim, e, em seguida, envia o boletim para a devida publicação junto ao eg. TRF;
  - Uma vez publicado o boletim gerado, providencia a certificação dos processos e encaminha-os a triagem do setor de conhecimento para as devidas movimentações;
  - Recebe os processos com determinação para designação de perícia, marcando datas para as mesmas de acordo com contato prévio com os peritos judiciais;
  - Mantém contato com os peritos judiciais, com o fim de agilizar a designação das perícias;
  - Após a realização da perícia e anexação do laudo, solicita o pagamento dos honorários periciais através do sistema AJG;
  - Expede requisitórios de pagamento, RPV ou Precatório, conforme o caso. Encaminhando-os ao Eg TRF da 5.<sup>a</sup> Região para autuação e pagamento, após promover as intimações necessárias;
  - Cadastro dos advogados no sistema, modificação da classe processual;
  - Organizar, nas estantes, os processos com prazo para as partes, inserindo o prazo respectivo em tabela própria para este fim;
  - Verificar e certificar o decurso do prazo dos processos com prazo vencido, remetendo-os para o setor de conhecimento.
- **Servidores atuantes no setor:**

- Alecsandro;
- Geralda.

### **Setor de Cumprimento e Audiências**

- **Atividades desempenhadas:**
  - Expedição de mandados de citação, intimação, prisão, cartas precatórias, cartas de citação e demais expediente concernentes ao cumprimento das determinações judiciais;
  - Realização de intimações de atos ordinatórios, decisões, despachos e sentenças;
  - Acompanhamento e recebimento de cartas e demais expedientes;
  - Marcação das audiências de instrução, conciliação e videoconferências;
  - Prestar auxílio aos magistrados na realização das mesmas, anexando os áudios, termos e minutas;
  - Conferir a regularidade e juntada dos expedientes e atos necessários à realização das audiências;
  - Encaminhar os processos com audiência designada ao gabinete do juiz, logo após as juntadas dos expedientes de intimação.
  - Receber petições e documentos encaminhados da distribuição;
  - Receber mandados e demais expedientes cumpridos pelos oficiais de justiça;
  - Realizar o recebimento eletrônico dos processos baixados nas instâncias superiores junto ao site do eg. TRF e realiza a juntada respectiva nos devidos processos;
  - Juntar aos autos as petições, os mandados e demais documentos recebidos;
  - Remeter ao setor de conhecimento os processos com petições pendentes de análise;
  - Preparar e remeter processos com intimação para órgãos públicos (MPF, DPU, etc.);
  - Remeter processos a localidades diversas conforme determinação judicial (Justiça Estadual, Vara Federal, Seção Judiciária, Tribunal, etc.);
  - Remeter processos ao arquivo, à contadoria e à distribuição.
- **Servidores atuantes no setor:**
  - Arimatéa;
  - Edilberto;
  - Sandro;
  - Vânia;
  - Os estagiários também auxiliam.

### **Atendimento ao público:**

- **Atividades desempenhadas:**
  - Atendimento ao público em geral (partes e advogados), com prestação de informações acerca do andamento de processos; emissão de certidões; receber e dar encaminhamento aos processos devolvidos à

secretaria; realizar intimação pessoal dos advogados e das partes presentes em secretaria; encaminhamento dos jurisdicionados ao diretor e magistrado.

- **Servidores atuantes no setor:**

- o Todos os servidores da secretaria participam do atendimento ao público, tendo sido estabelecido um rodízio, em que cada servidor fica responsável por uma hora de atendimento ao público.

Os processos físicos são separados dentro dos setores em conformidade com a tarefa a ser realizada. Ao chegarem à vara são colocados no balcão de triagem, sendo um servidor do Setor de Conhecimento responsável por realizar a análise de cada processo, separando-os em razão de seu próximo passo: minuta de despacho, decisão ou sentença, cumprimento, arquivo, remessa etc.

Os processos são organizados em estantes devidamente identificadas de modo a possibilitar a visualização e acompanhamento do andamento.

A localização dos processos nas estantes é alimentada no Sistema TEBAS através da fase de movimentação “111”.

Os processos com prazo, assim como aqueles suspensos, têm assinalada a data do decurso de prazo e da suspensão na tabela respectiva.

A Vara procedeu à digitalização de todos os processos físicos em tramitação que estavam na fase de conhecimento. Somente os processos suspensos e os processos de execução/cumprimento de sentença não foram digitalizados.

Nos processos eletrônicos (PJe), é utilizada a divisão que o próprio sistema fornece, através das caixas de tarefas, como ponto de partida. A partir das caixas, foram criadas subcaixas, que auxiliam a controlar o fluxo dos processos.

No sistema PJe, o mesmo responsável pela triagem dos processos físicos analisa os processos da Tarefa Triagem Inicial, bem como faz a análise dos processos que acusaram prevenção.

Não há divisão de setores no Gabinete. À exceção dos critérios de urgência/prioridade e cronológico, não há quaisquer outros critérios de distribuição de processos entre os assessores, sendo que todos trabalham com processos cíveis e criminais, registrados com conclusão para decisão ou sentença.

Os processos conclusos para julgamento são controlados através de tabela confeccionada no programa Word, distribuídos entre os assessores observando-se os critérios de prioridades estabelecidas na legislação e, sucessivamente, o critério cronológico de conclusão, bem assim as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. São elaboradas com primazia as propostas de minutas de processos com data de conclusão mais antiga.

Para controlar a situação do acervo, são utilizados os relatórios fornecidos pelos sistemas processuais Tebas e PJe.

No TEBAS: Relatório de Processos Distribuídos, Relatório de Processos com Prazos Vencidos, Estatística de Processos Conclusos para Sentença etc.

No PJE: Estatística de Processos Distribuídos, Estatística de Conclusão para Julgamento, Relatório de Processos com Prazos Vencidos etc.

São utilizadas, ainda, planilhas para controle do prazo dos processos físicos, de processos conclusos para sentença e decisão, bem como para marcação de audiências.

#### **6.4.3.2. Gabinetes**

Não há divisão de setores no Gabinete. À exceção dos critérios de urgência/prioridade e cronológico, não há quaisquer outros critérios de distribuição de processos entre os assessores, sendo que todos trabalham com processos cíveis e criminais, registrados com conclusão para decisão ou sentença.

Os processos conclusos para julgamento são controlados através de tabela confeccionada no programa Word, distribuídos entre os assessores observando-se os critérios de prioridades estabelecidas na legislação e, sucessivamente, o critério cronológico de conclusão, bem assim as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. São elaboradas com primazia as propostas de minutas de processos com data de conclusão mais antiga.

#### **6.4.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 4ª Vara Federal**

O MM. Juiz Federal Titular, Dr. Vinícius Costa Vidor, realiza periodicamente reuniões com todos os servidores da Vara ou com determinados setores separadamente, a fim de traçar metas, esclarecer dúvidas, ouvir sugestões, bem como para dar feedback acerca das novas ações implementadas na Vara e parabenizar os servidores pelos excelentes resultados obtidos.

#### **6.4.5. Planejamento das atividades da 4ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da Vara são planejadas sempre em conjunto com os supervisores e servidores do setor envolvido, visando sempre a dar uma maior celeridade ao andamento processual, assim como adequar as especialidades de cada servidor às necessidades da Vara.

A avaliação de resultados das atividades da Vara se dá mensalmente através do acompanhamento do acervo de processos da Vara, mediante consulta às informações fornecidas pelos Sistemas Processuais TEBAS e PJe.

Os diversos Boletins Estatísticos e Relatórios gerados pelos referidos Sistemas Processuais possibilitam o acompanhamento do número de processos conclusos, a quantidade de processos distribuídos e baixados até o momento, bem como o tempo médio processual, que auxiliam o acompanhamento das atividades, permitindo o direcionamento de ações para o incremento dos resultados que por ventura ainda não sejam satisfatórios.

O acompanhamento da pauta de audiências é realizado por intermédio do aplicativo Google Agenda e de uma tabela elaborada pelo Setor respectivo. Este aplicativo permite que o juiz visualize a qualquer momento, em um *smartphone* ou computador, a pauta de audiências da Vara.

A meta geral fixada pelo MM. Juiz da Vara foi a de reduzir, mensalmente, o acervo total da Vara.

Assim, o número total de saídas (remessa ao TRF5, arquivados com baixa e redistribuídos) deve ser sempre maior que o número total de entradas (distribuídos, redistribuídos, reativados e recebidos do TRF5). Com essa meta, a Vara conseguiu reduzir, no período de junho de 2017 a maio de 2018, o acervo total (TEBAS + PJE) de 1.161 processos em junho/2017 para 720 processos em maio/2018.

No Gabinete (Assessoria) devem ser minutados até o último dia do mês corrente todos os processos conclusos para decisão, desde que não sejam urgentes, até o dia 25 do mês, e para sentença, até o dia 20 do mês em curso.

#### **6.4.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais**

As partes, seus advogados, os defensores públicos e os membros do Ministério Público, são atendidos pelos servidores da Vara e, quando solicitado, são encaminhados, de pronto, ao diretor de secretaria ou ao magistrado.

#### **6.4.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.**

A 4ª Vara Federal, em 31/05/2018, contava com 505 (quinhentos e cinco) processos, sendo 113 (cento e treze) físicos e 392 (trezentos e noventa e dois) eletrônicos. Considerando tal número e o número de servidores efetivamente em exercício na unidade (17), a média de processos por servidor é de 29,71.

Não havia, quando do preenchimento do formulário de gestão, processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise sob a responsabilidade dos magistrados.

A 4ª Vara Federal, em 31/05/2018, tinha 234 processos sobrestados, em razão dos motivos indicados na tabela abaixo:

MOTIVO	QUANTIDADE (Físicos)	QUANTIDADE (Eletrônicos)
AGUARDANDO PAGAMENTO DE REQUISITÓRIO	9	25*
AGUARDANDO JULGAMENTO DE EMBARGOS	24	12
ART. 921, III, DO CPC/2015	8	75
AGUARDANDO JULGAMENTO DE AGRAVO	5	2
ART. 921, V, DO CPC/2015	0	8
ART. 922, CAPUT, DO CPC/2015	0	1
ART. 313, IV, DO CPC/2015	23	16

ART. 130, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP.	0	0
ART. 319, IV E V, DO CPP	0	1
ART. 152 DO CPP	0	0
ART. 89, DA LEI Nº 9.099/95	5	7
ART. 366 DO CPP	8	4
Art. 149, caput do CPP	1	0
TOTAL	83	151

\*tais processos encontram-se no aguardo de pagamento de requisitório, porém o sistema PJe não os considera suspensos.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 285 audiências. Por sua vez, no referido período, houve apenas 02 inspeções judiciais realizadas.

#### 6.4.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Meta 1 vem sendo atingida.

De janeiro a maio de 2018 foram distribuídos 144 (cento e quarenta e quatro) processos de conhecimento e julgados 242 (duzentos e quarenta e dois) processos.

Foram desconsiderados no cálculo os processos pertencentes às seguintes classes processuais: 58-Carta de Ordem, 60-Carta Precatória, 64-Comunicação de Prisão em Flagrante, 117-Incidente de Restituição de Coisas Apreendidas, 120-Inquérito Policial, 157-Pedido de Busca e Apreensão Criminal, 158-Pedido de Liberdade Provisória com ou sem Fiança, 161-Pedido de Prisão Preventiva, 163-Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico, 203-Termo Circunstanciado, 223-Arresto / Hipoteca Legal - Medidas Assecuratórias, 224-Sequestro - Medidas Assecuratórias, 97-Execução/Cumprimento de Sentença, 98-Execução de Título Extrajudicial, 206-Execução Contra Fazenda Pública, 207-Execução Provisória de Sentença, 229-Cumprimento de Sentença, Carta Precatória Cível (261), Auto de Prisão em Flagrante (280), Liberdade Provisória com ou sem Fiança (305), Pedido de Busca e Apreensão Criminal (309), Pedido de Prisão Preventiva (313), Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico (310); Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) (1733), Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária (81), Cumprimento de Sentença (156), Cumprimento Provisório de Sentença (157), Execução Contra a Fazenda Pública (1114) e Execução de Título Extrajudicial (159).

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

A Vara conta atualmente com 08 (oito) processos distribuídos até 31/12/2013

(06 físicos e 02 eletrônicos), dos quais 06 (seis) estão suspensos e 02 (dois) estão aguardando realização de perícia. A Vara tem envidado esforços para que até o final do ano todos os processos distribuídos até 31/12/2013 sejam julgados.

Temos apenas 05 (cinco) processos distribuídos em 2014 ainda em tramitação.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Nos processos em que é viável a conciliação, são realizadas audiências e viabilizada a conciliação judicial e extrajudicial. Em 2018 foram realizadas 8 (oito) audiências de conciliação.

Foram realizadas 26 audiências de conciliação nos últimos 24 meses, tendo havido algumas audiências canceladas.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não tramitam, nesta 4ª Vara, ações de improbidade administrativa nem ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2015, pendentes de julgamento.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

A Meta 5 vem sendo atingida, pois, até o dia 31 de maio do ano em curso, foram distribuídos 29 processos de execução não fiscal e baixados 213.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

A unidade informou que a Meta 6 foi cumprida.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

No primeiro aspecto (baixar), tal meta foi atingida, pois até o dia 31 de maio do ano em curso, foram distribuídos (distribuídos/redistribuídos) 32 processos criminais e baixados (baixados, redistribuídos ou remetidos ao TRF5) 90.

Contudo, no tocante ao julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente, a meta está sendo perseguida. Este ano já foram julgados 27 processos criminais.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

A vara informou que não possui ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015.

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI), quando ocorre o trânsito em julgado da ação civil pública.

#### **6.4.9. Processos selecionados para correição**

Praticamente não havia processos físicos na serventia por ocasião da correição ordinária, tendo sido analisados 34 feitos eletrônicos.

##### **6.4.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

###### **6.4.9.1.1. Processos eletrônicos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora para a conclusão						
0800691-49.2014.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	ALONSO RODRIGUES DOS SANTOS - 132.532.635-68	SIM
0800701-93.2014.4.05.8201	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	MATIAS PONTES BARBOSA - null	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0002413-88.2013.4.05.8201	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL		Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	JOAQUIM PEREIRA DE MORAIS e outros - 009.014.584-49	SIM
0800014-77.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	FITNESS POWER ACADEMIA - null	SIM
0800090-04.2018.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Controle Social e Conselhos de Saúde	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	SOLEDADE PREFEITURA - 08.919.425/0001-00	SIM
0800369-87.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Perdas e Danos e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	RANULFO FERNANDES DE ASSIS - 205.230.094-53	SIM

0800458-13.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	Marcelo Manuel dos Santos - null	SIM
0800459-32.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RONALDO LOPES DE FIGUEIREDO e outros - 181.289.124-53	SIM
0800460-80.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	RAFAEL GONCALVES BORGES - ME - 28.548.449/0001-08	SIM
0800467-72.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Erro Médico e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	EDITE RODRIGUES CUSTODIO e outro - 569.050.174-34	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800516-84.2016.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Adicional de Horas Extras e outros	Juntada de Apelação	ALEXANDRE PEREIRA DE BAKKER -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800642-66.2018.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Baixa Definitiva	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800652-47.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita	Inspeção da Corregedoria-Geral	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	PEDRO CABRAL FERNANDES CORDEIRO - null	SIM
0800669-88.2014.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	EDIVALDO LIMA DA SILVA - 408.682.067-68	SIM
0800695-81.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Outras fraudes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800697-51.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falso testemunho ou falsa perícia	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROMERO LUIZ BATISTA - 548.085.704-59	SIM
0800877-33.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Controle Social e Conselhos de Saúde	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SERRA REDONDA PREFEITURA - 08.868.937/0001-95	SIM
0800972-34.2016.4.05.8201	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA INTERPA/PB e outro - 09.370.990/0001-24	SIM
0801083-81.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FERNANDO DE MEDEIROS CADETE e outro - 132.086.084-20	SIM
0801123-29.2018.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	Matrícula	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	THACIO SILVA CORDEIRO e outros - 103.379.184-90	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
0801250-98.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica praticada por Funcionário Público	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PAULO GOMES PEREIRA e outro - 842.694.568-68	SIM
0801481-62.2016.4.05.8201	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Esbulho / Turbação / Ameaça	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0801491-72.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801611-52.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2 REGIAO - 24.417.008/0001-16	SERIDO PREFEITURA - 08.916.124/0001-23	SIM

0802240-89.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	JOAO BOSCO CARNEIRO JUNIOR - 601.116.584-20	SIM
0802782-10.2017.4.05.8201 - (Segredo)	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Má-gestão praticada por Prefeitos e Vereadores e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	REPRESENTACOES E CONSTRUÇOES PEREIRA LEITE EIRELI - ME - 14.936.451/0001-40	SIM
0802801-16.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RANULFO FERNANDES DE ASSIS - 205.230.094-53	SIM
0803080-02.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão de Intimação	JOSUE BELTRAO SILVA - 145.828.724-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0803114-74.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BEVILACQUA MATIAS MARACAJA e outro - 250.376.414-20	SIM
0803176-17.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ARQUIMENIA DA SILVA ALMEIDA e outro - 032.627.514-21	SIM
0803312-14.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Inserção de dados falsos em sistema de informações	Conclusos para despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ERICA POLIANA DE FIGUEIREDO FIRME e outro - 070.697.004-74	SIM
0803434-27.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Inserção de dados falsos em sistema de informações	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803529-57.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA DAMIÃO FITNESS - null	SIM

#### 6.4.10. Correição anterior e autoinspeção

A 4ª Vara Federal informou que as determinações constantes da correição anterior foram cumpridas, nos termos seguintes:

Os servidores foram orientados a colacionar etiquetas com os prazos prescricionais nas ações penais, bem como a prestarem mais atenção nos prazos para cumprimento das determinações judiciais e no correto preenchimento dos termos e certidões.

Ao realizar a última autoinspeção, o MM. Juiz Federal Titular, Dr. Vinícius Costa Vidor, verificou um nível excelente na qualidade dos serviços prestados por esta Vara.

Desta feita, não foram fixadas novas metas ou fins a serem perseguidos, tendo o magistrado orientado os servidores a manterem as conquistas alcançadas.

#### 6.4.11. Considerações finais

A 4ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foi observado que os processos tramitam de forma bastante regular na unidade, não havendo qualquer ocorrência negativa que inviabilize o seu bom funcionamento.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 4ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 4ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

## **6.5. 5ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

### **6.5.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 5ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 9.788/1999, teve sua implantação autorizada pela Resolução nº 7/1999 - TRF5 e instalada pelo Ato nº 131/1999 - TRF5. A unidade detém competência privativa para processar e julgar as execuções fiscais, funcionando no prédio-sede da SJPB, situado na Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

O seu horário de funcionamento é das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira, com atendimento ao público das 09h a 18h.

### **6.5.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 5ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: 02 magistrados; 14 servidores efetivos, sendo 7 analistas judiciários e 7 técnicos judiciários; e c) 4 estagiários.

#### **6.5.2.1. Juízes federais**

A juíza federal titular da vara, Helena Delgado Ramos Fialho Moreira, exerce a magistratura federal desde 06/09/1993, atuando na 5ª Vara Federal da Paraíba desde 10/06/1999. Foi ainda Diretora do Foro no período de 01/04/2009 a 01/04/2010 (Ato nº 64/2009 - TRF5) e de 01/04/2013 a 31/03/2015 (Ato nº 89/2013 - TRF5).

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada nos seguintes períodos:

Férias: (considerado o período de 01/01/2016 a 22/05/2018)

- 07/01/2016 a 05/02/2016 - 30 dias - Expediente: Portaria 414/2015-CR;

- 04/07/2016 a 02/08/2016 - 30 dias - Expediente: Portaria 414/2015-CR;

- 09/01/2017 a 15/01/2017 - 7 dias - Expediente: Portarias 2452/2016 e

10/2017-CR;

- 18/01/2017 a 07/02/2017 - 21 dias - Expediente: Portaria 10/2017-CR;

- 04/07/2017 a 05/07/2017 - 2 dias - Expediente: Portaria 190/2017-CR;

- 06/07/2017 a 04/08/2017 - 30 dias - Expediente: Portaria 2452/2016-CR;

- 11/01/2018 a 09/02/2018 - 30 dias - Expediente: PA 0010091-32.2017.4.05.7000;

Licenças: Não há

Convocações: Não há

Outras: (considerado o período de 01/01/2016 a 22/05/2018)

- Afastamento para participar de solenidade - 12/05/2016 a 13/05/2016 - 2 (dois) dias - Expediente: ECG. 10131.0279/2016.06;

- Afastamento para participar de solenidade - 16/05/2016 a 17/05/2016 - 2 (dois) dias - Expediente: ECG. 10147.0295/2016.06;

- Afastamento sem prejuízo de jurisdição - 15/08/2016 a 15/08/2016 - 1 (um) dia - Expediente: ECG. 10393.0541/2016.06;

- Afastamento sem prejuízo de jurisdição - 13/03/2017 a 15/03/2017 - 3 (três) dias - Expediente: PA 0001661-91.2017.4.05.7000;

- Afastamento para participar de Seminário/Congresso - 29/05/2017 a 01/06/2017 - 4 (quatro) dias - Expediente: PA 0004487-90.2017.4.05.7000;

- Afastamento sem prejuízo de jurisdição - 21/08/2017 a 22/08/2017 - 2 (dois) dias - Expediente: PA 0007736-49.2017.4.05.7000;

- Afastamento para participar de Seminário/Congresso - 07/03/2018 a 09/03/2018 - 3 (três) dias - Expediente: PA 0001570-64.2018.4.05.7000.

Período total de afastamento: 5 (cinco) meses e 17 (dezesete) dias.

O juiz federal substituto, Fernando Américo de Figueiredo Porto, exerce a magistratura desde 22/06/11, atuando na 5ª Vara Federal desde agosto/17.

Ambos os magistrados residem em João Pessoa/PB, onde funciona 5ª Vara Federal.

### 6.5.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 5ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Alexandre Aragão Pascoal	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Ana Maria Medeiros Oashi	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Arlington Francelino Augusto de Carvalho	Analista Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito
Carlos Alves Pereira	Técnico Judiciário	-----	Superior	Ciências Contábeis
Conceição de Maria Gomes Serra Ramalho	Técnico Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Edson Dionísio da Silva	Técnico Judiciário	-----	Superior	Pedagogia
Elógio Nicácio Xavier	Técnico Judiciário	FC-02	Pós-Graduação	Direito
Franscran Nunes Gomes	Analista Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito
Gilmário de Araújo Pereira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Helio Luiz Pessoa de Aquino	Analista Judiciário	CJ-03	Pós-Graduação	Direito
Ítalo Jorge Marinho da Nóbrega	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito
Karlyne Cabral Maroja Limeira	Analista Judiciário	FC-04	Pós-Graduação	Direito
Lailma dos Santos Oliveira	Técnico Judiciário	FC-04	Superior Incompleto	Direito
Lavoisier de Carvalho Almeida	Analista Judiciário	-----	Superior	Direito
Leonardo Idel Gusmão Vinesof	Técnico Judiciário	-----	Superior	Direito
Severino do Ramos do Espírito Santo	Técnico Judiciário	FC-03	Superior	Direito
Sílvia Berenice Puziski Nóbrega	Técnico Judiciário	FC-05	Pós-Graduação	Direito

#### SERVIDORES DE OUTROS ÓRGÃOS: 04

MAT	NOME	ÓRGÃO DE ORIGEM	FUNÇÃO COMISSIONADA	FC
-----	------	-----------------	---------------------	----

PB800	Joana José da Silva	Seção Judiciária do Maranhão	Supervisor Assistente Juiz Substituto	FC-04
PB834	Luis Maurício Goes dos Santos	Seção Judiciária do Distrito Federal	Supervisor Assistente Juiz Federal	FC-04
PB1031	Pablo Ramon Wanderley Silva	Seção Judiciária do Piauí		-
PB980	Walmir Gomes de Araújo	Seção Judiciária de São Paulo	Supervisor Seção Exec.Grandes Devedores	FC-05

### 6.5.2.3. Estagiários

O número previsto de estagiários na 5ª Vara Federal é de 4, estando todas as vagas preenchidas. Número efetivo de estagiários na Vara: 2 (dois), com contratos firmados em data anterior à edição da Portaria nº 137/2018 – Direção do Foro, de 14/03/2018. A Vara ainda conta com 2 (dois) outros estagiários remunerados pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), em razão de convênio firmado entre a Seção Judiciária da Paraíba e a aludida instituição.

### 6.5.3. Organização da 5ª Vara Federal

Dentre os servidores da 5ª Vara Federal da Paraíba, 17 exercem suas atribuições na secretaria e 4 no gabinete.

#### 6.5.3.1. Secretaria

A secretaria encontra-se organizada da seguinte maneira:

- **Diretor de Secretaria:** atividades previstas em Lei e regulamentos, além de administração da Vara e outras que lhes sejam atribuídas pela Juíza. Atua no setor o servidor Helio Luiz Pessoa de Aquino, Diretor de Secretaria, auxiliado pelo Secretário Severino do Ramos do Espírito Santo.
- **Setor de Execução de Outros Credores:** Processamento das execuções fiscais que não sejam do interesse da Fazenda Nacional. O Setor é coordenado pela servidora Karlyne Cabral Maroja Limeira, com o auxílio dos servidores Leonardo Idel Gusmão Vinesof e Pablo Ramon Wanderley Silva.
- **Setor de Expedição de Documentos e Publicação:** Gerencia o encaminhamento dos documentos e correspondências produzidos pela Vara, bem como a publicação de expedientes. O Setor é coordenado pela servidora Ana Maria Medeiros Oashi, auxiliada pelo servidor Edson Dionísio da Silva.

- Setor de Cálculos: É integrado pela servidora Lailma dos Santos Oliveira, responsabilizando-se pela elaboração dos cálculos no âmbito da 5ª Vara, além de auxiliar eventualmente a Seção de Leilão e Avaliação.
- Setor de Embargos e Ações Conexas: Processamento de toda e qualquer ação que tramite na Vara que não seja execução fiscal. O Setor é coordenado pelo servidor Gilmário de Araújo Pereira, com o auxílio dos servidores Elógio Nicacio Xavier, Lavoisier de Carvalho Almeida e Carlos Alves Pereira.
- Seção de Execuções da Fazenda Nacional: Processamento das execuções fiscais de interesse da Fazenda Nacional, que não se relacionem a grandes devedores - execuções de valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A Seção é coordenada pelo servidor Ítalo Jorge Marinho da Nóbrega, como auxílio dos servidores Luís Maurício Góes dos Santos e Joana José da Silva. O Supervisor da Seção é o substituto eventual do Diretor de Secretaria.
- Seção de Execução de Grandes Devedores: Processamento das execuções fiscais promovidas contra os denominados grandes devedores - como critério na Vara, adota-se o valor das execuções quando igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A Seção é coordenada pelo servidor Walmir Gomes Araújo.
- Seção de Leilão e Avaliação: Processamento e elaboração de todos os expedientes necessários à realização dos leilões realizados no âmbito da Vara. Coordenado pela servidora Sílvia Berenice Puziski Nóbrega, que, eventualmente, conta com o auxílio da Supervisora do Setor de Cálculos, Lailma dos Santos Oliveira.

Em cada setor, os feitos são dispostos em estantes de acordo com a fase processual em que se encontram registradas no Sistema TEBAS. Priorizam-se os processos que envolvem pessoas maiores de 60 (sessenta) anos, além daqueles em que suscitadas questões incidentes, os que já permitem a prolação de sentença ou decisão interlocutória e nos quais seja solicitada alguma providência urgente. Os processos prioritários recebem etiquetas de aviso, tendo tramitação diferenciada.

Na Secretaria, no que concerne ao julgamento de processos, o trabalho se restringe basicamente à elaboração de minutas de sentenças extintivas e decisões interlocutórias de menor complexidade. Busca-se direcionar o trabalho de maneira a priorizar os processos com petições mais antigas. Há a meta de redução do acervo de processos em tramitação, mediante a priorização de processos tendentes ao arquivamento com ou sem baixa na distribuição e/ou suspensão (parcelamento, art.

40 da Lei nº 6.830/1980 etc).

### **6.5.3.2. Organização do gabinete**

Atualmente, a 5ª Vara Federal conta com dois juizes: a Juíza Federal Titular, Helena Delgado Ramos Fialho Moreira e o Juiz Federal Substituto, Fernando Américo de Figueiredo Porto, cujos Gabinetes contam com a atuação de quatro assessores no total, além de, em regra, três estagiários.

Os processos que chegam à Assessoria – com vistas à elaboração de minutas de despachos, decisões ou sentenças – são divididos semanalmente entre os assessores por dígito, e não por matéria ou classe processual, fazendo-se as devidas compensações/anotações, de modo que sejam distribuídos igualmente e todos os assessores trabalhem com quaisquer processos de competência desta Vara Privativa (execuções fiscais, embargos à execução, ações anulatórias, embargos de terceiro, mandados de segurança, etc.).

Os estagiários auxiliam com pesquisas jurisprudenciais e minutas de atos judiciais, sendo os seus trabalhos revisados pelos assessores antes de serem encaminhados à Juíza.

Na Assessoria, os processos vindos da Secretaria são ordenados por ordem cronológica e as minutas, ressalvadas algumas hipóteses repetitivas e casos de urgência, são elaboradas seguindo-se a antiguidade de recebimento dos processos.

Na Secretaria, no que concerne ao julgamento de processos, o trabalho se restringe basicamente à elaboração de minutas de sentenças extintivas e decisões interlocutórias de menor complexidade. Busca-se direcionar o trabalho de maneira a priorizar os processos com petições mais antigas.

Na Assessoria, os assessores anotam os processos recebidos em listas, indicando a ordem cronológica de recebimento, e elaboram as minutas preferencialmente observando-se essa ordem. No início de cada mês, cada assessor envia aos Juizes, por email, uma lista dos processos com mais de 30 (trinta) dias no gabinete, destacando-se eventuais processos com mais de 60 (sessenta) dias. As listas auxiliam no controle do acervo e servem para demonstrar o andamento dos trabalhos e a situação da Assessoria.

No cartório da Vara são utilizados os vários relatórios emitidos pelos Sistemas TEBAS e PJe e, eventualmente, planilhas com dados dos aludidos relatórios.

### **6.5.4. Participação direta da juíza federal em reuniões com a equipe da 5ª Vara Federal**

Regularmente, os Juizes da vara participam de reuniões com os colaboradores, revendo rotinas e propondo novas soluções e medidas para a otimização do trâmite dos processos, a fim de assegurar o princípio de sua duração razoável.

#### **6.5.5. Planejamento das atividades da 5ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades da vara é feito de acordo com as metas traçadas pelo CNJ e recomendações da Corregedoria-Regional Federal.

#### **6.5.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

O atendimento é feito em regime de escala mensal de rodízio diário entre todos os servidores da Secretaria, que se revezam em duplas no atendimento, sem prejuízo do atendimento personalizado demandado de cada chefe de setor e do Diretor de Secretaria, conforme a necessidade. Em casos de congestionamento, a dupla de atendentes é auxiliada por outros servidores.

O atendimento consiste, inicialmente, na localização do processo, que é disponibilizado à parte requerente para análise, ficando um servidor disponível para esclarecimentos de eventuais dúvidas, bem como para acompanhar o interessado no caso da necessidade de extração de cópias, acaso seja solicitado, sem prejuízo, se necessário, do encaminhamento do caso para o Diretor de Secretaria ou para os magistrados.

A pesquisa de satisfação foi realizada em passado não muito recente, por meio da aplicação de formulários distribuídos à clientela interna e externa, obtendo-se excelentes resultados. Não há casos registrados de reclamação quanto ao atendimento prestado.

#### **6.5.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais.**

A 5ª Vara Federal, quando do preenchimento do formulário de gestão, contava com os processos indicados na tabela abaixo:

- 15.050 processos físicos;
  
- 6.397 eletrônicos.

Considerando tal número de processos e o número de servidores efetivos em exercício na unidade (21), a média de processos é de 1.021 (um mil e vinte e um) processos por servidor.

Estão sobrestados 18.614 (dezoito mil, seiscentos e quatorze) processos físicos e 1.463 (um mil, quatrocentos e sessenta e três) processos eletrônicos suspensos/arquivados/sobrestados com fundamento no art. 40, caput e seu parágrafo 2º, da Lei nº 6.830/80 (LEF), no art. 922 do CPC, e ainda aguardando o julgamento de embargos e/ou recursos.

Os processos que foram extraviados (Restaurações de Autos nº 0002410-68.2015.4.05.8200 e 0002409-83.2015.4.05.8200) foram restaurados.

Foram realizadas as audiências adiante informadas:

Juiz Titular: 02 (duas) audiências em 2016 e 01 (uma) em 2017.

Juiz Substituto: 01 (uma) audiência em 2017.

Pelo CEJUSC, em 2017, foram realizadas 1.116 (um mil cento e dezesseis) audiências.

As inspeções judiciais são realizadas anualmente.

#### **6.5.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Meta cumprida, uma vez que foram julgados, até o momento, 270 (duzentos e setenta) processos de conhecimento (físicos + eletrônicos) contra 70 (setenta) novos processos da mesma natureza distribuídos no presente exercício (apenas eletrônicos).

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

As metas foram regularmente cumpridas, conforme relatado por ocasião das inspeções ordinárias realizadas nos exercícios de 2016 e 2017 e, com relação ao exercício de 2018, encontra-se em vias de cumprimento.

##### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Adotou-se a seguinte regra: o encaminhamento ao CEJUSC de todas as execuções fiscais propostas contra executados residentes na região metropolitana da Capital, para a realização de audiências de conciliação antes da realização da penhora de bens. Nesse sentido, é que, no exercício de 2017, foram realizadas 1.116 (um mil, cento e dezesseis) audiências.

Foram realizadas 1.116 (um mil, cento e dezesseis) audiências de conciliação

nos últimos 24 meses.

Algumas audiências de conciliação designadas pelo CEJUSC não foram realizadas à míngua da não localização dos executados em seus respectivos endereços. De qualquer forma, a citação frustrada do devedor não implicou, de imediato, a suspensão do andamento das respectivas execuções fiscais. Foram redesignadas após a citação válida em novos endereços indicados pelos exequentes.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Durante o exercício de 2018, 28 (vinte e oito) processos de cumprimento de sentença e de execução contra a Fazenda Pública foram ajuizados, tendo sido baixados 7 (sete) da mesma natureza.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não se aplica.

#### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não se aplica.

**A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique inelegibilidade (CNCIAI)/ (Provimento CNJ nº 29/2013)?**

Não se aplica.

#### **6.5.9. Processos selecionados para correição**

Foram selecionados para correição 74 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 150 processos.

### 6.5.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E DE COBRANÇA DE RESPOSTA A OFÍCIOS EXPEDIDOS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00053922219964058200	Ofício de 27/05/15, certidão de ausência de resposta datada de 14/03/16.
<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00050253120154058200	Desde 08/11/2016.
Execução Fiscal	00011741820144058200	CP expedida em 21/06/16, devolvida em 02/06/17, juntada em 13/06/17, sem registro de cobrança.
Execução Fiscal	00036483020124058200	Desde 16/11/2016.
Execução Fiscal	00167899720044058200	Desde 02/08/2017.
Execução Fiscal	00022053920154058200	Desde 24/10/2016.
<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00038219820054058200	De 05/11/2016 a 21/02/2018.
Execução Fiscal	00009681420084058200	Com a PFN desde 04/04/17 até 23/03/18, sem cobranças, ocorrendo a devolução dos autos após a inspeção.
Execução Fiscal	00005353519934058200	De 30/03/17 a 23/03/18
Execução Fiscal	00011741820144058200	Recebido pela PFN em 14/06/17, devolvido em 23/03/18, sem registro de cobrança.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00047616820024058200	De 26/03/2018 a 16/07/2018.
Execução Fiscal	00076611420084058200	De 07/05/2018 a 16/07/2018.
Execução Fiscal	00089201020094058200	De 11/10/2016 a 08/03/2017 e de 09/01/2018 a 02/04/2018.
Execução Fiscal	00061674120134058200	Juntada em 27/03/15, conclusos em 22/07/17.
Execução Fiscal	00052682920024058200	Despacho em inspeção, datado de 20/03/17, conclusão em 09/08/17.
Execução Fiscal	00047482020124058200	De 01/02.2017 a 20/06/2017.
Execução Fiscal	00079597420064058200	De 22/03/2018 a 30/05/2018.
Execução de Sentença	00089187420084058200	Juntada em 11/04/16, conc.

		em 08/06/16; Recebidos em 05/06/17, conc. em 20/09/17; Juntada em 23/05/18, conc. em 16/07/18;
Execução Fiscal	00143239620054058200	De 07/04/16 a 22/08/17 E de 21/02/18 a 16/07/18
Execução Fiscal	00116588320004058200	Juntada em 17/05/18, conc. em 16/07/18.
Execução Fiscal	00047345120034058200	Juntada em 21/03/18, conclusão em 13/07/18.
Execução Fiscal	00086816019964058200	Juntada em 08/08/17, conclusão em 02/02/18; Juntada em 20/03/18, ainda aguardando conclusão.
Execução Fiscal	00079833920054058200	Juntada em 20/03/18, conc. em 13/07/18.
Execução Fiscal	00058957219984058200	Juntada em 19/10/17, conclusão em 16/07/18 - demora excessiva.
Execução Fiscal	0000020038200005355	De fl. 94 (março a jul/18 - v. fl. 89)
Execução Fiscal	00069608720074058200	De fl. 155 (abr a ago/15 - fl. 154)
Execução Fiscal	00018791620144058200	De fl. 154 (set/16 a fev/17 - v. fl. 153v)
Execução Fiscal	00000200982000071731	De fl. 74 (abr a jul/18)
Execução Fiscal	00038448819984058200	De fl. 225 (março a jul/18)
Execução Fiscal	00001946719974058200	De 31/07/2017 a 13/07/2018.
Execução Fiscal	00077370920064058200	De 04/06/2018 a 16/07/2018.
Execução Fiscal	00080278220104058200	De fl. 51 (abr a jul/18 - v. fl. 41)
Execução Fiscal	00000200982000076790	Sem movimentação desde abr/18 (fl. 173v)
Embargos à Execução	00044266320134058200	De 19/03/2018 a 16/07/2018.
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00000200882000021978	Da petição de fl. 38 (01 ano)
Execução Fiscal	00061312820154058200	Do mandado de fl. 39 (abr a out/16 - fl. 38)
Execução Fiscal	00037415620134058200	Da petição de fl. 112 (jan/14 a nov/16 - v. fl. 111) e da petição de fl. 125 (fev/14 a nov/16 - fl. 124)
Execução Fiscal	00069608720074058200	Da petição de fl. 149 (out/14 a mar/15), da petição de fl. 159 (nov/15 a mar/16 - fl. 158) e da peça de fl. 166 (jul a out/16 - fl. 165)
Execução Fiscal	00000200782000008830	Da petição de fl. 123 (jan/16 a jun/17 - v. fl. 122)
Execução Fiscal	9700043614	Da petição de fl. 137/139 (jun/15 a maio/17 - fl. 136)
Execução Fiscal	00019932320124058200	Da petição de fl. 55 (jul/14 a fev/15 - fl. 54) e da petição de fl. 91 (nov/17 a mar/18 - fl. 90)
Execução Fiscal	00000200982000076790	Da petição de fl. 163 (set/14 a fev/17 - fl. 162)
Execução Fiscal	00015014620034058200	Da petição de fl. 141/142 (jun/13 a out/16 - fl. 140)

Execução Fiscal	00094146420124058200	Do mandado de fl. 28 (nov/14 a maio/15)
Execução Fiscal	00094146420124058200	Da petição de fl. 37 (nov/15 a mar/16 - fl. 36), da petição de fl. 66 (maio a ago/17 - fl. 65) e da petição de fl. 75 (out/17 a mar/18 - fl. 74)
Embargos à Execução	00044266320134058200	De 14/11/2017 a 09/02/2018.
Execução Fiscal	00050562220134058200	De 26/04/2018 a 16/07/2018.
Execução Fiscal	00089201020094058200	De 21/06/2016 a 11/10/2016.
Execução Fiscal	00145526619994058200	De 19/04/2012 a 07/04/2016.
Execução Fiscal	00037635120124058200	De 20.09.2016 a 02.03.2017.
Execução Fiscal	00047482020124058200	De 24/08/2015 a 11/02/2016 e de 04/05/2018 a 16/07/2018.
Execução Fiscal	00116588320004058200	Petição de 10/07/17, juntada em 17/05/18.
Execução Fiscal	00079833920054058200	Petição de 18/03/16, juntada em 20/03/18 - demora excessiva.
Execução Fiscal	00058957219984058200	Petição de 05/07/16, juntada em 19/10/17 - demora excessiva.
Execução Fiscal	00041983520064058200	Mandado de citação cumprido em 28/11/11, certidão em 06/12/11, juntada em 15/07/17 - demora excessiva. E mandado c/cump. certificado em 17/10/17 e petição de 26/10/17, juntados em 21/03/18.
Execução Fiscal	00080386819974058200	Petição de 10/03/16, juntada em 10/07/17 - demora excessiva.
Execução Fiscal	00011741820144058200	Petição de 27/08/14, juntada em 14/04/16.
Execução Fiscal	00067523020124058200	Petição de 15/08/16, juntada em 13/02/17.
Execução Fiscal	00039987620164058200	Mandado cumprido, certificado em 06/12/16, juntada em 29/11/17.
Execução Fiscal	00052682920024058200	Petições de 21/03/17, juntadas em 09/08/17.
Execução Fiscal	00053922219964058200	Petição de 24/05/16, juntada em 03/10/16.
Execução Fiscal	00136370720054058200	Mandado com certidão de 21/10/15, juntado em 05/05/16; Petição de 18/04/18, juntada em 16/07/18.
Execução Fiscal	00003631020044058200	Ofício de 08/08/17, juntado em 16/01/18.
Execução Fiscal	00061674120134058200	Petição de 31/05/16, juntada em 03/10/16.
<b>DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00028234720164058200	Despacho em inspeção datado de 19/03/18, ainda aguardando cumprimento.

Execução Fiscal	00041983520064058200	Demora no cumprimento de despacho em inspeção, datado de 21/03/18 (últ. mov.)
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00000200582000136264	
Execução Fiscal	00035649230134058200	
Embargos à Execução	00000941920144058200	
Execução Fiscal	00081595220054058200	
Execução Fiscal	00081083120104058200	
Execução Fiscal	00042511120094058200	
Execução Fiscal	00082536320054058200	
Execução Fiscal	00028263620154058200	
Execução Fiscal	00047401420104058200	
Execução Fiscal	00007087820014058200	
<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00000200882000021978	Ausência de conclusão para o despacho de fl. 41.
Execução Fiscal	00061674120134058200	Demora no cumprimento de despacho/ato ordin, datado de 22/07/15, exped. em 26/10/15; Datado de 23/11/15, vista em 06/05/16 Edesp. de 03/10/16, exp. em 09/03/17
Execução Fiscal	00000200982000071731	Autos em poder da parte por tempo excessivo (jun/17 a abr/18 - fl. 73/73v).
Execução Fiscal	00018791620144058200	Demora na abertura de vista à parte (set/15 a set/16 - v. fl. 148).
Execução Fiscal	00018791620144058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 154 (fev a set/17 - v. fl. 156)
Execução Fiscal	00061312820154058200	Sem movimentação processual no período de out/16 a abr/17 - fl. 42.
Execução Fiscal	00061312820154058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 62 (ago/17 a jan/18 - v. fl. 63)
Execução Fiscal	00023912820164058200	Demora na remessa dos autos da Distribuição para a Vara (fl. 57)
Execução Fiscal	00023912820164058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 74 (março a jun/17 - fl. 75) e do despacho de fl. 90 (ago/17 a jan/18 - fl. 91)
Execução Fiscal	00023912820164058200	Despacho de fl. 93 ainda não cumprido (proferido em mar/18)
Execução Fiscal	00037415620134058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 137 (jan a jun/17 - fl. 139) e de fl. 195 (proferido em março/18)
Execução Fiscal	00000200782000008830	Demora na confecção do ato ordinatório de fl. 121, após decorrido o prazo de suspensão do processo (jan/12 a dez/15 - v. fl. 120)
Execução Fiscal	00000200782000008830	Autos em poder da parte

		por tempo excessivo (set/17 a mar/18 - fl. 159v e 161)
Execução Fiscal	9700043614	Processo sem movimentação após decorrido o prazo de suspensão referido no despacho de fl. 134 (mar/05 a maio/15 - v. fl. 135)
Execução Fiscal	9700043614	Autos em poder da parte por tempo excessivo (maio a nov/17 - fls. 157v e 159)
Execução Fiscal	00029701020154058200	Processo sem movimentação entre jul/16 a mar/17 (fls. 109/110)
Execução Fiscal	00029701020154058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 110 (mar/17 a mar/18 - fl. 110v)
Execução Fiscal	00019932320124058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 64 (fev a jul/15 - fl. 66)
Execução Fiscal	00019932320124058200	Demora na abertura de vista (fl. 69/69v - out/15 a mar/16)
Execução Fiscal	00019932320124058200	Sem movimentação após publicação do edital de fl. 80 (jul/16 a maio/17 - v. fl. 80v e 81v)
Execução Fiscal	00000200982000076790	Sem movimentação entre jan/12 (após decurso de prazo de suspensão - fls. 156 e 161) e ago/14 (fl. 161v)
Execução Fiscal	00000200982000076790	Demora no cumprimento do despacho de fl. 168 (out/17 a jan/18 - fl. 169)
Execução Fiscal	00015014620034058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 209 (desde mar/18)
Execução Fiscal	00094146420124058200	Demora no cumprimento do mandado de fl. 28 (jun a nov/14 - v. fl. 28v)
Execução Fiscal	00094146420124058200	Demora no cumprimento do despacho de fl. 41 (março a junho/16 - fl. 43)
Execução Fiscal	00068808920084058200	Processo sem movimentação, desde 19/03/2018.
Execução Fiscal	00167899720044058200	Demora no cumprimento de despacho, de 10/02/2017 a 17/07/2017.
Execução Fiscal	00030699120164058200	Demora no cumprimento de despacho, desde 19/03/2018.
Execução Fiscal	00026965120124058200	Processo sem movimentação, desde 14/06/2017.
Execução Fiscal	00069044420134058200	Demora no cumprimento de despacho, de 10/08/2016 a 05/06/2017.
Execução Fiscal	00069044420134058200	Processo sem movimentação, desde 14/06/2017.
Execução Fiscal	00022028420154058200	Demora no cumprimento de despacho, desde

		20/03/2018.
Execução Fiscal	00054122220104058200	Demora no cumprimento de despacho, de 24/09/2015 a 07/03/2016.
Execução Fiscal	00054122220104058200	Demora no cumprimento de despacho, desde 19/03/2018.
Execução Fiscal	00048910920124058200	Demora no cumprimento de despacho, de 09/02/2015 a 04/09/2015; De 13/07/2016 a 13/12/2017.
Execução Fiscal	00048910920124058200	Processo sem movimentação, desde 26/04/2018.
Execução Fiscal	00145526619994058200	Processo sem movimentação, de 16/10/2017 a 31/01/2018.
Execução Fiscal	00037635120124058200	Demora no cumprimento de despacho, de 02/03/2017 a 09/10/2017.
Execução Fiscal	00038653420164058200	Demora no cumprimento de despacho, de 29/11/2016 a 25/01/2017.
Execução Fiscal	00059783920084058200	Demora no cumprimento de despacho, de 20/03/2017 a 25/10/2017 e desde 19/03/2018.
Execução Fiscal	00047482020124058200	Demora na juntada de mandado, de 23/08/2017 a 23/11/2017.
Execução de Sentença	00089187420084058200	Demora no cumprimento de despacho, de 18/05/15, certidão de impossibilidade de cumprimento datada de 03/12/15; Despacho de 08/06/16, cumprimento em 15/02/17 - demora excessiva. Despacho em inspeção em 23/03/17, remessa em 01/06/17.
Execução Fiscal	00086816019964058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 26/09/16, expedição em 24/01/17.
Execução Fiscal	00041983520064058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 20/05/15, reiterado em inspeção em 12/04/16, expedição de mandado em 01/08/16 - demora excessiva.
Execução Fiscal	00080386819974058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 07/08/17, expedição em 11/01/18.
Execução Fiscal	00009681420084058200	Ausência de movimentação na secretaria de 30/11/16 a 20/03/17.
Execução Fiscal	00067523020124058200	Ausência de movimentação na secretaria de 27/11/17 a 19/03/18.
Execução Fiscal	00053922219964058200	Demora no cumprimento

		de despacho, datado de 03/10/16, reiterado em inspeção, datada de 23/03/17, certificado em 10/10/17.
Execução Fiscal	00136370720054058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 15/09/14, reiterado em inspeção, datada de 07/04/15, expedição em 10/09/15.
Execução Fiscal	00136370720054058200	Ausência de movimentação de 05/05/16 a 26/02/18.
Execução Fiscal	00015311820024058200	Demora no cumprimento de despacho, datado de 28/10/16, reiterado em inspeção datada de 21/03/17, remessa em 17/05/17.
Execução Fiscal	00003631020044058200	Ausência de movimentação na secretaria, de 28/09/16 a 16/01/18 (prazo de suspensão deferido à parte, até 31/07/17)
Execução Fiscal	00038448819984058200	Demora na abertura de vista (fl. 220v - out/17 a fev/18).
<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00086816019964058200	Edital expedido em 05/06/2009 (certidão pág. 158), constatação sem a ausência de publicação do mesmo, em 26/09/2016 (certidão fls. 159)
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00047345120034058200 Classe: Execução Fiscal - anexados: 87177.2003;86148.2003;85934.2003;65285.2003;47350.2003		
Processo: 00053922219964058200 Classe: Execução Fiscal - anexado 000554671996		
Processo: 00080386819974058200 Classe: Execução Fiscal - apensados 0000933741996 e 0000942361996		
Processo: 00089187420084058200 Classe: Execução de Sentença - cumprimento de sentença		

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0800768-56.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANDREA BANDEIRA DE MELO PINTEIRO e outro - 283.688.514-91	SIM
0800915-19.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Capacidade Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	FUNDAÇÃO PEDRO SOARES NUTTO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CAAPORA - 03.340.481/0001-72	SIM
0801939-82.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento	Proferido despacho de mero expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	ADRIANA CLAUDIA RIBEIRO DA CUNHA - ME - 02.483.958/0001-06	SIM
Demora para a conclusão						

0800020-46.2016.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	FUNDAF/Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	GILBERTO FERNANDES DA SILVA NETO - 030.433.234-83	SIM
0800172-14.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Compensação de Prejuízo e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESCOLINHA RISQUE RABISQUE LTDA - 08.352.882/0001-66	SIM
0800268-24.2016.4.05.8200	CAUTELAR INOMINADA	Parcelamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAUSCHILD SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - ME - 02.749.211/0001-57	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800453-62.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ENEROIL EPITACIO PESSOA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME - 08.429.325/0001-04	SIM
0800456-17.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	A & R PETROLEO LTDA - 10.888.859/0001-32	SIM
0800740-30.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DINART MOREIRA E SANTOS - 109.052.004-20	SIM
0800746-32.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MAURIZA DA SILVA - 155.437.368-94	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800785-92.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Retificação de Autuação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MOURA RAMOS GRAFICA E EDITORA LTDA - 12.614.707/0001-77	SIM
0800788-47.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SISTEMA EDUCACIONAL IMPACTO LTDA - ME - 09.317.439/0001-17	SIM
0800799-47.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Causas Supervenientes à Sentença e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0801091-61.2017.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de decurso de prazo	INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCACAO - 08.679.557/0001-02	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801350-90.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	AMARELINHO COMERCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA - 12.924.775/0001-32	SIM
0801442-39.2014.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0801612-40.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	OPENLINE INTERNET LTDA - EPP - 00.863.335/0001-33	SIM
0801811-28.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	JOSE RICARDO VIANA PEREIRA - 026.799.264-55	SIM
0801850-25.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA DAS GRACAS GOMES DE SOUZA - 069.507.144-08	SIM
0801852-92.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	JOSE PIO CHAVES - 324.921.974-68	SIM

0801897-33.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOAO LUIS DE FRANCA JUNIOR - 885.339.564-87	SIM
0801951-62.2017.4.05.8200	EMBARGOS DE TERCEIRO	Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	RENAN LUIZ DE SA CARDOSO e outro - 085.773.994-86	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802088-78.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	UNIMED JOAO PESSOA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - 08.680.639/0001-77	SIM
0802140-40.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TERESA CRISTINA DE MEDEIRO MELO - 250.940.924-72	SIM
0802219-53.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	SILVINO TRANSPORTE EIRELI - ME - 04.310.431/0001-05	SIM
0802239-10.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	ARMANDO DA SILVA PESSOA NETO - 188.780.164-20	SIM
0802624-26.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS - 00.000.000/0005-82	LUIZA CRISTINA NOBREGA - 250.985.944-72	SIM
0802700-16.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA TROPICAL DE HOTELS - 15.147.499/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802931-43.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORIEL DE CARVALHO DINIZ - 092.100.914-34	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0803068-25.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	A. S. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME - 04.220.477/0001-33	SIM
0803173-02.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	EMPRESA VIACAO BELA VISTA LTDA - ME - 09.107.145/0001-60	SIM
0803311-66.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ENARQ ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - 08.323.024/0001-93	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0803624-90.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMORIM CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA	SIM
0803972-11.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LINO ESTOFADOS LTDA - EPP - 12.187.247/0001-48	SIM
0803976-48.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WANESSA KELLY OLIVEIRA DE VASCONCELOS - EPP - 11.500.571/0001-01	SIM
0803990-32.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIRA UCHOA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP - 12.926.028/0001-33	SIM
0803993-84.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INOVECINCO INFORMACAO E TECNOLOGIA LTDA - ME - 11.341.805/0001-15	SIM
0804760-93.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	NORFIL S/A FIACAO PARAIBANA DE ALGODOAO - 12.927.414/0001-40	SIM
0804766-32.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA USINA SAO JOAO - 08.974.214/0001-70	SIM

0804892-82.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RESTAURANTE CHINA TAYWAN LTDA - 09.249.182/0001-03	SIM
0805995-27.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - 02.155.440/0001-43	ESTADO DA PARAIBA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAIBA - null	SIM
0808873-22.2017.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Expropriação de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUINA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - 01.382.979/0001-72	SIM
0809024-85.2017.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0809109-71.2017.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de decurso de prazo	WANICLEIDE LEITE FAGUNDES - 414.699.924-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0801350-90.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AMARELINHO COMERCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA - 12.924.775/0001-32	SIM
0803624-90.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMORIM CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - EPP - 41.202.938/0001-71	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800172-14.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Compensação de Prejuízo e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ESCOLINHA RISQUE RABISQUE LTDA - 08.352.882/0001-66	SIM
0806726-23.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOSE AILTON DE LIMA - 273.162.114-15	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0001608-36.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CARIOFLEX ESTOFADOS LTDA - 05.938.657/0001-18	SIM
0800020-46.2016.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	FUNDAF/Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	GILBERTO FERNANDES DA SILVA NETO - 030.433.234-83	SIM
0800043-72.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILSON TAMBELLINI - 027.293.858-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800583-52.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	TRANSPORTADORA J P N LTDA - 37.405.099/0007-07	SIM
0800746-32.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MAURIZA DA SILVA - 155.437.368-94	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800767-71.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIDER LIMPEZA URBANA LTDA - 10.317.529/0001-97	SIM
0800768-56.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANDREA BANDEIRA DE MELO PINTEIRO e outro - 283.688.514-91	SIM
0800781-55.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EDIPO DUARTE FREIRE JUNIOR e outro - 886.027.534-20	SIM

0800783-25.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	E. & N. SAPATOS EIRELI - 16.684.374/0001-03	SIM
0800786-77.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HERBERT ALEXANDRE ROCHA ARAGAO e outros - 058.969.804-42	SIM
0800790-17.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MORADA INCORPORACOES EIRELI - EPP - 02.955.787/0001-70	SIM
0801177-66.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Capacidade Tributária	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ARLINDO DE ARRUDA - 877.131.607-87	SIM
0801442-39.2014.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0801806-06.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	CELINA MARIA FABRICIO DE ALBUQUERQUE - 288.742.854-34	SIM
0801808-73.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	IDELMA MARIA CAETANO COELHO - 446.679.229-15	SIM
0801811-28.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	JOSE RICARDO VIANA PEREIRA - 026.799.264-55	SIM
0801850-25.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA DAS GRACAS GOMES DE SOUZA - 069.507.144-08	SIM
0801872-83.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0801939-82.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento	Proferido despacho de mero expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	ADRIANA CLAUDIA RIBEIRO DA CUNHA - ME - 02.483.958/0001-06	SIM
0802075-45.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	DAVID GERALDO VENTURA - 549.258.516-91	SIM
0802140-40.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TERESA CRISTINA DE MEDEIRO MELO - 250.940.924-72	SIM
0802239-10.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	ARMANDO DA SILVA PESSOA NETO - 188.780.164-20	SIM
0802264-23.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	KELLY TOSCANO DE BRITO TORRES - 840.762.244-34	SIM
0802383-18.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARLOG - MARAJÓ LOGISTICA E SERVICOS LTDA - ME - 05.978.260/0001-50	SIM
0802700-16.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL		Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMPANHIA TROPICAL DE HOTEIS - 15.147.499/0001-31	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802931-43.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ORIEL DE CARVALHO DINIZ - 092.100.914-34	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM

0803077-84.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	PRONTO SOCORRO INFANTIL RODRIGUES DE AGUIAR - 09.096.207/0001-86	SIM
0803177-39.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUZA - 896.529.329-49	SIM
0803311-66.2016.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ENARQ ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - 08.323.024/0001-93	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0803620-53.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA NILDA SANTIAGO SILVA e outros - 185.921.804-06	SIM
0803621-38.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUIS PEREIRA DE LIMA e outro - 139.220.844-00	SIM
0803622-23.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	STELRE CONSTRUÇOES LTDA - EPP - 02.612.820/0001-60	SIM
0803624-90.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMORIM CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA - EPP - 41.202.938/0001-71	SIM
0803662-05.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCELI REGINA MURIBECA COSTA PONTES e outros - 007.378.254-80	SIM
0803990-32.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIRA UCHOA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP - 12.926.028/0001-33	SIM
0804273-26.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ENILDA RAMALHO DE CARVALHO - ME - 08.578.965/0001-78	SIM
0804328-06.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PRENOR PREFABRICADOS DE CIMENTO DO NORDESTE LTDA - 00.363.000/0001-56	SIM
0804436-35.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WECKER INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA - ME - 03.212.501/0001-20	SIM
0804668-47.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	INSTITUTO DO CORACAO DO ESTADO DA PARAIBA - 07.936.329/0001-08	SIM
0804799-22.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUÇOES E PREMOLDADOS MODULO LTDA - 09.290.453/0001-74	SIM
0804802-74.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SAMUEL FERREIRA FERNANDES e outro - 051.628.137-29	SIM
0804820-95.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALEXANDRE MARIZ MAIA e outro - 325.174.594-87	SIM
0805659-23.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCIO RANIERY CRUZ DE MEIRELES - ME - 02.104.946/0001-23	SIM
0806489-86.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	AMBIENTAL SOLUCOES LTDA - 01.840.291/0001-99	SIM
0808910-49.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) - null	OSMAR DIAS OLIVEIRA e outro -	SIM
0808922-63.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	POSTO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO CARVALHO LTDA - 00.380.540/0001-48	SIM

0808923-48.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	GERALDO DA SILVA ARAUJO - ME - 08.690.354/0001-17	SIM
0808924-33.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	USE TAXI - SERVICOS DE RESERVA DE TAXI LTDA - ME - 11.438.111/0001-09	SIM
0808937-32.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	LIMP FORT LIMPEZA URBANA LTDA - ME - 01.959.552/0001-94	SIM
0808948-61.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOÃO MÁXIMO MALHEIROS FELICIANO - null	SIM
0808978-96.2017.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BOVIL COMERCIO E INDUSTRIA DE SUBPRODUTOS BOVINOS LTDA - ME - 01.817.724/0001-95	SIM
0808983-21.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Certificado de Regularidade - FGTS e outros	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MONTEG MONTAGEM TECNICA & GERACAO EIRELI - EPP - 03.740.244/0001-07	SIM
0809058-60.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ADAUTO FRANKLIN E CIA LTDA E OUTROS - null	SIM
0809068-07.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) - null	ALCAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS - null	SIM
0809079-36.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MATEL SEVIÇOS ELETRICOS E TELEFONICOS EIRELI - null	SIM
0809087-13.2017.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	IPU/ Imposto Predial e Territorial Urbano e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JOAO PESSOA PFEFEITURA - 08.778.326/0001-56	SIM
0809100-12.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MARCOS PAULO DA SILVA - 030.591.454-58	SIM
0809116-63.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	A. S. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME - 04.220.477/0001-33	SIM
0809139-09.2017.4.05.8200	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE LOURDES RIBEIRO CABRAL - 132.773.084-72	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE - 03.085.239/0001-08	SIM
0809146-98.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GESSNER AGRA CARIRI CAETANO - null	SIM
0809194-57.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	LEILA MARIA MARINHO LIMA - 039.589.344-55	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800043-72.2014.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WILSON TAMBELLINI - 027.293.858-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800268-24.2016.4.05.8200	CAUTELAR INOMINADA	Parcelamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	HAUSCHILD SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA - ME - 02.749.211/0001-57	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0800453-62.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ENEROIL EPITACIO PESSOA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME - 08.429.325/0001-04	SIM
0800456-17.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	A & R PETROLEO LTDA - 10.888.859/0001-32	SIM
0800740-30.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Direito de Imagem	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DINART MOREIRA E SANTOS - 109.052.004-20	SIM
0800767-71.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIDER LIMPEZA URBANA LTDA - 10.317.529/0001-97	SIM
0800775-14.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	PERES & FORMIGA LTDA - 05.395.971/0005-25	SIM
0800776-96.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ANTONIO DUARTE DA SILVA - 325.426.824-53	SIM
0800787-62.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - 24.118.739/0001-60	SIM
0800788-47.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Petição	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SISTEMA EDUCACIONAL IMPACTO LTDA - ME - 09.317.439/0001-17	SIM
0800799-47.2015.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Causas Supervenientes à Sentença e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	FAZENDA NACIONAL e outros - 00.394.460/0216-53	SIM
0800915-19.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Capacidade Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	FUNDAÇÃO PEDRO SOARES NUTTO PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE CAAPORA - 03.340.481/0001-72	SIM
0801177-66.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Capacidade Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ARLINDO DE ARRUDA - 877.131.607-87	SIM
0801208-52.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RIVALDO PEREIRA DA SILVA e outro - 113.229.904-76	SIM
0801350-90.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Taxa de Fiscalização Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	AMARELINHO COMERCIO DE TINTAS E FERRAGENS LTDA - 12.924.775/0001-32	SIM
0801437-51.2013.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COMPANHIA INDUSTRIAL DO SISAL CISAL - 09.427.600/0001-05	SIM
0801470-70.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOAO PESSOA PREFEITURA - 08.778.326/0001-56	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	SIM
0801612-40.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	OPENLINE INTERNET LTDA - EPP - 00.863.335/0001-33	SIM

0801850-25.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA DAS GRACAS GOMES DE SOUZA - 069.507.144-08	SIM
0801897-33.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JOAO LUIS DE FRANCA JUNIOR - 885.339.564-87	SIM
0801939-82.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento	Proferido despacho de mero expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL -	ADRIANA CLAUDIA RIBEIRO DA CUNHA - ME - 02.483.958/0001-06	SIM
0801951-62.2017.4.05.8200	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	RENAN LUIZ DE SA CARDOSO e outro - 085.773.994-86	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0802075-45.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL - 00.381.056/0001-33	DAVID GERALDO VENTURA - 549.258.516-91	SIM
0802084-70.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL - 09.116.278/0001-01	SIM
0802106-65.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ROBERTO ANTONIO AUGUSTO RAMENZONI e outro - 001.166.108-91	SIM
0802107-50.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFSET GRAFICA E EDITORA LTDA - 08.708.133/0001-29	SIM
0802195-88.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MONICA MARTINS DOS SANTOS - ME - 08.020.024/0001-14	SIM
0802219-53.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	SILVINO TRANSPORTE EIRELI - ME - 04.310.431/0001-05	SIM
0802377-11.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	SUZANA CRISTINA DA CRUZ SERPA - 711.917.474-68	SIM
0802624-26.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO TOCANTINS - 00.000.000/0005-82	LUIZA CRISTINA NOBREGA - 250.985.944-72	SIM
0802885-83.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SERVIÇO - ARTE NA COZINHA CULINARIA LTDA - EPP - 01.002.404/0001-87	SIM
0803068-25.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	A. S. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME - 04.220.477/0001-33	SIM
0803077-84.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	PRONTO SOCORRO INFANTIL RODRIGUES DE AGUIAR - 09.096.207/0001-86	SIM
0803978-18.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENGETEC PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA - ME - 11.229.428/0001-27	SIM
0804760-93.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	NORFIL S/A FIACAO PARAIBANA DE ALGODAO - 12.927.414/0001-40	SIM
0804820-95.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALEXANDRE MARIZ MAIA e outro - 325.174.594-87	SIM
0805659-23.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCIO RANIERY CRUZ DE MEIRELES - ME - 02.104.946/0001-23	SIM

0807011-16.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	KAINARA ALMEIDA PESSOA CUNHA - 001.803.954-59	SIM
0808845-54.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CARLOS ALBERTO SILVA GAS - EPP - 70.113.782/0001-50	SIM
0808858-53.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	VALTEI BEZERRA RIBEIRO - 717.247.884-34	SIM
0808909-64.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	ADAIR PEREIRA DA SILVA - 960.506.914-87	SIM
0808921-78.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	CICERO BATISTA LIMA DA SILVA - 938.201.514-00	SIM
0808922-63.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	POSTO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO CARVALHO LTDA - 00.380.540/0001-48	SIM
0808924-33.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL - 02.030.715/0001-12	USE TAXI - SERVICOS DE RESERVA DE TAXI LTDA - ME - 11.438.111/0001-09	SIM
0808930-40.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PONTO SIM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME - 10.580.955/0001-19	SIM
0809116-63.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - 03.589.068/0001-46	A. S. ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA - ME - 04.220.477/0001-33	SIM
Outros						
0802107-50.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFSET GRAFICA E EDITORA LTDA - 08.708.133/0001-29	SIM
0802890-08.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HCS CLIMATIZACAO COMERCIO E SERVICOS EIRELI - 02.730.484/0001-50	SIM
0807010-31.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PETRUCCI AUGUSTO MELO DO NASCIMENTO - 282.056.004-06	SIM
0807012-98.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIA DE FATIMA DE ARAUJO TEIXEIRA - 089.266.544-00	SIM
0809173-81.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	L.O COMBUSTIVEIS LTDA - ME - 10.975.306/0001-17	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0009912-97.2011.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	DICAN COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e outro - 03.759.246/0001-30	SIM
0800044-23.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Juntada de Certidão de decurso de prazo	VALTEX IND E COM DE CONFECOES E MALHARIA LTDA - 01.208.098/0001-30	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0800120-42.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA JOSE ROCHA BARBOSA - 519.240.994-20	SIM
0800122-12.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA JOSE SILVA DO NASCIMENTO - 552.526.724-15	SIM
0800126-49.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARGARIDA ARAUJO DA SILVA - 714.711.034-04	SIM
0800146-40.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	WALKIRIA LIMA BRAZ - 424.160.274-68	SIM
0800441-82.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ASS.PROMOC DO ANCIAO DONA LICOTA C DA CUNHA MAROJA- 12.720.744/0001-60	SIM
0800769-41.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRONTEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MINERAIS LTDA. - 08.181.087/0001-52	SIM
0800777-18.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HOSPITAL SAMARITANO LTDA - 09.129.222/0001-83	SIM
0800779-85.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SOLIDA IMOVEIS LTDA - EPP - 01.000.239/0001-24	SIM
0800780-70.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	EURICO SANTIAGO DE SOUZA RANGEL - 003.893.234-20	SIM
0801807-88.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	DANIELLE CINTHIA DE SOUZA - 007.796.074-22	SIM
0802478-77.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ANDREA MESQUITA SANTANA TARGINO - 169.510.578-85	SIM
0802479-62.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	WANDERLENE FERREIRA DE LIMA E COSTA - 601.572.164-20	SIM
0802481-32.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ANA MARIA SILVA CRISPIM - 503.945.684-00	SIM
0803623-08.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DA PARAIBA - COOPANEST - PB - 35.491.356/0001-50	SIM
0803840-17.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONSTRUSUL CONSTRUTORA SUL LTDA - EPP - 00.411.767/0001-03	SIM
0803967-86.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	RODRIGO TAVARES DE OLIVEIRA - 10.649.601/0001-83	SIM
0803968-71.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRIGORIFICO BELA VISTA EIRELI - EPP - 10.721.688/0001-52	SIM
0804093-05.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de decurso de prazo	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFSET GRAFICA E EDITORA LTDA - 08.708.133/0001-29	SIM

0804208-31.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Multa de 10%	Juntada de Certidão de decurso de prazo	HOSPITAL LAR SERVICOS DE SAUDE LTDA - EPP - 08.985.082/0001-82	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA CRF 5 - 00.000.000/0005-32	SIM
0804314-90.2015.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MARIA JOSE CAVALCANTI DE ALMEIDA - ME - 02.075.633/0001-94	SIM
0804858-10.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FICAMP S.A INDUSTRIA TEXTIL - 12.941.720/0001-30	SIM
0805088-18.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NUCAMP BRASIL COMERCIO LTDA - 03.954.380/0001-91	SIM
0805101-17.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FOCO DISTRIBUICAO LTDA - 08.091.462/0001-73	SIM
0805173-04.2018.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	UP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI - ME - 17.318.988/0001-34	SIM
0805436-36.2018.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAIBA - CREA-PB - 08.667.024/0001-00	ASSINGEL ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GRUPO GERADORES - null	SIM
0805758-90.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PLANC BURLE MARX VILLE EMPREENDIMENTOS	SIM
0806724-53.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WANDERLAN PEREIRA MAIA WANDERLEY - 252.172.324-04	SIM
0806729-75.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA DO SOCORRO DE MENEZES CORDEIRO DE MELO -	SIM
0806731-45.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	TERCILIA TELMA DE ARRUDA GALVAO ARAUJO -	SIM
0807009-46.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANDRES LOPEZ CONESA - 700.941.171-95	SIM
0808823-93.2017.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Apelação	COMPANHIA USINA SAO JOAO - 08.974.214/0001-70	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0808864-60.2017.4.05.8200	PROCEDIMENTO COMUM	Retido na fonte	Juntada de Contestação	STONE BROTHERS COMERCIO IMPORTACAO E	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Tempo de permanência processo na Contadoria Juízo						
0804760-93.2015.4.05.8200	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - 29.507.878/0001-08	NORFIL S/A FIACAO PARAIBANA DE ALGODAO - 12.927.414/0001-40	SIM

### 6.5.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações constantes da Correição anterior, lançadas individualmente nos processos correicionados, foram integralmente cumpridas prioritariamente pela Vara. No que diz respeito ao trabalho em equipe, foi estabelecida rotina diária para os servidores, a fim de se evitar, ao máximo, a necessidade de realizações de mutirões de trabalho.

No que diz respeito à utilização de local na Vara destinado aos processos despachados para a assinatura dos Juízes, os magistrados vêm assinando os atos, sempre que possível, diariamente, em contato com os servidores, disponibilizando-se à retirada de dúvidas e orientação.

Além das metas habituais estabelecidas para os servidores da Vara, como a de, na Assessoria, não se ultrapassar 30 (trinta) dias sem a elaboração da minuta do ato judicial pertinente (despachos, decisões ou sentenças) e na Secretaria da Vara, a meta de redução do acervo de processos em tramitação, mediante a priorização de processos tendentes à extinção, ao arquivamento com ou sem baixa na Distribuição e/ou suspensão (parcelamento, art. 40 da LEF etc.), fixou-se como meta, inclusive já realizada, a adoção de rotinas que permitem a assinatura mediante certificação eletrônica de despachos e atos judiciais proferidos nos processos físicos através do Sistema Tebas. O sistema de assinatura eletrônica já foi implantado, encontrando-se em plena utilização.

#### **6.5.11. Considerações finais**

A 5ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento

A unidade jurisdicional possui competência exclusiva para execuções fiscais e processos conexos. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece

durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

Embora não se possa olvidar que os fatores acima mencionados colaboram para que as varas de execuções fiscais apresentem uma realidade diferenciada das demais varas, também não se deve deixar de registrar que, durante os trabalhos de correição na 5ª Vara Federal/PB, foram verificadas inconsistências de várias naturezas nos processos analisados, sendo dignas de destaque aquelas mais corriqueiras, as quais devem ser corrigidas pela aludida unidade:

1. Ausência de termo de recebimento do processo na vara;
2. Demora na conclusão e na juntada de expedientes;
3. Demora na cobrança de devolução de carta precatória;
4. Demora no cumprimento de despacho;
5. Feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que foram verificadas várias demoras na tramitação dos processos correicionados da 5ª Vara Federal.

## **6.6. 6ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB**

### **6.6.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 6ª Vara Federal da SJPB foi criada pela Lei nº 9.788/1999 e implantada pela Resolução nº 7/1999 - TRF5 c/c o Ato nº 131/1999 - TRF5. A unidade funciona no prédio da subseção judiciária, localizado na Rua Edgard Vilarim Meira, s/nº, Liberdade, Campina Grande/PB, detendo competência plena comum (cível e criminal) e privativa das execuções penais. A 6ª Vara Federal conta com instalações adequadas para todos, juízes, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade jurisdicional é das 9h às 18h.

### **6.6.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

#### **6.6.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da vara, Gustavo de Paiva Gadelha, exerce a magistratura federal desde 16/04/2008, atuando na 6ª Vara Federal desde

13/05/2013 (Ato nº 11/2013 - CR). O magistrado é o diretor do Foro da subseção desde 09/04/2015.

Nos últimos 24 meses, o juiz federal em referência esteve afastado:

- Férias: 11/07/2016 a 09/08/2016; 16/10/2017 a 14/11/2017.

- Afastamento para compor o TRF - 09/01/2017 a 07/02/2017 (ATO 510/2016-GP).

- Afastamento para compor o TRF - 26/06/2017 a 25/07/2017 (ATO 269/2017-GP).

- Afastamento sem prejuízo da jurisdição - 27/05/2016 a 27/05/2016.

- Afastamento para compensação de plantão forense - 23/06/2016 a 23/06/2016.

- Afastamento para participar de Seminário/Congresso - 03/10/2016 a 05/10/2016.

- Afastamento para compensação de plantão forense - 09/12/2016 a 09/12/2016.

- Afastamento para participar de Curso Oficial / ENFAM - 16/05/2017 a 18/05/2017.

- Afastamento para compensação de plantão forense - 22/06/2017 a 22/06/2017.

- Afastamento para compensação de plantão forense - 23/06/2017 a 23/06/2017.

- Afastamento para participar de Curso Oficial / ENFAM - 05/09/2017 a 06/09/2017.

- Afastamento para participar de Seminário/Congresso - 09/10/2017 a 11/10/2017.

- Afastamento para compensação de plantão forense - 09/02/2018 a 09/02/2018.

- Afastamento para participar de Curso Oficial / CNJ - 04/04/2018 a 06/04/2018.

- Afastamento para participar de Seminário/Congresso - 11/04/2018 a 13/04/2018.

Período total de afastamento: 04 meses e 23 dias.

O juiz federal titular exerceu a docência superior na instituição, períodos e horários abaixo indicados:

- - 2016.1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/FACISA - terça-feira - 08:00h às 11:30h e 18:30h às 20:10h.
- - 2016.2 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/FACISA - terça-feira - 08:00h às 09:40h e 18:30h às 20:10h.
- - 2017.1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/FACISA - terça-feira - 08:10h às 11:40h e 18:30h às 20:10h.
- - 2017.2 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/FACISA - terça-feira - 18:30h às 20:10h e quarta-feira - 09:50h às 11:30h.
- - 2018.1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas/FACISA - terça-feira - 08:00h às 11:30h e 18:30h às 22:00h.

Registre-se que não há, atualmente, juiz federal substituto na 6ª Vara Federal.

O Juiz Federal reside em Campina Grande/PB, cidade onde funciona a unidade judiciária.

#### 6.6.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 6ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Adriane Oliveira de Souza	Técnico Judiciário (Administrativa)	Não	Superior Completo	Direito
Agaires Dias Arruda	Analista Judiciário (Judiciária)	FC-04 Supervisor Assistente do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
Alexandre Dantas	Analista Judiciário (Judiciária - Executante de Mandados)	Não	Superior Completo	Direito
Dario Navarro Maciel	Técnico Judiciário (Administrativa)	FC-04 Supervisor Assistente do Setor de Ações do Rito Ordinário	Superior Completo	Engenharia Mecânica. Atualmente está no 11º período do curso de Direito.

Elza Márcia Torres Braz	Técnico Judiciário (Administrativa)	FC-03 Secretário do Diretor de Secretaria	Superior Completo	Psicologia
Gustavo Ferreira Adelino de Lima	Analista Judiciário (Judiciária)	FC-05 Supervisor da Seção de Processamento de Feitos Cíveis	Superior Completo	Direito
Jader Nilton Maia Batista	Analista Judiciário (Judiciária)	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
José Milton Morais Oliveira	Analista Judiciário (Judiciária - Executante de Mandados)	Não	Superior Completo	Direito
Leonardo Maria dos Santos	Técnico Judiciário (Segurança e Transporte)	Não	Nível Médio	
Lívio Augusto Montalvão Costa Carvalho	Técnico Judiciário (Administrativa)	CJ-03 Diretor de Secretaria	Superior Completo	Direito
Lucas Grangeiro Bonifácio	Técnico Judiciário (Administrativa)	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo	Direito
Maria da Glória Machado Leite	Analista Judiciário (Judiciária)	FC-04 Supervisora Assistente do Setor de Rito Especial e MS	Superior Completo	Direito
Telma de Moraes Xavier	Analista Judiciário (Administrativa)	FC-03 Assistente Técnico III do Diretor de Secretaria	Superior Completo	Administração
Vanina Oliveira Ferreira de Sousa	Analista Judiciário (Judiciária)	FC-05 Supervisora da Seção de Processamento de Feitos Penais	Superior Completo	Direito
Victor Mateus de Araújo	Técnico Judiciário (Administrativa)	Não	Superior Completo	Direito

No tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 6ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 6 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Abaixo, relação dos servidores requisitados (com vínculo com o serviço público), indicando o grau de instrução e o cargo/função que ocupa, bem como o órgão de origem:

Nome	Grau de Instrução	Área de formação	Cargo/Função	Órgão de Origem
Felipe Magno S. Fonseca	Superior Completo	Direito	FC-04 Supervisor Assistente do Juiz Substituto	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
Francimar Braz de Araújo	Superior Incompleto	Letras	FC-02 Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria	Polícia Militar do Estado da Paraíba
Maria de Fátima Barreto Nascimento Luna	Superior Completo	Letras e Direito.	FC-03 Assistente Técnico III	Secretaria de Educação do Estado da Paraíba
Maria de Lourdes da Silva Freire	Superior Completo	Direito	FC-04 Supervisor Assistente do Setor de Publicação	Secretaria de Administração do Município Campina Grande/PB

### 6.6.2.3. Estagiários

Há previsão de 2 estagiários para a vara, estando todas ocupadas.

### 6.6.3. Organização da 6ª Vara Federal

Dentre os servidores da 6ª Vara Federal, 12 exercem suas atribuições na secretaria e 06 no gabinete.

#### 6.6.3.1. Secretaria

A Secretaria apresenta a seguinte organização:

NAP (Núcleo de Atendimento ao Público) e Setor de Publicação	Francimar Braz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar atendimento inicial às partes e advogados/procuradores, para encaminhamento aos setores específicos;</li> <li>- Receber e dar encaminhamento aos processos devolvidos à secretaria;</li> <li>- Receber petições e documentos encaminhados pela distribuição;</li> <li>- Juntar aos autos as petições, os mandados e demais documentos.</li> </ul>
Cível	Agaires Dias Arruda	- Análise inicial dos processos;

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar atos ordinatórios;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão (com exceção das decisões em processos com pedido de tutela ou liminar e outras que, pela sua complexidade, devam ser encaminhadas à assessoria) e sentença de menor complexidade, inclusive aquelas que adotam os fundamentos da apreciação do pedido liminar, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Identificar processos complexos aptos para sentença e remetê-los à assessoria;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Controlar o prazo dos processos eletrônicos.</li> </ul>
	Dario Navarro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedir RPV/Precatório, mandados, ofícios e demais expedientes;</li> <li>- Preparar e remeter as correspondências necessárias ao encaminhamento dos expedientes;</li> <li>- Realizar no TEBAS (fase 12 - intimação) os processos despachados e que tenham sido encaminhados ao gabinete pela secretaria;</li> <li>- Manter contato com os peritos judiciais, com a finalidade de agilizar a designação das perícias.</li> </ul>
Cível	Gustavo Adelino	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise inicial dos processos;</li> <li>- Elaborar atos ordinatórios;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão (com exceção das decisões em processos com pedido de tutela ou liminar e outras que, pela sua complexidade, devam ser encaminhadas à assessoria) e sentença de menor complexidade, inclusive aquelas que adotam os fundamentos da apreciação do pedido liminar, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Identificar processos complexos aptos para sentença e remetê-los à assessoria;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Controlar o prazo dos processos eletrônicos;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar periodicamente, através dos relatórios do Tebas e PJe, os processos sem movimentação.</li> </ul>
	Maria da Glória Leite	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise inicial dos processos;</li> <li>- Elaborar atos ordinatórios;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão (com exceção das decisões em processos com pedido de tutela ou liminar e outras que, pela sua complexidade, devam ser encaminhadas à assessoria) e sentença de menor complexidade, inclusive aquelas que adotam os fundamentos da apreciação do pedido liminar, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Identificar processos complexos aptos para sentença e remetê-los à assessoria;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Controlar o prazo dos processos eletrônicos.</li> </ul>
Cível	Leonardo Maria	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Juntar aos autos as petições, os mandados e demais documentos;</li> <li>- Incluir os processos no boletim e certificar a publicação;</li> <li>- Controlar o prazo dos processos físicos.</li> <li>- Zelar pela segurança patrimonial e das instalações, além de dirigir as viaturas oficiais, quando necessário.</li> </ul>
	Maria de Fátima Nascimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedir mandados, ofícios e demais expedientes;</li> <li>- Preparar e remeter as correspondências necessárias ao encaminhamento dos expedientes;</li> <li>- Realizar as remessas dos processos físicos para os órgãos;</li> </ul>
Penal	Elza Márcia Torres Braz	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise inicial dos processos;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão e sentença de extinção, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Expedir mandados, ofícios e demais expedientes;</li> <li>- Preparar e remeter as correspondências</li> </ul>

		<p>necessárias ao encaminhamento dos expedientes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar no TEBAS (fase 12 - intimação) os processos despachados e que tenham sido encaminhados ao gabinete pela secretaria;</li> <li>- Verificar e certificar o decurso de prazo dos processos com prazo vencido;</li> <li>- Preparar e remeter os processos com intimação para órgãos públicos;</li> <li>- Remeter processos ao TRF, ao arquivo, à distribuição e à contadoria.</li> </ul>
Penal	Maria de Lourdes Freire	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedir mandados, ofícios e demais expedientes;</li> <li>- Preparar e remeter as correspondências necessárias ao encaminhamento dos expedientes;</li> <li>- Realizar no TEBAS (fase 12 - intimação) os processos despachados e que tenham sido encaminhados ao gabinete pela secretaria;</li> <li>- Conferir a regularidade e juntada dos expedientes e atos necessários à realização das audiências;</li> <li>- Verificar e certificar o decurso de prazo dos processos com prazo vencido;</li> <li>- Preparar e remeter os processos com intimação para órgãos públicos;</li> <li>- Remeter processos ao TRF, ao arquivo, à distribuição e à contadoria.</li> </ul>
	Telma de Moraes Xavier	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise inicial dos processos;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão e sentença de extinção, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Expedir mandados, ofícios e demais expedientes;</li> <li>- Preparar e remeter as correspondências necessárias ao encaminhamento dos expedientes;</li> <li>- Realizar no TEBAS (fase 12 - intimação) os processos despachados e que tenham sido encaminhados ao gabinete pela secretaria;</li> <li>- Verificar e certificar o decurso de prazo dos processos com prazo vencido;</li> </ul>

		- Remeter processos ao TRF, ao arquivo, à distribuição e à contadoria.
	Vanina Sousa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise inicial dos processos;</li> <li>- Elaborar atos ordinatórios;</li> <li>- Analisar e elaborar minutas em processos conclusos para despacho, decisão (com exceção das decisões em processos com pedido de tutela ou liminar e outras que, pela sua complexidade, devam ser encaminhadas à assessoria) e sentença de extinção, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Identificar processos aptos para sentença e remetê-los à assessoria;</li> <li>- Expedir certidões de atos judiciais e narrativa;</li> <li>- Acompanhar periodicamente, através dos relatórios do Tebas e PJe, os processos sem movimentação.</li> </ul>

Os processos físicos são separados e localizados nas estantes da secretaria, assim como os processos eletrônicos são distribuídos nas subcaixas criadas dentro das tarefas, de acordo com a fase processual em que se encontram. Com relação aos processos com prioridades, há uma localização específica e o acompanhamento diário dos mesmos.

### 6.6.3.2. Gabinete do juiz federal

O gabinete se organiza da seguinte forma:

Setor	Servidor	Atividade
Cível	Adriane Oliveira de Sousa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de Sentenças virtual;</li> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>
	Jéssica Emanuelle	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de</li> </ul>

		<p>Sentenças virtual;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>
	Lucas Grangeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de Sentenças virtual;</li> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>
	Victor Mateus	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de Sentenças virtual;</li> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>
Penal	Jader Nilton	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de Sentenças virtual;</li> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>
	Felipe Magno	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organizar os processos conclusos de acordo com o período de conclusão;</li> <li>- Elaborar minutas de sentenças e decisões, submetendo-as à apreciação do juiz;</li> <li>- Registrar as sentenças no Livro de Sentenças virtual;</li> <li>- Devolver os processos com sentenças e decisões à secretaria.</li> </ul>

#### **6.6.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 6ª Vara Federal**

O Juiz Federal Titular realiza continuamente reuniões setoriais a fim de colher sugestões para o aprimoramento dos trabalhos, ouvir as dificuldades do cotidiano processual, orientar quanto às diretrizes do serviço e traçar as metas para

curto e longo prazos.

Os processos são separados no gabinete pela data em que foram conclusos e são julgados, em regra, de acordo com a ordem cronológica de conclusão. Os processos com prioridade são julgados de imediato, sendo localizados em local apropriado na estante.

Quinzenalmente, há o acompanhamento dos processos que estão conclusos pendentes de decisão e sentença através dos relatórios do TEBAS e PJe.

#### **6.6.5. Planejamento das atividades da 6ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento é feito visando a atingir as metas estabelecidas pelo CNJ e também aquelas definidas pelo juiz titular da vara.

A avaliação é realizada mensalmente, através do acompanhamento da taxa de congestionamento entre processos distribuídos e arquivados, da verificação da quantidade de processos distribuídos e julgados, além da verificação dos processos que estão sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias, cuja análise deve ser feita quinzenalmente.

#### **6.6.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

O atendimento é realizado no NAP, inicialmente, pelo servidor Francimar Braz, que encaminha os casos para o setor específico, e, quando necessário, para o diretor de secretaria e/ou para o Juiz.

#### **6.6.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 6ª Vara Federal contava com 865 processos em tramitação. A média de processos por servidor efetivo da vara (18) é de 49.

À época do preenchimento do formulário de gestão, havia 339 processos sobrestados pelos seguintes motivos: aguardando julgamento de Agravo de Instrumento (21 processos); parcelamento do débito (04 processos); Art. 366, CPP (27 processos); suspensão condicional do processo (05 processos); aguardando julgamento de processo dependente (32 processos); aguardando decisão IRDR (47 processos); aguardando pagamento de RPV/PRC (43 processos); aguardando julgamento de rescisória (01 processo); suspenso a pedido das partes (96 processos); aguardando cumprimento de medidas cautelares/restrrição de direitos (63 processos).

Registre-se que não houve processo extraviado nos últimos 24 meses e que 03

processos foram objeto de restauração de autos no mesmo período.

No período de 24 meses, foram realizadas pelo magistrado titular 253 audiências e 2 inspeções judiciais.

Saliente-se que 19 audiências foram adiadas ou canceladas. Os motivos dos adiamentos ou cancelamentos foram: a pedido das partes, réu/testemunhas não localizados, convocação do Juiz Titular da vara para o Tribunal e respeito à ordem prevista no art. 400 do CPP.

Saliente-se, por fim, que eventuais inconsistências nos dados acima indicados podem ter ocorrido em razão do fato de que nem todos os relatórios foram extraídos dos sistemas no mesmo momento.

#### **6.6.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

A Meta 1 vem sendo cumprida, pois foram distribuídos 197 processos de conhecimento e foram julgados 204 processos, até 23/05/2018.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Meta 2 cumprida. Atualmente, restam pendentes de julgamento apenas 02 (dois) processos distribuídos em até 31/12/2013 e 02 (dois) distribuídos em 2014.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Apesar dos esforços empreendidos por este Juízo, o cumprimento desta meta está prejudicado, tendo em vista o perfil do acervo atual da vara, cujas lides, em sua esmagadora maioria, são de matéria de direito público, o qual é norteado pelo princípio da legalidade, não admitindo audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334, §4º, II, CPC/2015. Ademais, a Caixa Econômica Federal, através do Ofício nº 00012/2016 - Jurir/JP, a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande, através do Ofício nº 202/2016/PSF-CGE/PGF/AGU, e a AGU, através do Ofício nº 00003/2016/GAB/PSU/CGE/PGU/AGU, informaram o desinteresse na realização de audiências de conciliação, nos processos em que figurassem como partes.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Atualmente, restam apenas 06 (seis) processos de improbidade administrativa para serem julgados, dentre os 199 (cento e noventa e nove) processos da mencionada classe distribuídos até 31/12/2015.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Essa meta vem sendo cumprida, visto que, Foram baixados 46 processos de execução não fiscal, até 23/05/2018, enquanto que ocorreram, no mesmo período, 61 casos novos de execução não fiscal.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Atualmente, resta apenas 01 (uma) Ação Civil Pública pendente de julgamento, dentre os 58 (cinquenta) processos da mencionada classe distribuídos até 31/12/2014.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Foram distribuídos 19 processos criminais e foram baixados/julgados 27 processos, até 23/05/2018.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

A Vara informou que não havia ações penais distribuídas até 31/12/2015 pendentes de julgamento.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

A vara vem cumprindo tais exigências.

## 6.6.9. Processos selecionados para correção

Foram selecionados para correção 58 processos eletrônicos. A serventia praticamente não possuía processos físicos ativos à época da correção.

### 6.6.9.1. Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora para a conclusão						
0800103-37.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Controle Social e Conselhos de Saúde	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CUBATI PREFEITURA - 08.732.182/0001-05	SIM
0800776-30.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Proferido despacho de mero expediente	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e outro - 03.085.239/0001-08	THIAGO PESSOA CAMELO -	SIM
0800889-81.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA CORPO E FORMA - null	SIM
0803650-85.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DAVID CARNEIRO DA COSTA e outros - 016.619.124-86	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0800960-20.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800840-06.2018.4.05.8201	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	LAYS FARIAS DE ALMEIDA -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800007-22.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MAERCIO BRITO DE SOUSA - 072.307.864-52	SIM
0800020-84.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA DAMIÃO FITNESS - null	SIM
0800321-31.2018.4.05.8201	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão	MARIA LUCIA SATURNO DE SOUZA - 884.888.534-91	CAMPINA GRANDE PREFEITURA e outros - 08.993.917/0001-46	SIM
0800465-05.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ESPAÇO FITNESS ACADEMIA - null	SIM
0801048-92.2015.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Penalidades	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - 00.348.003/0001-10	CONSTRUTORA CONSTRUPLAN LTDA - ME - 09.578.438/0001-26	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800007-22.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Expedição de expediente	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	MAERCIO BRITO DE SOUSA - 072.307.864-52	SIM
0800108-25.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material e outros	Juntada de Certidão	MARIA DO CARMO MACHADO LIMA - 504.474.594-49	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM

0800141-54.2014.4.05.8201 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ISAC RODRIGO ALVES e outros - 010.549.994-30	SIM
0800260-15.2014.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FREDERICO DE BRITO LIRA e outros - 215.736.974-00	SIM
	EXECUÇÃO DE	Multas e demais	Expedição de	UNIÃO FEDERAL -	JOSE FRANCISCO	
0800571-98.2017.4.05.8201	TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Sanções	expediente	26.994.558/0001-23	MARQUES - 581.729.474-53	SIM
0800696-66.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DAYVSON MONTEIRO FARIAS e outros -	SIM
0800960-20.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0800960-49.2018.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e outro - 03.085.239/0001-08	ERALDO FERNANDES DE AZEVEDO e outro - 350.854.444-34	SIM
0801075-41.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JARBAS ARAUJO PESSOA e outros - 205.124.494-49	SIM
0801131-74.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOAO BOSCO CARNEIRO JUNIOR - 601.116.584-20	SIM
0801815-62.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Indenização por Dano Material e outros	Conclusos para julgamento	SERGIO COUTINHO PINTO - 192.075.144-00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
Outros						
0800001-15.2017.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Reintegração de Posse e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARTHA DE OLIVEIRA CORREIA SANTOS - 690.790.304-06	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0800029-46.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ALCIONE MARIA ARAUJO DONIDA - 352.625.674-87	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - 05.055.128/0001-76	SIM
0800075-69.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ CARLOS MONTEIRO DA SILVA - 086.775.904-63	SIM
0800128-16.2018.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	PATRICIA BARBOSA GUEDES - 714.422.354-20	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0800156-81.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Juntada de Certidão de Intimação	VERONICA ALEIXO DE GUSMAO - 521.562.494-15	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800170-65.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Remoção	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	EMILIA DE ASSIS ALCOFORADO COSTA e outro - 046.357.644-60	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800274-33.2013.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Baixa Definitiva	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - 05.055.128/0001-76	BRUNO CORREIA DA NOBREGA QUEIROZ - 068.772.064-87	SIM
0800279-16.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Audiência instrução e julgamento designada para 21/08/2018 14:00	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e outro - 03.085.239/0001-08	GILSEPPE DE OLIVEIRA SOUSA e outros - 645.453.694-72	SIM
0800285-23.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Falsidade ideológica e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MANOEL ZITO TELÉCIO FILHO e outros -	SIM

0800355-06.2018.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOAO PAULO DOS SANTOS GOUVEIA - 117.761.594-03	SIM
0800481-56.2018.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Financiamento Privado da Educação e/ou Pesquisa	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	AMANDA IAMANY DOS SANTOS CARVALHO - 105.446.014-08	REITORA DO INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA e outro -	SIM
0800520-92.2014.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro e outros	Baixa Definitiva	CARLOS ALBERTO DA ROCHA - 340.361.308-97	MAGNIFICO REITOR DA UFCC SR. JOSÉ EDILSON DE AMORIM e outros -	SIM
0800547-07.2016.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	JOSE COSTA ARAGAO JUNIOR e outros - 770.514.164-72	SIM
0800547-70.2017.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA	PORTO & COSTA ACADEMIA DE MUSCULACAO E	SIM
0800698-36.2017.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NOEME ESTEVAM BEZERRA e outros - 018.668.594-71	SIM
0800710-55.2014.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Obrigação de Fazer / Não Fazer e outros	Expedição de expediente	JOAO PAULO SOTERO SILVA e outros - 078.166.284-20	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	SIM
0800849-65.2018.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Colaço de Grau e outros	Baixa Definitiva	OLGA LANUSA LEITE VELOSO BARBOSA - 064.490.444-54	Directora-Presidente do CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO - CESED e outro -	SIM
0800863-49.2018.4.05.8201	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MAYARA DA SILVA LIMA -	POLÍCIA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE e outro - 00.000.000/0002-91	SIM
0800881-70.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Baixa Definitiva	JOAO BAPTISTA DA COSTA AGRA DE MELO - 395.179.004-06	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - 05.055.128/0001-76	SIM
0800920-67.2018.4.05.8201 - (Segredo)	PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA	Roubo Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JANAILSON SANTIAGO DE MELO e outros - 074.825.364-50	SIM
0800939-10.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indenização por Dano Material	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	UNIDADE ENGENHARIA LTDA e outro - 70.108.899/0001-46	SIM
0800952-72.2018.4.05.8201	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE MARIA FLORENCIO DA ANUNCIACAO e outros - 022.205.384-43	SIM
0800982-44.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Mineração	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	DRESCON MINERACAO LTDA - 08.587.073/0001-33	SIM
0801290-80.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROBERTO JOSE VASCONCELOS CORDEIRO e outros - 578.359.264-15	SIM
0801412-64.2015.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Contratos Bancários e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	KELLY APUQUI LEAL DOS SANTOS - ME - 12.801.693/0001-09	SIM
0801886-64.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Expedição de expediente	VALDEMIR GUIMARAES QUEIROZ - 713.451.244-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801892-71.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ROBERIO SARAIVA GRANGEIRO e outros - 040.131.404-97	SIM
0802158-58.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JONAILSON DANTAS SOARES - 20.599.978/0001-29	SIM

0802162-95.2017.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abuso de Poder	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SALOMAO DE FIGUEIREDO ABREU - 127.826.187-76	SIM
0802165-50.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	FABIO ADRIANO ARAUJO - null	SIM
0802390-70.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Lei de Imprensa	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA e outros - 00.375.972/0001-60	MARIA DE FATIMA TITO e outro - 204.930.024-72	SIM
0802657-42.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	COOPERATIVA DOS PROD.RURAI S DOS MUN. DE C.GRANDE E BOA VIS-TA LTDA e outros - 02.027.253/0001-84	SIM
0802835-88.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	XOXOTEANDO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME e outros - 07.408.508/0001-72	SIM
0803218-66.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ELIZABETH FERREIRA DA SILVA 80451489420 - 27.620.156/0001-21	SIM
0803546-93.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspecção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	WILTON CARVALHO DE MACEDO e outros - 160.809.554-15	SIM
0803572-91.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	BEVILACQUA MATIAS MARACAJA - 250.376.414-20	SIM
0803624-87.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE e outros - 03.085.239/0001-08	RAFAEL ALVES MACEDO e outros - 052.298.144-54	SIM
0803734-86.2017.4.05.8201	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Recursos Minerais e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MINERACAO BOA VISTA LTDA - 05.621.860/0001-66	SIM

#### 6.6.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou ter cumprido as determinações da correição anterior. Foi providenciada a colocação de etiquetas de prescrição em processos criminais, bem como os sumários nas contracapas das ações criminais e de improbidade, com indicação dos atos processuais mais importantes; foi agilizada a cobrança das cartas precatórias expedidas e não devolvidas.

Além das metas já estabelecidas pelo CNJ (Meta 1, Meta 2, Meta 4, Meta 5 e Meta 6), após a autoinspeção foram fixadas metas para reduzir o máximo o número de processos conclusos pendentes de decisão e sentença, sem perder de vista o tempo entre a conclusão e a prolação da sentença; manter a taxa de congestionamento entre processos distribuídos e arquivados sempre negativa; e buscar julgar mais processos do que a quantidade distribuída em termos absolutos.

### **6.6.11. Considerações finais**

A 6ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, verificou-se que as poucas inconsistências observadas em alguns processos correicionados (demora na conclusão e demora no cumprimento do despacho) não inviabilizam a prestação jurisdicional e não comprometem o bom funcionamento da unidade.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 6ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

## **6.7. 7ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

### **6.7.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 7ª Vara Federal foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 14/2003 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, compete à 7ª Vara Federal processar e julgar as causas de competência da Justiça Federal de até 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001.

A unidade funciona no edifício-sede da SJPB, localizado na Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim, João Pessoa/PB. A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.7.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 7ª Vara Federal conta, atualmente, com o seguinte quadro de pessoal: a) 2 magistrados e 21 servidores efetivos.

#### **6.7.2.1. Juiz federal titular**

O juiz federal titular da unidade, Rogério Roberto Gonçalves de Abreu, exerce a magistratura federal há mais de 13 anos e 7 meses, atuando na 7ª Vara Federal da SJPB há mais de 02 anos e 07 meses.

O juiz federal titular, em 30/05/2015, assumiu a coordenação dos JEFs na SJPB e, em 06/05/2015, a coordenação seccional das centrais de conciliação da

referida seção judiciária.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado:

- Férias: 19/06/2017 a 18/07/2017; 16/10/2017 a 14/11/2017; 16/04/2018 a 15/05/2018.
- Licenças: não
- Convocações: 04/07/2018 a 02/08/2018.
- Outras (especificar motivos):
- Período total de afastamento: 4 (quatro) meses e 11 dias.

O magistrado exerceu a docência superior nas instituições seguintes, nos últimos 24 meses:

- Centro Universitário de João Pessoa (UNIPE): Prática Jurídica I: apenas nas quartas-feiras, das 17h00 às 18h40.

O juiz federal reside em João Pessoa/PB, cidade onde se situa a sede da SJPB.

#### **6.7.2.2. Juiz federal substituto**

O juiz federal substituto, Rodrigo Cordeiro de Souza Rodrigues, exerce a magistratura federal há mais de 8 anos e 9 meses, atuando na 7ª Vara Federal da SJPB há mais de 3 anos.

Nos últimos 24 meses, o magistrado substituto esteve afastado de 08 a 20/09/2016, de 20/10 a 18/11/2016, de 13/03/2017 a 11/04/2017, de 11/09/2017 a 10/10/2017, de 16/05 a 14/06/2018, em razão de férias.

O referido juiz federal substituiu outros magistrados, em férias, nos últimos 24 meses, nos seguintes períodos:

- 12 a 19/10/2016 - exercício pleno na 7ª Vara Federal da Paraíba (Ato 555)
- 21/09 a 18/10/2016 - exercício cumulado na 11ª Vara Federal da Paraíba (Ato 587)
- 03 a 05/10/2016 - exercício cumulado na 4ª Vara Federal da Paraíba (Ato 632)
- 09 a 19/12/2016 - substituição na 9ª Vara Federal da Paraíba (Ato 746)
- 19/06 a 18/07/2017 - exercício pleno na 7ª Vara Federal da Paraíba (Ato

364)

- 19 a 22/06/2017 e de 03 a 06/07/2017 - auxílio na 15ª Vara Federal da Paraíba (Ato 404).
- 11/01 a 09/02/2018 - exercício cumulado na 3ª Vara Federal da Paraíba (Ato 854)
- 16/04 a 15/05/2018 - exercício pleno na 7ª Vara Federal da Paraíba (Ato 177)

O magistrado substituto reside em João Pessoa/PB, cidade onde se situa a sede da SJPB.

### 6.7.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 7ª Vara Federal, pode ser observada a seguinte tabela:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Alice Mara Cirilo de Sousa	Técnica Judiciária	Não	Superior	Direito
Alexandre Moriconi Corrêa	Analista Judiciário	Sim. CJ (diretor de secretaria)	Superior	Direito
Alisson Almeida de Freitas	Analista judiciário	Sim. FC (Auxiliar Especializado do Gabinete do Diretor de Secretaria)	Superior	Direito
Amadeus Rodrigues Pereira	Técnico Judiciário	Sim. FC (Supervisor-assistente do Setor de Cumprimento/sentença)	Superior	Direito
Ana Tereza de Araújo Baracuhy Abrantes	Analista Judiciária	Sim. FC (supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Pós-graduação	Direito
Antonio Augusto Silva Machado	Técnico Judiciário	Sim. FC (oficial de gabinete do Juiz Titular)	Pós-graduação	Direito
Carlos Alberto Braz	Técnico Judiciário	Sim. FC (supervisor da Seção de Cumprimento de Incompleto Expedição)	Superior	Direito

Celeida Galvão Ribeiro	Analista Judiciária	Sim. FC (Supervisora da Seção de Análise e Andamento Processual)	Superior	Direito
Cybelle Tanouss de Miranda Salgado	Analista Judiciária	Não	Pós-graduação	Direito
Giordana Fernandes Pereira de Lucena	Técnica Judiciária	Não.	Pós-graduação	Direito
Jackeline Sales de Oliveira	Técnica Judiciária	Sim. FC (Supervisor assistente do Setor de Controle de Perícias)	Pós-graduação	Direito
Jobson Alves da Silva	Técnico Judiciário	Sim. FC (Supervisor-assistente do Setor de Expedição de RPV's)	Superior	Administração
José Augusto Lima de Mendonça	Técnico Judiciário	Sim. FC (Supervisor-assistente do Setor de Agendamento e Controle de Audiências)	Pós-graduação	Administração e Direito
José Martinho de Menezes Júnior	Oficial de Justiça	Não		
Leandro Rezende Carvalho	Analista Judiciário	Sim. FC (supervisor-assistente do Setor de Análise/Triagem inicial)	Superior	Direito
Lindoal Lopes Cavalcante	Oficial de Justiça	Não		
Marília Rocha Monteiro	Técnica Judiciária	Sim. FC (oficial de gabinete do Juiz Substituto)	Superior	Direito
Mônica Maria de Araújo	Analista Judiciária	Não	Superior	Direito
Ricardina Freire Tavares de Andrade	Técnica Judiciária	Sim. FC (assistente-técnico III do Gabinete do Diretor de Secretaria)	Superior	Direito
Wellington Nóbrega de Araújo	Técnico Judiciário - Especialidade de Segurança e Transporte	Não	Pós-graduação	Direito
Zena Hana Yamaoka Mariz Maia	Técnica Judiciária	Sim. FC (supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Titular)	Superior	Direito

#### **6.7.2.4. Estagiários**

Há previsão de 5 estagiários para a vara, estando todas ocupadas.

#### **6.7.3. Organização da 7ª Vara Federal**

Dentre os servidores da 7ª Vara Federal da Paraíba, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 09 nos gabinetes dos magistrados.

##### **6.7.3.1. Secretaria**

A secretaria se organiza da seguinte forma:

- Direção da Secretaria coordenada pelo servidor Alexandre Moriconi Corrêa, a quem cabe o acompanhamento das atividades dos demais setores da Secretaria da Vara, auxiliando, também, nos serviços desenvolvidos pelos gabinetes dos Juízes.
- A Seção de Análise e Andamento Processual, supervisionada pela servidora Celeida Galvão Ribeiro, subdividida nos setores:
  - Setor Análise e Triagem Inicial, com a assistência dos servidores Ricardina Freire Tavares de Andrade, Alice Mara Cirilo de Sousa, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de naturezas diversas quanto à análise cadastral, recebimento e encaminhamento de processos para a Turma Recursal e Contadoria, os requisitos da petição inicial, Termos Ordinatórios, e a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentença.
  - Setor de Controle de Audiências e Perícias, sob a supervisão da servidora Jackeline Sales de Oliveira, com a assistência dos servidores Cybelle Tanouss de Miranda Salgado, Giordana Fernandes Pereira de Lucena e José Augusto Lima Mendonça, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de natureza previdenciária, o agendamento, a pauta, a realização e auxílio aos magistrados nas audiências, a realização, o controle e o pagamento de perícias, o acompanhamento dos prazos processuais, atendimento às partes e advogados e a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentença.
  - Seção de Cumprimento e Expedição supervisionada pelo servidor Carlos Alberto Braz, com a assistência do servidor Jobson Alves da Silva no Setor de Expedição de RPVs, no qual se desenvolvem as atividades de controle dos prazos processuais, expedição de requisições de pagamentos, ofícios, alvarás, mandados e cartas, atendimento às partes e advogados.

- Direção de secretaria: coordenada pelo servidor Alexandre Moriconi Corrêa, a quem cabe o acompanhamento das atividades dos demais setores da secretaria da vara, auxiliando, também, nos serviços desenvolvidos pelos gabinetes dos juízes;

- Seção de Análise e Andamento Processual: supervisionada pela servidora Celeida Galvão Ribeiro, subdividida nos setores - i) Setor Análise e Triagem Inicial, conta com as servidoras Ricardina Freire Tavares de Andrade, Alice Mara Cirilo de Sousa e Cybelle Tanouss de Miranda Salgado, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de naturezas diversas. Realiza a análise cadastral; o recebimento e encaminhamento de processos para a Turma Recursal e para a Contadoria; avalia os requisitos da petição inicial; elabora atos ordinatórios e minutas de despachos, decisões e sentença; ii) Setor de Controle de Audiências e Perícias, sob a supervisão da servidora Jackeline Sales de Oliveira, é composto também pelos servidores Ana Cristina Nóbrega Araújo, Giordana Fernandes Pereira de Lucena e José Augusto Lima Mendonça, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de natureza previdenciária, o agendamento, a pauta, a realização e auxílio aos magistrados nas audiências, a realização, o controle e o pagamento de perícias, o acompanhamento dos prazos processuais, atendimento às partes e advogados e a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentença; e

- Seção de Cumprimento e Expedição - supervisionada pelo servidor Carlos Alberto Braz, conta ainda com o servidor Jobson Alves da Silva no Setor de Expedição de RPVs, no qual se desenvolvem as atividades de controle dos prazos processuais, expedição de requisições de pagamentos, ofícios, alvarás, mandados e cartas, atendimento às partes e advogados.

Os processos são organizados, no sistema Creta, por Seção/Setor e tipos de atividades, tramitando em separado aqueles que exigem atenção especial (urgência/prioridade). Registre-se que o sistema Creta também faz a classificação dos processos por ordem de prioridade, de acordo com as especificações definidas por ocasião do cadastro de cada processo, bem como na análise/triagem da petição inicial, e pela ordem de antiguidade de chegada do processo.

O Creta classifica os processos dentro de cada subpasta por ordem de prioridade, de acordo com as especificações definidas no cadastro de cada processo, e depois pela ordem de antiguidade de chegada do processo. Os processos conclusos para julgamento, subdivididos por matéria e redistribuídos para as respectivas caixas e também para assessor especializado no assunto. Como a assessoria tem por meta estabelecida que todo e qualquer processo não permaneça mais de trinta dias no referido setor, o critério utilizado tem-se mostrado eficaz.

A vara utiliza-se dos relatórios gerados pelo sistema CRETA e por planilhas para gerir a situação dos processos.

### **6.7.3.2. Gabinetes dos juízes federais**

Atuam na Vara o Juiz Titular e o Substituto. Os gabinetes são unificados e as assessorias desenvolvem suas atividades em conjunto, contando com os seguintes servidores: 02 (dois) Oficiais de Gabinete, Antônio Augusto Silva Machado e Marília Rocha Monteiro; 04 (quatro) Supervisores-assistentes, Ana Tereza de Araújo Baracuhy, Zena Hana Yamaoka Mariz Maia, Amadeus Rodrigues Pereira e Leandro Rezende Carvalho, o servidor Alisson Almeida de Freitas, auxiliar especializado e os servidores Mônica Maria de Araújo e Wellington Nóbrega de Araújo, que não ocupam função comissionada. Os processos são divididos por tipo de conclusão (sentença/decisão/despacho) e subdivididos por matérias, havendo, também, destaque para os processos de natureza urgente, que tramitam em separado.

### **6.7.4. Participação do juiz federal titular em reuniões com a equipe da 7ª Vara Federal**

Quando da realização de reuniões com a equipe da vara, o juiz federal titular determina os procedimentos a serem adotados para o processamento dos feitos, bem como as metas a serem atingidas pela equipe.

### **6.7.5. Planejamento das atividades da 7ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento das atividades é feito com a criação e o ajuste de rotinas de trabalho, a definição de metas, avaliação da capacidade e adequação do servidor, para a realização de determinada atividade, objetivando excelência na qualidade do trabalho desenvolvido sem, entretanto, esquecer de oferecer ao servidor uma vida digna e de qualidade.

A partir do planejamento feito pela direção da Vara, são estabelecidas metas.

As metas foram fixadas da seguinte forma:

#### Para todas as Seções:

Todas as segundas-feiras: zerar a lista de processos com documentos não lidos. Caso a segunda seja feriado, o dever passa para 1º dia útil seguinte. Se o processo aguardava o documento para seguir para próxima fase ou a petição exigir providência, dar seguimento. Caso contrário, basta marcá-lo como documento lido.

#### Seção de Análise e conclusão:

- caixas de análise inicial: processos com até 10 dias;
- caixas de decurso de prazo: até 10 dias após o prazo;
- demais caixas: 10 dias.

### Seção de Audiências e Perícias:

- não marcar nenhuma audiência para ser realizada em data superior a 50 dias (30 dias da citação, 10 dias da confirmação no CRETA e máximo de 10 dias de prazo no setor) da data da chegada do processo no setor. Se a pauta encher, os juízes devem ser avisados para combinarem pautas extras. Nos processos em que o prazo de citação já transcorreu, o prazo é de 30 dias (10 da confirmação da intimação + 10 de máximo no setor + 10 concedidos para as partes);

- caixas de marcação de audiência: 10 dias para marcar;
- caixas de designação de perícia: 10 dias para marcar;
- caixas de cumprimento de diligências: 10 dias para cumprir;
- caixas de decurso de prazo: até 10 dias após o prazo para retirar processo;
- caixa "aguardando confirmação de data da perícia": 20 dias para tirar processo (os processos da caixa anterior a essa, p. ex., marcar perícia, devem ser trabalhados em, no máximo, 10 dias).

- caixas "aguardando laudo pericial": caixa não poder ter mais processos após 2 meses a contar do mês da realização da perícia.

### Assistência de audiências:

- elaborar planilha de cálculo de acordo: 0 dia, se em audiência. Nos demais, 5 dias;

- decurso de prazo: até 5 dias após o prazo;
- até sexta juntar tudo de audiência da semana;
- caixas pessoais: cumprir em até 5 dias;
- analisar, no primeiro dia útil do mês, a caixa "AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS", a fim de verificar os processos sem movimentação há mais de 40 dias.

### Revisão de processos de audiências:

- intimações/citações devem ser verificadas pelo menos 20 dias antes da audiência. - nenhuma audiência deve deixar de ser realizada por falha do cartório.

### Assessoria:

- anexação de pelo menos 4 sentenças por dia por cada assessor, de caixa própria ou processo de incapacidade;

- máximo de 30 dias de conclusão para elaboração de minuta de sentença;
- máximo de 15 dias de conclusão para elaboração de minuta de decisão;

### Seção de Cumprimento:

- Cumprimentos em no máximo 10 dias; urgências em 02 dias e emergências no mesmo dia;

- Caixas aguardando prazo: tirar processos em até 10 dias após o prazo;
- Suspensos: certificar a cada 3 meses;

- Aguardando resposta a ofício SEM prazo: verificar a cada 20 dias, certificando (ofícios com prazo, certificação pelo decurso de prazo, cf. acima);
- Aguardando carta precatória: verificar a cada 30 dias, certificando;
- Cobrar mandado: no prazo de 15 dias a contar da entrega ao Oficial de Justiça.

#### Setor de Expedição de Requisição de Pequeno valor -RPV:

- 10 dias para expedir RPVs e precatórios, de qualquer caixa.

#### Direção:

- Semanalmente zerar a Caixa da Direção, salvo se o processo estiver aguardando decurso de prazo;
- Conferir RPVs em até 5 dias;
- Mensalmente encaminhar para pagamento todas RPV's expedidas;
- Em dia fixo da semana, verificar o cumprimento das metas das Seções;
- Fazer a verificação dos documentos não lidos da vara;
- Todo dia 15 do mês fazer revisão dos processos físicos, providenciando o que for necessário, para que nenhum processo fique parado mais de 30 dias. Processos suspensos devem ser verificados de três em três meses.

O controle e situação do acervo são feitos com a utilização de relatórios de processos em andamento, cuja ferramenta permite acompanhar os processos, principalmente, na fase de conhecimento, por ano de distribuição e as fases em que se encontram. Todo início de mês, é gerado, para os magistrados, relatório contendo o total de: processos distribuídos no mês anterior; processos arquivados, processos remetidos à TR; processos devolvidos pela TR, processos em tramitação; processos conclusos para sentença; devolvidos com sentença; pendentes sentença; processos na assessoria no último dia e com mais de trinta dias de conclusão; número de audiências realizadas e RPV's expedidas com a respectiva totalização. A partir da análise de tais números, os magistrados determinam as providências necessárias ao equilíbrio de uma tramitação processual célere e eficiente.

#### **6.7.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos juízes federais**

Os membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, bem como os advogados e partes quando necessitam de informações processuais são encaminhados ao diretor de secretaria, que presta as informações e adota as medidas necessárias para melhor atender às solicitações.

Os membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, bem como os advogados são prontamente atendidos pelos juízes da vara quando necessitam.

As partes, devido ao caráter técnico da maioria das informações, só são atendidas pelos juízes quando acompanhadas de seus advogados.

Não é permitido o acesso aos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, bem como com aos advogados e partes, para tratarem de assuntos ligados aos processos em trâmite na vara, com os servidores integrantes da assessoria do juiz federal.

Os membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, bem como os advogados são prontamente atendidos pelos juízes da vara quando necessitam. As partes, devido ao caráter técnico da maioria das informações, só são atendidas pelos juízes quando acompanhadas de seus advogados. Não é permitido o acesso dos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, bem como dos advogados e das partes, para tratarem de assuntos ligados aos processos em trâmite na vara com os servidores integrantes da assessoria dos juízes federais.

A vara realizava consultas de satisfação do atendimento prestado, mas devido a não ter tido participação por parte dos jurisdicionados e advogados, o serviço foi suspenso.

#### **6.7.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, a 7ª Vara Federal contava com 6.539 processos em tramitação. A média de processos por servidor da vara (21) era de 311,38.

O número de processos em tramitação na vara da competência do juiz federal titular, quando da sua entrada em exercício na unidade jurisdicional, era de 1.415. O número de processos em tramitação na vara da competência do juiz federal substituto, quando da sua entrada em exercício na unidade jurisdicional, era de 1.771. Atualmente, estes dois últimos números são de 3.290 e 3.249, respectivamente.

Na 7ª Vara Federal, há 80 processos sobrestados pelos seguintes motivos:

- Aguardando decisão de instância superior: 04 (quatro).
- Aguardando julgamento de agravo: 18 (dezoito).
- Súmula Vinculante nº 37/STF: 05 (cinco).
- TEMA 100 STF - inexigibilidade do título judicial: 05 (cinco).
- TEMA 966 STJ - prazo de decadência: 01 (um).
- TEMA 979 STJ - devolução de valores recebidos da Previdência: 12 (doze).
- TEMA 982 STJ - adicional de 25%: 25 (vinte e cinco).
- TEMA 995 STJ - reafirmação da DER: 01 (um).
- Outros: 09 (nove).

Na 7ª Vara Federal, existem 18 processos com pendência junto a Seção de

Cálculos e 16 processos com pendência junto a Seção de Registros e Distribuição.

O juiz federal titular realizou 969 audiências e o magistrado substituto, 951 audiências. Foram realizadas 2 inspeções judiciais pelo magistrado titular e 2 inspeção judicial pelo magistrado substituto.

As conciliações referentes aos processos do juizado especial são realizadas diariamente no CEJUSC – Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Seção Judiciária da Paraíba.

Nos últimos 24 meses, foram adiadas ou canceladas 1.395 audiências, tendo sido todas remar cadas.

Por fim, convém destacar que eventuais inconsistências nos dados acima mencionados podem ter ocorrido em razão do fato de que nem todos os relatórios foram extraídos dos sistemas no mesmo momento.

#### **6.7.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Em 2018, foi cumprida 124,53% da meta.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Foi cumprida 99,60% em 2018.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 20% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Percentual de casos resolvidos: 23,81% (dados de 2018).

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

229,56% da meta cumprida.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus):**

Prejudicado, tendo em vista a competência da vara apenas para os feitos do juizado especial federal cível.

#### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Prejudicado, tendo em vista a competência da vara apenas para os feitos do juizado especial federal cível.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Prejudicado, tendo em vista a competência da vara apenas para os feitos do juizado especial federal cível.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

Não se aplica.

#### **6.7.9. Processos selecionados para correição**

Foram selecionados para correição 150 processos do Sistema Creta.

##### **6.7.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

Da análise individual dos processos, podem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
-Lapso temporal entre a remessa à Assessoria e a prolação de	<a href="#">0507035-88.2015.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da decisão de 07/12/2017.

despacho/decisão/ato ordinatório		
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal verificado entre a remessa à Assessoria e a prolação de sentença	<a href="#">0500993-52.2017.4.05.8200</a>	Entre 26/02/2018 e 15/06/2018
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal verificado para o cumprimento de despacho/decisão	<a href="#">0507035-88.2015.4.05.8200</a>	Demora para o cumprimento da decisão de 07/12/2017.
	<a href="#">0507658-21.2016.4.05.8200</a>	Despacho de 16/12/17, expedição de ofício em 19/04/18
	<a href="#">0508680-80.2017.4.05.8200</a>	Despacho datado de 29/01/2018 e ofício expedido em 04/04/2018.
<b>Total de Ocorrências: 3</b>		
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0507356-89.2016.4.05.8200</a>	Feito sem movimentação no período de 22/04/2018.
	<a href="#">0509796-58.2016.4.05.8200</a>	12/12/17 a 08/03/18
	<a href="#">0515801-96.2016.4.05.8200</a>	16/11/17 a 09/03/18
	<a href="#">0500042-58.2017.4.05.8200</a>	23/02/18 a 31/05/18
	<a href="#">0500680-91.2017.4.05.8200</a>	Desde 06/04/18
	<a href="#">0500752-78.2017.4.05.8200</a>	Desde 06/04/2018
	<a href="#">0500879-16.2017.4.05.8200</a>	De 19/01/2017 a 12/05/2017.
	<a href="#">0500993-52.2017.4.05.8200</a>	Entre 27/03/2017 e 20/06/2017; 28/12/2017 e 06/02/2018
	<a href="#">0507288-08.2017.4.05.8200</a>	Entre 13/09/2017 e 05/12/17
<b>Total de Ocorrências: 9</b>		
Outros	<a href="#">0506636-25.2016.4.05.8200</a>	Demora para o cumprimento do mandado, de 19/12/2017 a 24/05/2018.
	<a href="#">0508315-60.2016.4.05.8200</a>	Demora no cumprimento de mandado (de 07/06/17 a 09/11/17)
	<a href="#">0508493-09.2016.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de conclusão do laudo pericial, de 17/10/2017 a 18/01/2018 e de 16/02/2018 a 18/04/2018.
	<a href="#">0509796-58.2016.4.05.8200</a>	Ausência de cobrança de cumprimento de ofício - 31/01/17 a 03/07/17
	<a href="#">0511427-37.2016.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de resposta a ofício - 27/11/17 a 14/05/18
	<a href="#">0515808-88.2016.4.05.8200</a>	Demora no cumprimento de mandado, desde 06/10/2017.
	<a href="#">0500042-58.2017.4.05.8200</a>	Demora na cobrança da carta precatória expedida em 04/09/17
	<a href="#">0500695-60.2017.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de carta precatória expedida em 21/11/17

	<a href="#">0500752-78.2017.4.05.8200</a>	Lapso temporal verificado entre a distribuição da ação (17/01/2017) e o termo ordinatório de emenda à inicial (15/03/2017).
	<a href="#">0500986-60.2017.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de devolução de carta precatória, de 26/04/2017 a 01/09/2017 e de 21/09/2017 a 10/01/2018.
	<a href="#">0504555-69.2017.4.05.8200</a>	Paralisação irregular do processo desde o final do prazo de intimação da juntada da impugnação à contestação ocorrida em 25/09/2017.
	<a href="#">0506480-03.2017.4.05.8200</a>	Demora para o agendamento da perícia cujo laudo foi juntado em 26/04/2018.
	<a href="#">0506933-95.2017.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de ofício expedido em 20/11/17 (cobrança em 15/05/18)
	<a href="#">0509319-98.2017.4.05.8200</a>	Demora na conclusão: 13/09/17 a 04/12/17
	<a href="#">0518575-65.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, de 09/04/2018 a 17/06/2018.
<b>Total de Ocorrências: 15</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0501193-11.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0502554-63.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0508951-41.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0508111-60.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0508471-92.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0509629-85.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0512951-79.2010.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0503021-03.2011.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0512654-38.2011.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0500183-53.2012.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0503624-37.2015.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0503835-39.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506641-47.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506772-22.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506890-95.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506894-35.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506951-</a>	

<a href="#">53.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507000- 94.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507107- 41.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507455- 59.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507781- 19.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507903- 32.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508145- 88.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508163- 12.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508185- 70.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508240- 21.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508346- 80.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508411- 75.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508430- 81.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508633- 43.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508722- 66.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508874- 17.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509192- 97.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509315- 95.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509355- 77.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0510061- 60.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0513783- 05.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0514438- 74.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515623- 50.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515633- 94.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515638- 19.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515640-</a>	

<a href="#">86.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515641-71.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515658-10.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515661-62.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515669-39.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515707-51.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515721-35.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515747-33.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515758-62.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515763-84.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515781-08.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515798-44.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515825-27.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515828-79.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515831-34.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515833-04.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515876-38.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515920-57.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515952-62.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500010-53.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500044-28.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500056-42.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500084-10.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500118-82.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500187-17.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500321-</a>	

<a href="#">44.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500341- 35.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500373- 40.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500449- 64.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500463- 48.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500513- 74.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500515- 44.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500550- 04.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500561- 33.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500585- 61.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500649- 71.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500686- 98.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500919- 95.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500995- 22.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500998- 74.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0502850- 36.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0502899- 77.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503258- 27.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503270- 41.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503828- 13.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503907- 89.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503961- 55.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0504285- 45.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0504301- 96.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0504872- 67.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0505002-</a>	

<a href="#">57.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0505619- 17.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506176- 04.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506600- 46.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506738- 13.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506815- 22.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506831- 73.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506900- 08.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507307- 14.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507347- 93.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507514- 13.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507595- 59.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507769- 68.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508307- 49.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508427- 92.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508556- 97.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508606- 26.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508668- 66.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508769- 06.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0508968- 28.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509227- 23.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509499- 17.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509605- 76.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0509678- 48.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518333- 09.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518354-</a>	

<a href="#">82.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518436-16.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518459-59.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518468-21.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518470-88.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518530-61.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500097-72.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500138-39.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500148-83.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500195-57.2018.4.05.8200</a>	
<b>Total de Ocorrências: 126</b>	

#### 6.7.10. Correição anterior e autoinspeção

A unidade informou que todas as determinações da correição anterior foram cumpridas. A Secretaria foi orientada a acompanhar, através do Painel Geral do Creta, a quantidade de processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias, a fim de garantir que nenhum processo permaneça mais do que o prazo citado sem movimentação.

#### 6.7.11. Considerações finais

A 7ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora no proferimento de despacho/decisão/sentença;
2. Demora no cumprimento de despacho/decisão; e
3. Demora na cobrança de ofício e laudos periciais.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 7ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 7ª Vara Federal funciona de modo adequado.

## **6.8. 8ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA/PB**

### **6.8.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 8ª Vara Federal foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 7/2004 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 8ª Vara Federal detém competência plena comum, responsável pelo julgamento de matéria cível e criminal submetida à Justiça Federal. Funciona no prédio-sede da Subseção Judiciária de Sousa/PB, localizado na Rua Francisco Vieira da Costa, s/nº, bairro Rachel Gadelha, Sousa/PB.

A unidade apresentou, em geral, instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

Em relação ao *lay-out*, o ponto que merece uma melhor adequação é a sala da direção de secretaria, compartilhada com a sala da direção de secretaria da 15ª Vara Federal. O ideal é que haja salas individualizadas para cada unidade jurisdicional.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.8.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 8ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 2 magistrados; b) 19 servidores efetivos e c) 4 estagiários.

#### **6.8.2.1. Juízes federais**

Quando do preenchimento do formulário de gestão, Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho era o juiz federal titular da vara. O referido juiz federal exerce a magistratura federal desde 15/01/2014, atuando na 8ª Vara Federal desde 09/09/2016.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado nos seguintes períodos:

- a) Férias: 12/09 a 11/10/2016, 15/05 a 13/06/2017, 11/09 a 10/10/17, 16/04 a 15/05/2018;
- b) Licenças: 06 a 13/05/17 (Casamento)
- c) Convocações: - Não há
- d) Outras: 13 a 15/03/2017 (Participação do III FONAJEF, em Belo Horizonte - MG); 12 a 15/11/2016 (Participação do XXXIII Encontro Nacional dos Juízes Federais do Brasil, promovido pela AJUFE, no Cabo de Santo Agostinho-PE); 14/10/2016 (Compensação de Plantão Forense); 08/09/2016 (trânsito); 25/08 a 08/09/2016 (trânsito).

Período total de afastamento: 05 meses e 01 dia

Os períodos de substituição, num período de 24 meses, em férias, de outro magistrado foram os seguintes:

Ato designativo	Período	Finalidade da Designação
Ato 119/CR, de 02 de Março de 2017	16/03 a 11/04/2018	Responder pela titularidade da 15ª Vara
Ato 74/CR, de 13 de Dezembro de 2017	09 a 28/01/2017	Responder pela titularidade da 14ª Vara
Ato 856/CR, de 07 de Dezembro de 2017	08/01 a 06/02/2018	Responder pela titularidade da 15ª Vara

O juiz federal reside em Sousa/PB, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

O magistrado Diego Fernandes Guimarães é juiz federal substituto na 8ª Vara Federal desde 15/05/2017 e está na magistratura federal desde 07/12/2016. Desde maio/18, está prestando auxílio, sem prejuízo da jurisdição, à 15ª Vara Federal/PB.

#### 6.8.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 8ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Breno Melo Dias de Araújo	Analista Judiciário Judiciária	FC-04	Pós Graduado	Direito
Bruna Noemia Monteiro Ferreira	Analista Judiciário Judiciária	FC-04	Pós Graduada	Direito
Edna Regina Silva Cavalcante Bandeira	Analista Judiciário Judiciária	FC-04	Pós Graduada	Direito
Geraldo de Margella Anacleto de Oliveira	Analista Judiciário Judiciária	FC-04	Pós Graduado	Direito
Marcos Galdino de Lima	Analista Judiciário Judiciária	FC	Pós Graduado	Direito
Michel Igor Queiroz Bichara Dantas	Analista Judiciário Administrativa	FC-05 (interinamente)	Pós Graduado	Administração
Edilma Barroso Ambrosio	Analista Judiciário Administrativa	Não	Pós Graduada	Comunicação Social
Thanara Rocha Diógenes	Técnico Judiciário	FC-05	Mestrado	Direito
Tamylla Thaise Elias Batista	Técnico Judiciário	FC-02	Pós Graduada	Direito
Jean Carlos Braga da Mota	Técnico Judiciário	FC-05	Pós Graduado	Administração e Direito
Yuri Facundo de Almeida	Técnico Judiciário	Não	Pós Graduado	Direito
Lisângela Soares de	Técnico Judiciário	Não	Graduada	Gestão e

Oliveira				Finanças
Rodolfo Inácio Assis da Siva	Técnico Judiciário	FC-04	Pós Graduated	Direito
Francisco de Assis Lopes de Figueiredo	Técnico Judiciário	FC-05	Pós Graduated	Direito
Márcia Regina Ribeiro	Técnico Judiciário	Não	Graduada	Economia
Priscilla Andrade Figueiredo Lisbôa	Técnico Judiciário	Não	Pós Graduada	Direito
Paulo Rogério Sarmento Por Deus	Analista Judiciário Oficial de Justiça	Não	Graduated	Direito
José Felipe Figueiredo de Meneses	Analista Judiciário Oficial de Justiça	Não	Graduated	Direito

Há apenas um servidor sem vínculo com o serviço público na 8ª Vara Federal:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Emerson Antonio Guedes da Silva	Diretor de Secretaria	CJ-03	Pós-Graduated	Direito

De se destacar que não há servidores vinculados a 8ª Vara Federal cedido a outros órgãos.

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 8ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que 7 analistas judiciários contam com pós-graduação e 9 técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura, neste último cargo, seja apenas o nível médio de ensino.

### 6.8.2.3. Estagiários

Há 4 vagas previstas para unidade, estando todas preenchidas.

### 6.8.3. Organização da 8ª Vara Federal

Dentre os servidores da 8ª Vara Federal da Paraíba, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 6 no gabinete.

#### 6.8.3.1. Secretaria

A secretaria da vara é setorizada: cartório fiscal, cível e penal. O cartório cível é subdividido entre aqueles que realizam a análise das ações ordinárias e os servidores que operam com os demais feitos cíveis (que recebem a designação de "diversas"). Em todos os cartórios, observam-se setores referentes ao controle de prazo, à lavratura de expedientes, à análise processual e conclusão, inclusive com

confeção de minutas de despachos de mero expediente. Cada cartório possui um setor de triagem inicial e as estantes são organizadas de modo a identificar cada momento processual. Exemplo: estante de conclusão, estante de cumprimento e assim em diante.

A secretaria da 8ª Vara Federal apresenta atualmente a seguinte organização:

a) Setor Cível - composto pelos servidores:

- MICHEL (supervisor interino); com atribuições de supervisor do setor, direcionamento das atividades, orientação dos estagiários, orientação aos servidores, publicações, organização da pauta de audiências, recebimento de ações/triagem inicial (três dígitos), minutas de despachos e decisões das ações diversas e seus incidentes, expedição de alvarás, Rpv/Precatórios, carga de autos, juntada e cumprimentos em geral, atendimento ao público, acompanhamento de prazos e audiências quando necessário, inclusão de bens em leilão;

- GERALDO; com atribuições de recebimento de ações/triagem inicial (dois dígitos), minutas de despachos e decisões das ações diversas e seus incidentes, expedição de alvarás, Rpv/Precatórios, carga de autos, juntada e cumprimentos em geral, atendimento ao público, acompanhamento de prazos;

- JEAN; com atribuições de recebimento de ações/triagem inicial (três dígitos), minutas de despachos e decisões das ações diversas e seus incidentes, expedição de alvarás, Rpv/Precatórios, carga de autos, juntada e cumprimentos em geral, atendimento ao público, acompanhamento de prazos;

- YURI; com atribuições de recebimento de ações/triagem inicial (dois dígitos), minutas de despachos e decisões das ações diversas e seus incidentes, expedição de alvarás, Rpv/Precatórios, carga de autos, juntada e cumprimentos em geral, atendimento ao público, acompanhamento de prazos.

b) Setor Fiscal - composto pelos servidores:

- EDNA (supervisora); com atribuições de supervisora do setor, direcionamento das atividades, orientação dos estagiários, orientação aos servidores, publicações, organização da pauta de audiências, inclusões de bens em leilão, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos e minutas de despacho e decisões;

- EDILMA; com atribuições de atendimento ao público, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos e minutas de despacho e decisões;

- MARCIA; com atribuições de atendimento ao público, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos e minutas de despacho e decisões;

c) Setor Penal - composto pelos servidores:

- FRANCISCO DE ASSIS (supervisor); com atribuições de supervisor do

setor, direcionamento das atividades, orientação aos estagiários, orientação aos servidores, publicações, organização da pauta de audiências, inclusões de bens em leilão, atendimento ao público, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos, acompanhamento de audiências, minutas de despacho e decisões, bem como de sentença de extinção;

- RODOLFO; atendimento ao público, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos, acompanhamento de audiências, minutas de despacho e decisões, bem como de sentença de extinção;

- LISANGELA; atendimento ao público, expedientes cartorários (juntadas, recebimento, remessas e cumprimentos), prazos, acompanhamento de audiências, minutas de despacho;

#### **6.8.3.2. Gabinete do juiz federal titular**

A assessoria dos gabinetes dos Juízes Titular e Substituto é unificada.

Os servidores: Breno, Bruna, Marcos e Thanara têm por função a elaboração de minutas de sentenças. Já as servidoras Tamylla e Priscila elaboram minutas de decisões e sentenças de menor complexidade, bem como pedidos de tutela de urgências.

#### **6.8.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 8ª Vara Federal**

Reuniões sem data previamente programada, porém com periodicidade não superior a um mês ou sempre que houver necessidade, ora com a participação de todos os servidores, ora reuniões com cada setor e direção da Vara para definição das metas e prioridades a serem seguidas na movimentação dos processos, dadas as particularidades de cada setor.

#### **6.8.5. Planejamento das atividades da 8ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

Os setores distribuem suas atividades individualmente, dentro das prioridades e atribuições de cada servidor e com base nas diretrizes traçadas pelo magistrado e direção, estabelecem metas, objetivando reduzir o acervo existente e melhorar a organização dos setores e das rotinas.

Há fixação de metas periódicas de produtividade na seguinte forma:

Dos setores (cível e fiscal), extraem-se relatórios do PJe e TEBAS com o indicativo do número de processos sem movimentação há mais de 60 dias. Os relatórios são distribuídos aos servidores que têm por meta a movimentação dos processos, durante o mês em curso, ressaltando os casos urgentes e as prioridades, como os processos das Metas CNJ, cujo prazo é de 01 dia.

Já do setor Penal, o mesmo procedimento de expedição de relatórios é adotado, entretanto, com o prazo reduzido para 10 dias sem movimentação, sempre ressaltando as urgências e demais prioridades que possuem o mesmo prazo reduzido de 01 dia.

Para os gabinetes são estipuladas metas de produtividade com delimitação de dias para confecção das minutas a depender da complexidade das decisões e sentenças, fazendo o acompanhamento mensal do número de processos conclusos para decisão e sentença e o número de sentenças e decisões minutas. Além disso, há o objetivo de cada vez mais reduzir o tempo médio de conclusão.

A avaliação periódica de resultados é feita com base nos dados obtidos juntos aos sistemas Tebas e PJe (acervo e distribuição) é transformado em um gráfico e compartilhado com todos servidores.

Mensalmente os resultados são fixados no quadro de avisos da direção e compartilhados com todos os servidores que podem analisar e sugerir novas estratégias para melhoria dos indicadores.

#### **6.8.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

Presencialmente, junto ao setor de atendimento ao público, com os servidores da vara, direção ou ainda com o magistrado. Além disso, é disponibilizado um canal de atendimento virtual por email, telefone ou WhatsApp.

Por orientação do magistrado, os servidores lotados no gabinete dos Juízes não realizam atendimento externo, ficando este encargo reservado aos servidores do cartório, direção e magistrados.

#### **6.8.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Na data da correição, a 8ª Vara Federal contava com 3.580 processos em tramitação.

A média de processos por servidor da vara é de 188,42.

Os processos em tramitação na 8ª Vara, vinculados ao juiz federal titular, totalizavam 2.019, e os vinculados ao juiz substituto, 1.998.

Verificou-se a existência de 857 processos sobrestados (626 físicos e 231 eletrônicos). Convém destacar os motivos do sobrestamento, nos termos da tabela seguinte:

**Setor Penal:**

<b>Motivo</b>	<b>Tebas</b>	<b>PJe</b>
Suspensão Condicional do Processo	15	05
Aguardando Cumprimento Mandado de Prisão (Art.366)	10	-
Aguardando Cumprimento de Mandado de Citação (Art.366)	13	03
Aguardando Julgamento Recursos	-	01
Medidas Cautelares Diversas da Prisão	-	01
Sub-Total:	38	10
Total:	48	

**Setor Fiscal:**

<b>Motivo</b>	<b>Tebas</b>	<b>PJe</b>
Aguardando Decisão Tribunal Superior	16	-
Aguardando Embargos ou Recurso	16	03
Sobrestamento por 01 Ano	-	111
Sobrestamento por Parcelamento	10	53
Empório Judicial	01	-
Suspensão Art.40 Lei Execução Fiscal	379	-
Sub-Total:	422	167
Total:	589	

**Setor Cível:**

<b>Motivo</b>	<b>Tebas</b>	<b>PJe</b>
Aguardando Julgamento em Instância Superior	79	-
Suspensão Art. 921, inc. III do CPC	26	06
Suspensão por Parcelamento do Débito	08	-
Suspensão por Falecimento do Réu	02	-
Aguardando Decisão em Agravo/Embargos/Diversos	51	33
Suspensão Ação Rescisória	-	03
Suspensão à Pedido	-	04
Repercussão Geral/Recursos Repetitivos/IRDR	-	08
Sub-Total:	166	54
Total:	220	

Na última inspeção, foi constatado o extravio de 01 processo, que já se encontra restaurado.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 229 audiências (164 em processos da competência do magistrado titular e 65 em processos da competência do juiz federal substituto).

A unidade informou que houve 33 audiências adiadas e 23 audiências canceladas, por razões de requerimentos formulados pelas partes; remoção de magistrados; impossibilidade de continuação de algumas audiências por motivos de ordem técnica (problemas de conexão de videoconferência) etc.

Foram realizadas 02 inspeções judiciais pelo Juiz Titular e 01 pelo Juiz Substituto.

Por fim, convém destacar que eventuais inconsistências nos dados acima

mencionados podem ter ocorrido em razão do fato de que nem todos os relatórios foram extraídos dos sistemas no mesmo momento.

#### **6.8.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

De janeiro/2018 a maio/2018 foram distribuídos 198 processos de conhecimento, entre sistemas Tebas (06) e PJe (192), ao passo que foram julgados 300 processos, dos quais 62 (Tebas) e 238 (PJe). Portanto, verifica-se que a Meta 1 foi atingida.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Meta 2 ainda não atingida.

##### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

De janeiro/2018 a maio/2018 foram distribuídos 394 processos, entre sistemas Tebas (07) e PJe (387), sendo o percentual de 2%, equivalente a 8 processos. Foram realizados aproximadamente 13 (treze) conciliações, o equivalente a 3,30%. A meta foi atingida.

Foram realizadas 02 atividades de conciliação nos últimos 24 meses. Dois mutirões de conciliação. O primeiro deles realizado na data de 29/09/2017 (OAB) e o segundo mutirão foi realizado no período entre 23 a 27 de Abril de 2018 (Conselhos de Fiscalização).

##### **Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Foram distribuídas, até 31/12/2015, aproximadamente 250 ações (72 no PJe e 178 no Tebas) e julgadas, até o presente momento, aproximadamente 110 ações, logo, a Meta 4 ainda não foi atingida.

##### **Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

A Meta 5 ainda não foi cumprida. A 8ª Vara Federal teve 34 execuções não fiscais distribuídas no corrente ano, ao passo que foram baixadas 14 execuções dessa natureza.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

A Meta 6 foi cumprida. A 8ª Vara Federal possuía 23 ações coletivas distribuídas até 31/12/2014. Destas, foram julgadas 22 ações, equivalente a 95,65%.

### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

A Meta 07 foi atingida. Foram distribuídos 126 processos criminais e baixados 142.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

A meta 08 ainda não foi atingida

### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

A unidade jurisdicional vem atualizando o Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.**

A 8ª Vara Federal vem atendendo às referidas exigências.

### **6.8.9. Processos selecionados para correição**

Foram selecionados para correição 86 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 100 processos.

#### **6.8.9.1. Principais constatações da análise individual de processos**

##### **6.8.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos**

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE JUNTADA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007950820134058202	Dos embargos declaratórios.
<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00004288120134058202	De 15/09/2015 a 25/07/2016.
Improbidade Administrativa	00032230220094058202	Demora para proferir sentença (conc. desde mar/18 - fl. 496)
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00031639720074058202	De 02/08/17 a 09/03/18
Execução Fiscal	00015530220044058202	Certidão em 01/02/17, conc. em 11/04/17; Juntada em 20/06/17, conc. em 14/08/17.
Execução Fiscal	00031047020114058202	Retificação em 25/11/14, conclusão em 16/03/15.
Improbidade Administrativa	00007119520134058205	De fl. 582
Improbidade Administrativa	00007682520134058202	De fl. 650 (agosto a nov/17 - fls. 638v e 650)
Civil Pública	00012983420104058202	Certidão em 09/08/17, conclusão em 17/10/17.
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Desapropriação	00009903720064068202	De 27/07/2017 a 25/10/2017.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00000744720134058205	Demora na prolação da sentença de fl. 130 (junho a dez/17 - fl. 127 e 130v)
Improbidade Administrativa	00005422020134058202	Demora na prolação da decisão de fls. 212/213 (março a ago/17 - fl. 210 e 213v)
Improbidade Administrativa	00005542920164058202	Demora na prolação da decisão de fl. 61 (dez/16 a jun/17 - fl. 60)
Improbidade Administrativa	00006634820134058202	Demora na prolação da sentença de fls. 234/239 (ago/16 a jun/17 - fl. 233)
Civil Pública	00007267320134058202	Demora na prolação da sentença de fls. 160/165
Improbidade Administrativa	00023639820094058202	Da sentença de fls. 412/419 (01 ano - fl. 409)
Criminal	00019829020094058202	Desde 05/10/2017.
Criminal	00030504120104058202	Desde 16/10/2017.
Criminal	00004411220154058202	Desde 07/12/2017.
Improbidade Administrativa	00016323420114058202	Desde 17/08/2017.
Improbidade Administrativa	00001334420134058202	Desde 19/05/2017.
Criminal	00002022320064058202	De 02/05/2016 a 20/04/2018.
Criminal	00023621620094058202	Desde 06/12/2017.
Criminal	00003432720154058202	Desde 07/12/2017.
Improbidade Administrativa	00013234720104058202	Desde 04/10/2017.

Improbidade Administrativa	00031815020094058202	06/12/2017 a 22/05/2018.
Improbidade Administrativa	00007950820134058202	De 04/08/2015 a 16/05/2017.
Civil Pública	00022975020114058202	Demora excessiva na prolação da sentença de fls. 296/298 (01 ano)
Improbidade Administrativa	00006521920134058202	Demora para proferir sentença (desde mar/18 - fl. 250)
Criminal	00006334220154058202	Demora para proferir sentença (conc. desde fev/18 - fl. 254)
Criminal	00027109720104058202	Demora para proferir sentença (conc. desde jan/18 - fl. 263)
Ordinária	00000226020134058202	Demora excessiva para proferir sentença (conc. desde set/17 - fl. 278)
Improbidade Administrativa	00007353520134058202	Demora para proferir sentença (conc. desde nov/17 - fl. 181)
Criminal	00017914020124058202	Demora para proferir sentença (conc. desde nov/17 - fl. 541)
Ordinária	00025856620094058202	Demora excessiva para proferir sentença (conc. desde jul/17 - fl. 398)
Ordinária	00004279620134058202	Concluso desde 20/02/18 (fl. 356)
Execução Fiscal	00007408620154058202	Da sentença de fl. 99 (maio a dez/17 - fls. 96 e 99v)
Execução Fiscal	00007408620154058202	Para proferir sentença dos embargos declaratórios (conc. desde 13/03/18)
Civil Pública	00012983420104058202	Conclusos em 22/07/15, sentença em 27/06/17 (demora excessiva)
Execução Fiscal	00031838320104058202	Concluso em 24/07/15, decisão em 16/12/15.
Execução Fiscal	00031047020114058202	Concluso em 16/03/15, decisão em 05/08/15; Concluso em 05/12/16, decisão em 07/08/17.
Improbidade Administrativa	00004001620134058202	Conclusos desde 24/01/18
Criminal	00022138820074058202	Conclusos desde 05/09/17 (demora excessiva)
Civil Pública	00027305420114058202	De 01/08/2017 a 04/05/2018.
Desapropriação	00012085520124058202	Desde 17/10/17.
Desapropriação	00009374620124058202	Desde mar/18.
Embargo de Terceiro	00001576320133058205	Desde mar/18.
Cautelar	00007691020134058202	Desde fev/18.
Civil Pública	00006687020134058202	Dos embargos de declaração - ago/16 a abr/17
Improbidade Administrativa	00003464120134058205	Decisão de fl. 124.
Improbidade Administrativa	00003464120134058205	Da sentença.
Ordinária	00031639720074058202	Conclusos desde 09/03/18.
Improbidade Administrativa	00008237320134058202	Conclusos desde 18/04/17 (demora excessiva) - inspeções em 04/07/17 e 19/03/18.
Improbidade	00000088120104058202	Conclusos desde 06/06/17

Administrativa		(demora excessiva) - inspeções em 03/07/17 e 19/03/18 reiterando.
Embargos à Execução	00004449820144058202	Conclusos desde 04/10/17 (demora excessiva) - inspeção em 19/03/18.
Improbidade Administrativa	00004893920134058202	Conclusos desde 29/01/18.
Criminal	00026936120104058202	Conclusos desde 17/08/17 (demora excessiva) - inspeção em 03/18.
Criminal	00024606420104058202	Conclusos desde 24/07/17 - (juntada em 07/08/17) e inspeção em 03/18.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Popular	00037132520124058200	De 16/03/2017 a 06/03/2018.
Improbidade Administrativa	00027380220094058202	De 20/04/2017 a 03/07/2017.
<b>DEMORA NA PUBLICAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Ordinária	00003830920154058202	Ato ordinatório de 07/08/17, publicação em 09/03/18.
Improbidade Administrativa	00023639820094058202	Da sentença (jun/17 a mar/18 - fl. 434)
Improbidade Administrativa	00006634820134058202	Do despacho de fl. 304 (nov/17 a mar/18 - fl. 305)
<b>DEMORA NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007950820134058202	De 24/08/2017 a 09/04/2018.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Embargos à Execução	00016822620124058202	
Cautelar	00008609120134058205	
Criminal	00028806920104058202	
Ordinária	00031033320104058202	
Improbidade Administrativa	00001325020134058205	
Civil Pública	00022983520114058202	
Civil Pública	00022914320114058202	
Civil Pública	00025235520114058202	
Improbidade Administrativa	00008679220134058202	
Desapropriação	00027288420114058202	
Civil Pública	00007321720124058202	
Criminal	00007746120154058202	
Desapropriação	00022631220104058202	
Civil Pública	00022905820114058202	
Civil Pública	00027296920114058202	
Improbidade Administrativa	00005443420064058202	
Embargos à Execução	00004625620134058202	
Improbidade Administrativa	00005786220134058202	
Civil Pública	00022966520114058202	
Civil Pública	00017475520114058202	
Civil Pública	00025218520114058202	
Civil Pública	00022992020114058202	
Improbidade Administrativa	00003420420134058205	
Improbidade Administrativa	00008470420134058202	
<b>OUTROS:</b>		

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007682520134058202	Demora no cumprimento do despacho de fl. 530 (janeiro a julho/16 - fl. 532)
Improbidade Administrativa	00000744720134058205	Demora na abertura de vista ao MPF (fl. 132 - dez/17 a mar/18)
Improbidade Administrativa	00005422020134058202	Demora no cumprimento do despacho de fl. 303 (desde mar/18)
Improbidade Administrativa	00001114420174058202	Ausência de movimentação processual no período de dez/17 a mar/18 (fls. 225/226)
Improbidade Administrativa	00007240620134058202	Demora no cumprimento de despacho, datado de 09/10/17, reiterado em inspeção (20/03/18), vista ao MPF em 02/04/18.
Desapropriação	00009903720064068202	Ausência de cobrança de cumprimento de precatória, expedida em 22/01/2018.
Execução Fiscal	00015530220044058202	Demora no cumprimento de despacho, datado de 03/08/15 (inspeção reiterando em 14/04/16) mandados expedidos em 01/12/16, cumprido em 14/02/17.
Execução Fiscal	00015530220044058202	Demora na prolação de ato ordinatório (juntada em 14/12/17, ato ord. de 01/03/18).
Civil Pública	00012983420104058202	Demora no cumprimento de despacho, datado de 17/10/17, reiterado na inspeção de 22/03/18, ainda aguardando cumprimento.
Improbidade Administrativa	00004288120134058202	Demora no cumprimento de despacho, de 08/01/2018 a 12/03/2018.
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00003420420134058205 Classe: Improbidade Administrativa - Meta CNJ - Sentença anulada.		
Processo: 00003830920154058202 Classe: Ordinária - Reativação em 29/04/16.		
Processo: 00004001620134058202 Classe: Improbidade Administrativa - Meta CNJ.		
Processo: 00005786220134058202 Classe: Improbidade Administrativa - Meta CNJ.		
Processo: 00007240620134058202 Classe: Improbidade Administrativa - Trânsito em julgado em 24/08/17.		
Processo: 00007408620154058202 Classe: Execução Fiscal - Sentença de extinção proferida em dez/17.		
Processo: 00008237320134058202 Classe: Improbidade Administrativa - Meta CNJ.		
Processo: 00012983420104058202 Classe: Civil Pública - Meta CNJ.		
Processo: 00015530220044058202 Classe: Execução Fiscal - Apensos 002319720044058202; 00138172004; 001382452004; 00039042007; 008352004; 000160772004; 000152062004 ;0001522792004; 0001783442004 ;000390792007.		
Processo: 00017475520114058202 Classe: Civil Pública - Meta CNJ.		
Processo: 00019829020094058202 Classe: Criminal - Meta CNJ.		
Processo: 00022138820074058202 Classe: Criminal - Meta CNJ - Fato 2002		

Processo: 00022966520114058202 Classe: Civil Pública - Sentença para seis réus, uma ré não encontrada/não citada.
Processo: 00025218520114058202 Classe: Civil Pública - Meta CNJ.
Processo: 00026936120104058202 Classe: Criminal - Meta CNJ.
Processo: 00031047020114058202 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0800198-64.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	RODRIGO GEORGE S ALMEIDA - ME - 20.381.484/0001-73	SIM
0800322-18.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ERCIJANE DE FATIMA BARRETO CHAGAS e outro - 170.332.764-00	SIM
0800825-05.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO SALES DE LIMA LACERDA - 556.453.644-49	SIM
0801039-59.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	REGICLAUDIA SOARES MARCOLINO - 043.232.344-90	SIM
0801040-44.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	DIOGO HENRIQUE VALERIO CLAUDINO 09009690407 - 21.488.636/0001-02	SIM
Demora para a conclusão						
0800002-02.2014.4.05.8202	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Conclusos para julgamento	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	MARIA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA e outros -	SIM
0800006-39.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800006-73.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ELANE PEREIRA DA SILVA - ME e outros - 08.648.155/0001-40	SIM
0800007-24.2014.4.05.8202 - (Segredo)	CAUTELAR INOMINADA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800008-63.2015.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	HERCULES BARROS MANGUEIRA DINIZ e outro - 873.025.604-63	SIM
0800018-53.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAO BENTINHO e outro - 01.612.690/0001-00	FRANCISCO ANDRADE CARREIRO - null	SIM
0800023-03.2013.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	PAULO MATEUS DE SOUSA - 046.820.694-97	SIM
0800029-48.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes e outros	Expedição de expediente	IRANY CAMPOS MEREGE - 308.470.104-06	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800038-10.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	LUCRECIA ADRIANA DE ANDRADE BARBOSA DANTAS - 023.391.734-93	SIM
0800038-44.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	GILBERTO GOMES SARMENTO e outros - 162.379.944-91	SIM
0800073-04.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificação de Incentivo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ANTONIO QUEIROGA GADELHA - 020.787.834-04	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800083-88.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 00.000.000/0008-02	FRANCISCO EDINALDO DA SILVA - 602.440.624-04	SIM

0800094-77.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GERFESON RODRIGUES DA SILVA e outros - 396.784.314-91	SIM
0800096-13.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Expedição de expediente	ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO NETO - 451.026.944-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800129-29.2017.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ERIVANIA BATISTA DA SILVA - 073.362.454-55	SIM
0800136-54.2013.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	PIANCO PREFEITURA - 09.148.727/0001-95	FLAVIA SERRA GALDINO - 451.697.804-00	SIM
0800156-12.2017.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PAIVA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP - 07.446.632/0001-22	SIM
0800170-67.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE ARDISON PEREIRA e outros - 568.445.654-53	SIM
0800172-71.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	ADEMAR DE ALMEIDA ARAUJO e outro - 674.317.124-72	SIM
0800177-59.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE VIVALDO DINIZ - 300.439.804-49	SIM
0800180-48.2014.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	RITA ROSA DE ANDRADE TRAJANO - ME e outro - 03.575.625/0001-70	SIM
0800181-33.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOAO BOSCO CAVALCANTE e outros - 030.305.564-25	SIM
0800188-25.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO NETO - 050.358.524-66	SIM
0800196-94.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Apelação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LEONALDO DE ARAUJO PEREIRA 09884862451 - 26.305.648/0001-60	SIM
0800199-49.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LUAN ABDON DE LIRA CUNHA - 20.753.829/0001-72	SIM
0800202-72.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	PEDRO CELESTINO COSTA - 015.933.254-01	SIM
0800208-16.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALBERTINA MARQUES DA NOBREGA - 395.742.884-04	SIM
0800209-64.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOAO NETO ALVES DE OLIVEIRA e outros - 491.909.464-72	SIM
0800231-25.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANUEL FERREIRA BEZERRA - 951.964.714-72	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800237-57.2014.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	NARIJARA REGIS SOUZA AZEVEDO - ME - 13.807.378/0001-43	SIM
0800302-61.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSENILDO ALVES DE SOUSA - 499.321.874-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800308-68.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM

0800322-18.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ERCIJANE DE FATIMA BARRETO CHAGAS e outro - 170.332.764-00	SIM
0800366-37.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Proferido despacho de mero expediente	MANOEL SERAPIAO DE MOURA - 873.081.504-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800373-29.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA FIEL E SERVICOS LTDA - EPP e outros - 09.429.098/0001-71	SIM
0800378-85.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DUTRA SOBRINHO e outros - 488.834.254-72	SIM
0800402-45.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	VALDERIO ANTONIO BEZERRA e outros - 428.910.434-72	SIM
0800411-41.2015.4.05.8202	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	AGUSTINHO NUNES DE ALENCAR e outro - 044.855.994-34	SIM
0800428-77.2015.4.05.8202 - (Segredo)	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VANI LEITE BRAGA DE FIGUEIREDO e outros - 203.909.804-63	SIM
0800455-89.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ANA CLEIDE PENA FORTE DE CARVALHO e outro -	SIM
0800469-73.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE VALDENES VIEIRA e outro - 600.964.704-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800471-14.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ICED - INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO LTDA - ME e outros - 12.716.813/0001-61	SIM
0800481-58.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Seguro	Expedição de expediente	MARIA DO CARMO VIEIRA MOURA FEITOSA e outros - 043.033.734-51	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800482-43.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS DORES NASCIMENTO SILVA - 030.746.894-12	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800483-57.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GEANE DA COSTA - 012.159.874-80	INSTITUTO AOCPE e outro - 12.667.012/0001-53	SIM
0800496-56.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NANCI MARIA DE SOUSA GARCIA - 854.825.874-87	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800498-26.2017.4.05.8202	EMBARGOS DE TERCEIRO	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ADAILTON MANGUEIRA - 674.216.874-91	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0800522-62.2014.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	PASEP e outros	Conclusos para julgamento	Município de Cajazeiras/PB - 08.923.971/0001-15	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800541-60.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RITA TERTULINA DOS SANTOS - 646.702.604-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800572-80.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	FABIANA ALVES DE OLIVEIRA - 053.762.474-06	SIM
0800694-30.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Exercício Profissional e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	Município de Catolé do Rocha/PB - 09.067.562/0001-27	SIM
0800825-05.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO SALES DE LIMA LACERDA - 556.453.644-49	SIM

0800843-89.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	SORMANI ALVES DA SILVA - 251.314.604-25	SIM
0800874-12.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACIONARIA CRISTINA ARRUDA MANGUEIRA - ME - 11.648.641/0001-73	SIM
0800875-94.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LUAN RODRIGUES HERCULANO - 094.727.014-00	SIM
0800876-79.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	IURI HERCULANO NUNES - ME - 17.015.464/0001-74	SIM
0800878-49.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	APOLIANA FELIPE DE LACERDA - 020.682.953-18	SIM
0801017-98.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GERALDA JOSEFA ROLIM e outro - 018.356.164-37	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0801036-07.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LUANA DINIZ CAMPOS - ME - 11.158.056/0001-95	SIM
0801037-89.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	MARIA EMILIA VIEIRA DE SOUSA - null	SIM
0801372-11.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Legitimidade para propositura de Ação Civil Pública	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	MUNICPIO DE BREJO DO CRUZ - 08.767.154/0001-15	SIM
0801400-76.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ADRIANO DOS SANTOS JALES e outro - 030.535.444-23	SIM
0801455-27.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MILENE MANICOBA MOREIRA - ME e outros - 10.584.356/0001-73	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800001-57.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	Município de São Bento - PB. -	SIM
0800006-39.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800014-50.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JULIVAN GONCALVES FERREIRA - 021.409.944-00	SIM
0800018-53.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAO BENTINHO e outro - 01.612.690/0001-00	FRANCISCO ANDRADE CARREIRO - null	SIM
0800029-48.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes e outros	Expedição de expediente	IRANY CAMPOS MEREGE - 308.470.104-06	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800030-67.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	Município de Sousa/PB e outros - 08.999.674/0001-53	FABIO TYRONE BRAGA DE OLIVEIRA e outros - 840.833.284-87	SIM
0800038-44.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	GILBERTO GOMES SARMENTO e outros - 162.379.944-91	SIM
0800058-64.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALECVAN DE FRANCA SOUSA e outros - 030.998.084-40	SIM

0800129-03.2015.4.05.8202	EMBARGOS DE TERCEIRO	Capacidade Tributária	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO CRISTOVAO LACERDA DINIZ - 759.522.704-68	MANOEL FELISBERTO GOMES BARBOZA e outro - 338.337.614-15	SIM
0800177-59.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE VIVALDO DINIZ - 300.439.804-49	SIM
0800188-25.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO NETO - 050.358.524-66	SIM
0800328-25.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	JOSE VIEIRA DA SILVA - 343.052.544-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800344-13.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RINALDO DE OLIVEIRA SOUZA e outros - 801.290.564-72	SIM
0800483-57.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Nulidade de Ato Administrativo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GEANE DA COSTA - 012.159.874-80	INSTITUTO AOCPE e outro - 12.667.012/0001-53	SIM
0800498-26.2017.4.05.8202	EMBARGOS DE TERCEIRO	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE ADAILTON MANGUEIRA - 674.216.874-91	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0800541-60.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Restabelecimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RITA TERTULINA DOS SANTOS - 646.702.604-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800609-10.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) e outros	Juntada de Contestação	MARIA DE FATIMA DA SILVA FREITAS - 395.742.374-00	Município de Sousa/PB e outro - 08.999.674/0001-53	SIM
0801014-46.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Compensação de Prejuízo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMERCIAL THALYTA LTDA - ME - 13.146.046/0001-65	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801397-24.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	Município de Sousa/PB - 08.999.674/0001-53	SIM
Lapso entre a distribuição e desp. inicial/liminar						
0800515-62.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA ROBERIA FERNANDES DANTAS - 479.111.154-00	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 19ª REGIÃO PARAÍBA - 06.186.786/0001-60	SIM
0801406-83.2017.4.05.8202 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIO MESSIAS FILHO - ME e outros - 01.049.370/0001-86	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800029-48.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes e outros	Expedição de expediente	IRANY CAMPOS MEREGE - 308.470.104-06	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800036-40.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOAO BOSCO CAVALCANTE - 030.305.564-25	SIM
0800058-64.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALECVAN DE FRANCA SOUSA e outros - 030.998.084-40	SIM
0800085-81.2015.4.05.8202	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	GERALDO AMELIANO DE PINHO e outros - 059.586.954-87	SIM
0800094-77.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GERFESON RODRIGUES DA SILVA e outros - 396.784.314-91	SIM
0800095-28.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DAS DORES ALVES DE LIMA - 058.844.264-02	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800096-13.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Expedição de expediente	ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO NETO - 451.026.944-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM

0800129-03.2015.4.05.8202	EMBARGOS DE TERCEIRO	Capacidade Tributária	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO CRISTOVAO LACERDA DINIZ - 759.522.704-68	MANOEL FELISBERTO GOMES BARBOZA e outro - 338.337.614-15	SIM
0800146-68.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	JOSE WALTER MARINHO MARSICANO JUNIOR - 977.971.894-04	SIM
0800172-71.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Reintegração de Posse	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	ADEMAR DE ALMEIDA ARAUJO e outro - 674.317.124-72	SIM
0800181-33.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOAO BOSCO CAVALCANTE e outros - 030.305.564-25	SIM
0800188-25.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO NETO - 050.358.524-66	SIM
0800214-14.2014.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação	Juntada de Certidão	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	FRANCIRALDO FERREIRA DA SILVA - 467.079.484-15	SIM
0800242-54.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação Indireta	Juntada de Apelação	JOSE ERIBERTO DA SILVA e outro - 066.957.964-59	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800248-95.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	MARIA SOARES DA COSTA - 060.587.294-59	SIM
0800302-61.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Benefício Assistencial (Art. 203, V CF/88)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSENILDO ALVES DE SOUSA - 499.321.874-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800366-37.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Auxílio-Doença Previdenciário	Proferido despacho de mero expediente	MANOEL SERAPIAO DE MOURA - 873.081.504-53	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800428-77.2015.4.05.8202 - (Segredo)	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VANI LEITE BRAGA DE FIGUEIREDO e outros - 203.909.804-63	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800001-57.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	Município de São Bento - PB. -	SIM
0800002-02.2014.4.05.8202	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Conclusos para julgamento	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	MARIA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA e outros -	SIM
0800006-73.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ELANE PEREIRA DA SILVA - ME e outros - 08.648.155/0001-40	SIM
0800018-53.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAO BENTINHO e outro - 01.612.690/0001-00	FRANCISCO ANDRADE CARREIRO - null	SIM
0800030-67.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	Município de Sousa/PB e outros - 08.999.674/0001-53	FABIO TYRONE BRAGA DE OLIVEIRA e outros - 840.833.284-87	SIM
0800038-44.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	GILBERTO GOMES SARMENTO e outros - 162.379.944-91	SIM
0800085-81.2015.4.05.8202	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	GERALDO AMELIANO DE PINHO e outros - 059.586.954-87	SIM
0800095-28.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Juntada de Certidão de Intimação	MARIA DAS DORES ALVES DE LIMA - 058.844.264-02	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM

0800096-13.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Desapropriação	Expedição de expediente	ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO NETO - 451.026.944-72	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800123-30.2014.4.05.8202	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Honorários Advocatórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RODOLFO RAMALHO CATÃO e outro -	COLONIA DE PESCADORES Z- 35 FRANCISCO VIEIRA FORMIGA DO SITIO PILOES e outro - 08.119.878/0001-52	SIM
0800129-03.2015.4.05.8202	EMBARGOS DE TERCEIRO	Capacidade Tributária	Juntada de Certidão de Intimação	ANTONIO CRISTOVAO LACERDA DINIZ - 759.522.704-68	MANOEL FELISBERTO GOMES BARBOZA e outro - 338.337.614-15	SIM
0800146-68.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outros - 26.994.558/0001-23	JOSE WALTER MARINHO MARSICANO JUNIOR - 977.971.894-04	SIM
0800158-48.2018.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	BISMAYK DE LIMA E SILVA - 21.428.293/0001-82	SIM
0800160-18.2018.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	START ACADEMIA FITNESS - null	SIM
0800161-03.2018.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	CASSIO RICARDO DE ALMEIDA SOUSA E SILVA 07599540466 - 21.411.289/0001-01	SIM
0800170-67.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE ARDISON PEREIRA e outros - 568.445.654-53	SIM
0800181-33.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOAO BOSCO CAVALCANTE e outros - 030.305.564-25	SIM
0800186-50.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO FABIO MARQUES DA SILVA -	SIM
0800196-94.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Apelação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LEONALDO DE ARAUJO PEREIRA 09884862451 - 26.305.648/0001-60	SIM
0800198-64.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	RODRIGO GEORGE S ALMEIDA - ME - 20.381.484/0001-73	SIM
0800202-72.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	PEDRO CELESTINO COSTA - 015.933.254-01	SIM
0800258-42.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	RITA GOMES DE SOUSA - 038.384.724-97	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e outro - 29.979.036/0001-40	SIM
0800308-68.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800319-63.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FLAVIA SERRA GALDINO e outros - 451.697.804-00	SIM
0800402-45.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	VALDERIO ANTONIO BEZERRA e outros - 428.910.434-72	SIM
0800411-41.2015.4.05.8202	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Expedição de expediente	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	AGUSTINHO NUNES DE ALENCAR e outro - 044.855.994-34	SIM
0800467-06.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BENEDITO MOREIRA DE FIGUEIRÉDO -	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - 00.043.711/0001-43	SIM
0800471-14.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Estabelecimentos de Ensino	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ICED - INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO LTDA - ME e outros - 12.716.813/0001-61	SIM

0800515-62.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FRANCISCA ROBERIA FERNANDES DANTAS - 479.111.154-00	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 19ª REGIÃO PARAÍBA - 06.186.786/0001-60	SIM
0800878-49.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	APOLIANA FELIPE DE LACERDA - 020.682.953-18	SIM
0801003-17.2017.4.05.8202	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANSUALDO BASILIO DE LIRA - 039.436.114-85	SIM
0801035-22.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Apelação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	RAFAEL SOARES MARCOLINO 06807241410 - 20.682.346/0001-24	SIM
0801039-59.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	REGICLAUDIA SOARES MARCOLINO - 043.232.344-90	SIM
0801040-44.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	DIOGO HENRIQUE VALERIO CLAUDINO 09009690407 - 21.488.636/0001-02	SIM
0801050-88.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	FRANCISCO SALES DE LIMA LACERDA - 556.453.644-49	SIM
0801451-87.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE FLORENTINO DE MELO - ME e outros - 24.511.222/0001-37	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800002-02.2014.4.05.8202	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Conclusos para julgamento	TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A e outro - 02.281.836/0001-37	MARIA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA e outros -	SIM
0800006-73.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução Contratual	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	ELANE PEREIRA DA SILVA - ME e outros - 08.648.155/0001-40	SIM
0800007-24.2014.4.05.8202 - (Segredo)	CAUTELAR INOMINADA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800008-63.2015.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	HERCULES BARROS MANGUEIRA DINIZ e outro - 873.025.604-63	SIM
0800014-50.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JULIVAN GONCALVES FERREIRA - 021.409.944-00	SIM
0800018-53.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICIPIO DE SAO BENTINHO e outro - 01.612.690/0001-00	FRANCISCO ANDRADE CARREIRO - null	SIM
0800023-03.2013.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	PAULO MATEUS DE SOUSA - 046.820.694-97	SIM
0800038-10.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	LUCRECIA ADRIANA DE ANDRADE BARBOSA DANTAS - 023.391.734-93	SIM
0800038-44.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	GILBERTO GOMES SARMENTO e outros - 162.379.944-91	SIM
0800058-64.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Acumulação de Cargos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALECVAN DE FRANCA SOUSA e outros - 030.998.084-40	SIM
0800129-29.2017.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ERIVANIA BATISTA DA SILVA - 073.362.454-55	SIM
0800156-12.2017.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	PAIVA COMBUSTIVEIS LTDA - EPP - 07.446.632/0001-22	SIM

0800170-67.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE ARDISON PEREIRA e outros - 568.445.654-53	SIM
0800177-59.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	JOSE VIVALDO DINIZ - 300.439.804-49	SIM
0800180-48.2014.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	RITA ROSA DE ANDRADE TRAJANO - ME e outro - 03.575.625/0001-70	SIM
0800202-72.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	PEDRO CELESTINO COSTA - 015.933.254-01	SIM
0800208-16.2014.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Enriquecimento sem Causa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ALBERTINA MARQUES DA NOBREGA - 395.742.884-04	SIM
0800231-25.2015.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Direito de Imagem e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MANUEL FERREIRA BEZERRA - 951.964.714-72	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0800237-57.2014.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Juntada de Petição	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	NARJARA REGIS SOUZA AZEVEDO - ME - 13.807.378/0001-43	SIM
0800308-68.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DALTON CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA e outros - 219.310.624-04	SIM
0800319-63.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FLAVIA SERRA GALDINO e outros - 451.697.804-00	SIM
0800322-18.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	ERCIJANE DE FATIMA BARRETO CHAGAS e outro - 170.332.764-00	SIM
0800373-29.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA FIEL E SERVICOS LTDA - EPP e outros - 09.429.098/0001-71	SIM
0800378-85.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DUTRA SOBRINHO e outros - 488.834.254-72	SIM
0800428-77.2015.4.05.8202 - (Segredo)	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE		Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VANI LEITE BRAGA DE FIGUEIREDO e outros - 203.909.804-63	SIM
0800464-51.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Mineração	Juntada de Réplica	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	WENDELL QUEIROGA SANTANA - 805.559.344-20	SIM
0800572-80.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	FABIANA ALVES DE OLIVEIRA - 053.762.474-06	SIM
0800609-10.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) e outros	Juntada de Contestação	MARIA DE FATIMA DA SILVA FREITAS - 395.742.374-00	Município de Sousa/PB e outro - 08.999.674/0001-53	SIM
0800825-05.2016.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO SALES DE LIMA LACERDA - 556.453.644-49	SIM
0800843-89.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	SORMANI ALVES DA SILVA - 251.314.604-25	SIM
0801003-17.2017.4.05.8202	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANSUALDO BASILIO DE LIRA - 039.436.114-85	SIM
0801004-02.2017.4.05.8202	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO MENDES CAMPOS - 526.410.584-72	SIM
0801014-46.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Compensação de Prejuízo	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	COMERCIAL THALYTA LTDA - ME - 13.146.046/0001-65	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0801397-24.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	Município de Sousa/PB - 08.999.674/0001-53	SIM
Outros						
0800014-50.2013.4.05.8202	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	JULIVAN GONCALVES FERREIRA - 021.409.944-00	SIM
0800287-58.2015.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fauna e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE DIAMANTE - 08.942.229/0001-57	SIM
0800344-13.2014.4.05.8202	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RINALDO DE OLIVEIRA SOUZA e outros - 801.290.564-72	SIM
0800496-56.2017.4.05.8202	PROCEDIMENTO COMUM	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NANCI MARIA DE SOUSA GARCIA - 854.825.874-87	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	SIM
0801004-02.2017.4.05.8202	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO MENDES CAMPOS - 526.410.584-72	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0800036-69.2017.4.05.8202	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	Alex da Silva e outro -	SIM
0800235-57.2018.4.05.8202	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Pena de Multa e outros	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FELEMON BENIGNO DE ARAUJO FILHO - 136.311.364-04	SIM
0800460-77.2018.4.05.8202	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA - 110.209.504-47	SIM
0801180-78.2017.4.05.8202	EXECUÇÃO PROVISÓRIA	Pena de Multa e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA GEOSA ARAUJO DA SILVA e outros - 039.926.724-76	SIM
0801391-17.2017.4.05.8202	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO PAULO MANGUEIRA DA SILVA e outro - 056.211.124-74	SIM
0801398-09.2017.4.05.8202	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Piso Salarial	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	PAULISTA PREFEITURA - 08.945.727/0001-53	SIM

### 6.8.10. Correição anterior e autoinspeção

Na última correição, foram observados alguns pontos que mereceram maior atenção, dentre eles: demora na conclusão, juntada de expedientes, publicação e cumprimento de despachos, além da paralisação irregular de 54 processos correicionados.

Sobre os pontos expostos acima, a Vara esclareceu que foi adotado, a partir de setembro de 2016, data em que o atual Juiz Titular assumiu a titularidade desta vara, o sistema de divisão de trabalho por dígitos, em que os servidores de cada setor têm uma meta, pré-estabelecida pelo Magistrado, em conjunto com a Direção para movimentação de seu acervo. Este sistema de divisão de trabalho permitiu que houvesse maior agilidade na movimentação cartorária dos processos, tais como: juntada de expedientes, publicação e cumprimento de despachos.

Além disso, os servidores passaram a assinar os termos de juntada, certidões, termos de inspeção e termos de recebimento.

Por fim, houve um aumento no número de decisão/sentenças proferidas no período, tendo em vista a maior quantidade de servidores na assessoria e o fato de que, desde maio de 2017, a 8ª Vara Federal conta com seu Juiz Substituto.

Após a última autoinspeção, algumas metas foram fixadas, seguindo, inclusive, a recomendação da última correição. Dentre elas, foram ressaltadas: a) levantamento e juntada das petições pendentes do Sistema Tebas; b) utilização pelos cartórios de um maior número de termos ordinatórios, com o objetivo de agilizar o andamento processual; c) levantamento de todos os ofícios remetidos à Caixa Econômica Federal, sem resposta, para cobrança por parte da direção; d) levantamento das cartas precatórias expedidas, sem resposta para cobrança ao Juízo deprecado e e) fixação e acompanhamento da meta de 60 dias para movimentação dos processos para os setores cível e fiscal e 10 dias para setor penal.

#### **6.8.11. Considerações finais**

A 8ª Vara Federal conta, em geral, com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Demora na publicação;
5. Demora no cumprimento de despacho/decisão.

Essas foram as principais ocorrências verificadas *in loco* durante a correição na 8ª Vara Federal da Paraíba.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 8ª Vara Federal funciona de modo adequado.

### **6.9. 9ª VARA FEDERAL - JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB**

#### **6.9.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 9ª Vara Federal foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela

Resolução nº 9/2005 - TRF5. A unidade detém competência para processar e julgar as causas submetidas à Justiça Federal até o valor de 60 salários mínimos, nos termos da Lei nº 10.259/2001. Sua competência territorial foi determinada pela Resolução nº 27/2009 - TRF5, alterada posteriormente pela Resolução nº 30/2014 - TRF5. Funciona no prédio-sede da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB, situado na Rua Edgard Vilarim Meira, s/nº, Liberdade, Campina Grande/PB.

A vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.9.2. Corpo funcional - juízes e servidores**

A 9ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados; b) 18 servidores efetivos, sendo 5 analistas judiciários - área judiciária, 2 analistas judiciários - área de execução de mandados, 2 técnicos judiciários - área de segurança e transporte e 8 técnicos judiciários - área administrativa; e c) 3 estagiários.

#### **6.9.2.1. Juízes federais**

O juiz federal titular da vara, Gilvânklím Marques de Lima, exerce a magistratura federal desde 22/04/2009, atuando na 9ª Vara Federal desde 01/06/2017.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado pelos seguintes motivos:

- Férias: 01/06/2016 a 30/06/2016, 21/07/2016 a 03/08/2016, 09/01/2017 a 07/02/2017, 17/08/2017 a 15/09/2017.
- Licenças: Paternidade de 01/07/2016 a 20/07/2016.
- Convocações: Nenhuma.
- Outras: Afastamento para participar de encontro de entidade de classe 14/11/2016 a 14/11/2016; 03/11/2017 a 03/11/2017.
- Afastamento para participar de atividade acadêmica: 03/03/2017 a 03/03/2017; 07/04/2017 a 07/04/2017.
- Afastamento por motivo de trânsito: 19/06/2017 a 28/06/2017

Período total de afastamento: 4 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias.

O juiz federal titular reside em Campina Grande/PB, cidade onde se situa a sede da subseção judiciária.

O juiz federal substituto, Flávio Marcondes Soares Rodrigues, exerce a magistratura federal desde 22/02/13, atuando na 9ª Vara desde 17/05/17.

### 6.9.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 9ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Jailson Rodrigues Chaves	Técnico Judiciário (Adm)	CJ-03 Diretor da Secretaria	Superior	Engenharia Civil e Direito
Vitório Wagner Nunes Teixeira	Técnico Judiciário (Adm)	FC-04 Supervisor-Assistente do Setor de Análise e de Triagem	Superior	Direito
William Correia Basto da Silva	Técnico Judiciário (Adm-Seg)	Não	Superior	Educação Física e Direito (incompleto)
Antenildo Dantas	Técnico Judiciário (Adm-Seg)	Não	Superior	Licenciatura em Letras e Direito
Luciano Andrade de Araújo	Técnico Judiciário (Adm)	FC-02 Auxiliar Especializado do Gabinete do Diretor de Secretaria	Superior incompleto	Direito
Saulo Vicente Melo	Analista Judiciário (Jud)	FC-4 Supervisor-Assistente do Setor de Controle de Perícias	Superior	Direito
Cora Geovana Palhano Souto	Analista Judiciária (Jud)	Não	Superior	Direito
Túlio Hamon Dantas de Azevedo Souto	Analista Judiciário (Exe)	Não	Superior	Direito
Hildaíres Araújo Ribeiro	Analista Judiciária (Exe)	Não	Superior	Direito
Raul Felipe Montenegro dos Santos	Técnico Judiciário (Adm)	FC-05 Supervisor da Seção de Análises e Andamento Processual	Superior	Ciências Contábeis
Sebastiana Laila dos Santos Oliveira	Técnica Judiciário (Adm)	FC-05 Supervisora da Seção de Cumprimento e Expedição	Superior	Administração
Valberto de Sales Gomes	Técnico Judiciário (Adm)	Não	Superior	Educação Física e Direito
Alessandra Lucena Barbosa	Analista Judiciária (Jud)	FC-05 Oficiala de Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior	Direito

Renan Leite Araújo	Técnico Judiciário (Adm)	FC-04 Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal	Superior	Direito
Larissa Ramalho de Vasconcelos Monthaler	Analista Judiciária (Jud)	FC-05 Oficiala de Gabinete do Juiz Federal	Superior	Direito e Ciências Contábeis
Charles Morais de Lima	Analista Judiciário (Jud)	FC-04 Supervisor-Assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior	Direito e Filosofia (incompleto)
Joel Pereira Ferreira	Técnico Judiciário (Adm)	FC-04 Supervisor-Assistente da Seção de Cumprimento de Obrigações/Sentenças e Expedição de RPV	Superior	Direito
Jobson Silva dos Santos	Técnico Judiciário (Adm)	Não	Superior	Ciências da Computação e Direito (incompleto)

Por sua vez, como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos da 9ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação, uma vez que os técnicos judiciários detêm graduação de nível superior, embora um dos requisitos para investidura seja apenas o nível médio de ensino.

Na 9ª Vara Federal/SJPB há apenas uma servidora requisitada, conforme quadro abaixo.

Nome	Requisitada	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Vilâni Holanda Souto Maior	Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB	FC-04 Supervisora-Assistente do Setor de Controle de Audiências	Superior incompleto	Desenho Industrial e Arquitetura e Urbanismo

### 6.9.2.3. Estagiários

Há 3 vagas previstas para unidade, estando todas ocupadas.

### 6.9.3. Organização da 9ª Vara Federal

Dentre os servidores da 9ª Vara Federal da Paraíba, 13 exercem suas atribuições na secretaria e 6 no gabinete.

#### 6.9.3.1. Secretaria

A secretaria da vara está dividida da seguinte forma:

a) Direção da Secretaria - a quem cabe coordenar as atividades desenvolvidas na Secretaria e nos Gabinetes, além de auxiliar os MM. Juízes naquilo que se fizer necessário.

b) Análise Inicial, Andamento Processual e Atermação - Este Setor é atualmente formado pelos servidores Vitório Wagner Nunes Teixeira, William Correia Basto da Silva, Antenildo Dantas, Valberto de Sales Gomes e Luciano Andrade de Araújo, a quem cabem a análise inicial dos processos distribuídos e a primeira avaliação dos requisitos da petição inicial; elaboração de minutas de despachos e sentenças simples; cumprimento de tutelas; impulsionar os feitos; encaminhar os processos à Turma Recursal; atermação dos processos; intimações por telefone das partes e advogados; expedição de cartas de citação e precatórias, mandados, ofícios; uso do Sistema SIGEP para o envio de correspondências; expedição e leitura do malote digital; habilitação de partes e advogados no sistema e atendimento às partes.

c) Perícias - É formado pelos servidores Saulo Vicente Melo e Cora Geovana Palhano Souto, que são responsáveis pela marcação de perícias; intimação das partes acerca dos laudos periciais; finalização das perícias (etapa que precede o pagamento dos peritos); cobrança de esclarecimentos dos laudos e laudos periciais em atraso; elaboração de minutas de sentenças simples e despachos e atendimento às partes e advogados.

d) Audiências e Entrega de Mandados/Ofícios - É formado pelos servidores Vilâni Holanda Souto Maior, Túlio Hamon Dantas de Azevedo Souto e Hildaíres Araújo Ribeiro. À primeira servidora cabe a triagem de processos e agendamento de audiências de conciliação e de instrução, além de intimação de partes, controle dos documentos não lidos no sistema e anexados por procuradores, nos processos do setor de audiências, minuta de despachos, supervisão da seleção e treinamento de conciliadores, atendimento às partes e advogados. O segundo e terceiro servidores são responsáveis pelo cumprimento de mandados e entrega de ofícios, auxílio aos magistrados nas audiências de instrução, suporte nas audiências de conciliação, suporte ao trabalhos dos Conciliadores.

e) Execução e Contadoria - É formado por 2 (dois) servidores: Raul Felipe Montenegro dos Santos e Sebastiana Laila dos Santos Oliveira. O primeiro servidor é responsável pela elaboração de cálculos judiciais e elaboração de pareceres técnicos sobre matérias contábeis e de cálculos judiciais. A segunda servidora é responsável pelo acompanhamento das movimentações processuais, elaboração de certidões e termos em geral, minuta de despachos e decisões simples, impulsionamento de processos de execução com prazos encerrados, baixados da TR, devolvidos do Juiz para intimação, com documentos anexados por procuradores, Expedição de Alvarás e RPVs/Precatórios e atendimento às partes e advogados.

A organização dos processos do JEF da 9ª Vara é feita com a utilização do Sistema Creta. Para cada Setor específico é criada uma pasta no sistema e a pasta é subdividida em subpastas (Seção, Setor e Atividades).

Os Setores (pastas) de toda a vara são as seguintes: Análise Inicial (1), Perícias (2), Audiências (3), Audiências de Conciliação (3.1), Secretaria (4), Assessoria (5), Juiz (6), Recursos (7), Execução (8) e Arquivo (9).

### 1. Setor de Análise, Andamento Processual e Atermação

É formado pelas seguintes pastas: Análise Inicial, Secretaria e Recursos.

As Pastas e suas respectivas atividades são: i) Análise Inicial (Prazo para emenda, Prazo para emenda encerrado, Processos da TR e Triagem; ii) Secretaria (agd. Cumprimento da obrigação - tutela, Analisar, Devolvidos do Juiz, Direção, Encaminhar DEC-SEN, Expedientes - agd. Devolução de AR, Expedientes - agd. Devolução MAN.CPREC.OFI, Expedientes - Cartas de CIT-INT, Expedientes - MAN. CPREC.OFI, Expedientes - Urgente, Intimar autor - Atermação, Prazo manual, Decurso de prazo, Decurso de prazo encerrado; iii) Recursos (Contrarrazões, Prazo manual, Prazo para recurso, Prazo para recurso encerrado).

### 2. Setor de Perícias

A Pasta é única, dividida nas seguintes atividades: Perícias (agd. Juntada de PA, agd. Realização de perícia, Agendar perícia, Analisar, Decurso de prazo, Decurso de prazo encerrado, intimar perito para apresentar laudo/esclarecimentos, Prazo manual, Laudo desfavorável).

### 3. Setor de Audiências

É formado por uma única pasta e subdivido nas seguintes atividades: Audiências (agd. Audiência, agd. Audiência de conciliação, Analisar, Decurso de prazo, Decurso de prazo encerrado, Prazo manual, Designar audiência).

### 4. Setor de Execução

É formado por uma única Pasta e suas respectivas atividades: Execução (Contadoria, agd. Cumprimento da obrigação, alvará - expedição, alvará - conferência, alvará - validação, Analisar, decurso de prazo, decurso de prazo encerrado, devolvidos do juiz, prazo manual, encaminhar - DEC, recebido da TR, RPV/PRC - expedição, RPV/PRC - conferência).

### 5. Assessoria

Formado por uma única Pasta e suas atividades: Assessoria (Decisão - tutela - Liminar, Decisão - Tutela - Liminar (saúde), decisão - execução, Administrativo, Analisar, Dano, Devolvidos do juiz para alteração, Embargos de declaração, Homologação de acordo, Outros, Previdenciário - AD-AI, Previdenciário - Aposentadoria Rural, Previdenciário - aposentadoria urbana, Previdenciário - Auxílio reclusão-Pensão por morte, Previdenciário - diversos, Previdenciário - Loas, Previdenciário - Salário Maternidade, Processos de audiência, Repet., Tributário).

### 6- Juiz

Pastas: Juiz (alvará - Validação / Decisão / Decisão.Sentença - corrigidas / Decisão - tutela / Despacho / Sentença - audiência / sentença - extinção / sentença - homologação de acordo).

Por fim, cada pasta tem uma subpasta que indica os processos que requerem prioridade/urgência, de modo que o controle é feito de maneira muito satisfatória nos diversos setores.

### 6.9.3.2. Gabinete dos juizes federais

Os Gabinetes da 9ª Vara são unificados e têm a função de auxiliar os MM. Juizes Federais Titular e Substituto em todos os processos conclusos, sendo destinados a atos judiciais de maior complexidade.

As atividades são divididas entre os 6 (seis) servidores que compõem a Assessoria do JEF, cabendo, em geral, a cada um, a responsabilidade por 2 (dois) dígitos, conforme a numeração dos processos. Os servidores elaboram minutas de:

- sentenças nos processos em geral;
- liminares e antecipação de tutela;
- impugnações ao cumprimento de sentença;
- pedido de perícia;
- questões relacionadas ao saneamento dos processos de conhecimento;
- embargos de declaração e pedidos de reconsideração nas sentenças/decisões;
- informações solicitadas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Segue abaixo o quadro resumo das atividades de cada servidor dos Gabinetes do MM. Juizes Federais Titular e Substituto:

SERVIDOR(A)	GABINETES DOS JUÍZES (UNIFICADOS)
	DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES
LARISSA RAMALHO DE VASCONCELOS MONTHALER	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 0 e 9; Decisões de todos os processos na fase de execução.
ALESSANDRA LUCENA BARBOSA	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 7 e 8, exceto LOAS, Salário-maternidade e Aposentadoria Rural.
RENAN LEITE ARAÚJO	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 5 e 6, exceto LOAS, Salário-maternidade e Aposentadoria Rural.
CHARLES MORAIS DE LIMA	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 3 e 4, exceto auxílio-doença e LOAS.
JOEL PEREIRA FERREIRA	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 1 e 2 exceto LOAS, Salário-maternidade e Aposentadoria Rural
JOBSON SILVA DOS SANTOS	Decisões e Sentenças dos processos dígitos 3 e 4 envolvendo auxílio-doença, metade dos processo de LOAS e processos que envolvem dano.

O Sistema CRETA fornece a ordem cronológica de conclusão dos processos, destacando os processos que envolvem idosos. Além disso, a pasta "Assessoria" possui a subpasta na qual estão inseridos os processos com prioridades/urgentes, de modo que, seja pela cronologia da conclusão, seja pela urgência do processo, o sistema atende muito bem ao controle da conclusão dos processos para julgamento.

### 6.9.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 9ª Vara Federal

O Juiz reúne toda a equipe, incluindo servidores da secretaria, assessoria e oficiais de justiça, ou em pequenos grupos, na medida das necessidades, para estabelecer e desenvolver as metas, métodos e os critérios de trabalho.

### 6.9.5. Planejamento das atividades da 9ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados

O planejamento das atividades da 9ª Vara Federal/SJPB é coordenado pelo Juiz Federal Titular, que, juntamente com o Diretor de Secretaria, traça as metas gerais a serem atingidas, além de priorizar o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

Periodicamente, são realizadas reuniões gerais ou setoriais com o objetivo de avaliar se as atividades estão suprindo a demanda, se as metas estão sendo cumpridas, ou se elas estão sendo suficientes para dar vazão aos feitos. Ao diretor é dada a missão de acompanhar pormenorizadamente os resultados obtidos para que providencie os ajustes pontuais de que os setores venham a necessitar.

Faz-se também o acompanhamento sistemático e periódico dos processos que requerem urgência e daqueles que estão há mais de 30 dias sem movimentação, além de ser verificada a taxa de congestionamento entre processos distribuídos e arquivados, para que, a partir desses dados, além de outros que se fizerem necessários, sejam ajustadas as metas.

Com a elevada demanda por que passam os Juizados Especiais Federais, faz-se mais do que necessária a fixação de metas de produtividade em cada Setor/Seção. Na 9ª Vara Federal, as metas foram resumidas no quadro abaixo:

SETOR	TAREFA / META
ANÁLISE INICIAL, ANDAMENTO PROCESSUAL E ATERMAÇÃO	Análise dos processos - 15 dias; Supervisão do setor e das respectivas caixas da secretaria - 5 dias; Elaboração de minutas de despacho e sentenças simples - 10 dias; Cumprimento de antecipação de tutela - imediato; Dar impulso aos processos enviados para a caixa Secretaria Analisar - 15 dias; Movimentação dos processos com recursos - 5 dias; Dar impulso aos processos devolvidos do Juiz com sentença - 5 dias; Atermação dos processos - imediato; Intimações por telefone das partes e advogados - 2 dias; Expedição de cartas de citação e precatória e p, Mandados, Ofícios - 3 dias; Expedientes urgentes - imediato; Expedição e leitura do Malote Digital - 2 dias; Habilitação de partes e advogados no sistema - imediato;
PERÍCIAS	Marcação de perícias - 10 dias; Intimação das partes acerca dos laudos periciais - 5 dias; Finalização das perícias (etapa que precede o pagamento dos peritos) - 5 dias; Cobrança de esclarecimentos dos laudos e laudos periciais em atraso - 7 dias; Elaboração de minutas de sentenças simples e despachos - 15 dias;
AUDIÊNCIAS	Triagem de processos e agendamento de audiências de conciliação e de instrução, além de intimação de partes - 20 dias; Controle dos documentos não lidos no sistema e anexados por procuradores, nos processos do Setor de Audiências - diário; Minuta de despachos - diário; Cumprimento de mandados e entrega de ofícios - semanal;
EXECUÇÃO E CONTADORIA	Elaboração de cálculos judiciais - 30 dias; Elaboração de pareceres técnicos sobre matérias contábeis e de cálculos

	<p>judiciais - 30 dias;</p> <p>Acompanhamento das movimentações processuais - diariamente;</p> <p>Minuta de despachos e decisões simples - habilitação de herdeiros (30 dias), demais 5 dias;</p> <p>Impulsioneamento de processos de execução com prazos encerrados, baixados da TR, devolvidos do Juiz para intimação, com documentos anexados por procuradores - diariamente;</p> <p>Expedição de Alvarás e RPVs/Precatórios - alvarás 7 dias, RPV/Precatório - 24 horas.</p>
ASSESSORIA	<p>Decisões e Sentenças - 30 dias;</p> <p>Decisões e Sentenças urgentes - imediato;</p> <p>Decisões de todos processos na fase de execução - 10 dias.</p>

Quanto à avaliação de resultados das atividades, periodicamente, em reuniões gerais ou setoriais, os servidores, supervisores e oficiais de gabinete são informados e consultados pelo Diretor ou Juiz acerca de eventuais atrasos ou demandas para que sejam encontradas as soluções para suprir qualquer necessidade. Ademais, são divulgados, em tabela, os resultados do mês anterior acerca do resumo das atividades da Vara, para que sirva de parâmetro ao estabelecimento de estratégias.

Tais medidas se tornam cada vez mais importantes, haja vista o elevado número de feitos que tem sido distribuído mês a mês.

#### **6.9.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

A qualquer momento, o membro do Ministério Público, da Defensoria Pública, advogados e partes são recebidos na Secretaria da Vara.

Após um primeiro contato com o Diretor da Secretaria, o(s) solicitantes é(são) anunciado(s) e, em seguida, conduzido(s) à presença do Juiz Titular ou Substituto, que, acompanhado do Diretor da Secretaria ou servidor da 9ª Vara, recebe e atende, seja o advogado com a parte ou não, ou membro do Ministério Público, da Defensoria Pública, de Procuradoria etc.

#### **6.9.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Em maio/2018, a vara contava com 5.631 processos em tramitação (sendo 4.713 na fase de conhecimento e 918 na fase de execução). Assim, considerando o número de processos em tramitação e o número de servidores efetivos (19), a média de processos por servidor é de 296,36.

Verificou-se a existência de 63 processos sobrestados em junho/2018 pelos motivos abaixo indicados:

- 21 processos aguardando julgamento de agravo de instrumento na TR;
- 31 processos aguardando julgamento de Pedido de Uniformização (art. 45 da Lei 8.213/91) no STJ;
- 2 processo aguardando julgamento na Justiça Estadual;
- 1 processo aguardando julgamento na Justiça do Trabalho;
- 7 processos aguardando julgamento de Recurso Especial no STJ e
- 1 processo aguardando execução de pagamento de litigância de má-fé.

Por fim, convém destacar que eventuais inconsistências nos dados acima mencionados podem ter ocorrido em razão do fato de que nem todos os relatórios foram extraídos dos sistemas no mesmo momento.

#### **6.9.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

De 01/01/2018 a 31/05/2018 foram distribuídas 4.084 ações e julgadas 3.649, ou seja 89,35% dos processos distribuídos foram julgados, de modo que esta meta está sendo perseguida a fim de que ao final do ano possamos cumpri-la satisfatoriamente.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

A Meta 2 do CNJ foi cumprida pelo o Juízo da 9ª Vara Federal/SJPB, ou seja, foram julgados todos os processos distribuídos até 31/12/2015.

A unidade informa que a Meta 2 foi integralmente cumprida, aduzindo que 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 foram julgados.

##### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

A Meta 3 do CNJ está sendo cumprida pelo o Juízo da 9ª Vara Federal/SJPB. No ano de 2017, de um total de 9.472 processos distribuídos envolvendo segurados especiais, 895 foram resolvidos por intermédio de audiência de conciliação, o que representa 9,45%.

Considerando o período de 24 meses, foram realizadas 3.865 audiências de conciliação, com 1.188 acordos firmados.

Como foram realizadas 6.536 audiências no período, os 1.188 acordos firmados por meio dos conciliadores representam 18,18% do total das audiências. Ademais, tendo em vista que no período foram distribuídas 18.873 ações, os 1.118

acordos representam 8,94% das ações distribuídas resolvidas em audiência de conciliação.

Registre-se que no mesmo período foram adiadas ou canceladas 430 audiências, ou seja, 6,17% das audiências designadas. Em geral, os adiamentos ou cancelamentos se deram pelas ausências das partes (justificadas ou não), ou em razão da adequação da pauta. Todas as audiências de instrução ou conciliação, não realizadas por motivo justo, foram redesignadas.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

No Juizado Especial Federal da 9ª Vara/SJPB, em razão de sua natureza e de sua competência, não há distribuição/julgamento de ações de execução fiscal.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não se aplica.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

Não se aplica.

### 6.9.9. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 150 processos do Sistema Creta.

#### 6.9.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, devem ser destacadas as seguintes ocorrências:

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
- Conclusão do processo na mesma data de prolação da sentença	<a href="#">0503669-04.2016.4.05.8201</a>	Conclusão na mesma data de 10/05/2018.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal entre a remessa à Assessoria e a prolação de despacho/decisão/ato ordinatório	<a href="#">0501138-08.2017.4.05.8201</a>	de 20/02/18 a 24/04/18
	<a href="#">0503872-29.2017.4.05.8201</a>	Demora para a prolação do despacho de 16/08/2017.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0504388-83.2016.4.05.8201</a>	De 22/02/2018 a 24/04/2018.
	<a href="#">0508211-65.2016.4.05.8201</a>	Ato ordinatório/perícia agendada em 22/09/17, novo ato ordinatório/novo agendamento em 13/03/18.
	<a href="#">0501203-03.2017.4.05.8201</a>	30/01/18 a 03/05/18
	<a href="#">0501430-90.2017.4.05.8201</a>	30/01/18 a 15/05/18
	<a href="#">0506148-33.2017.4.05.8201</a>	31/01/18 a 03/05/18
	<a href="#">0506563-16.2017.4.05.8201</a>	Feito sem movimentação na secretaria no período compreendido entre 20/10/2017 e 17/01/2018.
<b>Total de Ocorrências: 6</b>		
Outros	<a href="#">0502940-27.2006.4.05.8201</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0508779-62.2008.4.05.8201</a>	Ausência de alteração da classe (cumprimento de sentença).
	<a href="#">0504441-11.2009.4.05.8201</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0506078-60.2010.4.05.8201</a>	Demora na prolação de despacho, de 26/12/2017 a 18/04/2018.
	<a href="#">0505110-</a>	Demora na prolação de despacho, de

	<a href="#">20.2016.4.05.8201</a>	02/02/2018 a 09/04/2018.
	<a href="#">0500264-23.2017.4.05.8201</a>	Demora na expedição de RPV, de 12/12/2017 a 07/05/2018.
	<a href="#">0500822-92.2017.4.05.8201</a>	Processo sem movimentação entre 02/04/2018 e 08/06/2018.
	<a href="#">0500871-36.2017.4.05.8201</a>	Demora na conclusão (certidão juntada em 07/11/17, conclusos ao juiz em 13/04/18-despacho)
	<a href="#">0503691-28.2017.4.05.8201</a>	Demora na conclusão (juntada em 16/04/18, conclusão em 01/06/18)
	<a href="#">0503872-29.2017.4.05.8201</a>	Demora para a conclusão operada em 18/12/2017.
	<a href="#">0504522-76.2017.4.05.8201</a>	Demora na conclusão (juntada em 28/02/18, conclusos em 02/05/18)
	<a href="#">0506112-88.2017.4.05.8201</a>	Demora na conclusão (juntada em 11/12/17, conclusos em 01/02/18)
	<a href="#">0506620-34.2017.4.05.8201</a>	Demora na conclusão (juntada em 05/12/17, concluso em 01/02/18)

**Total de Ocorrências: 13**

Processo em Ordem	<a href="#">0506099-41.2007.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503348-47.2008.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0505421-55.2009.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0507046-27.2009.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0507856-02.2009.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0506665-77.2013.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0504599-90.2014.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0500904-60.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503496-77.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503745-28.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503809-38.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503887-32.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0503899-46.2016.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0504007-75.2016.4.05.8201</a>	

<a href="#">0504020-74.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504096-98.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504312-59.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504313-44.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504427-80.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504511-81.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504533-42.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504539-49.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504652-03.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504662-47.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504689-30.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504698-89.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504769-91.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504807-06.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504888-52.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505036-63.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505077-30.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505097-21.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505213-27.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508158-84.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508159-69.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508161-39.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508177-90.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508257-</a>	

<a href="#">54.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508322- 49.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508330- 26.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508335- 48.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508342- 40.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508343- 25.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500012- 20.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500047- 77.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500060- 76.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500061- 61.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500178- 52.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500203- 65.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500227- 93.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500241- 77.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500248- 69.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500343- 02.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500351- 76.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500366- 45.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500373- 37.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500725- 92.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500751- 90.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500827- 17.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500860- 07.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500891- 27.2017.4.05.8201</a>	

<a href="#">0500980-50.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501038-53.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501060-14.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501091-34.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501102-63.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501126-91.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501230-83.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501233-38.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501237-75.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501319-09.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501322-61.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501353-81.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501375-42.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501439-52.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501534-82.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501548-66.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0501561-65.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0502544-64.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503356-09.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503444-47.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503733-77.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504614-54.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504920-23.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505114-</a>	

<a href="#">23.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505174- 93.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505223- 37.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505301- 31.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505335- 06.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505483- 17.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505813- 14.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505906- 74.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505928- 35.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505941- 34.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505944- 86.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505987- 23.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0505994- 15.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506051- 33.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506197- 74.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506214- 13.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506231- 49.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506233- 19.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506268- 76.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506347- 55.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506377- 90.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506401- 21.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506413- 35.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506467- 98.2017.4.05.8201</a>	

<a href="#">0506475-75.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506502-58.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506613-42.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506654-09.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506703-50.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0506866-30.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0507006-64.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0507033-47.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0507057-75.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509276-61.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509285-23.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509297-37.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509302-59.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509305-14.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509306-96.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509323-35.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509343-26.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509372-76.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500001-54.2018.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500019-75.2018.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500031-89.2018.4.05.8201</a>	
<b>Total de Ocorrências: 129</b>	

#### 6.9.10. Correição anterior e autoinspeção

A 9ª Vara Federal tem se empenhado para cumprir todas as recomendações feitas na Correição ocorrida em 2016, não obstante a elevada quantidade de processos que é distribuída mensalmente.

Aponta a Vara que, nos últimos anos, verificou-se que a média de distribuição mensal de 683 processos em 2016; 797 em 2017 e, até o mês de maio de 2018, o quantitativo já se aproxima dos 820 processos.

Contudo, os esforços têm surtido efeito, de modo que se tem verificado a redução no tempo de conclusão, agendamento de audiências, cumprimentos diversos, edição de despachos e prolação de sentenças.

A última Inspeção ocorreu no período de 16 a 20 de abril de 2018, ou seja, cerca de 10 meses após a chegada do atual Juiz Federal Titular. As metas foram fixadas nesse período e ajustadas durante a Inspeção.

Informa que, de modo geral, as metas fixadas na Inspeção estão sendo cumpridas, entre elas destacam-se a observância de, no máximo, trinta dias para que os processos permaneçam conclusos, redução do tempo de permanência dos processos nos Setores de Execução (Cálculos) e Análise Inicial, em que pese a elevada quantidade de feitos distribuídos e a redução do corpo funcional por que passou a 9ª Vara (redistribuição de um Analista Judiciária e cessão de um Técnico Judiciário).

#### **6.9.11. Considerações finais**

A 9ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Ausência de alteração de classe (cumprimento de sentença).

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 9ª Vara Federal funciona de modo adequado.

## **6.10. 10ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPINA GRANDE/PB**

### **6.10.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 10ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 10.772/2003 e instalada pela Resolução nº 22/2005 - TRF5 c/c o Ato nº 478/2005 - TRF5. Dentro de sua jurisdição, a 10ª Vara Federal detém competência para o processamento e julgamento das execuções fiscais e dos feitos de natureza tributária submetidos à Justiça Federal. A unidade funciona no prédio-sede da Subseção Judiciária de Campina Grande/PB, localizado na Rua Edgard Vilarim Meira, s/nº, Liberdade, Campina Grande/PB.

Dentro de sua jurisdição, a 10ª Vara Federal detém competência para processar e julgar execuções fiscais e processos de natureza tributária.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.10.2. Corpo funcional - juízes e servidores**

A 10ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistradas, 01 Titular e 01 Substituta; b) 15 servidores efetivos, sendo: 04 analistas judiciários, 10 técnicos judiciários - área administrativa e 01 técnico judiciário - área de segurança e transporte c) 01 servidor requisitado.

#### **6.10.2.1. Juíza Federal Titular**

A Juíza Federal Titular da 10ª Vara, Dra. Emanuela Mendonça Santos Brito, exerce a magistratura desde 19/05/2010, atuando na 10ª Vara Federal desde 19/06/2017.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada, em razão de:

Férias: De 19/09/2016 a 18/10/2016 (30 dias); 21/04/2017 a 20/05/2017 (30 dias); 22/05/2017 a 20/06/2017(30 dias); 20/11/2017 a 19/12/2017(30 dias); 23/04/2018 a 14/05/2018 (22 dias);

Licenças:

- Licença para repouso à gestante, no período 23/10/2016 a 20/04/2017 (06 meses);

Período total de afastamento: 10 meses e 22 dias.

Substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

- De 11/07/2016 a 31/07/2016 e de 01/08/2016 a 09/08/2016, respondendo pela 6ª vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

A Juíza Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

#### **6.10.2.2. Juíza Federal Substituta**

A Juíza Federal Substituta da 10ª Vara, Dra. Luíza Carvalho Dantas do Rêgo, exerce a magistratura desde 05/03/2015, atuando na 10ª Vara Federal desde 16/11/2016.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada, em razão de:

Férias: - De 26/09/2016 a 25/10/2016 (30 dias); - De 02/05/2017 a 31/05/2017 (30 dias); - De 18/09/2017 a 17/10/2017 (30 dias); - De 15/02/2018 a 16/03/2018 (30 dias); - De 23/05/2018 a 22/06/2018 (30 dias);

Licenças: Licença para tratamento de saúde, no período 15/05/2018 a 22/05/2018 (08 dias);

Outras: Afastamento por motivo de trânsito, nos períodos de 13/06/2016 a 12/07/2016 (30 dias) e de 05/12/2016 a 19/12/2016 (15 dias);

- Afastamento por motivo de casamento, no período 17/09/2016 a 24/09/2016 (08 dias);

- Afastamento p/ participar de seminário/Congresso, no período 13/03/2017 a 15/03/2017 (03 dias);

Período total de afastamento: 7 meses e 4 dias.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

- De 16/11/2016 a 04/12/2016, respondendo pela 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, com prejuízo de jurisdição.

- De 27/10/2017 a 31/10/2017, respondendo pela 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 09/01/2017 a 07/02/2017; 05/09/2017 a 06/09/2017; 18/10/2017 a 14/11/2017; 09/02/2018 a 09/02/2018; 04/04/2018 a 06/04/2018 e de 11/04/2018 a 13/04/2018, respondendo pela 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 08/02/2017 a 13/03/2017 e de 16/03/2017 a 20/04/2017, respondendo pela 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 07/09/2017 a 10/09/2017, respondendo pela 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 03/03/2017 a 03/03/2017 e de 10/07/2017 a 08/08/2017, respondendo pela 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 19/06/2017 a 22/06/2017 e de 03/07/2017 a 06/07/2017, respondendo pela 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

- De 16/01/2017 a 14/02/2017; 19/06/2017 a 20/06/2017; 20/11/2017 a 19/12/2017 e de 23/04/2018 a 14/05/2018, respondendo pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Paraíba, sem prejuízo de jurisdição.

A Juíza Federal Substituta reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

### 6.10.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 10ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Mardone Rodrigues Rego Sarmento	Analista Judiciário	CJ-03	Superior	Direito
Sheila de Lima Gomes de Albuquerque	Analista Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Erlandsen Freitas Jaguaribe Filho	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Jadiel Saraiva de Sousa	Analista Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Clarissa Gomes de Sousa	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Robson Ribeiro Barbosa da Silva	Técnico Judiciário	-	Superior	Fisioterapia
João Eudivan Soares Santana	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Geografia
Jose Joel Marques Pereira	Técnico Judiciário	FC-05	Nível médio	Não se aplica
Judith de Barros e Silva Moura	Técnico Judiciário	FC-04	Superior	Direito
Lincoln Reinaldo Silva	Técnico Judiciário	FC-03	Superior incompleto	Computação

Mara Rúbia Braga	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Maria Cristina Gouveia da Silva Neff	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
Rafael de Vasconcelos Silva	Técnico Judiciário	FC-02	Superior	Direito
João Marcos Simões	Técnico Judiciário	-	Nível médio	Não se aplica
Rodrigo Araújo Leite Catão	Agente de segurança e transporte	GAS	Nível médio	Não se aplica

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 10ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há um servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário da vara que está cedido para exercício do cargo de Diretor de Secretaria em outra Vara Federal da 5ª Região. Existem, ainda, um servidor requisitado para o cargo de Diretor de Secretaria e um servidor, requisitado da Prefeitura de Campina Grande, desde 1993 (Nome: Luiz Veríssimo de Souza / grau de instrução - nível médio / ocupante de uma Função Comissionada FC-04).

#### 6.10.2.4. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando 01 delas ocupada. O estagiário atua na Assessoria.

#### 6.10.3. Organização da 10ª Vara Federal

Dentre os servidores da 10ª Vara Federal da Paraíba, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

No dia 31/05/2018 existiam 1.567 processos em tramitação no sistema Tebas e 1.775 tramitando no sistema PJe. Portanto, um total de 3.342 processos. Assim, como há 15 servidores em atividade, a relação de processos por servidor é de 222,8.

Número de processos distribuídos e número de processos julgados, mensalmente, em 2017, por tipo de ação:

AÇÃO/CLASSE	TOTAL	SITUAÇÃO	2018 - PROCESSOS FÍSICOS (SISTEMA TEBAS)												
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
AÇÃO ORDINÁRIA (29)	04	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	-	02	-
	16	JULGADAS	01	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-	-	13

EMBARGOS À EXECUÇÃO (73/74)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	JULGADAS	01	01	01	03	-	-	01	-	03	-	-	02
EMBARGOS DE TERCEIRO (79)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FZ (12078)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	02	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (229)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	08	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	02	02	01	-	03	-
EXECUÇÃO FISCAL (99)	18	DISTRIBUÍDAS	-	02	05	02	03	01	-	01	01	01	01	01
	902	JULGADAS	57	82	63	55	121	95	49	116	87	50	48	79
EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FP (206)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	03	JULGADAS	01	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MANDADO DE SEGURANÇA (126)	01	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-
	-	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

AÇÃO/CLASSE	TOTAL	SITUAÇÃO	2018 - PROCESSOS ELETRÔNICOS (SISTEMA PJe)											
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CAUTELAR INOMINADA (183)	01	DISTRIBUÍDAS	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156/12078)	13	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	03	-	-	01	-	01	02	02	04
	06	JULGADAS	-	-	-	01	02	-	-	-	01	01	01	-
EMBARGOS DE TERCEIRO (37/327)	75	DISTRIBUÍDAS	04	13	07	04	05	08	03	03	10	04	08	06
	66	JULGADAS	01	03	-	09	05	09	03	04	10	04	04	14
EMBARGOS À EXECUÇÃO (172/1118)	98	DISTRIBUÍDAS	-	09	06	16	09	06	07	07	16	10	07	05
	118	JULGADAS	17	10	05	06	08	07	13	15	16	07	11	03
EXECUÇÃO CONTRA A FP (1114)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	03	JULGADAS	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-	01	-
EXECUÇÃO FISCAL (1116)	1186	DISTRIBUÍDAS	33	65	125	53	42	330	35	88	71	135	92	117
	107	JULGADAS	02	06	02	09	05	08	07	09	08	06	15	30
IMPUGNAÇÃO ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (1702)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	JULGADAS	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

MANDADO DE SEGURANÇA (120)	66	DISTRIBUÍDAS	-	01	18	04	09	09	04	01	07	02	06	05
	48	JULGADAS	01	-	-	02	06	07	04	05	11	03	04	05
PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7)	142	DISTRIBUÍDAS	10	03	16	11	19	18	11	25	11	05	10	03
	135	JULGADAS	07	10	01	07	04	11	09	06	20	33	10	17
TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12083)	01	DISTRIBUÍDAS	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	JULGADAS	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
IMPUGNAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (12083)	-	DISTRIBUÍDAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	JULGADAS	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

- Total de processos distribuídos em 2017 (excluídas as Cartas Precatórias e de Ordem): **1.605 processos.**

- Total de processos julgados em 2017: **1.430 processos.**

- Total de processos baixados em 2017 (excluídas as Cartas Precatórias e de Ordem): **1.754 processos.**

Processos julgados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses (total e média mensal): SISTEMA TEBAS: 1947 processos / média mensal de 81,12 processos. SISTEMA PJE: 971 processos / média mensal de 40,45 processos.

Processos distribuídos/redistribuídos (entradas) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses (total e média mensal): SISTEMA TEBAS: 828 processos / média mensal de 34,5 processos. SISTEMA PJE: 2.853 processos / média mensal de 118,87 processos.

### 6.10.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida em dois setores, sendo um para a execução fiscal e outro para as demais ações de natureza tributária (Ações Diversas). No Setor da execução fiscal (processos físicos/eletrônicos) atuam os servidores Lincoln Reinaldo Silva, Robson Ribeiro Barbosa da Silva, Rafael de Vasconcelos Silva, Judith de Barros e Silva Moura, Maria Cristina Gouveia da Silva Neff, Sheila de Lima Gomes de Alburquerque e João Eudivan Soares Santana. Já no Setor de Ações Diversas atuam os servidores João Marcos Simões e Mara Rubia Braga.

Em ambos os setores os processos são divididos por dígito entre os servidores. Além disso, como a demanda é grande e repetitiva em algumas tarefas, como o controle dos processos suspensos e arquivados sem baixa na distribuição, recebimento e distribuição de petições, controle do malote digital, cadastro e controle de bens no Leilão Eficaz e no Empório Judicial, dentre outros serviços, outro pequeno grupo de servidores (Rodrigo Araújo Leite Catão, Jose Joel Marques Pereira e Luiz Veríssimo de Souza) trabalha especificamente com essas atividades. O cartório é dividido de modo a haver a continuidade do serviço mesmo durante as férias, eventuais licenças de servidores e durante todo o horário de expediente ao público.

Com relação aos processos com prioridade, na forma do art. 1.048 do CPC, tal situação é bastante restrita na unidade jurisdicional, em decorrência competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária. Contudo, em caso de requerimento como preceitua o §1º do referido dispositivo legal, e sendo deferida, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária e terão preferência de conclusão no gabinete.

O acervo da unidade é verificado mensalmente, sempre no primeiro dia útil seguinte ao fim do mês em análise. Os dados são extraídos dos sistemas Tebas e PJe, e inseridos num documento, com gráficos e tabelas, com várias informações sobre a gestão: acervo, processos em tramitação (ajustada), processos suspensos, arquivados sem baixa, número de distribuídos e remetidos ao TRF5, cartas precatórias recebidas, audiências realizadas e acordos homologados, sentenças e decisões proferidas.

#### **6.10.3.2. Gabinete das Juízas Federais**

Há atualmente 04 (quatro) servidores trabalhando no Gabinete da unidade jurisdicional (Clarissa, Erlandsen, Jadiel e Pablo, todos devidamente identificados no item 2.5), além do auxílio de 01 (um) estagiário de direito. A divisão dos processos entre os assessores se perfaz por dígito, o que contribui para uma divisão igualitária de trabalho, além de concorrer para a uniformização e estabilização do corpo funcional da assessoria. Os processos do gabinete, em atendimento ao comando esculpido no art. 12 do CPC, observam uma ordem cronológica de conclusão, ressalvado os casos enumerados no parágrafo 2º do referido dispositivo legal.

#### **6.10.4. Participação das juízas federais em reuniões com a equipe da 10ª Vara Federal**

A Juíza Federal Titular da unidade jurisdicional sempre realiza reuniões na unidade quando necessário para o aprimoramento das atividades, ora em conjunto com toda a equipe, ora direcionada somente com determinado setor.

#### **6.10.5. Planejamento das atividades da 10ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

A 10ª Vara Federal, sob a coordenação da Juíza Federal Titular, realiza reuniões trimestrais com todo o corpo funcional para análise dos resultados alcançados pela unidade jurisdicional à luz das metas definidas pela Direção, bem como para traçar o planejamento dos meses subsequentes.

Todo o trabalho da unidade é assentado na ideia de movimentação processual, a partir da qual são estabelecidas metas de produtividade. Por exemplo, nos processos conclusos no gabinete, são estabelecidos 30 dias corridos para sentenças/decisões e 10 dias corridos para decisões urgentes. No caso do cartório, as

metas de movimentação dependem da natureza da atividade, sua demanda e o tipo de processo (físico ou eletrônico). Por exemplo, a tarefa de prazos vencidos no processo físico é verificada uma vez por semana, às sextas-feiras, enquanto no processo eletrônico é verificada diariamente. Portanto, para cada tarefa no cartório da unidade (verificação de prazo vencido, controle na devolução de expedientes, cumprimento, Bacenjud/Renajud, triagem inicial, controle de petições...), seja processo físico ou eletrônico, é estabelecido um prazo razoável de cumprimento/movimentação.

Semanalmente, o Diretor de Secretaria faz o acompanhamento dos resultados da vara, inclusive com análise individualizada de atuação por servidor e setor. No início do mês subsequente, são repassadas para juíza titular da unidade todas as informações pormenorizadas do acompanhamento das metas setoriais, bem como os respectivos resultados alcançados no mês que se encerrou (dados estatísticos relativos a processos em tramitação, acervo, processos suspensos, arquivados sem baixa, número de distribuídos x remetidos para TRF5, cartas precatórias recebidas, audiências realizadas x acordos homologados, sentenças e decisões proferidas).

#### **6.10.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes das juízas federais**

O atendimento de qualidade ao público é prioridade absoluta na 10ª Vara Federal de Campina Grande. Existe um local específico para atendimento das partes e advogados, com um servidor especializado nessa atividade. Caso haja necessidade, o atendimento é transferido ao Diretor de Secretaria.

Todos que precisam de informações processuais, relativas a feitos que se encontram na assessoria da unidade, são recebidos por um servidor e, em seguida, caso haja necessidade, pelo Diretor de Secretaria. Caso seja necessário ou quando expressamente requerido, haverá o atendimento pelas magistradas.

#### **6.10.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação na Vara (excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados), da competência do Juiz (Titular ou Substituto):

Magistrado	Nº em tramitação	PJe	Tebas
Juiz Titular	3.342	1.775*	784
Juiz Substituto			783
Total	3.342	1.775	1.567

\* Falha no “relatório de processos” do sistema PJE impede a extração dos dados por juiz.

A relação processo/servidor é de 222,8 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (3.342) e o número de servidores em atuação na serventia (15), informados no formulário de gestão.

Na fase de conhecimento (exceto penal):

Magistrado	Nº em tramitação	PJe	Tebas
Juiz Titular	136	129	07
Juiz Substituto	127	111	16
Total	263	240	23

Na fase de execução (cumprimento de sentença):

Magistrado	Nº em tramitação	PJe	Tebas
Juiz Titular	59	43	16
Juiz Substituto	85	60	25
Total	144	103	41

Processos de execução (exceto penal):

Magistrado	Nº em tramitação	PJe	Tebas
Juiz Titular	2.915	1.413*	761
Juiz Substituto			741
Total	2.915	1.413	1502

\* Falha no “relatório de processos” do sistema PJe impede a extração dos dados por juiz.

Número de processos (excluídos os arquivados, suspensos e baixados) em tramitação na Vara da competência do Juiz (Titular ou Substituto) há 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de início da correição:

Meses/Ano	Tebas (proc. físicos)		PJE (proc. eletrônicos)		Total	
	Acervo	Ativos	Acervo	Ativos	Acervo	Ativos
Junho/2016	9.671	4.384	369	350	10.040	4.734
Julho/2016	9.619	4.271	372	353	9.991	4.624
Agosto/2016	9.722	4.349	407	387	10.129	4.736
Setembro/2016	9.865	4.280	468	447	10.333	4.727
Outubro/2016	9.826	4.337	498	468	10.324	4.805
Novembro/2016	9.806	4.536	586	559	10.392	5.095
Dezembro/2016	9.832	4.525	600	562	10.432	5.087
Janeiro/2017	9.741	4.260	627	589	10.368	4.849

Fevereiro/2017	9.653	4.207	717	675	10.370	4.882
Março/2017	9.569	3.937	878	826	10.447	4.763
Abril/2017	9.530	3.856	935	860	10.465	4.716
Mai/2017	9.351	3.590	951	875	10.302	4.465
Junho/2017	9.273	3.669	1.295	1.262	10.568	4.931
Julho/2017	9.131	3.067	1.335	1.308	10.466	4.375
Agosto/2017	9.015	2.951	1.398	1.200	10.413	4.151
Setembro/2017	8.933	2.804	1.453	1.163	10.386	3.967
Outubro/2017	8.881	2.787	1.594	1.188	10.475	3.975
Novembro/2017	8.715	2.582	1.544	1.125	10.259	3.707
Dezembro/2017	8.632	2.358	1.609	1.099	10.241	3.457
Janeiro/2018	8.594	2.272	1.844	1.289	10.438	3.561
Fevereiro/2018	8.500	2.234	1.977	1.331	10.477	3.565
Março/2018	8.369	2.113	2.032	1.363	10.401	3.476
Abril/2018	8.257	1.921	2.018	1.283	10.275	3.204
Mai/2018	7.743	1.567	2.637	1.775	10.380	3.342

- A unidade ressaltou a impossibilidade de extração dos dados por juiz junto ao sistema PJe, pois o “Relatório de Processos Distribuídos” apresenta profunda inconsistência. Nesse sentido, os dados acima, relativos ao sistema PJe, foram obtidos manualmente e de maneira global, observando o acervo total e a tramitação ajustada (excluídos os processos suspensos e arquivados sem baixa).

Número de processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise, atualmente: Juiz Titular: Existiam 2 processos urgentes, pendentes de análise, no dia 04/06/2018. Juiz Substituto: Existia 1 processo urgente, pendente de análise, no dia 04/06/2018.

Número de processos sobrestado/suspensão:

	Suspensos		Arquivados sem baixa		Total
	Tebas	PJE	Tebas	PJE	
Mai/2017	2.105	853	4.071	09	
Total	2.958		4.080		7.038 [67,80% do acervo da vara]

Número de processos extraviados nos últimos 24 meses: 01 processo.  
Número de processos restaurados nos últimos 24 meses: 01 processo.

Não existiam processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

A unidade jurisdicional, em razão da sua natureza (competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária), vem realizando apenas audiências de conciliação junto aos conselhos de classes, dirigidas por um servidor especializado na atividade conciliatória, sob a supervisão da juíza vinculada ao feito. Nos últimos 24 meses, foram realizadas 158 audiências de conciliação.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: Duas inspeções, nos períodos de 24/04/2017 a 28/04/2017 e de 16/04/2018 a 20/04/2018. A Juíza Titular da unidade só atuou na última Inspeção Anual Ordinária, realizada no período de 16/04/2018 a 20/04/2018, haja vista a sua lotação na vara em 19/06/2017. Juiz Substituto: Duas inspeções, nos períodos de 24/04/2017 a 28/04/2017 e de 16/04/2018 a 20/04/2018.

Nos últimos 24 meses, foram realizadas 158 audiências de conciliação. 132 audiências foram canceladas nos últimos 24 meses. O principal motivo do cancelamento de audiência está relacionado à ausência do executado. Outro motivo de cancelamento se deve ao pedido de parcelamento junto ao órgão credor, acarretando a suspensão do processo.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, exceto nos casos das audiências em que a parte executada não compareceu e não justificou a ausência. Nestes casos o processo prossegue em busca da satisfação do crédito da parte exequente.

#### **6.10.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

De uma maneira geral não se aplica, uma vez que a grande maioria dos processos distribuídos pertence à classe Execução fiscal, ou seja, processos que não são de conhecimento e que, em muitos dos casos, acabam por ficar suspensos e/ou arquivados sem baixa na distribuição por vários anos antes de haver uma sentença. Todavia, levando em consideração apenas os processos de conhecimento, no presente ano, foram distribuídos 70 processos e julgados 159 processos, nos sistemas Tebas e PJe. Portanto, apesar da natureza da unidade, privativa de execuções fiscais, a meta 01 está sendo cumprida no ano de 2018.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Não se aplica, da mesma forma que o item anterior, porque a grande maioria dos processos distribuídos é de execuções fiscais. Contudo, no que tange apenas aos processos de conhecimento, a referida meta vem sendo cumprida pela unidade jurisdicional.

##### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

O Juízo vem realizando audiências de conciliação em algumas execuções fiscais em que o exequente tem a possibilidade de firmar acordo. Ocorre que, nos processos em que a União ou suas autarquias são partes, sempre é alegada a

indisponibilidade do interesse público como óbice para realização dessas audiências. Assim, somente quando os Conselhos de Classe são parte é que são realizadas as audiências. Nesse sentido, nos últimos 24 meses, foram realizadas 158 audiências de conciliação.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

#### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de**

## Prisões

Não se aplica, em razão da competência privativa para processamento e julgamento das execuções fiscais e processos de natureza tributária.

### 6.10.9. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 58 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 100 processos.

#### 6.10.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00032867420024058201	De fl. 389 (nov/14 a jul/15 - fls. 379 e 389).
Execução Fiscal	00028930820094058201	Juntada em 22/06/17, concluso em 18/10/17.
Execução Fiscal	00014654420164058201	De fl. 102 (nov/16 a jan/17 - fl. 95) e de fl. 142 (junho a out/17 - fl. 113 e 142)
Execução Fiscal	00038817320024058201	Juntada em 10/08/17, concluso em 07/11/17.
Execução Fiscal	00161190319004058201	Juntada em 12/06/17, conclusos em 01/09/17.
Execução Fiscal	00007781420094058201	Juntada em 09/12/16, conclusão em 03/02/17.
Execução Fiscal	00350038019004058201	Juntada em 05/06/17, concluso em 28/09/17; Certidão em 28/07/16, conclusão em 16/11/16.
Execução Fiscal	00020612820164058201	Juntada em 31/08/17, conclusão em 18/01/18.
Execução Fiscal	00056811020004058201	Juntada em 05/09/17, conclusão em 07/11/17.
Execução Fiscal	00011384120124058201	Conclusão em 09/02/18, decisão em 15/05/18.
Execução Fiscal	00016934420014058201	De fl. 580
Execução Fiscal	00001274020134058201	De fl. 115
Execução Fiscal	00015813620054058201	Para despacho, de 31/05/2017 a 20/10/2017.
Execução Fiscal	00001291020134058201	Para despacho, de 30/03/2016 a 08/08/2016.
Execução Fiscal	00027545120124058201	De fl. 148 (junho a ago/15 - fl. 147).
Execução Fiscal	00027545120124058201	De fl. 328 (maio a dez/17 - fl. 327).
Execução Fiscal	00014635020114058201	Para despacho, de 01/06/2016 a 22/08/2016.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Execução Fiscal	00016809320114058201	De 06/11/2015 a

		20/06/2016.
Execução Fiscal	00032073220014058201	Decisão de fls. 313/314 de fls. 409/413.
Execução Fiscal	00043961120024058201	De 20/07/2016 a 09/11/2016.
Execução Fiscal	00038554120034058201	De fls. 388/401 (junho a out/15 - fl. 387).
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00043961120024058201	De 25/01/2017 a 24/04/2017.
Execução Fiscal	00011298920064058201	De 11/07/2017 a 20/09/2017.
Execução Fiscal	00161190319004058201	Conclusão em 01/09/17, despacho em 08/01/18.
Execução Fiscal	00000511120164058201	De 08/06/2016 a 06/09/2016.
Execução Fiscal	00001291020134058201	De 29/06/2017 a 01/09/2017.
<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00013623720164058201	Publicação em 05/12/16, prazo 30 dias, certificação em 24/04/17, sem indicação da data do término do prazo.
Execução Fiscal	00014654420164058201	Em relação ao mandado de fl.s 150/152 (janeiro a maio/18 - v. fl. 154).
Execução Fiscal	00008360720154058201	Citação em 14/12/16, juntada do AR em 26/01/17, certidão de decurso de prazo (5 dias) em 20/04/17.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00060864120034058201	
Execução Fiscal	00009221220144058201	
Execução Fiscal	01064679619994058201	
Execução Fiscal	00013921420124058201	
Execução Fiscal	00015718920054058201	
Execução Fiscal	00000381220164058201	
Execução Fiscal	00005190920154058201	
Execução Fiscal	00013904420124058201	
Execução Fiscal	00017257320064058201	
Execução Fiscal	00008007220094058201	
Execução Fiscal	00002843320014058201	
Execução Fiscal	00003449320074058201	
Execução Fiscal	00175463519004058201	
Execução Fiscal	00012299220164058201	
Execução Fiscal	01028936519994058201	
Execução Fiscal	00003061820064058201	
Execução Fiscal	00061106920034058201	
Execução Fiscal	00033835920114058201	
Execução Fiscal	00005709820074058201	
<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00054322020044058201	Demora no cumprimento do despacho de fl. 509 (fls. 516 - julho a nov/15).
Execução Fiscal	00038817320024058201	Demora no cumprimento de despacho, datado de 07/11/17, expedição em 22/01/18.
Execução Fiscal	00027545120124058201	Demora no cumprimento

		do despacho de fl. 240 (nov/15 a mar/16 - fl. 249).
Execução Fiscal	00038554120034058201	Ausência de movimentação processual entre nov/15 a abr/16 (fls. 404 e 405).
Execução Fiscal	00038554120034058201	Demora no cumprimento do despacho de fl. 405 (abril a ago/16 - fl. 406) e de fl. 589 (fev a maio/17 - fls. 601).
Execução Fiscal	00012697410164058201	Demora no cumprimento de mandado, de 04/12/2017 a 09/03/2018.
Execução Fiscal	00014635020114058201	Demora no cumprimento de despacho, de 17/02/2017 a 19/05/2017.
Execução Fiscal	00014635020114058201	Processo sem movimentação, de 30/11/2017 a 23/03/2018.
Execução Fiscal	00004496020134058201	Processo sem movimentação, de 11/04/2016 a 08/09/2016 e desde 09/02/2017.
Execução Fiscal	00011298920064058201	Demora no cumprimento de despacho, de 14/11/2017 a 01/03/2018.
Execução Fiscal	00015813620054058201	Demora no cumprimento de despacho, de 17/03/2016 a 12/08/2016.
Execução Fiscal	00005217620154058201	Demora no cumprimento de despacho, de 24/04/2017 a 22/02/2018.
Execução Fiscal	00039021520034058201	Demora no cumprimento de despacho, de 02/02/2017 a 02/05/2017.
Execução Fiscal	00176789219004058201	Processo sem movimentação, de 26/04/2016 a 28/07/2016.
Execução Fiscal	00032073220014058201	Demora no cumprimento do despacho de fl.373.
Execução Fiscal	00016934420014058201	Demora no cumprimento do despacho de fl. 580.
Execução Fiscal	00020639520164058201	Ausência de cumprimento do despacho de fls. 190 (cobrança da carta precatória), datado de 24/04/17, juntada em 04/09/17 de petição e em 12/12/17 da precatória
Execução Fiscal	00020639520164058201	Demora no cumprimento de despacho, datado de 12/12/17, certidão em 12/03/18.
Execução Fiscal	00000701720164058201	
Execução Fiscal	00056811020004058201	Demora no cumprimento de despacho, datado de 07/11/17, expedição em 19/01/18.
Execução Fiscal	00350038019004058201	Demora no cumprimento de despacho, datado de 16/11/16, expedido em 15/02/17; Despacho de 16/03/18, reiterado em inspeção (em

		16/04/18), ainda sem cumprimento.
Execução Fiscal	00131943419004058201	Demora no cumprimento de despacho, datado de 29/09/17, expedição em 07/11/17; Juntada de laudo de reavaliação em 21/12/17, vista em 23/02/18.
Execução Fiscal	00015240320144058201	Ausência de movimentação processual entre dez/16 e abr/17 (fls. 194v e 195).
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00000701720164058201 Classe: Execução Fiscal - Anexo 00004004820154058201.		
Processo: 00002843320014058201 Classe: Execução Fiscal - Embargos de terceiros com sentença transitada em julgado.		
Processo: 00003449320074058201 Classe: Execução Fiscal - Anexo 00045638620064058201.		
Processo: 00004496020134058201 Classe: Execução Fiscal - Processos reunidos: 0000043-05 e 0000269-44.		
Processo: 00007781420094058201 Classe: Execução Fiscal - Anexos: 0006077792003;0006051812003;0006109842003;0001347832007;0001347832007.		
Processo: 00011384120124058201 Classe: Execução Fiscal - Anexo 0009109520144058201.		
Processo: 00038554120034058201 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 2003.82.01.000793-2.		
Processo: 00043961120024058201 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição em 20/06/2005.		
Processo: 00054322020044058201 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 211-51 e 339-08.		
Processo: 00056811020004058201 Classe: Execução Fiscal-Desarquivamento em 28/01/2011.		
Processo: 00060864120034058201 Classe: Execução Fiscal - Apenso: 2003.82.01.006064-8 e 2003.82.01.6056-9. Sentença de fls. 376/382 anulada pelo TRF5.		
Processo: 00061106920034058201 Classe: Execução Fiscal - Anexos 6092482003;6091632003;4640032003;4704132003;4889852002.		
Processo: 00175463519004058201 Classe: Execução Fiscal - Anexo 00035273320114058201.		
Processo: 00176789219004058201 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição em 15/06/2015.		
Processo: 00350038019004058201 Classe: Execução Fiscal - Anexos: 18590891900;19236021900;18594291900;18595141900.		
Processo: 01029213319994058201 Classe: Execução Fiscal - Anexo 01029213319994058201		
Processo: 01064679619994058201 Classe: Execução Fiscal - Redistribuição em 14/06/2005.		

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora para a conclusão						
0800092-71.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	COMERCIAL DE ALIMENTOS O BEZERRAO LTDA - ME - 10.711.706/0001-15	SIM
0800397-89.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	CEREALISTA PARAIBINHA LTDA - ME - 07.192.556/0001-76	SIM

0800633-75.2016.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE LINS DA SILVA - 023.404.884-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800638-63.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Não Cumulatividade	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EQUIFIBER EQUIPAMENTOS DE FIBRA LTDA - EPP - 08.530.834/0001-10	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB e outro -	SIM
0800741-75.2014.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocáticos em Execução Contra a Fazenda Pública e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	NEIDE MARIA CANTALICE AGRA - 095.525.704-25	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800813-57.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa		INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS -	POLIGRAN POLIMENTO DE GRANITOS DO BRASIL S A - 41.128.919/0001-42	SIM
0800853-44.2014.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal e outros	Expedição de expediente	CRISTIANE DE SOUZA RAMOS - 04.427.309/0001-13	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801005-87.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCMBUSTIVEIS - 00.000.000/0003-38	HUGO MAGALHAES DE MELO - ME - 05.786.717/0001-24	SIM
0801181-66.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	HELENO JOAO DE MARIA e outro - 040.187.704-30	SIM
0801280-36.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO -	EPITACIO GOMES DA ROCHA NETO - 236.272.044-68	SIM
0801287-62.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801359-49.2016.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JARBAS CORDEIRO DE LUCENA - 228.615.804-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803287-98.2017.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Petição	SOLEDADE PREFEITURA - 08.919.425/0001-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800227-88.2015.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CARLOS ROBERTO DE SA LIRA BRAGA e outro - 160.925.034-68	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800283-19.2018.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Responsabilidade Tributária do Sócio-Gerente / Diretor / Representante	Expedição de expediente	LUIZ CARLOS MARQUES NOGUEIRA e outro - 045.859.507-10	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800315-58.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	A FORTALEZA PARAIBA SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI - 10.566.345/0001-60	SIM
0800329-08.2018.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	1/3 de férias	Juntada de Certidão de Intimação	CIPRESA EMPREENDIMENTOS LTDA - 13.306.501/0001-42	Ilmo. Sr. Delegado da Receita Federal Do Brasil em Campina Grande e outro -	SIM
0800643-85.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Exclusão - ICMS	Juntada de Certidão de Intimação	CASAS LEO COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM

0800689-74.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO -	ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO - 797.621.154-49	SIM
0800853-44.2014.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal e outros	Expedição de expediente	CRISTIANE DE SOUZA RAMOS - 04.427.309/0001-13	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800875-97.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARINALDO PEDRO GOMES DA SILVA - 027.695.484-09	SIM
0800989-70.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	IND E COM DE MASSAS ALIMENTICIAS BEIJA FLOR LTDA - 01.291.841/0001-68	SIM
0800993-10.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801063-27.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801093-28.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ELETROPOLO ELETRICIDADE LTDA -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801181-66.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	HELENO JOAO DE MARIA e outro - 040.187.704-30	SIM
0801430-51.2016.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Compensação de Prejuízos	Proferido despacho de mero expediente	ANTONIO RAIMUNDO LIMA BARRETO - 149.663.523-04	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801493-13.2015.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OTACILIO TEOBALDO VASCONCELOS FILHO - 085.317.814-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800633-75.2016.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	JOSE LINS DA SILVA - 023.404.884-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800833-48.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Juntada de Certidão de Intimação	A CASA DO COLEGIAL MARIA AMELIA LTDA - 00.315.540/0001-03	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801359-49.2016.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JARBAS CORDEIRO DE LUCENA - 228.615.804-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800083-12.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Certidão de Intimação	ALTAMAR CARDOSO DA SILVA - 035.254.384-19	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO EST DA PARAIBA - 09.249.137/0001-59	SIM
0800265-95.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	LEONICE LACERDA DOS SANTOS - 232.335.912-68	SIM
0800288-41.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Determinado o bloqueio/penhora on line	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	VERONICA SALETE FERREIRA DANTAS - 357.772.654-72	SIM
0800535-56.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BP - BRAZIL PROJECTS EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA - 01.112.286/0001-60	SIM
0800678-79.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	PEGMATITOS DO NORDESTE MINERACAO LTDA - ME - 00.276.208/0001-38	SIM

0800993-10.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801135-14.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO -	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0801183-36.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	COMISSARIA DE VEICULOS REGIS LTDA - ME - 40.942.229/0001-60	SIM
0801359-49.2016.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JARBAS CORDEIRO DE LUCENA - 228.615.804-53	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801493-13.2015.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	OTACILIO TEOBALDO VASCONCELOS FILHO - 085.317.814-34	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801772-62.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL -	WG & F TELECOMUNICACOES LTDA - ME - 07.635.751/0001-23	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800572-83.2017.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Perdimento de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	CONCEICAO ALMEIDA DE SOUSA e outro -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800593-59.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DAO SILVEIRA MOTORS LTDA - 08.811.523/0001-20	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
Outros						
0800397-89.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	CEREALISTA PARAIBINHA LTDA - ME - 07.192.556/0001-76	SIM
0801168-67.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARIA DE LOURDES CAVALCANTI DE ARAUJO e outro - 892.877.034-34	SIM
0801273-78.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO -	WAGNER JOSE DE ARAUJO - 098.363.734-20	SIM
0801540-50.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL -	ELY LUCENA - 027.869.884-03	SIM
0803289-68.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	PAULO FERNANDES COSTA - 094.903.884-91	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0001565-96.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALESSANDRO MAGNO DE OLIVEIRA E SILVA - 338.309.754-49	SIM
0001759-96.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARCONI BEZERRA DE LIMA - 176.655.074-68	SIM
0002599-87.2008.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOAO RIBEIRO e outro - 050.585.704-91	SIM
0002874-36.2008.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO EST DA PARAIBA	MARIA SUENEA SOUTO ANTERO - 691.315.544-15	SIM
0002963-59.2008.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO EST DA PARAIBA	FABRICIA GOMES NASCIMENTO - 981.940.114-34	SIM

0800003-42.2018.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA	MARIA FABIANA DE FREITAS SOARES - 023.666.524-37	SIM
0800013-92.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUP 1 REG	MARCILENE VITORINO SILVA VILAR - 576.667.844-49	SIM
0800018-85.2016.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Sucessão	Juntada de Certidão de decurso de prazo	SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL E DE SAUDE - SAS - 07.678.950/0001-19	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	SIM
0800024-24.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	SHEILA SUENE ELOY SANTOS - 468.045.104-10	SIM
0800031-16.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Proferido despacho de mero expediente	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA - 13.004.510/0026-37	SIM
0800032-98.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	BOMPREGO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA - 13.004.510/0043-38	SIM
0800034-68.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	CICERO TOMAZ DE AQUINO - 527.071.804-91	SIM
0800036-72.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WEBERTON DE ARAUJO BARRETO FILHO - ME e outros - 27.596.953/0001-10	SIM
0800087-83.2017.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Prazo de Recolhimento	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BACHIRA COMERCIO DE FRALDAS E CONFECCOES EIRELI - ME - 74.652.165/0001-84	SIM
0800135-08.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FAGUNDES PREFEITURA - 08.737.694/0001-56	SIM
0800137-75.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	HUGO DA LUZ BRASIL - EPP - 08.927.285/0001-12	SIM
0800138-60.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MINEGRAN MINERAIS E GRANITOS DO NORDESTE LTDA - 09.632.255/0001-41	SIM
0800188-23.2017.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Juntada de Certidão de Intimação	ELISABETE AZEVEDO MOURA - 917.734.314-04	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800256-41.2015.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Proferido despacho de mero expediente	NOBILENE ALVES BRAGA - 443.000.344-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800272-87.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	LETICE GUILHERME SANTOS - 070.962.914-15	SIM
0800275-42.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS -	MIBRASA MINERIOS BRASILEIRO LTDA - ME - 01.755.218/0001-19	SIM
0800290-11.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Determinado o bloqueio/penhora on line	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN -	URBANO NEIVA DANTAS - 396.501.384-04	SIM
0800292-78.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Parcelamento	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MUNICIPIO DE UMBUZEIRO - 08.869.489/0001-44	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM

0800310-75.2013.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Honorários Advocatícios e outros	Conclusos para decisão	JULIA FERREIRA DE LIMA - 715.373.684-00	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800313-88.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL -00.394.460/0216-53	LDL DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - ME - 03.030.200/0001-85	SIM
0800314-73.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Conclusos para decisão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MATEL SERVICOS ELETRICOS E TELEFONICOS EIRELI - 05.372.022/0001-04	SIM
0800453-25.2017.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	EMERSON NORONHA CARACAS ALVES e outro - 065.468.634-30	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800474-98.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	CPV HOTELARIA LTDA - ME - 13.838.629/0001-57	SIM
0800515-65.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Proferido despacho de mero expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LABOREMUS IND E COM DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - EPP - 24.104.861/0001-88	SIM
0800551-15.2014.4.05.8201	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Repetição de indébito e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MERCADINHO FARIAS LTDA - 12.919.734/0001-58	SIM
0800795-02.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DA PARAIBA	IVANILDA VIEIRA DE BRITO e outro - 203.786.104-49	SIM
0800798-54.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Baixa Definitiva	CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DA PARAIBA	LUCIA MARIA DO NASCIMENTO SILVA - ME - 03.326.218/0001-29	SIM
0800811-24.2016.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MURILO LINS DO NASCIMENTO - 035.526.754-34	AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS - 00.000.000/0003-38	SIM
0800848-80.2018.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Expedição de CND e outros	Juntada de Certidão de Intimação	RONNIE VIEIRA FREIRE - 102.014.364-93	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800876-48.2018.4.05.8201	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CONSTRUTORA MARILLAC LTDA - 12.731.675/0001-90	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800878-18.2018.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias	Conclusos para julgamento	MINERACAO BOA VISTA LTDA e outro - 05.621.860/0001-66	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0800891-17.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	GRAFICA E EDITORA AGENDA LTDA - EPP - 00.676.136/0001-16	SIM
0800973-19.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	ELIANA LOURENCO DA SILVA - 025.554.724-28	SIM
0800990-55.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	IVANDRO RODRIGUES MEDEIROS - 060.701.074-62	SIM
0801073-37.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Nota Fiscal ou Fatura	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AMARAL - MINERACAO LTDA - EPP e outro - 04.946.066/0002-00	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB e outro -	SIM
0801203-90.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ADRIANA FERREIRA DINIZ - ME - 03.478.839/0001-28	SIM

0801205-60.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ALUIZIO VICENTE DE MELO - 03.573.186/0001-66	SIM
0801207-30.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SILVANA VALESCA PIMENTEL GAMA PEREIRA - 03.885.540/0001-98	SIM
0801210-82.2018.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	PRAISE REPRESENTACOES LTDA - ME - 04.100.185/0001-67	SIM
0801214-27.2015.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	MARIA GRACIETE FARIAS FALCONI DE CARVALHO - 018.370.944-62	SIM
0801282-06.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	EUCLIDES ALVES DE ARAUJO e outros -451.102.044-20	SIM
0801323-70.2017.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOSE BUARQUE DE GUSMAO NETO - 539.248.518-91	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0801468-63.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA	WENDEL BESERRA DA SILVA - 036.395.544-50	SIM
0801486-84.2016.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Determinado o bloqueio/penhora on line	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO -	SORAIDE DINIZ COSTA CADETE - 586.426.334-68	SIM
0803252-41.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa e outros	Juntada de Certidão	JOSE FERNANDO PEREIRA DE LIMA e outro - 752.189.924-53	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB e outro -	SIM
0803253-26.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Retido na fonte e outros	Juntada de Certidão	MARIA DO CARMO DE AGUIAR MAIA - 047.447.244-26	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL e outro -	SIM
0803254-11.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	Exclusão - ICMS	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BRITAMIX BRITAMENTOS LTDA - EPP -	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803264-55.2017.4.05.8201	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Anulação de Débito Fiscal	Expedição de expediente	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803268-92.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0803277-54.2017.4.05.8201	PROCEDIMENTO COMUM	1/3 de férias e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS FARIAS LTDA - 12.731.535/0001-11	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SIM
0803288-83.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	OZANETE FERREIRA DE LIMA - 272.631.854-15	SIM

0803335-57.2017.4.05.8201	MANDADO DE SEGURANÇA	Exclusão - ICMS e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	GUSTAVO C BARBOSA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP - 16.367.819/0001-21	DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB e outro -	SIM
0803411-81.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Conclusos para decisão	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	ARCONCIO PEREIRA DA SILVA NETO - 010.565.454-02	SIM
0803413-51.2017.4.05.8201	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	COMERCIAL DE RACOES PORTO LTDA - ME - 24.290.355/0001-20	SIM

### 6.10.10. Correição anterior e autoinspeção

As determinações da Correição anterior constam no item 7.10.12 do relatório da Corregedoria, e foram as seguintes:

- "1. Demora na conclusão;"
- "2. Demora no proferimento de despacho;"
- "3. Despacho em inspeção sem precisar data;" - já foi devidamente corrigido nas duas últimas inspeções, realizadas em 2017 e 2018.
- "4. Ausência de controle de decurso de prazo de prescrição;" - Atualmente a 10ª vara apresenta um controle rigoroso no arquivo provisório (que envolve os processos suspensos por parcelamento, suspensos com base no art. 40 da lei 6.830 e os arquivados sem baixa), ajustado com datas finais, indicando dia e ano de vencimento, sob a supervisão de um servidor responsável pela gestão.
- "5. Demora no cumprimento de despacho / ato ordinatório / decisão;"
- "6. Termo de recebimento sem identificação do servidor;" - já foi devidamente corrigido, passando a constar nos processos físicos identificação do servidor junto ao termo de recebimento.
- "7. Paralisação irregular em 36 dos processos correicionados;"

Os itens 1, 2, 5 e 7 estão sendo aprimorados dentro de uma visão ampla de gestão processual, fundados em duas premissas: divisão dos processos por dígito e estabelecimento de metas de movimentação processual;

A Inspeção anual ordinária da 10ª vara foi realizada no período de 16 a 20/04/2018, em que foram inspecionados 4.166 processos, um patamar que englobou 100% dos processos ativos (excluídos os suspensos e arquivados sem baixa) na vara, representando 40,5% do acervo processual da unidade.

A inspeção sobre a totalidade dos processos ativos reflete algo inédito na unidade, e traduz uma oportunidade de aprimorar a gestão processual, observando os gargalos e equívocos, e levando a uma reflexão sobre qual a melhor rotina de

trabalho a ser executada na busca de um processo mais célere e efetivo.

A nova gestão da 10ª Vara Federal teve início há pouco menos de 01 ano, com a lotação na Vara da Juíza Titular da unidade, a Dra. Emanuela Mendonça Santos Brito. De maneira gradativa, iniciaram-se algumas mudanças estruturais na forma de organizar uma vara de Execução Fiscal.

A primeira grande mudança consistiu na definição de um NOVO PROCEDIMENTO EXECUTIVO, adequado à realidade de um vara de execuções fiscais, com utilização de despachos complexos/padronizados e descentralização no uso dos sistemas judiciais (como Bacenjud/Renajud) pelos servidores, demonstrando um procedimento previsível em que processo deve seguir, inclusive delimitando até onde o juízo seria capaz de ir na tentativa de obter o crédito ora cobrado. Sendo assim, o procedimento atual em curso na unidade tem início, meio e “fim”, e essa previsibilidade contribui para aproximar as partes da realidade dos autos na busca de uma solução mais adequada.

A segunda mudança foi aprofundar ainda mais a ideia de DIVISÃO DOS FEITOS POR DÍGITO, gerando, de imediato, maior proximidade do servidor com o processo e, por consequência, maior otimização do trabalho, já que o servidor passa a ter pleno conhecimento sobre os atos ocorridos em determinado processo. Com exceção de alguns setores que necessitam de uma atuação mais especializada, como o de controle do arquivo provisório e o setor de leilão, toda unidade está organizada por dígito, tanto na secretaria como na assessoria.

Encerrando as mudanças, foram estabelecidas as metas de produtividade do servidor, seja da secretaria ou assessoria, com base no critério de movimentação processual, sendo intituladas de METAS DE PRODUTIVIDADE POR MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL. A consolidação dessas metas está umbilicalmente relacionada à melhoria das rotinas cartorárias, aperfeiçoando a gestão do dígito e aumentando sensivelmente a produtividade do servidor.

Com essas medidas, foram obtidos os seguintes resultados: - estabilização do acervo da unidade; - Redução significativa na quantidade de processos ativos (excluídos os arquivados sem baixa e suspensos), de 4.931 processos em junho/2017 para 3.204 em abril/2018 (redução de 35%), atualmente 67,80% do acervo da unidade encontra-se suspenso ou arquivado sem baixa (7.038 processos).

Um dado sintomático que reflete o trabalho que vem sendo feito na unidade pode ser averiguado no quantitativo de bloqueios de numerários na 10ª Vara num período de junho/2017 a maio/2018, num comparativo com outras unidades jurisdicionais da Seção Judiciária da Paraíba.

Na mesma linha, no ano de 2017, foram arquivados (baixados) 1.754 processos, número superior ao quantitativo de feitos distribuídos (1.605 processos), o que acarretou a taxa de congestionamento negativa (-8,49%). Ademais, no mesmo período, foram proferidas 1.430 sentenças.

Após a última inspeção realizada na 10ª Vara, e considerando a determinação do Egrégio Tribunal Regional da 5ª Região de digitalização dos feitos físicos, por meio da Resolução nº 3/2018, somada aos diversos benefícios que o processo eletrônico proporciona à gestão processual da unidade, iniciou-se o processo de DIGITALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS ATIVOS PARA SISTEMA PJE.

Pelo planejamento estabelecido pela Juíza Titular da unidade e considerando o acervo de aproximadamente de 2.000 processos a serem digitalizados, foi definido um cronograma de atividades até 03/08/2018, totalizando 15 semanas, e a formação de duas equipes para cumprir tal finalidade. A primeira equipe, formada por 7 (sete) servidores, responsável pela identificação do processo apto a ser digitalizado (com preenchimento obrigatório de um *check list*) e a digitalização propriamente dita. Já a segunda, integrada por 04 (quatro) servidores, realiza a migração dos processos digitalizados para sistema PJe, observando o devido cadastramento das partes/advogados.

Por tal motivo, em razão da situação excepcional explanada, o trabalho cartorário de processos físicos está sendo direcionado exclusivamente para esse fim, ressalvada a movimentação/cumprimento nos feitos físicos em situações excepcionais ou urgentes.

Em conclusão, o processo eletrônico é, neste momento, a prioridade da unidade. Até o início de agosto/2018, o processo eletrônico será a regra, o que demanda um trabalho inicial de preparar as bases para transição da vara a essa nova realidade. Além do mais, diante das mudanças constantes no sistema PJe, com inclusão de novas ferramentas e peculiaridades próprias, surge a necessidade de aperfeiçoamento contínuo da gestão processual eletrônica com a reflexão sobre qual a melhor rotina a ser estabelecida para aquele tipo de tarefa específica, visando aumentar a produtividade do servidor e, por conseguinte, obter maior celeridade processual.

#### **6.10.11. Considerações finais**

A 10ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A unidade jurisdicional possui competência exclusiva para execuções fiscais e processos de natureza tributária. Pela sua natureza, as varas privativas de execuções fiscais apresentam peculiaridades, gerando uma dinâmica de tramitação de feitos própria, distinta daquelas encontradas em outras varas não especializadas.

É comum nas execuções fiscais ocorrerem situações em que o processo permanece muito tempo paralisado, sem que o magistrado possa impulsionar ou extinguir o feito, tais como a não localização de devedores ou de bens passíveis de constrição, interposição de embargos à execução, formalização de parcelamentos administrativos fiscais etc.

Ademais, nas execuções fiscais, com frequência, não ocorre o pagamento voluntário ou a garantia da execução, e a penhora somente pode recair sobre bem do executado que não seja protegido pelas situações legais de impenhorabilidade. Dessa forma, enquanto não garantida a execução, não se dá o termo inicial para a contagem do prazo para o oferecimento dos embargos à execução, o que também contribui para elevar a taxa de congestionamento nas execuções fiscais. O volume diferenciado de processos distribuídos às varas privativas de execuções fiscais é outro fator que impossibilita a sua comparação com as demais varas.

Cabe salientar também que, em alguns casos, as varas privativas de execuções fiscais chegam a apresentar um acervo dez vezes maior do que o das varas comuns, de forma que as rotinas típicas dessas varas não comportam certas análises que são realizadas nas varas comuns por ocasião das correições.

Há ainda um considerável acúmulo de processos suspensos na forma do art. 40 da Lei nº 6.830/1980, o qual estabelece que "o Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição". Essa situação também contribui significativamente para a alta taxa de congestionamento nas execuções fiscais.

Nessa linha, observa-se que boa parte das execuções fiscais permanece durante anos suspensas e/ou arquivadas sem baixa na distribuição, pela não localização do próprio devedor ou de bens necessários à garantia da execução e posterior pagamento da dívida. Isso dificulta sobremaneira que a unidade jurisdicional apresente um melhor desempenho.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Alguns feitos sem movimentação processual.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 10ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

## **6.11. 11ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MONTEIRO/PB**

### **6.11.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 11ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011/2009 c/c a Resolução nº 102/2010 - CJF e instalada pela Resolução nº 21/2010 - TRF5 c/c o Ato nº 302/2010 - TRF5, atualmente localizada na Av. Parque das Águas, nº 75 Bairro Centro - CEP 58500-000, Monteiro - PB.

Dentro de sua jurisdição, a 11ª Vara Federal detém competência Comum (Civil e Criminal) com Juizado Especial Federal Adjunto.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h, dividindo-se os servidores em 2 turmas, para cumprimento da jornada de 7h diárias.

### **6.11.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 11ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado; b) 18 servidores efetivos, sendo: 05 analistas judiciários - área judiciária, 02 analistas judiciários - área de execução de mandados, 01 analista judiciário - área administrativa, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte; c) 02 servidores requisitados.

#### **6.11.2.1. Juiz federal titular**

O Juiz Federal Titular da 11ª Vara, Dr. Rodrigo Maia da Fonte, exerce a magistratura desde 15/01/2014, atuando na 11ª Vara Federal desde 01/03/2016.

Nos últimos 24 meses, o(a) magistrado esteve afastado(a), em razão de:

Férias:

02 a 31/05/2016 - Port. 414/2015CR;

19/09 a 16/10/2016 - Port. 226 e 324/2016CR;

02 a 03/03/2017 - PA2452/2016;

17/04 a 01/05/2018 - PA 2452/2016 e 131/2017;

24/07 a 07/08/2017 - Port. 131/2017-CR;

15/02/ a 04/03/2018 - Port. 09 e 68/2018-CR

Licenças:

06 a 09/12/2016 - Afastamento sem prejuízo de jurisdição - ECG10610.0758/2016-06;

14 a 21/07/2017 - Afastamento por motivo de casamento - PA 0006243-37.2017.4.05.7000;

07 a 10/09/2017 - Afastamento p/ participar de encontro entidade de classe PA0008259-61.2017.4.05.7000;

24 a 26/04/2018 - Afastamento sem prejuízo de jurisdição - PA0003440-47.2018.4.05.7000

Período total de afastamento (em meses e dias): 04 meses e 07 dias

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

### 6.11.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 11ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução*	Área de formação
Fábio Lucena de Andrade	Agente de Segurança Judiciária	FC-05 Apoyo Judiciário	Superior	Gestão de Recursos humanos e pós-graduação em Direito Previdenciário
José Carlos Santos Filho	Agente de Segurança Judiciária	FC-04 Supervisor Assistente do Setor de Publicação	Superior	Geografia, especialização em Direito Previdenciário
João Paulo de Meneses Paiva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-04 Supervisor Assistente/ Gabinete	Superior	Direito
Alessandra Gadelha Ribeiro de Barros Araújo	Analista Judiciária	FC-05 Supervisor da Seção de Feitos Cíveis	Superior	Direito
Elenice Suassuna Vieira	Analista Judiciária	FC-04 Supervisora Assistente da Seção de Apoio Administrativo	Superior	Direito

Illo Henrique de Lima Lopes	Analista Judiciário	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior	Direito
Anderson Ricardo Macêdo Aguiar	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-04 Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto	Superior	Direito
Tiago Pereira de Souza	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Federal	Superior	Direito
Fábio Farias de Almeida	Técnico Judiciário	_____	Superior	Filosofia
José Janailson Alves	Técnico Judiciário	FC-04 Setor de Processamento de Feitos Criminais e de Execução Penal	Superior	Ciências Contábeis
George Elton Lucena Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-05 Supervisor da Seção de Processamento de Feitos dos Juizados	Superior	Ciências Biológicas
Helena Isabel Pinto Alves	Analista Judiciária	FC-02 Auxiliar Especializado / Gabinete do Diretor de Secretaria	Superior	Direito
Thiago Lucena de Meneses Paiva	Técnico Judiciário - Área Administrativa	_____	Superior	Direito
Tiago Cruz Córdula	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	_____	Superior	Direito
Eliézia de Fátima Xavier	Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal	_____	Superior	Direito
Edwiges Kelly de Menezes Maciel	Técnico Judiciário - Área Administrativa	_____	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 11ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Uma servidora (Rosineide Sales da Silva) à disposição da Direção do Foro, na 2ª Vara, onde exerce a função comissionada de Supervisor Assistente / Gabinete do Juiz Federal Substituto da 2ª Vara.

Dezesseis servidores ocupantes de cargo efetivo na Subseção Judiciária de Monteiro, sendo 14 lotados na área judiciária e 02 na área administrativa da Subseção Judiciária de Monteiro.

Todavia, existem dois cargos ocupados por servidores à disposição de outras subseções: 1) um servidor analista judiciário (área administrativa) - WALBER HENRIQUE CHAGAS MARTINS foi removido pelo SINAR para SJ/MG, vindo da mesma Seção (SJ/MG) uma servidora analista judiciária, área administrativa (KELSILENE LISBOA MONTEIRO LISBOA - curso Superior- Economia), também removida pelo SINAR, para a Subseção de Monteiro em 2014. A servidora exerce atualmente a função comissionada Supervisora da Seção de Apoio Administrativo (SAAMT) - FC 05; 2) uma servidora Analista Judiciária, área judiciária, (Rosineide Sales da Silva) está à disposição da Direção do Foro, na 2ª VFPB.

Há dois servidores requisitados: um servidor requisitado para exercer o cargo em comissão de Diretor de Secretaria (CJ 03) - Órgão de Origem -TRF/5ª Região (Kátia Rosana Couto Soares - superior - Direito); e um servidor requisitado, (Ângelo Costa Jordão de Vasconcelos) - vinculado à Prefeitura de Igarassu, como procurador municipal, superior - Direito - exercendo a função de Supervisor Assistente / Setor de Processamento de Execuções - FC - 04.

Existe uma servidora à disposição da Direção do Foro e um servidor analista judiciário (área administrativa) foi removido pelo SINAR para SJ/MG.

### **6.11.2.3. Estagiários**

Há 03 vagas previstas para unidade, estando 03 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria.

### **6.11.3. Organização da 11ª Vara Federal**

Dentre os servidores da 11ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 08 no gabinete.

#### **6.11.3.1. Secretaria**

A organização da Secretaria é controlada pela Direção da vara, sob a orientação do Magistrado.

Em se tratando de vara de competência mista, existe Juizado Especial Federal (JEF), onde atuam 02 servidores no setor da secretaria; há também 01 servidor que é

responsável por todas as publicações da 11ª Vara, por acompanhar o magistrado durante as audiências, promover a gestão da segurança e dar suporte na área de informática; há ainda 01 servidora que responde pelo setor Administrativo; por fim, existem 03 servidores que atuam no Setor Cível/Fiscal (com divisão das atividades por dígitos) e 01 servidor responsável pelo Setor Penal da unidade.

Todos os servidores podem ser deslocados para substituir onde houver necessidade.

Os sistemas já estabelecem as prioridades legais, a exemplo de processos com tutelas de urgência ou nos casos de idosos, sendo analisados com a máxima brevidade. Além desses, são priorizados os processos de meta 2 e 4 do CNJ, controlados por meio de planilhas em cada setor na Secretaria, alimentada com prioridade mensal, para que se tenha prioridade no julgamento.

Conforme já relatado, o controle é feito segundo a própria disposição no sistema, que indica as prioridades, principalmente no sistema Creta, que lista os processos com prioridades. Ressalta-se, entretanto, que a questão tem relevância esmorecida na atual realidade da 11ª vara, uma vez que, à época, só existiam 42 (19 - PJe + 23 - Creta) processos conclusos, todos com menos de 30 dias, restando desnecessário controles específicos, além daqueles oferecidos pelos sistemas.

Adotado o controle de processos por meio de relatórios mensais com o acervo e distribuição de processos na vara e planilhas de controle de processos conclusos e produtividade dos servidores da assessoria.

#### **6.11.3.2. Gabinete do juiz federal titular**

Na Assessoria estão lotados cinco servidores, com a distribuição de processos por dígitos (cada um fica responsável pelos processos que terminam em dois dos dígitos - 1 e 2; 3 e 4; 5 e 6; 7 e 8; 9 e 0) nos sistemas TEBAS e PJe. No JEF (Sistema CRETA), estão lotados três servidores, dois com os processos rotineiros (também dividindo em dígitos) e um com processos considerados "especiais".

#### **6.11.4. Participação do juiz federal em reuniões com a equipe da 11ª Vara Federal**

O magistrado costuma reunir-se com os servidores, para promover: avaliação periódica do desempenho da vara; orientações que possibilitem o aprimoramento das atividades cartorárias; estabelecimento de metas e; esclarecimento imediato de dúvidas, na busca de uma maior celeridade processual.

#### **6.11.5. Planejamento das atividades da 11ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

SETOR CÍVEL/FISCAL - As atividades na Seção envolvem a análise e conclusão dos autos e cumprimento e expedição de documentos. O controle dos prazos é realizado diariamente, evitando paralisações por mais de trinta dias. A atuação é flexível, priorizando a chegada de petições, atendimentos, e necessidade de se realizar análises/cumprimentos imediatos em processos com prioridades. As atividades são planejadas de acordo com a demanda, de modo a analisar a inicial e dar andamento mais célere possível aos cumprimentos de despachos/decisões.

SETOR PENAL - As atividades são organizadas pela ordem cronológica, exceto nos casos de prioridade e urgência, tais como, réus presos, audiências com data de realização próxima, cumprimento de sentença, etc. Sempre buscando a maior celeridade possível ao processo.

JEF - Em atenção aos princípios norteadores do rito dos JEF's, e a elevada quantidade de processos distribuídos mensalmente, o Juízo da 11ª Vara regulamentou os procedimentos a serem adotados por meio da Portaria nº 03/2016, buscando a celeridade exigida, viabilizando a movimentação/andamento dos processos imediata, ou, não sendo possível, em período que não exceda trinta dias. Observa-se, ainda, a quantidade de processos em tramitação, de modo a reduzir o acervo mensalmente.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. Para a Secretaria, movimentação dos processos com, no máximo 15 dias. Na Assessoria do JEF - Creta, elaboração de 100 minutas/ servidor, e 30 minutas dos casos "especiais", que demandam maior atenção por conta da complexidade. Na Assessoria dos sistemas PJe e TEBAS, 20 sentenças/mês, para cada assessor. Quando não existirem quantitativos suficientes, priorizar a qualidade, de modo a reduzir o número de correções e o tempo de conclusão.

São elaborados relatórios mensais, a partir de informações fornecidas pelos três sistemas (CRETA, TEBAS e PJe), visando acompanhar a quantidade de processos distribuídos e arquivados, de modo a diminuir o quantitativo de feitos em tramitação e evitar processos sem movimentação por mais de trinta dias.

#### **6.11.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

Em Monteiro não há Defensoria Pública da União na Subseção de Monteiro, de modo que o atendimento limita-se à utilização de e-mail ou telefone. Quanto aos membros do Ministério Público, advogados, e partes, são atendidos na Secretaria, por um servidor responsável pelo atendimento, em escala de plantão diário nos períodos manhã e tarde.

As partes, advogados e membros do Ministério Público são atendidos no balcão pelos servidores da Secretaria, ou pela Direção, quando o caso exigir.

O magistrado atende de imediato, de acordo com sua disponibilidade, ou por meio de marcação de horário, quando mais conveniente para a parte.

#### **6.11.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação na Vara (excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados), da competência do Juiz Titular: 970 processos no Creta; 16 processos TEBAS e 289 no PJe (dados levantados 23/05/2018). Não existe Juiz Substituto.

A relação processo/servidor é de 79,69 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (1.275) e o número de servidores em atuação na serventia (16), informados no formulário de gestão.

Na fase de conhecimento (exceto penal), havia: 922 processos no CRETA (consulta em 22/05/2018) e 80 no PJe.

Na fase de execução (cumprimento de sentença), havia: 30 processos em trâmite no CRETA (22/05/2018) e 45 processos PJe, totalizando 45 feitos.

Processos de execução (exceto penal): 106 processos.

Ações penais: 42 ações penais.

Processos de execução penal: 4 Execuções Penais

Número de processos sobrestado/suspensão: 153 processos. Motivo:

PJE - PENAL	
04 (quatro) Execuções Penais	Aguardando cumprimento da pena
01 (uma) Ação Penal	Transação Penal
01 (uma) Ação Penal	Sursis Processual

TEBAS - PENAL	
02 (duas) Ações Penais	Parcelamento tributário
01 (uma) Ação Penal	Aguardando captura
02 (duas) Execuções Penais	Aguardando captura
06 (seis) Ações Penais	ART. 366, CPP
01 (uma) Ação Penal	Réu não encontrado para cumprimento da pena
05 (cinco) Execuções Penais	Aguardando cumprimento da pena
03 (três) Ações Penais	Sursis Processual

CÍVEL - PJE	
32 (trinta e dois)	ART. 40, LEF
17 (dezesete)	ART. 921, CPC

51 (cinquenta e um)	ART. 922, CPC
02 (dois)	Aguardando julgamento de Ação Rescisória
14 (catorze)	Aguardando julgamento de Ação Principal
01 (um)	Aguardando julgamento de Agravo
09 (nove)	Aguardando pagamento de RPV/PRECATÓRIO
01 (um)	Aguardando julgamento de IRDR

Não houve extravio de processos, nem restauração de autos nos últimos 24 meses.

Não há processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição, excluindo as audiências de conciliação do JEF: 2016 - 123 audiências realizadas; 2017 - 390 audiências realizadas; 2018 - 119 audiências realizadas.

A última Correição foi realizada no período de 07 a 17/06/2016, a partir desta data, foram realizadas duas inspeções na 11ª Vara Federal: uma no período de 03 a 07/04/2017 e outra no período de 07 a 11/05/2018.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 1.886 audiências (520 em 2016; 1096 em 2017; 270 até abr/2018)

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 69 audiências. Sendo: 2016 - 4 adiadas e 02 canceladas; 2017 - 24 adiadas e 07 canceladas; 2018 - 28 adiadas + 03 canceladas. Por diversas razões, tais como: alteração da agenda do magistrado, quando indicado para participar de treinamento; solicitações dos causídicos, com justificativas de outras audiências marcadas anteriormente, ou problemas de saúde da parte; Carta Precatória com data designada para audiência, sem que tenha sido localizado o réu em tempo hábil.

Houve remarcação das audiências adiadas ou canceladas, na maioria delas, sempre que necessário. Em alguns casos, como por exemplo, tendo a parte apontado que não haveria possibilidade de conciliação, requerendo dispensa da audiência já designada, houve o cancelamento sem remarcação de nova data.

#### **6.11.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

No ano corrente (considerando até abril - último mês com fechamento dos relatórios), foram distribuídos 1076 processos e julgados 925, o que evidencia o não cumprimento da meta até o momento, mas com grandes possibilidades de cumprimento no decorrer do ano em curso. Em 2017 foram distribuídos 3353

processos e julgados 3600.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

No Tebas: não existem processos sem julgamento com distribuição até 2014.

No PJe: apenas os seguintes processos encontravam-se pendentes de julgamento: 0800261-97.2014.4.05.8201 - audiência designada para o dia 23/08/2018; 0800141-48.2014.4.05.8203 - manifestação sobre laudo complementar; 0006941-71.2013.4.05.8200 - Razões Finais; 0000112-70.2010.4.05.8203 - Execução Fiscal - Redirecionamento - localização de bens; 0000042-48.2013.4.05.8203 - Execução Fiscal - Redirecionamento - Citação dos sócios; 0000022-91.2012.4.05.8203 - Execução Fiscal - Irregularidade no parcelamento - Prosseguimento da execução; 0000018-25.2010.4.05.8203 - Suspensão do Leilão; 0000050-93.2011.4.05.8203 - Execução Fiscal; 0000068-12.2014.4.05.8203 - Execução Fiscal; 0000071-69.2011.4.05.8203 - Execução Fiscal; 0000020-58.2011.4.05.8203- Execução Fiscal.

No JEF, nenhum processo pendente de julgamento. Meta cumprida integralmente em relação ao JEF.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

O percentual médio das conciliações na 11ª VFPB, nos últimos 24 meses tem sido de 17,56%, o que comprova o alcance da meta.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Apenas as seguintes ações (Improbidades e Penais) encontram-se pendentes de julgamento: 0001434-05.2008.4.05.8201 - Aguardando designação de audiência; 0800261-97.2014.4.05.8201 (redistribuído) - audiência designada para o dia 23/08/2018; 0006941-71.2013.4.05.8200 (redistribuído) - concluso para sentença; 0000853-02.2013.4.05.8205 - concluso para sentença; 0000864-31.2013.4.05.8205- concluso para sentença.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Existem 10 processos ajuizados e 11 processos baixados.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não existem ações coletivas pendentes de julgamento na 11ª VFPB.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos**

**criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Foram baixados 12 processos criminais e distribuídos 11 processos no período de 01/01/2018 a 24/05/2018 (PJe). Foram julgados 03 processos (ação penal) e distribuídas 03 novas ações penais (PJe). Foram julgados 04 processos (ação penal) e nenhuma nova ação distribuída no TEBAS.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Só existe uma ação penal (0001434-05.2008.4.05.8201) vinculada a crime de improbidade administrativa, pendente de julgamento. A ação não tramitava originalmente na 11ª Vara.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Sim.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões.**

Sim.

**6.11.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 77 processos do JEF (Sistema Creta). Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 26 processos.

Não havia processos físicos na vara por ocasião da correição.

**6.11.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

**6.11.9.1.1. Processos eletrônicos dos Sistemas Creta e PJE**

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

<b>Observação</b>	<b>Nr. Processo</b>	<b>Complemento</b>
Outros	<a href="#">0502736-88.2017.4.05.8203</a>	Ausência alteração classe processual.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0500788-87.2012.4.05.8203</a>	
	<a href="#">0500874-58.2012.4.05.8203</a>	
	<a href="#">0500963-</a>	

<a href="#">81.2012.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500596- 86.2014.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500980- 49.2014.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500276- 02.2015.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501346- 54.2015.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501982- 20.2015.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500114- 70.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500255- 89.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500277- 50.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500557- 21.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500815- 31.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501113- 23.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501356- 64.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501680- 54.2016.4.05.8203</a>	
<a href="#">0508854- 89.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506722- 56.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500167- 17.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500227- 87.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500276- 31.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500683- 37.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500995- 13.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500999- 50.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501003- 87.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501024- 63.2017.4.05.8203</a>	

<a href="#">0501286-13.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501519-10.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501546-90.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501637-83.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501732-16.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501780-72.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501789-34.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501839-60.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0501935-75.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502011-02.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502098-55.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502200-77.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502374-86.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502472-71.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502493-47.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502597-39.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502621-67.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502633-81.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502641-58.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502737-73.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502779-25.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502807-90.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502821-74.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502829-</a>	

<a href="#">51.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502831- 21.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502836- 43.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502841- 65.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502844- 20.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502854- 64.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502856- 34.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502872- 85.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500029- 16.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500038- 75.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500039- 60.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500044- 82.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500049- 07.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500052- 59.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500054- 29.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500064- 73.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500067- 28.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500069- 95.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500070- 80.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500090- 71.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500596- 47.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500685- 70.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500741- 06.2018.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500779- 18.2018.4.05.8203</a>	

	<a href="#">0500838-06.2018.4.05.8203</a>	
	<a href="#">0501048-57.2018.4.05.8203</a>	
	<a href="#">0501175-92.2018.4.05.8203</a>	
<b>Total de Ocorrências: 76</b>		

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
<b>PROCESSO EM ORDEM</b>						
0000116-39.2012.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Recolhimento e Tratamento de Lixo	Juntada de Certidão de Intimação	SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MEIO AMBIENTE e outro - 08.329.849/0001-15	MUNICIPIO DE MONTEIRO - 09.073.628/0001-91	SIM
0000864-31.2013.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Juntada de Apelação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE DE ANCHIETA ANASTACIO RODRIGUES DE LIMA e outros - 576.363.624-49	SIM
0000881-67.2013.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA		Juntada de Renúncia de Mandato	MUNICIPIO DE LIVRAMENTO - PB e outro -	JOSE DE ANCHIETA ANASTACIO RODRIGUES DE LIMA e outros - 576.363.624-49	SIM
0000891-14.2013.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Equilíbrio Financeiro	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LIVRAMENTO PREFEITURA e outro - 08.738.916/0001-55	JOSE DE ARIMATEIA ANASTACIO RODRIGUES DE LIMA e outros - 477.324.314-72	SIM
0006941-71.2013.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Prorrogação	Juntada de Apelação	SAO JOAO DO TIGRE PREFEITURA e outro - 09.074.592/0001-60	JOÃO VIANEY CORREIA e outros -	SIM
0800027-75.2015.4.05.8203	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6)	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	LUIZ GONZAGA DE ARAUJO - 463.900.497-49	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800029-74.2017.4.05.8203	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE GILDEILSON MARCELINO JACINTO e outros - 058.502.424-30	SIM
0800039-89.2015.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	INACIO AMARO DOS SANTOS FILHO e outro - 335.357.951-68	SIM
0800059-12.2017.4.05.8203	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GENECI EMIDIO DE SOUZA - 855.529.924-15	SIM
0800071-26.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARLENE BEZERRA DA SILVA FEITOSA e outros - 251.297.594-00	SIM
0800074-44.2018.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão de Intimação	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	JORDAO PEREIRA DA SILVA - ME - 00.571.908/0001-55	SIM
0800080-51.2018.4.05.8203	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Crimes da Lei de licitações e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	PASCOAL ADRIANO ANASTACIO RODRIGUES DE LIMA e outros - 922.313.814-00	SIM
0800094-69.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE e outro - 03.085.239/0001-08	FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO - 089.346.734-00	SIM

0800115-50.2014.4.05.8203	DESAPROPRIAÇÃO	Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941	Baixa Definitiva	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	INSTITUTO DE TERRAS E PLANEJAMENTO AGRICOLA DO ESTADO DA PARAIBA INTERPA/PB e outros - 09.370.990/0001-24	SIM
0800116-93.2018.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Fornecimento de Medicamentos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	município de sumé e outros - 08.874.935/0001-09	SIM
0800117-78.2018.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e outro - 03.085.239/0001-08	IRIS DE CEU DE SOUSA HENRIQUE -075.646.878-78	SIM
0800128-10.2018.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Controle Social e Conselhos de Saúde	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	MUNICÍPIO DE MONTEIRO - 09.073.628/0001-91	SIM
0800130-48.2016.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	E P A CONSTRUCOES LTDA - ME e outros - 07.539.080/0001-05	SIM
0800179-55.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA CONSTRULAR LTDA - ME e outros - 06.182.755/0001-30	SIM
0800200-65.2016.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SAO JOAO DO TIGRE PREFEITURA - 09.074.592/0001-60	SIM
0800202-98.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para decisão	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE e outro - 03.085.239/0001-08	CAMAT CONSTRUTORA LTDA e outros - 05.463.105/0001-09	SIM
0800232-36.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUZINETTE TEIXEIRA LOPES - 134.589.304-34	SIM
0800239-28.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	DIANA PEREIRA DE SOUSA TERCO e outros - 011.918.844-90	SIM
0800243-65.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CARMELITA ESTEVAO VENTURA SOUSA - 509.695.524-91	SIM
0800259-19.2017.4.05.8203	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BERNARDO VIDAL DOMINGUES DOS SANTOS - 048.937.674-61	SIM
0800266-11.2017.4.05.8203	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LUCIA DE FATIMA FERREIRA DINIZ - ME - 04.978.415/0001-95	SIM
0800302-53.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE TECNICOS EM RADIOLOGIA 16 REGIAO - 00.000.000/0006-83	município de sumé - 08.874.935/0001-09	SIM
0800308-60.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Proferido despacho de mero expediente	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outros - 00.378.257/0001-81	ALEXANDRO DE ARAUJO SILVA e outros - 789.356.794-53	SIM
0800351-94.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA MW FITNESS - null	SIM
0800374-40.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BERNARDES SANTOS PAIVA DANTAS e outros - 007.938.434-05	SIM
0800401-23.2017.4.05.8203	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Apropriação indébita	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RUBENS XAVIER DOS SANTOS - 034.028.024-73	SIM
0800413-37.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EDVALDO FERREIRA e outros - 059.069.324-70	SIM

0800436-80.2017.4.05.8203	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Prestação de Contas e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE AMPARO - 01.612.473/0001-02	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	SIM
---------------------------	--------------------	------------------------------	----------------------------------	--	--	-----

#### **6.11.10. Correição anterior e autoinspeção**

A Vara informou que não foram encaminhadas determinações específicas na Correição anterior, razão pela qual o quesito resta prejudicado.

Após a última autoinspeção foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara. A meta de redução do acervo (1200 processos) e diminuição do número dos processos de meta 2, o que foi alcançado em dez/2017, exceto os processos remetidos pelo TRF após a realização da inspeção, ou processos que, por alguma razão, não foram realizados a instrução, por questões atinentes aos próprios demandados ou ao MPF.

#### **6.11.11. Considerações finais**

A 11ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, verifica-se que os processos tramitam de forma bastante regular, não tendo sido detectada qualquer ocorrência de natureza negativa que inviabilize a prestação jurisdicional e o bom funcionamento da unidade.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 11ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

### **6.12. 12ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GUARABIRA/PB**

#### **6.12.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 12ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e instalada pela Resolução nº 102/2010 – CJF e Resolução nº 25/2011-TRF5, funcionando, atualmente, na rua Augusto de Almeida, 258 Bairro Novo, Guarabira – PB.

Dentro de sua jurisdição, a 12ª Vara Federal detém competência Comum com Juizado Especial Federal Adjunto.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.12.2. Corpo funcional – juiz federal e servidores

A 12ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 Magistrado Titular; b) 18 servidores efetivos (05 analistas judiciários/ área judiciária, 01 analista judiciário/área administrativa, 02 oficiais de justiça avaliadores, 08 técnicos judiciários e 02 técnicos judiciários/área de segurança e transporte); 01 cargo de Diretor; Não há servidores requisitados. Em atividade na Vara, há 16 servidores.

#### 6.12.2.1. Juiz federal titular

O Juiz Federal Titular da 12ª Vara, Dr. Tércius Gondim Maia, exerce a magistratura desde 01/2007, atuando na 12ª Vara Federal desde 19/06/2017.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de Férias: de 18/07/2016 a 16/08/2016, de 16/01/2017 a 14/02/2017 e de 10/07/2017 a 08/08/2017 e de 18/06/2018 a 17/07/2018.

Período total de afastamento (em meses e dias): Quatro meses.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção judiciária.

#### 6.12.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 12ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Antonio Rodrigues Neto	Analista Judiciário	CJ-03 Diretor de Secretaria	Superior	Direito
Anderson Andrade de S. Ramalho	Técnico judiciário - agente de segurança	FC-05 Supervisor da Seção de Proc. de Feitos dos Juizados	Superior	Farmácia e Direito
Carlos Roberto da Fonseca Lima Junior	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Ciências Contábeis
Danielle Dantas Lins de A. Targino	Analista Judiciário	FC-05 Oficial de Gabinete	Superior	Direito
Diego dos Santos Bezerra	Técnico Judiciário	FC-05 Supervisor da Seção de Apoio Administrativo	Superior	Gestão financeira

Flávia Bandeira Montenegro	Técnico Judiciário	FC-02 Supervisor-Assistente	Superior	Ciências Contábeis
Girleene Rodrigues de Araújo	Técnico Judiciário	FC-05 Supervisor	Superior	Direito
Hélder Wilker do N. Gomes	Analista Judiciário	FC-05 Oficial de Gabinete	Superior	Direito
Jorge José Freire da S. Filho	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Direito e Seg. Pública
Kátia Polyana Bezerra Queiroga	Analista Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Direito
Marcelo Augusto Alves de Siqueira	Técnico judiciário - agente de segurança	GAS - Gratificação de Atividade de Segurança	Superior Incompleto	Licenciatura em física e música
Marcelo Nicolau da Costa	Analista judiciário - Área Adm.	FC-05 Supervisor	Superior	Engenharia Civil
Ricardo Fernandes de Medeiros	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Odontologia
Sergio Carneiro da Costa	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Engenharia Civil
Thiago de Oliveira L. Sobreira	Técnico Judiciário	FC-04 Supervisor-Assistente	Superior	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 12ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Atualmente existe um cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária vago desde 11/10/2017, em razão da aprovação do servidor para outro concurso.

Não existe nenhum servidor cedido para outro órgão, no entanto, há uma servidora, analista judiciária, que está em Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge desde 08/01/2018.

### **6.12.2.3. Estagiários**

Há 04 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas. Um estagiário atua no Setor Administrativo/Contadoria, outro estagiário atua na Secretaria - Juizado Especial Federal, enquanto que os outros dois estagiários atuam na assessoria.

### **6.12.3. Organização da 12ª Vara Federal**

Dentre os servidores da 12ª Vara Federal do Ceará, 09 exercem suas

atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

Em relação ao último mês fechado, maio/2018, a relação processo/nº de servidores é de 172,81, sendo 275 processos físicos do Sistema Tebas, 522 processos eletrônicos do Sistema PJe e outros 1968 processos eletrônicos do Sistema Creta, que totalizam 2765 processos em tramitação, em relação a um total de 16 servidores em atividade.

### 6.12.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

SETORES	ATIVIDADES	NOME DO SERVIDOR
Juizado Especial Federal 3 servidores	Movimentação em geral dos processos, além de expedição de requisições de pagamento.	Anderson Andrade de S. Ramalho
	Trabalhar com as pastas de perícias, análise de documentos e outros.	Flávia Bandeira Montenegro

Quanto aos processos físicos, eles ficam em local específico no cartório e em planilha no excel. Quanto aos eletrônicos, a identificação é feita no sistema e por caixas identificando a prioridade.

Quanto aos processos concluídos para julgamento, principalmente quanto aos processos com prioridades, é seguida a ordem cronológica da conclusão, exceto quanto às prioridades e urgências, uma vez que estas são analisadas imediatamente e aquelas são analisadas com prioridade sobre os demais processos, dentro do mês de conclusão.

Diariamente são consultados os processos com mais de 30 (trinta) dias sem movimentação, de modo a evitar atrasos indevidos, além de movimentados os processos de acordo com a rotina específica de cada setor e sistema. Semanalmente é feito um relatório sucinto, por setor, informando acerca da ausência de processos indevidamente paralisados e justificando os processos que eventualmente aparecerem no relatório. Mensalmente é verificado o acervo da vara nos três sistemas processuais, as entradas e saídas de processos, e analisada eventual situação que esteja fora dos parâmetros dos meses anteriores.

Processos julgados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: Total - 6876 processos. Média Mensal: 286,5 processos.

Processos distribuídos/redistribuídos (entradas) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: Total - 7890 processos. Média Mensal: 328,75 processos.

### 6.12.3.2. Gabinete do Juiz Federal

SETORES	ATIVIDADES	NOME DO SERVIDOR
Processos físicos e do PJe 3 servidores	Atuam com todos os processos do setor, dividido por dígitos.	Danielle Dantas Lins de A. Targino
		Hélder Wilker do N. Gomes
		Kátia Polyana Bezerra Queiroga
Processos do Creta 2 servidores	Atuam com todos os processos do setor, dividido por dígitos.	Girlene Rodrigues de Araújo
		Sérgio Carneiro da Costa

#### **6.12.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 12ª Vara Federal**

O Juiz Federal Titular participa direta e ativamente das reuniões com a equipe de trabalho, seja na Secretaria, no Gabinete ou com toda a equipe da 12ª Vara, sempre que entende necessário para sanar dúvidas e estabelecer procedimentos.

#### **6.12.5. Planejamento das atividades da 12ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da Vara são planejadas de acordo com a necessidade do serviço, visando o pronto atendimento das urgências, a otimização das rotinas de trabalho, a celeridade processual, o cumprimento das Metas do CNJ, o controle para evitar que processos fiquem parados indevidamente e, na medida do possível, a diminuição do acervo dos processos da Vara. Atualmente, um dos focos principais de atuação é a migração dos processos físicos para o sistema PJe. Há fixação de metas periódicas de produtividade, e ela consiste na manutenção da movimentação dos processos em até 30 dias, em todos os setores. Essa análise é feita diariamente pelos servidores e aferida semanalmente pelo Diretor de Secretaria. E, mensalmente é verificado o acervo da vara (quantidade de processos baixados e remetidos ao TRF5, em relação aos processos novos), bem como a quantidade de processos conclusos e/ou não movimentados há mais de trinta dias.

#### **6.12.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do juiz federal**

O atendimento é realizado pelo Diretor de Secretaria ou por servidor designado, seja pessoalmente, no cartório, ou mesmo por telefone e e-mail, com prioridade para que a resposta seja imediata. No Gabinete, são atendidos pelo Diretor de Secretaria para triagem e, em seguida, recebidos pelo Juiz Federal.

#### **6.12.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação na Vara: 2.765 processos em tramitação, por ocasião do preenchimento do formulário de gestão, sendo 275 processos físicos

do Sistema Tebas, 522 processos eletrônicos do Sistema PJe e outros 1.968 processos eletrônicos do Sistema Creta.

A relação processo/servidor é de 172,81 processos/servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (2.765) e o número de servidores em atividade na serventia (16), informados no formulário de gestão.

Não existiam processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise, atualmente.

Número de processos sobrestado/suspensão: 1.050 processos. Motivo: Aguardando decisão de Tribunal Superior: 61 processos; Art. 40 da Lei nº 6.830/80: 95 processos; Parcelamento do débito: 180 processos; Outros motivos diversos: 46 processos; Aguardando decisão do REsp. nº 1.381.683-PE (2013/0128946-0): 668 processos.

Nenhum processo foi extraviado nos últimos 24 meses e também não existiram processos restaurados nos últimos 24 meses.

Não existem processos com pendências junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados na data de realização deste relatório.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular - Desde julho de 2016 foram realizadas 2971 audiências, sendo 54 de processos físicos, 56 de processos eletrônicos do sistema PJe e outras 2861 de processos eletrônicos do sistema Creta. Não há Juiz Substituto.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular - Foram realizadas 2 Inspeções Judiciais Ordinárias nos últimos 24 meses (no período de 08 a 12 de maio de 2017 e no período de 07 a 11 de maio de 2018). Não há Juiz Substituto.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. Mensalmente são realizadas duas semanas de audiências de conciliação para as ações previdenciárias, que resultaram, nos últimos 24 meses, na realização de 639 acordos. Além disso, são realizadas atividades de conciliação nos processos, sempre que há possibilidade de acordo.

Foram canceladas 215 audiências nos últimos 24 meses. Motivo: o adiamento das audiências ocorre principalmente por requerimento das partes, em vista de doenças e falta de transporte, e também em razão da impossibilidade de acesso à cidade quando ocorrem protestos com bloqueio de estradas.

Todas as audiências canceladas foram remarçadas, exceto quando não há mais interesse na realização do ato.

#### **6.12.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

A 12ª Vara Federal da Paraíba desenvolve as melhores práticas processuais visando o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ. Todavia, à míngua de relatórios específicos dos sistemas processuais existentes (Tebas, PJe e BI), eventualmente é difícil de aferir se houve, ou não, o efetivo cumprimento de cada

meta, conforme especificado nos itens abaixo.

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

A 12ª Vara vem envidando esforços para o cumprimento da meta, uma vez que de janeiro a maio de 2018 tinham sido distribuídos 1331 processos (sendo 8 físicos do Tebas, 1156 virtuais do Creta e 167 virtuais do PJe) e julgados 1057 feitos (sendo 39 físicos do Tebas, 935 virtuais do Creta e 83 virtuais do PJe). Isso, sem levar em consideração o acervo de 1050 processos suspensos (sendo 145 físicos do Tebas, 708 virtuais do Creta e 197 virtuais do PJe), além de restarem incluídos no acervo da vara outros procedimentos que não são extintos por sentença (cartas precatórias, cartas de ordem, petições, autos de prisão em flagrante, pedidos de quebra etc). O Glossário de Metas do CNJ estabelece vários critérios para o aferimento da meta, tais como quais processos devem ser computados, e ainda que "por julgamento deve ser entendida a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente na instância sob análise". Os sistema Tebas e PJe não informam esses valores. Assim, apesar do esforço do Juízo para o julgamento dos processos, não existe relatório específico no sistema para afirmar o cumprimento da meta.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Quanto aos processos do Juizado, nenhum processo foi identificado na situação da Meta. Quanto aos demais processos, apesar de não existirem relatórios específicos no sistema, é possível realizar uma contagem manual dos processos distribuídos em 2013 e em 2014, analisando individualmente aqueles que ainda não foram julgados. Assim, seguindo os parâmetros Glossário de Metas do CNJ, todos os processos distribuídos em 2013 foram julgados, enquanto que dos processos distribuídos 2014, apenas a Ação Civil de Improbidade nº 0006926-05.2013.4.05.8200 (recebida no acervo da 12ª vara, por redistribuição, em 03/02/2014) ainda não foi julgada, mas já está em fase de alegações finais.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Em vista da falta de relatórios específicos nos demais sistemas, analisando somente em relação ao Juizado Especial, o sistema Creta informou que foi atingido um percentual de 14,26% em relação ao ano de 2017, com um total de 3317 processos distribuídos em relação a 473 acordos realizados, enquanto que em 2018, o percentual está em 16,27%, com um total de 1659 processos distribuídos em relação a 270 acordos realizados.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Durante a Inspeção Ordinária Anual deste ano, a Secretaria da Vara identificou todos os processos que se enquadravam na meta, para que fosse priorizada sua tramitação. Esses processos serão relacionados e mensalmente verificados, mas não existem relatórios nos sistemas que informem esse percentual de processos.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Em relação ao sistema Creta, no ano de 2018 o percentual é de 175,44% da Meta, conforme relatório do Sistema Creta. Não existem relatórios nos outros sistemas para informar esses dados, mas este Juízo prioriza as demais execuções não fiscais, orientando a Secretaria em procedimentos para que o processo atinja o seu objetivo no menor tempo possível, inclusive utilizando os sistemas Bacenjud, Renajud, Infojud, Serasajud para busca de bens e de informações sobre os executados.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não foram identificados processos em tramitação que se enquadrassem na situação.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Em relação às ações criminais, foram baixados um total de 63 processos de janeiro a maio/2018, enquanto foram distribuídos 28 processos criminais novos no mesmo período em relação a todas as classes.

Como somente as ações penais são julgadas, foram distribuídas 8 ações penais novas e julgadas 8 dessas ações de janeiro a maio/2018.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Durante a Inspeção Ordinária Anual deste ano, a Secretaria da Vara identificou todos os processos que se enquadravam na meta, para que fosse priorizada sua tramitação. Esses processos serão relacionados e mensalmente verificados, mas não existem relatórios nos sistemas que informem esse percentual de processos. Todavia, em conferência manual, não foram identificados processos relativos ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo em tramitação nesta 12ª Vara Federal.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Sim.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

A alimentação do Banco Nacional de Mandados de Prisão do CNJ (BNMP) é feita de forma regular, pois o sistema encaminha automaticamente as informações para a página da internet respectiva. Atualmente existe, concomitantemente com o

BNMP, o Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP 2.0), em que os dados têm que ser alimentados diretamente no sistema, o que também vem sendo feito regularmente pela Secretaria da Vara, além de mensalmente ser informado sobre o cumprimento da Res. 66/2009 à Corregedoria, através do processo do SEI nº 0001011-10.2018.4.05.7000.

### 6.12.9. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 12 processos físicos (Sistema Tebas); 100 processos do JEF (Sistema Creta) e, quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 64 processos.

#### 6.12.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA COBRANÇA DO CUMPRIMENTO DE MANDADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007390320124058204	Mandado expedido em 25/01/17, juntado cumprido em 04/05/17.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000241920164058204	Juntada em 10/06/16, conclusão em 22/08/16.
Execução Fiscal	00000051820134058204	De 17/03/2016 a 13/06/2016.
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00000051820134058204	De 09/11/2017 a 31/01/2018.
Execução Fiscal	00001978220124058204	De 16/08/2017 a 31/01/2018.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001978220124058204	De 07/11/2016 a 10/02/2017.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00069260520134058200	
Improbidade Administrativa	00027290920104058201	
Improbidade Administrativa	00004191620134058204	
Improbidade Administrativa	00005249020134058204	
Improbidade Administrativa	00007048920114058200	
Improbidade Administrativa	00000388320144058200	
<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00001978220124058204	Demora no cumprimento

		de despacho, de 10/02/2017 a 05/06/2017.
Execução Fiscal	00000051820134058204	Processo sem movimentação, de 05/10/2016 a 18/04/2017.
Execução Fiscal	00005988120124058204	Autos em poder da parte por tempo excessivo (abr a set/16 - fl. 273v)
Execução Fiscal	00003510320124058204	Processo remetido equivocadamente para a 5a. Vara/PB em 17/05/17, onde ficou até mar/18 (v. fls. 277v e 287/288)

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0800099-88.2017.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de Intimação	ROCHELE FERREIRA AMARANTE SANTOS e outro - 092.171.444-01	VERA LUCIA DA SILVA e outros - 049.918.414-96	SIM
Demora para a conclusão						
0800099-88.2017.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Pensão por Morte (Art. 74/9)	Juntada de Certidão de Intimação	ROCHELE FERREIRA AMARANTE SANTOS e outro - 092.171.444-01	VERA LUCIA DA SILVA e outros - 049.918.414-96	SIM
0800134-48.2017.4.05.8204	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SAMIR ALBINO DOS SANTOS - 063.307.474-82	SIM
0800239-59.2016.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ONILDO CAMARA FILHO - 675.087.744-34	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800007-76.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	JANILSON ALVES FERREIRA - 032.486.994-00	SIM
0800008-61.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	JOAO AMARAL DE OLIVEIRA JUNIOR - 818.613.544-87	SIM
0800315-49.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Comunicação Social	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE CACIMBA DE DENTRO - 08.929.648/0001-59	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800036-29.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Cota	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	SEVERINA LAURINDA DA COSTA - 645.141.884-68	SIM
0800138-22.2016.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Certidão	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	COMERCIAL DE BEBIDAS DO BREJO LTDA - 70.113.923/0001-35	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0000040-70.2016.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Redistribuição e outros	Expedição de expediente	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	UNIAO TURISMO LTDA - ME e outro - 05.257.460/0001-13	SIM
0000047-04.2012.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FERNANDO DA SILVA SANTOS e outros - 176.267.144-15	SIM
0000189-08.2012.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	FRANCISCO DE ASSIS GOIS - 600.806.394-53	SIM

0000334-59.2015.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Fiscalização e outros	Juntada de Certidão	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	LIAC. LABORATORIO INTEGRADO DE ANALISES CLINICAS LTDA - ME - 04.060.898/0001-44	SIM
0000338-67.2013.4.05.8204	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Ambiental	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT RENOVAVEIS e outro - 03.659.166/0001-02	MUNICIPIO DE BANANEIRAS -	SIM
0000426-42.2012.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Multas e demais Sanções e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	REGINALDO VICENTE DA SILVA - 807.848.447-04	SIM
0000800-92.2011.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	KATIA MARIA ANDRADE DE MIRANDA -	SIM
0000803-13.2012.4.05.8204	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Princípios Administrativos e outros	Violação aos S.J.L Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - EPP e outros - 04.966.148/0001-36	SIM
0008302-65.2009.4.05.8200	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOAO DE DEUS FERREIRA DA SILVA e outro - 836.594.478-20	SIM
0800002-88.2017.4.05.8204	MONITÓRIA	Contratos Bancários	Juntada de Apelação	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	Clayton Monteiro Barreiro de Araújo e outros - 035.946.384-30	SIM
0800009-46.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	RUTH FONTES DE MORAES - 051.467.084-36	SIM
0800039-81.2018.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE LOURDES DA SILVA - 050.418.754-64	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800041-85.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EDMILSON GOMES DE SOUZA e outro - 131.833.204-44	SIM
0800049-62.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARTA ELEONORA ARAGAO RAMALHO - 380.402.394-00	SIM
0800051-32.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ROBERTO CARLOS NUNES e outros - 568.095.904-63	SIM
0800071-62.2013.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Perdas e Danos e outros	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	A. V. A. D. S. e outros -	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	SIM
0800079-63.2018.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	MUNICIPIO DE CACIMBA DE DENTRO - 08.929.648/0001-59	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outro - 00.360.305/0001-04	SIM
0800083-37.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA GIZELIA GOMES DE SOUSA LIMA e outros - 205.301.884-49	SIM
0800085-07.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	MUNICIPIO DE BANANEIRAS e outro - 08.927.915/0001-59	EDUARDO SANTOS DE SOUZA - ME e outros - 10.559.860/0001-13	SIM
0800094-32.2018.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	EMERSON LUIS FAUSTO BEZERRA - ME - 25.970.148/0001-80	SIM
0800095-17.2018.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Certidão de Intimação	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SAÚDE FITNESS ACADEMIA - null	SIM
0800096-70.2016.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Lançamento e outros	Juntada de Certidão de Intimação	INMETRO INSTITUTO NAC DE METROL NORM E QUAL INDUSTRIAL - 00.662.270/0001-68	MUNICIPIO DE CAICARA - 09.070.624/0001-50	SIM
0800097-26.2014.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Juntada de Petição	MUNICIPIO DE RIACHAO e outro - 01.612.770/0001-58	PAULO DA CUNHA TORRES e outros - 676.728.504-82	SIM

0800115-08.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e outros	Juntada de Cota	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	SERRARIA MATIAS LTDA - ME - 13.141.996/0001-05	SIM
0800129-60.2016.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE NILTON DA SILVA e outros - 111.946.964-30	SIM
0800133-29.2018.4.05.8204	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Contrabando ou descaminho	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LUIZ MACEDO BARBOSA - 887.852.897-87	SIM
0800164-20.2016.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para julgamento	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	GENIVAL BENTO DA SILVA e outros - 237.937.674-34	SIM
0800165-34.2018.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO FERREIRA DA SILVA - 499.116.004-91	SIM
0800171-41.2018.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA	SEVERINO FABRICIO DA SILVA -005.940.648-80	SIM
0800172-94.2016.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	DIEGO QUEIROZ DA SILVA - null	SIM
0800207-20.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	EDMILSON GOMES DE SOUZA - 131.833.204-44	SIM
0800213-95.2015.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação		ROBERTO CARLOS NUNES - 568.095.904-63	SIM
0800246-51.2016.4.05.8204	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Dano ao Erário	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MAURA TARGINO MOREIRA - 007.778.214-35	SIM
0800249-06.2016.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Cota	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOSE LEONEL DE MOURA - 205.723.014-72	SIM
0800258-65.2016.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ROSANGELA FLORIPES DE LIMA e outro - 048.355.124-48	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800260-98.2017.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	WILSON JOSE VIEIRA ALVES - ME - 17.232.518/0001-53	SIM
0800313-79.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Comunicação Social	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE BANANEIRAS - 08.927.915/0001-59	SIM
0800328-48.2017.4.05.8204	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Proferido despacho de mero expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RODRIGO FREITAS LEITE e outro - 028.570.504-02	SIM
0800354-46.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Tribunal de Contas	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BELEM PREFEITURA - 08.928.517/0001-57	SIM
0800403-87.2017.4.05.8204	EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL	Ausência de Cobrança Administrativa Prévia e outros	Conclusos para despacho	JOSÉ IVANILDO ANDRÉ DA SILVA -	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	SIM
0800438-47.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	LUCIANO FERNANDO BARBOSA DE ANDRADE - 251.243.234-34	SIM
0800439-32.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Convênio	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	MUNICIPIO DE SOLANEA - 08.787.236/0001-21	SEBASTIAO ALBERTO CANDIDO DA CRUZ e outro - 622.681.984-72	SIM
0800449-76.2017.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Defeito, nulidade ou anulação	Expedição de expediente	ORLANDO MONTEIRO DE MELO - 094.810.104-06	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	SIM

0800456-68.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA e outros - 03.659.166/0001-02	EDMILSON GOMES DE SOUZA - 131.833.204-44	SIM
0800484-36.2017.4.05.8204	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Expedição de expediente	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	POSTO DE COMBUSTIVEIS PADRE CICERO LTDA - ME - 04.446.149/0001-50	SIM
0800493-95.2017.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BELEM PREFEITURA - 08.928.517/0001-57	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	SIM
0800515-56.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	ARACAGI PREFEITURA e outro - 08.778.029/0001-00	ONILDO CAMARA FILHO - 675.087.744-34	SIM
0800520-78.2017.4.05.8204	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 16ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA e outro -	ANTONIO PERGENTINO AVELINO e outro - 349.713.004-49	SIM
0800522-48.2017.4.05.8204	PROCEDIMENTO COMUM	Acidente de Trânsito	Juntada de Certidão de Intimação	RAFAEL PEDRO DA SILVA e outro - 770.686.884-20	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800581-36.2017.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	FELIX ANTONIO MENEZES DA CUNHA - 263.825.984-53	SIM
0801466-33.2015.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Contrarrazões	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ANTONIO EUSTAQUIO RESENDE TRAVASSOS e outros - 160.676.654-68	SIM
0801749-85.2017.4.05.8200	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Conclusos para decisão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ANTONIO RIBEIRO FILHO - 038.229.154-91	SIM
0802183-74.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEVERINO DO RAMO SILVA FILHO - 087.180.874-93	SIM
0805278-66.2018.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	HUMBERTO RAMALHO TRIGUEIRO MENDES e outro - 35.590.090/0001-00	SIM
0805279-51.2018.4.05.8204	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	EDMILSON GOMES DE SOUZA - 131.833.204-44	SIM
Tempo permanência com o advogado/defensor público						
0000569-65.2011.4.05.8204	DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL	Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA e outro - 07.237.373/0001-20	ANA VIRGÍNIA LINS BONIFÁCIO e outros -	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
Outros	<a href="#">0504779-85.2009.4.05.8200</a>	Ausência de acompanhamento periódico, entre 28/02/2013 e 05/06/2018, do andamento do recurso na instância superior.
	<a href="#">0502878-26.2016.4.05.8204</a>	Processo arquivado em 18/06/2018 a despeito de a petição juntada em 14/06/2018 e documentos a ela anexados (docs. 34 e 35) ainda não terem sido apreciados.
	<a href="#">0500380-20.2017.4.05.8204</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0502203-29.2017.4.05.8204</a>	Demora na cobrança/apresentação de laudo pericial (aguardando perícia em 25/10/17,

		cobrança em 21/02/18, reiteração da cobrança em 23/03/18, laudo em 10/04/18).
	<a href="#">0502413-80.2017.4.05.8204</a>	Demora na cobrança do laudo pericial/demora na apresentação de laudo (perícia designada em 30/01/18, cobrança em 09/04/18, laudo entregue em 02/05/18).
	<a href="#">0502786-14.2017.4.05.8204</a>	Demora na cobrança e na apresentação de laudo pericial (aguardando perícia em 16/11/17, cobrança em 21/02/18, laudo em 16/03/18).
<b>Total de Ocorrências: 6</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0503544-83.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0502142-13.2013.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0515251-72.2014.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0501661-16.2014.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501799-80.2014.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501915-86.2014.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501009-62.2015.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501521-45.2015.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501935-43.2015.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0502468-02.2015.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501175-60.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501181-67.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501182-52.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501183-37.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501184-22.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501186-89.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501187-74.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501189-44.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501190-29.2016.4.05.8204</a>	
	<a href="#">0501240-55.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501254-</a>		

<a href="#">39.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501271- 75.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501316- 79.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501317- 64.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501318- 49.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501319- 34.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501320- 19.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501321- 04.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502876- 56.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500276- 40.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500027- 77.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500038- 09.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500053- 75.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500062- 37.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500095- 27.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500135- 09.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500268- 51.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500273- 73.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500289- 27.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500290- 12.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500407- 03.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500479- 87.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500558- 66.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500560- 36.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500569- 95.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500680-</a>	

<a href="#">79.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500681- 64.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500682- 49.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500683- 34.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500684- 19.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500689- 41.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500691- 11.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500857- 43.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500905- 02.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500960- 50.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500975- 19.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500992- 55.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501107- 76.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501353- 72.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501466- 26.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501507- 90.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501660- 26.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501830- 95.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501843- 94.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501863- 85.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0501961- 70.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502063- 92.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502231- 94.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502249- 18.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502344- 48.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502399-</a>	

<a href="#">96.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502446-70.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502450-10.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502463-09.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502502-06.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502532-41.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502549-77.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502563-61.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502583-52.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502624-19.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502702-13.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502711-72.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502730-78.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502743-77.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502755-91.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502772-30.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502799-13.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503250-38.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503264-22.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503271-14.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503274-66.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503276-36.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503279-88.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0503280-73.2017.4.05.8204</a>	
<a href="#">0500012-74.2018.4.05.8204</a>	
<b>Total de Ocorrências: 95</b>	

#### **6.12.10. Correição anterior e autoinspeção**

Na última Correição foi determinado que houvesse mais atenção quanto a:

1. Ausência de etiqueta de prescrição em processo criminal;
2. Ausência de sumário na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e de improbidade);
3. Ausência de termo de recebimento do processo na vara;
4. Demora na conclusão;
5. Demora na juntada de expediente;
6. Demora na prolação de decisão/sentença;
7. Demora no proferimento de despacho;
8. Demora na publicação;
9. Ausência de acompanhamento do cumprimento da pena;
10. Demora no cumprimento de despacho;
11. Termo de intimação por remessa sem data;
12. Expedientes elaborados pela secretaria sem data;
13. Termo de recebimento de processo na vara manuscrito e sem matrícula e identificação do servidor;
14. Apenso sem capa e solto;
15. Termo de carga sem data e sem assinatura de recebido; e
16. Paralisação irregular em 14 dos processos correicionados.

A 12ª Vara vem envidando esforços para o cumprimento de todas as determinações.

Ao final da última Inspeção Ordinária foi determinado à Secretaria da Vara ciência do Relatório de Inspeção, para observância das providências e recomendações consignadas, bem como para especial atenção aos processos com possibilidade de expedição de precatório, para que, se possível sejam requisitados ao TRF5 antes do dia 30/06/2018.

#### **6.12.11. Considerações finais**

A 12ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 12ª Vara Federal funciona de modo adequado.

### **6.13. 13ª VARA FEDERAL -JUIZADO ESPECIAL FEDERALCÍVEL - JOÃO PESSOA/PB**

### **6.13.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 13ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e instalada pela Resolução nº 102/2010 CNJ e pela Resolução nº 02/2012 - TRF5, funcionando, atualmente, na Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Pedro Gondim, João Pessoa - PB.

Dentro de sua jurisdição, a 13ª Vara Federal detém competência de Juizado Especial Federal Cível.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.13.2. Corpo funcional - juízes federais e servidores**

A 13ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, 01 Titular e 01 Substituto; b) 19 servidores efetivos, sendo: 05 analistas judiciários - área judiciária e 02 analista judiciário - área de execução de mandados, 12 técnicos judiciários; c) servidores requisitados.

#### **6.13.2.1. Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal Titular da 13ª Vara, Dr. Emiliano Zapata de Miranda Leitão, exerce a magistratura desde 05/05/2001, atuando na 13ª Vara Federal desde 15/03/2012.

Esteve no Tribunal Regional Eleitoral, no período de 13/08/2015 a 12/08/2017, como membro titular e, a partir de então, como membro substituto. Atua como Juiz Formador, desde 05 de maio de 2015 (Portarias nº 144/2015-CR e 206/2017-CR).

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

Férias: 16/06 a 15/07/2016 (Portaria nº 119/2016-CR), 16/08 a 14/09/2017 (interrompidas nos dias 24 e 28/08/2017), 16 e 17/09/2017 (Portaria nº 284/201-CR), 16/10 a 08/11/2017 e 10 a 12/11/2017 (Portaria nº 351/2017), 26 a 28/03/2018 (PA 0010091-32.2017.4.05.7000).

Convocações: de 18/01 a 16/02/2018 para compor o TRF5 (Ato nº 562/2017-TRF5).

Período total de afastamento (em meses e dias): 120 dias.

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da

Seção Judiciária.

### 6.13.2.2. Juíza Federal Substituta

A Juíza Federal Substituta da 13ª Vara, Dra. Adriana Carneiro da Cunha Monteiro Nóbrega, exerce a magistratura desde 24/03/2011, atuando na 13ª Vara Federal desde 13/08/2014.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

Férias: 21/11 a 20/12/2016 (Portaria nº 414/2015-CR), 17/04 a 16/05/2017 (PA 2452/2016), 16/09 a 15/10/2017 (Portaria nº 252/2017-CR) e 16/04 a 15/05/2018 (PA 0010091-32.2017.4.05.7000);

Licenças: para tratamento da saúde, dias 01 a 08/06/2016 (PA nº 1346/2016);

Outras: afastamento por compensação de plantão, nos dias 01 e 04/12/2017 (PA0010672-47.2017.4.05.7000).

Período total de afastamento (em meses e dias): 04 meses e 10 dias

Substituiu na 1º Vara Federal/PB, no período de 12/09 a 11/10/2016 (Ato 573/2016-CR); Substituiu na 3º Vara Federal/PB, nos períodos de 07/01 a 07/02/2017, 16/02/2016 e 03/07 a 01/08/2017 (Atos 779/2016-CR, 95/2017-CR E 445/2017-CR); Substituiu na 10º Vara Federal/PB, nos dias 17 e 18/11/2016 (Ato 720/2016-CR); Substituiu o MM. Juiz Federal Titular da 13ª Vara Federal/PB, em seus afastamentos, nos períodos de 16/06 a 15/07/2016, 16/08 a 14/09/2017, 16/10 a 14/11/2017 e 18/01 a 16/02/2018 (Atos 198/2016-CR, 534/2017-CR, 535/2017-CR e 884/2018-CR).

A Juíza Federal Substituta reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

### 6.13.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 13ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
Carolina Alonso de Andrade	Analista Judiciário (adm.)	Supervisor-Assistente - Gab. Juiz Federal	Pós-graduação em ciências criminais	Direito
Claudiano Cirilo de Lima	Analista Judiciário (Execut. de mandados)		Pós-graduação em processo civil	Direito
Fernanda Maria Almeida Montenegro	Técnico Judiciário (adm)		Pós-graduação em direito administrativo	Fisioterapia
Giovanna	Técnico Judiciário	Supervisor Assistente	Pós-graduação	Enfermagem e

Fernandes de Oliveira	(adm)	do Setor de Cumprimento de Obrigação/Sentença	em direito administrativo e gestão pública	Direito (cursando)
Hilka Ribeiro de Holanda Carvalho	Analista Judiciário (jud.)	Supervisora Seção de Análises e Andamento Processual	Pós-graduação em processo civil	Direito
Josenildo Almeida Lira	Técnico Judiciário (st)		Pós-graduação em direito público	Direito e Ciências contábeis
Jair Rodrigues Nóbrega	Analista Judiciário (jud)		Mestrado em direito econômico	Direito
Lenise Maria Mota Schuler Norat	Analista Judiciário (jud)	Supervisor-Assistente - Gab. Juiz Federal Substituto	Pós-graduação em direito publico	Direito
Luis Felipe Honório de Azevedo	Técnico Judiciário (adm)	Supervisor-Assistente St. Agend./Controle de Audiências	Pós-graduação em direito constitucional	Direito
Maria do Socorro da Silva Barbosa	Técnico Judiciário (adm)		Pós-graduação em direito previdenciário	Direito e Administração
Max Medeiros Borges	Analista Judiciário (jud)		Pós-graduação em direito constitucional	Direito
Nádia Maria Ramos de Lima	Técnico Judiciário (adm)	Auxiliar Especializado - Gabinete do Diretor de Secretaria	Superior (Letras) Pós-graduação em direito público	Humanas
Renata de Andrade Brayner Furtado	Técnico Judiciário (adm)	Supervisor da Seção de Cumprimento e Expedição	Pós-graduação em processo civil	Direito e Engenharia Civil
Rosalynne Dantas Fernandes	Técnico Judiciário (adm)	Supervisora-Assistente do Setor de Controle de Perícias	Superior incompleto	Direito
Rosângela Rolim Ramalho	Técnico Judiciário (adm)		Superior completo	Direito
Sanmara Marques Bezerra	Técnico Judiciário (adm)	Oficial de Gabinete - Juiz Federal Substituto	Pós-graduação em ciências criminais	
Simone Barreto de Carvalho	Técnico Judiciário (adm)	Oficial de Gabinete - Juiz Federal	Pós-graduação em direito constitucional	Direito e Arquitetura
Tarcísio da Silva Viriato	Técnico Judiciário (adm)	Supervisor-Assistente do Setor Análise e Triagem Inicial	Superior incompleto	Direito
Valério Araújo de Carvalho	Analista Judiciário (Execut. de mandados)		Pós-graduação em processo civil	Direito

Como se pode deprender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 13ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Um dos analistas Judiciários - área fim - foi removido pelo SINAR, pertencente ao quadro da SJBA, cuja servidora ocupante encontrava-se de licença para tratamento da própria saúde desde maio/2017.

O Diretor de Secretaria, Hildebrando de Souza Rodrigues, é cedido pelo TRF da 5ª Região, a servidora Silvéria Rejane Costa Martins, foi removida pelo Sinar, mantendo o cargo efetivo no órgão de origem (SJBA) e o servidor João Roberto Machado Rodrigues, cedido pelo STJ para ocupar função comissionada.

Nos últimos 02 (dois) anos (junho/2016 até maio/2018), 19 (dezenove) servidores tiveram afastamentos por motivos diversos de férias, da seguinte forma: CAROLINA ALONSO DE ANDRADE (Analista Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 11/11/2016, 10 e 11/07/2017 e de licença a gestante de 31/07/2017 a 27/11/2017, prorrogada no período de 28/11/2017 até 26/01/2018; FERNANDA MARIA ALMEIDA MONTENEGRO (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 12 a 16/06/2017 e 19 a 23/06/2017 e de licença a gestante de 26/06/2017 a 23/10/2017, prorrogada no período de 24/10/2017 até 22/12/2017; GIOVANNA FERNANDES DE OLIVEIRA (Técnico Judiciário) participou do Tribunal de Juri, nos dias 29 e 30/09/2016, esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 26/08/2016, 22/11/2016, 02/06/2017, 21/08/2017 e de 02 a 19/05/2018, foi dispensada do expediente por ter trabalhado em eleição, nos dias 07 a 08/07/2016, 29/05/2017 e 24/11/2017, foi dispensada do expediente para compensação de plantão judicial, no dia 05/03/2018, e esteve de licença para capacitação no período de 06/04 a 01/05/2018; HILDEBRANDO DE SOUZA RODRIGUES (Técnico Judiciário) esteve afastado para participar de treinamento, nos dias 01, 04 e 05/12/2017, foi dispensado do expediente para compensação de plantão judicial nos dias 10, 11, 27 e 28/04/2017, 07/07/2017, 28 e 29/09/2017, 13/10/2017, e 27 e 30/04/2018, e de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 12 e 13/12/2016 e 15/12/2017; HILKA RIBEIRO DE HOLANDA CARVALHO, (Analista Judiciário) foi dispensada do expediente para compensação de plantão judicial nos dias 18 a 20/10/2017 e 15 a 16/02/2018; JAIR RODRIGUES DA NÓBREGA (Analista Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 15/02/2017 e 25 e 26/08/2017 e por falecimento de pessoa da família no período de 19 a 26/03/2018; JOSENILDO ALMEIDA LIRA (Técnico Judiciário) foi dispensado do expediente por ter trabalhado em eleição, nos dias 09 e 19/12/2016, e esteve afastado para participar de treinamento, no período de 16 a 20/10/2017 e esteve de licença para tratamento da própria saúde, no dia 20/02/2018; LENISE MARIA MOTA SCHULER NORAT (Analista Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 11 a 12/07/2016, 10/02/2017, 08 a 09/03/2017, 05 a 09/06/2017, 12 a 16/06/2017, 19 a 22/06/2017, foi dispensada do expediente para compensação de plantão judicial nos dias 19 e 19/10/2017, e de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 27 a 31/10/2017 e 26/01/2018; LUIS FELIPE HONÓRIO DE AZEVEDO (Técnico Judiciário) esteve de licença paternidade, no período de 15/06/2017 a 04/07/2017, e de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 20 a 24/04/2018 e 25 a 26/04/2018; MARIA DO SOCORRO DA SILVA BARBOSA (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde,

nos dias 11/07/2017, 16/08/2017 e 14 a 15/12/2017; MAX MEDEIROS BORGES (Analista Judiciário) esteve de licença paternidade, no período de 19/03 a 07/04/2017, esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 06 a 20/10/2016, 30/05 a 02/06/2017 e 16 a 18/04/2018; NÁDIA MARIA RAMOS DE LIMA (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, no período de 06 a 23/09/2017; RENATA DE ANDRADE BRAYNER FURTADO (Técnico Judiciário) foi dispensada do expediente para compensação de plantão judicial nos dias 11 a 12/05/2017 e 17 a 20/10/2017; ROSALYNE DANTAS FERNANDES (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos dias 24 e 25/08/2017; ROSÂNGELA ROLIM RAMALHO (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 27/06 a 01/07/201, 05 a 08/07/2016, 06/09/2016, 12 a 16/09/2016, 23 a 24/01/2017, 19 a 20/04/2017, 02 e 30/05/2017, 12 a 23/06/2017, 26 a 27/06/2017, 10 a 11/07/2017, 24 a 25/08/2017, 01/09/2017, 27 a 28/11/2017, 15 a 16/02/2018 e 17 a 20/04/2018, e de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 29/05/2017 e 09 a 11/05/2018; SANMARA MARQUES BEZERRA (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 07/10 a 05/11/2016, 12 a 26/01/2017 e 01/09/2017, de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 18/10 a 16/11/2017; foi dispensada do expediente por ter trabalhado em eleição, nos dias 28 a 29/11/2016, 01 a 02/12/2016, 05 a 07/12/2016, 09/12/2016, 12 a 16/12/2016, e 19/12/2016, e de licença por falecimento de pessoa da família, no período de 02 a 12/02/2018; SILVÉRIA REJANE COSTA MARTINS (Analista Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 01 a 04/08/2016, 14/02/2017, 08 a 22/05/2017, 23/05 a 21/06/2017, 29/06 a 13/07/2017, 27/07 a 25/08/2017, 26/08 a 24/10/2017, 25/10 a 23/12/2017, 24/12/2017 a 22/04/2018, 23/04 a 19/10/2018; SIMONE BARRETO DE CARVALHO (Técnico Judiciário) esteve de licença para tratamento da própria saúde, nos períodos de 16 a 22/06/2016, 29 a 31/03/2017, 17 a 20/04/2017, 24/04 a 08/05/2017 e 06 a 08/03/2018, de licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 15/02/2018, e foi dispensada do expediente para compensação de plantão judicial nos dias 06 a 08/11/2017; e TARCÍSIO DA SILVA VIRIATO (Técnico Judiciário) foi dispensado do expediente por ter trabalhado em eleição, nos dias 11/11/2016, 14/11/2016 e 02 a 03/03/2017.

#### **6.13.2.4. Estagiários**

Há 06 vagas previstas para unidade, estando 05 delas ocupadas. Os estagiários atuam na Secretaria da Vara e apenas um no Gabinete.

#### **6.13.3. Organização da 13ª Vara Federal**

Dentre os servidores da 13ª Vara Federal do Ceará, 11 exercem suas atribuições na secretaria e 08 no gabinete.

### 6.13.3.1. Secretaria

De acordo com a estrutura estabelecida na Resolução nº 002/2012-TRF5, a organização da Vara está definida da seguinte forma: a) Direção da Secretaria coordenada pelo servidor Hildebrando de Souza Rodrigues, a quem cabe o acompanhamento das atividades dos demais setores da Secretaria da Vara, auxiliando, também, nos serviços desenvolvidos pelos gabinetes dos Juízes; b) a Seção de Análises e Andamento Processual, supervisionada pela servidora Hilka Ribeiro de Holanda Carvalho (atualmente atuando, também, em auxílio na Assessoria dos Juízes) que conta com a assistência dos seguintes setores: b.1) Setor Análise e Triagem Inicial, sob a supervisão do servidor Tarcísio da Silva Viriato, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de naturezas diversas quanto à análise cadastral, os requisitos da petição inicial e a elaboração de minutas de despachos, decisões (liminares padrão e outras decisões padronizadas) e sentenças (estas de natureza padronizadas e/ou de extinção sem resolução do mérito), com o auxílio dos servidores Renata de Andrade Brayner Furtado e João Roberto Machado Rodrigues; b.2) Setor de Controle de Perícias, sob a supervisão da servidora Rosalyne Dantas Fernandes, com o auxílio dos servidores Tarcísio da Silva Viriato e Luis Felipe Honório de Azevedo, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de natureza previdenciária quanto à análise cadastral, os requisitos da petição inicial, o agendamento, controle e pagamento de perícias, o acompanhamento dos prazos processuais e a elaboração de minutas de despachos, decisões (decisões padronizadas) e sentenças (estas de natureza padronizadas e/ou de extinção sem resolução do mérito); b.3) Setor Agendamento e Controle de Audiências, sob a supervisão da servidora Nádia Maria Ramos de Lima, no qual se desenvolvem as atividades de controle do fluxo de entrada e encaminhamento dos processos de natureza previdenciária quanto à análise cadastral, os requisitos da petição inicial, a elaboração de pautas de audiências, o acompanhamento dos prazos processuais e a elaboração de minutas de despachos, decisões (decisões padronizadas) e sentenças (estas de homologação de acordos formalizados pelas partes no CEJUSC ou através de petição apresentada nos autos e de extinção sem resolução do mérito), com o auxílio do servidor Max Medeiros Borges ao(s) Juiz(es) na realização de audiências e, também, na homologação de acordos formalizados pelas partes no CEJUSC; e c) a Seção de Cumprimento e Expedição supervisionada pela servidora Renata de Andrade Brayner Furtado que, também, auxilia no Setor de Análise e Triagem Inicial e conta com a colaboração dos servidores, Rosângela Rolim Ramalho, Josenildo Almeida Lira e Maria do Socorro da Silva Barbosa, no qual se desenvolvem as atividades de controle dos prazos processuais, triagem dos processos recebidos da Turma Recursal, expedição de requisições de pagamentos, ofícios, mandados e cartas, atendimento as partes e advogados, e a elaboração de minutas de despachos, decisões (decisões padronizadas) e sentenças (estas de extinção sem resolução do mérito).

Não obstante as atribuições de cada setor, há sempre o auxílio entre um e outro, quando necessário, de modo a manter o equilíbrio das atividades desenvolvidas pela Secretaria da Vara.

Os processos são divididos dentro do Sistema Eletrônico de Movimentação e Acompanhamento Processual - Creta por Seção/Setor e dentro deste por tipo de atividades, tramitando em separado aqueles que requererem uma atenção especial (urgências/prioridades). Essas divisões são realizadas através de pastas criadas no Creta, para as quais são movimentados os processos de acordo com o tipo/natureza da atividade a ser neles desenvolvida, havendo subdivisões dessas pastas de acordo com o fluxograma de tramitação processual (fases sucessivas de movimentação processual) e, também, pastas específicas para aquelas providências/atividades de natureza urgente, visando estas a melhor identificação dos processos que necessitam de maior celeridade e/ou atenção no seu fluxo de tramitação processual (por exemplo, processos com apreciação de tutela antecipada postergada, processos relativos a tratamento de saúde/fornecimento de medicamentos, e outros que tenham urgência em sua tramitação). Ressalte-se, ainda, que o Sistema Creta classifica os processos dentro de cada subpasta por ordem de prioridade, de acordo com as especificações definidas no cadastro de cada processo (prioridades legais - idade, portador de deficiência - e, também, prioridade por pedido de tutela de urgência), e, depois, pela ordem de antiguidade de chegada do processo na pasta respectiva. É realizado, ainda, o controle dos processos com prazos expirados, através de ferramenta específica do sistema Creta que direciona os processos para pasta própria.

Os processos são divididos por tipo de conclusão (sentença/decisão/despacho) e subdivididos por matérias, havendo, também, destaque para os processos de natureza urgente que tramitam em separado (em pastas próprias).

Em face da grande preponderância numérica de processos de natureza previdenciária (algo em torno de 80% do volume de processos conclusos para sentença/decisão) e, dentre estes, de processos que demandam análise fática (e, portanto, trabalho de estudo e preparação de minutas de caráter mais individualizado), foi estabelecida uma divisão de trabalho pela qual a servidora Sanmara Marques Bezerra fica, em caráter prioritário e preferencial, responsável pelos processos das matérias não previdenciárias (com o auxílio dos servidores Jair Rodrigues da Nóbrega e Hilka Ribeiro de Holanda Carvalho), excetuando-se, apenas, as decisões e tutelas antecipadas, as quais são distribuídas entre todos os servidores de Assessoria (visando dar maior celeridade na sua apreciação e permitir contato deles, também, como matérias distintas daquelas nas quais atuam de forma preferencial).

Os demais servidores de Gabinete acima especificados atuam, preferencial e prioritariamente, nas matérias de cunho previdenciário, tendo havido, no transcorrer do tempo, variação nas submatérias afeitas a cada um deles. Em face do grande volume de processos por incapacidade (previdenciários e assistenciais), as servidoras Lenise Maria Mota Schuler Norat, Giovanna Fernandes de Oliveira e Fernanda Maria Almeida Montenegro atuam, prioritariamente, com estes, sem prejuízo do auxílio, também, nessas submatérias dos demais servidores atuantes nas matérias previdenciárias, sobretudo na tarefa de correção de minutas elaboradas pelo estagiário (um) que auxilia na matéria previdenciária.

Atualmente, vem sendo adotado o critério de análise por matérias (previdenciário e matérias não previdenciárias) e de ordenação cronológica por data de conclusão. Trabalha-se com os processos de conclusão mais antiga em cada matéria/submatéria (guiando-se pelo relatório de processos pendentes de sentença existente no Creta), buscando encurtar o período de manutenção dos processos conclusos para julgamento. Além disso, em relação àquelas matérias (não previdenciárias) que permitem sentenciamento de forma mais padronizada e repetitiva, busca-se, também, a sua priorização mensal, visando reduzir o acervo total de processos conclusos para sentença da Vara.

Quanto aos processos urgentes, seja pela natureza da providência (como é o caso daqueles de fornecimento de medicamentos/tratamento de saúde) seja pela pendência do exame de tutela antecipada seja, ainda, por peculiaridades percebidas em sua tramitação (anotadas no campo observação do Creta - visível apenas internamente) ou por pedido justificados de prioridade das partes/advogados, seu julgamento é priorizado independentemente dos critérios acima estabelecidos, sendo tramitados em pastas próprias do Creta no Gabinete.

O controle do acervo de processos é feito através:

I - da visualização do painel geral da Vara no Creta, inclusive, do subpainel relativo a processos sem movimentação por fase há mais de 30 dias;

II - das revisões diárias/semanais das pastas em que tramitam esses processos, com o auxílio dos relatórios extraídos do Creta, visando encurtamento dos prazos de tramitação processual (como será abaixo explicitado no item 3.12);

III - e das planilhas elaboradas manualmente pela Direção de Secretaria da Vara para acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas mensalmente.

#### **6.13.3.2. Gabinetes dos Juízes Federais**

A assessoria desenvolve trabalho em conjunto, atuando de forma simultânea nos gabinetes do Juiz Federal Titular e da Juíza Federal Substituta, contando com os seguintes servidores: 02 (dois) Oficiais de Gabinete, Sanmara Marques Bezerra e Simone Barreto de Carvalho; 02 (dois) Supervisores assistentes, Carolina Alonso de Andrade e Lenise Maria Mota Schuler Norat; e mais 04 (quatro) servidores: Jair Rodrigues da Nóbrega, Giovanna Fernandes de Oliveira, Fernanda Maria Almeida Montenegro e Silvéria Rejane Costa Martins, esta atualmente afastada de licença para tratamento da própria saúde, desde maio/2017 e, agora, a partir de maio/2018, com o auxílio da servidora Hilka Ribeiro de Holanda Carvalho, Supervisora da Seção de Análises e Andamento Processual.

#### **6.13.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 13ª Vara Federal**

Os Juízes realizam, continuamente, reuniões (atendimentos) setoriais e/ou

individualizadas com o Diretor de Secretaria e com os servidores da Vara com o objetivo esclarecer dúvidas e/ou definir/melhorar as rotinas de trabalho visando ao aperfeiçoamento contínuo das atividades da Vara. São preferidas as reuniões (atendimentos) setoriais e/ou individualizadas por permitirem contato mais aprofundado com os problemas e necessidades de cada setor e melhor orientação das atividades destes, sendo as reuniões com todo o grupo de servidores da Vara realizadas uma vez por mês para definição e/ou avaliação das metas de trabalhos definidas e orientações gerais sobre outras questões que precisam ser debatidas de forma mais ampla, relativas a todo o trabalho da Vara.

A política de trabalho adotada pelos Juízes Federais é a de “portas abertas”, através da qual as portas de seus gabinetes estão, sempre, fisicamente abertas, e é estimulado o contato direto dos servidores com eles para esclarecimento de dúvidas e/ou orientações, sendo idêntica política adotada pelo Diretor de Secretaria.

#### **6.13.5. Planejamento das atividades da 13ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

As atividades da Vara são planejadas de forma estratificada:

I - é estimulado que os responsáveis por cada setor busquem o estabelecimento de metodologias de trabalho e/ou metas próprias com a finalidade de acelerar o trâmite processual e torná-lo mais homogêneo (em relação à totalidade dos feitos em trâmite em cada setor);

II - e as formas de trabalho e metas são estabelecidas de forma conjunta entre Juízes, Diretor de Secretaria e servidores responsáveis por cada setor, buscando-se o acompanhamento contínuo das necessidades de cada setor e, inclusive, o auxílio mútuo com a finalidade de melhor dividir a força de trabalho e contribuir para a maior uniformidade no cumprimento das metas e da celeridade na tramitação processual.

É relevante mencionar, em relação aos Gabinetes dos Juízes, especificamente quanto ao volume de processos conclusos para julgamento, que a aceleração do ritmo de tramitação processual na Secretaria, no segundo semestre de 2017, em especial o aumento no volume de perícias realizadas que passou de uma média mensal de 355 para 591 perícias/mês, quando comparado ao período de janeiro a junho/2017, resultante do, também, crescente volume de processos distribuídos, que passou de uma média mensal de 673 processos no ano de 2016 para 810 processos em 2017, passando essa média, neste ano, de janeiro a maio/2018, para o patamar de 836 processos/mês, aliada ao afastamento de 02 (duas) servidoras da assessoria dos Juízes em licença-maternidade, seguida de férias, entre junho/2017 a fevereiro/2018, e 01 (uma) outra que se encontra de licença para tratamento da própria saúde, desde maio/2017, reduzindo a força de trabalho da assessoria, de 08 para 05 servidores, por um longo período, ao que se acrescentam, ainda, outras licenças para tratamento de saúde própria e de pessoa da família de outros assessores e os períodos de férias dos

demais assessores não afastados, com redução, assim, ainda maior da força de trabalho da assessoria em alguns períodos desse intervalo temporal, impactou sensivelmente no quantitativo de processos carregados à conclusão para sentença, demandando mudanças na estratégia das atividades dos Gabinetes, se tornando necessário maior empenho dos servidores que ali atuam, bem como o ajuste das metas mensais, e, a partir de maio/2018, passou a contar com o auxílio de mais um servidor vindo da Secretaria e com a absorção por esta de algumas atividades anteriormente direcionada aos gabinetes, a exemplo das sentenças homologatórias de acordos propostos pelas partes.

Outro fator que vem se mostrando favorável ao aprimoramento dos trabalhos da Vara, bem assim na melhoria da qualidade de vida dos servidores, foi a implementação do trabalho à distância (teletrabalho), a partir de janeiro/2016. É notório o grau de satisfação dos servidores e visível o avanço dos resultados alcançados que, mesmo com os problemas enfrentados, acima narrados, tem mantido os mesmos índices de produtividade de quando a Vara se encontrava com o quadro de servidores completo.

É de ressaltar-se, por fim, que a metodologia de planejamento das atividades da Vara está focada no binômio “eficiência das atividades – qualidade de vida no ambiente de trabalho”, buscando a realização daquele primeiro objetivo dentro de uma sistemática de estabelecimento de metas e mútuo auxílio entre os diversos setores/servidores da Vara que contribua para um clima harmonioso e para um ambiente de trabalho equilibrado, saudável e acolhedor, vocacionado à plena realização, também, das expectativas e necessidades individuais (boa qualidade de vida) dos servidores.

Como já antecipado parcialmente há fixação de metas periódicas de produtividade, estabelecidas sob os seguintes critérios:

- as metas de produtividade de Gabinete estão vinculadas ao enfrentamento cronológico dos processos conclusos em ordem de antiguidade, com a ressalva dos processos urgentes e, nas matérias não previdenciárias, os repetitivos e padronizados, como explicitado no item 3.8 acima, sendo mensalmente fixadas de forma variável de acordo com o estado dos relatórios de conclusos (buscando, sempre, encurtar o período de conclusão dos processos), bem como diminuir o acervo de processos conclusos em relação ao início do mês;

- quanto às metas de produtividade de Secretaria, conforme referido no item 3.11, acima, têm elas o duplo objetivo de equacionar as deficiências setoriais de pessoal e reduzir o tempo de tramitação processual, visando à redução mensal do acervo total da Vara em relação ao mês anterior, o que tem se tornado cada vez mais difícil, em face do aumento significativo do volume de processos distribuídos que passou de uma média mensal de 673 processos no ano de 2016 para 810 processos em 2017, sendo elevada essa média, neste ano, de janeiro a maio/2018, para o patamar de 836 processos/mês;

Os resultados são avaliados continuamente, a cada semana ou quinzena, com

base nos dados estatísticos, a fim de se aferir o avanço no cumprimento das metas estabelecidas, reavaliar as rotinas de trabalhos e redefinir as estratégias, se necessário, sendo procedidas reuniões entre os Juízes e o Diretor de Secretaria e entre este e os demais servidores. Nessas reuniões, embora possa ocorrer (como na reunião mensal de Gabinete da Vara e na reunião geral de Secretaria e Gabinete) a participação dos Juízes Federais, tem-se optado pela sua não ocorrência como regra, para estimular um estabelecimento de metas de forma mais livre e independente pelos servidores, o qual poderia ser impactado negativamente quanto à abertura da discussão pela participação direta do Juiz Federal (que participa indiretamente das reuniões em função da prévia reunião e discussão com o Diretor de Secretaria e a avaliação posterior do resultado das reuniões com este, bem como dos contatos individuais com os servidores dos diversos setores antes e posteriormente à fixação das metas mensais).

#### **6.13.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais**

O atendimento da Vara é feito por alguns Servidores, em alternância, na Secretaria da Vara e, quando necessário, pelo Diretor de Secretaria ou pelos Magistrados, conforme o caso.

Em regra, não há atendimento no Gabinete, sendo todos encaminhados ao Diretor de Secretaria da Vara e, quando necessário, por este, aos Magistrados.

#### **6.13.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Considerando os dados estatísticos do dia 18/06/2018 (boletim estatístico tipo 1) a Vara tinha em tramitação ajustada à época 9.531 (nove mil, quinhentos e trinta e um) processos e mais 111 (cento e onze) suspensos, totalizando 9.642 (nove mil seiscentos e quarenta e dois) processos. Esse relatório não permite individualizar os processos de competência do Juiz Titular e do Substituto, separadamente, o que é possível através do relatório de processos em andamento, porém este não identifica a tramitação ajustada.

De acordo com os dados do relatório de processos em andamento, a 13ª Vara tinha em tramitação em 18/06/2018:

Juiz Titular: 4.792 (quatro mil, setecentos e noventa e dois) processos.

Juiz Substituto: 4.850 (quatro mil oitocentos e cinquenta) processos.

A relação processo/servidor é de 453,86 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (9.531) e o número de servidores em atuação na serventia

(21), informados no formulário de gestão.

Na fase de conhecimento (exceto penal), atualmente, havia 4.622 feitos vinculados ao Magistrado Titular e 4.647 à Juíza Substituta.

Na fase de execução (cumprimento de sentença), atualmente: Juiz Titular: Execução de Título Judicial, 110; Juiz Substituto: Execução de Título Judicial, 114.

Processos de execução (exceto penal), atualmente: Juiz Titular 60, Juiz Substituto: 89.

Número de processos sobrestado/suspensão: 111 (cento e onze).

Motivo do sobrestamento/suspensão e quantos processos por cada motivo:

Secretaria / Sobrestado / Agravo de Instrumento	65	Secretaria / Sobrestado / Aguardando decisão em outro processo - 313, V, CPC/2015	6
Secretaria / Sobrestado / Diárias - isonomia Magistratura/MP - Repercussão Geral - RE n.º 968.646	2	Secretaria / Sobrestado / Extensão - Art. 45 da Lei n.º 8.213 - Recurso Repetitivo - STJ ProAfR no RESP n.º 1.648.305/RS	7
Secretaria / Sobrestado / Fase de execução	5	Secretaria / Sobrestado / Licença-prêmio - isonomia Magistratura/MP - Repercussão Geral - RE n.º 1.059.466-AL	4
Secretaria / Sobrestado / Plano Collor	21	Secretaria / Sobrestado / Suscitado conflito de competência	1

Número de processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados: 06 (seis) processos na seção de contadoria para elaboração de cálculos diversos (dados do painel geral em 18/06/2018).

Painel Geral			
Quantidade de Processos por Setor (56.077) (Clique na quantidade para detalhar)			
Arquivo	46.502	Assessoria-Decisão	14
Assessoria-Sentença	1.506	Cejusc	205
Diretoria	4	Juiz	127
Seção de Análise Inicial	526	Seção de Audiências	429
Seção de Cálculos	6	Seção de Cumprimento	126
Seção de Execução	195	Seção de Perícias	4.256
Seção de Registros e Distribuição	1	Seção de RPV-Precatório	462
Secretaria	1.718		

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses: Juiz Titular - 1.504 (um mil quinhentas e quatro) audiências; Juiz Substituto: 1.283 (um mil duzentas e oitenta e três) audiências.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses: Juiz Titular - 02 inspeções (20 a 24/03/2017 e 21 a 25/05/2018); Juiz Substituto - 02 inspeções (20 a 24/03/2017 e 21 a 25/05/2018).

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses. No período compreendido entre 01/06/2016 a 31/05/2018 foram realizadas 2.391 audiência de conciliação.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses. No período compreendido entre 01/06/2016 a 31/05/2018 foram canceladas 453 audiências, entre instrução e conciliação. Motivo: os adiamentos das audiências se deram em face da necessidade de ajustamento de algumas pautas, sendo elas remarçadas para as datas mais próximas possível. Os cancelamentos ocorreram por motivos diversos vinculados à tramitação processual.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, sempre que necessário, foram efetuadas as remarcações para as datas mais próximas possível.

Processos julgados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses (total e média mensal): Total: 15.336 processos; Média Mensal: 639 processos.

Processos distribuídos/redistribuídos (entradas) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses (total e média mensal): Total: 18.990 processos; Média Mensal: 791,25 processos

#### **6.13.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Conforme já mencionado no item 3.12, essa meta tem se tornado cada vez mais difícil em face do aumento significativo do volume de processos distribuídos que passou de uma média mensal de 673 processos no ano de 2016 para 810 processos em 2017, sendo elevada essa média, neste ano, de janeiro a maio/2018, para o patamar de 836 processos/mês, aliado à quantidade de afastamento de servidores em licenças diversas, por tempo mais prolongado, em especial na assessoria dos Juízes, como já relatado acima. Ainda assim o relatório do CRETA demonstra que falta pouco para o seu cumprimento.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Os poucos processos distribuídos e ainda não sentenciados nos anos de 2014 (415 processos) e 2015 (85 processos) referem-se a processos que se encontravam suspensos até meados do mês de maio/2018, aguardando julgamento do STJ no Recurso Repetitivo - REsp nº 1.381.683, versando sobre atualização do FGTS com a substituição da TR pelo INPC/IPCA-E, cuja tramitação já foi retomada e deverão estar todos julgados antes do prazo fixado nessa meta.

##### **Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Conforme dados levantados no Relatório da Inspeção Ordinária anual 2018, realizada no período de 21 a 25/05/2018, foram realizadas entre o término da

inspeção passada e o da atual, ou seja, de 24/03/2017 até 25/05/2018, um total de 1.926 acordos em audiências de instrução e julgamento e de conciliação, o que representa um percentual de 16,7% (dezesesseis vírgula sete por cento) dos processos distribuídos no mesmo período (11.530 processos distribuídos).

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Sem informação no formulário de gestão.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

Prejudicado (Vara de Juizado Especial Federal Cível).

**6.13.9. Processos selecionados para correição**

Foram correicionados 150 processos do JEF (Sistema Creta).

### 6.13.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

#### 6.13.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
-Lapso temporal entre a remessa à Assessoria e a prolação de despacho/decisão/ato ordinatório	<a href="#">0506531-48.2016.4.05.8200</a>	04/08/17 a 01/12/17.
	<a href="#">0509155-70.2016.4.05.8200</a>	07/12/16 a 14/03/17.
	<a href="#">0515580-16.2016.4.05.8200</a>	13/09/17 a 11/01/18.
	<a href="#">0500041-73.2017.4.05.8200</a>	28/08/17 a 18/01/18.
<b>Total de Ocorrências: 4</b>		
-Lapso temporal verificado entre a distribuição e a prolação de despacho inicial / decisão liminar	<a href="#">0506812-04.2016.4.05.8200</a>	Entre 23/06/2016 e 15/09/2016.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal verificado entre a remessa à Assessoria e a prolação de sentença	<a href="#">0507122-10.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da sentença de 17/06/2018, já que a conclusão se deu em 04/12/2017.
	<a href="#">0509155-70.2016.4.05.8200</a>	Concluso desde 19/03/18.
	<a href="#">0509491-74.2016.4.05.8200</a>	17/11/17 a 16/06/18.
	<a href="#">0515573-24.2016.4.05.8200</a>	Concluso desde 12/12/17
	<a href="#">0515964-76.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da sentença de 13/06/2018, já que a conclusão se deu em 30/01/2018.
	<a href="#">0500006-16.2017.4.05.8200</a>	Concluso desde 01/03/18.
<b>Total de Ocorrências: 6</b>		
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0501404-32.2016.4.05.8200</a>	Entre 29/07/2016 e 04/11/2016; entre 27/04/2017 e 21/11/2017.
	<a href="#">0502292-98.2016.4.05.8200</a>	Demora na conclusão (petição em 06/10/17, prazo expirado em 11/11/17, conclusão em 16/02/18)
	<a href="#">0506531-48.2016.4.05.8200</a>	Paralisado desde 21/02/18.
	<a href="#">0507428-76.2016.4.05.8200</a>	Desde o decurso de prazo, em 11/04/18.
	<a href="#">0508795-38.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de despacho - de 21/07/17 a 21/11/17 - docs. 59 e 60. Processo paralisado desde 07/03/18 - doc. 62.
	<a href="#">0509430-19.2016.4.05.8200</a>	- 22/05/17 a 30/08/17 - 30/01/18 a 18/04/18.
	<a href="#">0509660-61.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso para sentença em 20/11/2017 e sentença prolatada em 16/06/2018.
	<a href="#">0500006-16.2017.4.05.8200</a>	06/06/17 a 19/10/17.
<b>Total de Ocorrências: 8</b>		
Outros	<a href="#">0507369-</a>	Demora na apreciação de petição, de 17.10.2017 a

<a href="#">69.2008.4.05.8200</a>	19.04.2018.
<a href="#">0507806-13.2008.4.05.8200</a>	Feito sem movimentação na Secretaria da Vara no período ulterior a 11/12/2017, ocasião em que se juntou petição ainda não examinada até o momento.
<a href="#">0507812-73.2015.4.05.8200</a>	Demora para a prolação do despacho de 14/01/2016, já que em 13/10/2015 foi feita conclusão.
<a href="#">0514532-56.2015.4.05.8200</a>	Lapso entre a conclusão de 13/09/2016 e a prolação de despacho em 04/01/2017; idem entre 22/06/2017 e 27/02/2018.
<a href="#">0500320-93.2016.4.05.8200</a>	Conclusão em 09/12/2016 e despacho datado de 02/03/2017.
<a href="#">0501404-32.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso para sentença desde 02/02/2018. Lapso temporal verificado entre a distribuição e o comando de aditamento da inicial entre 23/02/2016 e 06/05/2016.
<a href="#">0501618-23.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir sentença, desde 26.02.2018.
<a href="#">0502058-19.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso para sentença desde 26/03/2018.
<a href="#">0502292-98.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 16/02/18, ainda sem sentença)
<a href="#">0502958-02.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 28/11/17, ainda sem sentença- demora excessiva)
<a href="#">0504316-02.2016.4.05.8200</a>	Demora na conclusão (petição em 08/02/18, conclusos em 25/04/18)
<a href="#">0505426-36.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação de despacho (concluso desde 24/02/2017, despacho de 18/05/2017 E conclusos em 21/07/17, despacho em 19/01/18) Demora para a prolação de sentença (conclusos desde 12/03/2018)
<a href="#">0505805-74.2016.4.05.8200</a>	Conclusão em 28/06/2017 e despacho proferido em 16/10/2017; processo concluso para sentença desde 26/03/2018.
<a href="#">0506102-81.2016.4.05.8200</a>	Lapso temporal entre a conclusão datada de 29/07/2016 e despacho de 16/10/2016; demora na apreciação da petição datada de 17/05/2017 e despacho proferido em 10/10/2017; demora na conclusão para sentença.
<a href="#">0506259-54.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso em 19/12/2016 e despacho proferido em 02/03/2017; idem entre 18/06/2017 e 19/09/2017.
<a href="#">0506501-13.2016.4.05.8200</a>	Lapso entre a conclusão datada de 17/07/2017 e a decisão de 26/02/2018.
<a href="#">0506753-16.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação do despacho de 31/07/2017, já que a conclusão se deu em 29/03/2017. Outrossim, demora para a prolação da sentença, vez que a conclusão se deu em 15/12/2017.
<a href="#">0506999-12.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir sentença, desde 23.03.2018.
<a href="#">0507064-07.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação da sentença (conclusos em 22/11/17, sentença em 14/06/18 - demora excessiva).
<a href="#">0507122-10.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação do despacho de 14/03/2017, já que a conclusão, de fato, se deu em 11/11/2016. Demora, outrossim, para a prolação do despacho de 26/09/2017, vez que o feito estava na assessoria desde 30/05/2017.
<a href="#">0507260-74.2016.4.05.8200</a>	Petições diversas não apreciadas desde 14/09/2017.
<a href="#">0507283-</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde

<a href="#">20.2016.4.05.8200</a>	20/02/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0507586-34.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir a sentença de 19/06/2018, o que se aguardou desde 20/11/2017.
<a href="#">0507834-97.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, desde 20/02/2018.
<a href="#">0507853-06.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 20/03/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0507927-60.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 06/12/17, ainda sem sentença).
<a href="#">0508187-40.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos em 06/12/17, sentença em 11/06/18 - demora excessiva).
<a href="#">0508337-21.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos em 09/11/17, sentença em 11/06/18- demora excessiva).
<a href="#">0508395-24.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação da sentença de 14/06/2018, já que a conclusão se deu em 24/11/2017.
<a href="#">0508465-41.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir sentença, desde 01/12/2017.
<a href="#">0508606-60.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, desde 20/02/2018.
<a href="#">0508626-51.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir sentença, desde 09/04/2018.
<a href="#">0508683-69.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 12/12/17, ainda sem sentença-demora excessiva).
<a href="#">0508925-28.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da sentença de 18/06/2018, já que a conclusão se deu em 14/11/2017.
<a href="#">0508970-32.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, desde 24.01.2018.
<a href="#">0509043-04.2016.4.05.8200</a>	autos conclusos para sentença desde 18/12/2017.
<a href="#">0509302-96.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação de sentença, o que se aguarda desde 06/12/2017.
<a href="#">0509444-03.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 09/02/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0509860-68.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 26/03/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0509976-74.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de despacho/sentença(conclusos em 29/03/17, despacho em 19/07/17 E conclusos em 17/10/17, sentença em 17/06/18 - demora excessiva).
<a href="#">0509991-43.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos em 14/11/17, sentença em 14/06/18 demora excessiva).
<a href="#">0509996-65.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação de sentença, o que se aguarda de 13/04/2017 até o momento.
<a href="#">0510080-66.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos em 28/11/17, sentença em 18/06/18- demora excessiva).
<a href="#">0510172-44.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 11/12/17, ainda sem sentença- demora excessiva).
<a href="#">0510266-89.2016.4.05.8200</a>	Demora para proferir sentença, desde 05.02.2018.
<a href="#">0515573-24.2016.4.05.8200</a>	Demora na conclusão - 16/09/17 a 12/12/17.
<a href="#">0515576-76.2016.4.05.8200</a>	Demora na entrega de laudo e ausência de cobrança (aguardando perícia em 28/06/17, laudo entregue em 08/10/17) E demora na prolação de sentença (conclusos em 29/11/17, sentença em 16/05/18).
<a href="#">0515651-</a>	Demora na prolação de despacho/sentença (conclusos

<a href="#">18.2016.4.05.8200</a>	em 04/04/17, despacho em 19/07/17/conclusos em 02/02/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0515693-67.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 20/02/18, ainda sem sentença).
<a href="#">0515729-12.2016.4.05.8200</a>	Feito sem movimentação desde 19/12/2017 e indevido lançamento de fase Seção de Perícias em período ulterior a este, já que nesta data se cumpriu o despacho de 14/12/2017, no qual se determinou simplesmente a juntada de perícia administrativa.
<a href="#">0515755-10.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da decisão inicial em 09/03/2017, considerada a distribuição em 26/12/2016.
<a href="#">0515761-17.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, de 23/10/2017 a 25/05/2018.
<a href="#">0515767-24.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da sentença de 16/05/2018, já que a conclusão se deu em 19/10/2017.
<a href="#">0515775-98.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da sentença de 14/06/2018, já que a conclusão se deu em 17/11/2017.
<a href="#">0515777-68.2016.4.05.8200</a>	Demora na conclusão (contestação em 19/05/17, conclusão/despacho em 10/08/17 e petição em 06/12/17, prazo expirado em 31/01/18, conclusos em 24/04/18).
<a href="#">0515810-58.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, desde 06/12/2017.
<a href="#">0515817-50.2016.4.05.8200</a>	Demora para a prolação de sentença, o que se aguarda desde 01/03/2018.
<a href="#">0515890-22.2016.4.05.8200</a>	Demora na expedição de laudo pericial (aguardando perícia em 17/05/15, cobrança em 15/08/17, laudo em 22/08/17) E demora na prolação de despacho (conclusos em 16/10/17, despacho em 16/04/18)
<a href="#">0515894-59.2016.4.05.8200</a>	Demora na conclusão (petição juntada em 05/02/18, conclusos em 13/06/18).
<a href="#">0515924-94.2016.4.05.8200</a>	Ausência alteração classe processual.
<a href="#">0515964-76.2016.4.05.8200</a>	Indevido lançamento de fase Seção de Perícias em período ulterior a 19/08/2017, já que nesta data a perícia judicial foi juntada aos autos e que a situação pendente se referia à mera juntada de peças pela autarquia previdenciária.
<a href="#">0500020-97.2017.4.05.8200</a>	Demora para a prolação da decisão de 04/04/2017, já que a conclusão se deu em 19/01/2017.
<a href="#">0500055-57.2017.4.05.8200</a>	Demora para a prolação do despacho de 15/06/2018, já que a conclusão, de fato, se deu em 20/11/2017.
<a href="#">0500058-12.2017.4.05.8200</a>	Demora para prolação de sentença, desde 14/11/2017.
<a href="#">0500100-61.2017.4.05.8200</a>	Autos conclusos para sentença desde 13/03/2018.
<a href="#">0500102-31.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação da sentença (conclusos desde 02/02/18 - último movimento)
<a href="#">0500146-50.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de despacho (conclusos em 22/08/17, despacho em 11/01/18)
<a href="#">0500235-73.2017.4.05.8200</a>	Demora na cobrança de laudo - 10/08/17 a 28/11/17 - demora na entrega do laudo 10/08/17 a 26/04/18
<a href="#">0500242-65.2017.4.05.8200</a>	Autos conclusos para sentença desde 27/02/2018.
<a href="#">0500253-94.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença, de 26/10/2017 a 16/05/2018.

	<a href="#">0500260-86.2017.4.05.8200</a>	Lapso entre a conclusão datada de 09/11/2017 e a prolação da sentença em 16/05/2018.
	<a href="#">0500265-11.2017.4.05.8200</a>	Processo concluso para sentença desde 11/12/2017.
	<a href="#">0500277-25.2017.4.05.8200</a>	Demora para prolação de sentença, desde 25/01/2018.
	<a href="#">0518593-86.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de sentença (conclusos desde 20/03/18 ainda sem sentença)
<b>Total de Ocorrências: 74</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0501612-31.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0502889-82.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0509339-41.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0510098-05.2007.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0502734-45.2008.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0503033-22.2008.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0501304-24.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0502478-68.2009.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0501851-20.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506503-80.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506582-59.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506606-87.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506899-57.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506941-09.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506984-43.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0507139-46.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0507145-53.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0507151-60.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0507198-34.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0507210-48.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0507257-22.2016.4.05.8200</a>		
<a href="#">0507265-96.2016.4.05.8200</a>		
<a href="#">0507278-95.2016.4.05.8200</a>		

<a href="#"><u>0507279-80.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507299-71.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507311-85.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507368-06.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507388-94.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507405-33.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507415-77.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507447-82.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507451-22.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507461-66.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0507495-41.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0510170-74.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515577-61.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515582-83.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515606-14.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515635-64.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515719-65.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515723-05.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515731-79.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515752-55.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515769-91.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515799-29.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515839-11.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0515859-02.2016.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0500033-96.2017.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0500049-50.2017.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0500060-79.2017.4.05.8200</u></a>	
<a href="#"><u>0500088-</u></a>	

<a href="#">47.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500183-77.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500233-06.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500257-34.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518343-53.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518399-86.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518421-47.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518471-73.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518484-72.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518506-33.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518576-50.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518642-30.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500055-23.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500134-02.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500144-46.2018.4.05.8200</a>	
<b>Total de Ocorrências: 65</b>	

#### **6.13.10. Correição anterior e autoinspeção**

As determinações apontadas no Relatório da Correição 2016, decorrentes da demora na prática de alguns atos processuais, foram todas observadas e cumpridas de imediato, logo após o seu término.

A última inspeção ocorreu no período de 21 a 25/05/2018, passando a Secretaria a cumprir as providências determinadas e decisões proferidas pelos MM. Juízes Federais, logo após o seu término, buscando alcançar as metas estabelecidas e já mencionadas.

#### **6.13.11. Considerações finais**

A 13ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 13ª Vara Federal funciona de modo razoável.

#### **6.14. 14ª VARA FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PATOS/PB**

##### **6.14.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 14ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e instalada pela Resolução nº 102/2010- CJF e Resolução nº 11/2012 - TRF5, funcionando, atualmente, na Rua Bossuet Wanderley, 649, Bairro Brasília, Patos - PB.

Dentro de sua jurisdição, a 14ª Vara Federal detém competência Comum com Juizado Especial Federal Adjunto.

Por ocasião da visita à Subseção de Patos, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação da 14ª Vara Federal, pois a casa em que situada a referida unidade não foi construída para abrigar órgão público.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

##### **6.14.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 14ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Titular; b) 19 servidores efetivos, sendo: 06 analistas judiciários - área judiciária, 09 técnicos judiciários, 02 oficiais de justiça e 02 agentes de segurança c) 03 servidores requisitados.

###### **6.14.2.1. Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal Titular da 14ª Vara, Dr. Claudio Girão Barreto, exerce a magistratura desde 14/10/2010, atuando na 14ª Vara Federal desde 01/07/2014.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

Férias:

- de 03 a 22 de julho de 2017 (Ato 448/CR de 26/06/2017);
- de 21 de agosto a 09 de setembro de 2017 (Ato 520/CR de 18 de julho de 2017);
- de 27 de novembro a 16 de dezembro de 2017 (Ato 521/CR- 18 de julho de 2017);
- de 19 de fevereiro a 10 de março de 2018 (Ato 18/CR de 16 de janeiro de 2018).

Período total de afastamento (em meses e dias): 2 meses e 20 dias

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 19 e 20 de setembro de 2016 (Ato 586/CR, de 02/09/2016).

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

#### 6.14.2.2. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 14ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Quant.	Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
1	Adriano de Almeida	Técnico Judiciário - Administrativo	Não	Superior completo	Ciências Contábeis
2	Alexandre Ribeiro de Araújo	Analista Judiciário - Administrativo	Não	Superior completo	Direito e Ciências Contábeis
3	Aline Aparecida Ferreira Vilete Ribeiro	Técnico Judiciário - Administrativo	FC-05 Supervisor da Seção do Juizado Especial	Superior completo	Letras (Português/Inglês)
4	Ana Cecília dos Santos Vieira	Analista Judiciário - Judiciário	Não	Superior completo	Direito
5	Ana Luiza Gomes Freire de Alencar	Analista Judiciário - Judiciário	Não	Superior completo	Direito
6	Annie Caroline Braz Vieira de Melo	Técnico Judiciário - Administrativo	FC-04 Supervisor-Assistente da Seção Fiscal	Superior completo	Odontologia
7	Bárbara Kelly	Técnico	Não	Superior	Direito

	Marques Pereira Ferreira	Judiciário - Administrativo		completo	
8	Daniel Martins Barreto	Analista Judiciário - Judiciário	FC-05 Supervisor da Seção Civil	Superior completo	Direito
9	Davson Tadeu Almeida Fonseca	Agente de Segurança Judiciária	Não	Superior completo	Direito
10	Eliphaz Neto Palitot Toscano	Técnico Judiciário - Administrativo	Não	Superior completo	Direito
11	Evânia Medeiros da Trindade	Técnico Judiciário - Administrativo	FC-05 Supervisor de Seção do Apoio Administrativo	Superior completo	Direito
12	Francisco Américo Junior	Técnico Judiciário - Administrativo	CJ-03 Diretor de Secretaria	Superior completo	Direito
13	Ítalo Barbosa de Carvalho Almeida	Oficial de Justiça	Não	Superior completo	Direito
14	Larissa Lins Ferreira	Analista Judiciário - Judiciário	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Substituto	Superior completo	Direito
15	Leandro Cirne de Azevedo Pereira	Agente de Segurança Judiciária	Não	Superior completo	Educação Física
16	Luciana Nogueira Tigre Coutinho	Analista Judiciário - Judiciário	Não	Superior completo	Direito
17	Marina Machado Zenaide	Técnico Judiciário - Administrativo	FC-04 Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Substituto	Superior incompleto	Direito
18	Pedro Alex de Medeiros Tavares	Técnico Judiciário - Administrativo	FC-04 Supervisor Assistente do Apoio Administrativo	Superior completo e superior incompleto	Administração (completo) e Direito (incompleto)
19	Vinícius Gregório Nogueira Gomes	Oficial de Justiça	Não	Superior completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 14ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há um cargo em excesso ocupado por servidor efetivo removido pelo SINAR. E existem os seguintes servidores requisitados (com vínculo com o serviço público):

Quant.	Nome	Grau de Instrução	Função que Ocupa	Cargo e Órgão de Origem
20	Algacy Neves Brasil	Superior Completo - Direito	FC-04 Supervisor-Assistente da Seção Criminal	Agente Administrativo - Prefeitura de São Mamede-PB
21	Ingrid Alves Queiroga	Superior Completo - Direito	FC-04 Supervisor Assistente do Gabinete do Juiz Titular	Analista Judiciário - Judiciário (10ª Vara Federal SJPB)
22	Patrícia de Castro Couto	Superior Completo - Direito	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Titular	Analista Judiciário - Judiciário STF

Existem 02 servidores afastados. Um de licença sem vencimento para acompanhar cônjuge (desde 20/05/2017 até o presente) e um de licença para tratamento da própria saúde (desde 17/05/2016, renovando-se até o presente)

#### 6.14.2.3. Estagiários

Há 03 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas, mais 02 estagiários não remunerados. Um dos estagiários atua na Secretaria da Subseção e os outros 04 na secretaria da Vara.

#### 6.14.3. Organização da 14ª Vara Federal

Dentre os servidores da 14ª Vara Federal do Ceará, 09 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara:

Processos do Juizado Especial (Creta)	1.667
Processos Físicos (Tebas)	1.421
Processos do PJe	1.117
Total (exceto arquivados, suspensos e baixados)	4.205
Número de Servidores na Vara	19
<b>Relação do número de processos com o número de servidores</b>	<b>221,3</b>

\*Dados extraídos em 31/05/2018

#### 6.14.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida em Setores de acordo com a natureza do

processo:

- a) Juizado Especial Federal Adjunto (procedimentos do Juizado Especial Cível) - Três servidores e um estagiário. Servidores: Aline Aparecida Ferreira Vilete Ribeiro, Eliphaz Neto Palitot Toscano e Evânia Medeiros da Trindade Freitas Estagiário: Victor Dantas de Oliveira;
- b) Setor Criminal (Ação Penal, Execução Penal, JECrim e ações correlatas) - Três servidores e um estagiário. Servidores: Algacy Neves Brasil, Bárbara Kelly Marques Pereira Ferreira e Pedro Alex de Medeiros Tavares. Estagiário: Bruno Medeiros;
- c) Setor Cível (Ações de natureza Cível, inclui a Execução Fiscal) Três servidores. Servidores: Adriano de Almeida, Daniel Martins Barreto e Luciana Nogueira Tigre Coutinho.

Todos os servidores executam todas as tarefas do seu respectivo setor, a fim de evitar interrupção à marcha normal do processo, sem prejuízo de eventual auxílio em outro setor.

Os estagiários atuam com a supervisão dos servidores

A organização dos processos, sejam eles físicos ou eletrônicos, é determinada de acordo com a fase em que se encontram, a natureza ou classe, a prioridade, levando-se em conta os critérios de preferência como réu preso, *habeas corpus*, mandados de segurança, grandes devedores, processos sigilosos, operações de grande monta da Polícia Federal, pedidos liminares, cartas precatórias, rogatórias ou carta de ordem etc.

Os processos conclusos passam por uma triagem quando chegam ao gabinete, a fim de verificar se existe alguma pendência/diligência a ser cumprida. Após, é realizada a inserção de informações (número de processo, data da conclusão, tema, sistema processual, prioridade etc.) em uma planilha de acompanhamento de processos conclusos.

Dá-se prioridade aos processos conclusos de acordo com a ordem de conclusão, antiguidade processual (para fins de cumprimento das metas do CNJ), bem como das preferências legais.

Periodicamente são extraídos relatórios dos processos distribuídos, baixados, sem movimentação, conclusos, julgados, remetidos sem devolução, ficando à disposição dos servidores em um programa simples de computador, utilizado como forma de gestão do acervo.

#### **6.14.3.2. Gabinete do Juiz Federal**

O gabinete é composto por 04 assessoras. Larissa, Ingrid e Patrícia são responsáveis pelas minutas dos processos dos sistemas processuais PJe e Tebas. Annie é responsável pelas minutas dos processos do Creta (Juizado Especial Cível).

#### **6.14.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 14ª Vara Federal**

Sempre que necessário, o Magistrado reúne-se com a equipe para repassar orientações e informações sobre os procedimentos a serem adotados, bem como analisar os resultados obtidos.

Considerando a existência de servidores em teletrabalho, uma ferramenta bastante utilizada para esta finalidade é o uso de mensagens por correio eletrônico, proporcionando a participação de todos ao mesmo tempo. Com mesmo escopo, é utilizado o Skype.

#### **6.14.5. Planejamento das atividades da 14ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

O planejamento da Vara está alicerçado nas metas estabelecidas, com participação efetiva do Magistrado na distribuição das tarefas mais críticas. Os setores são estimulados a reunirem-se periodicamente para fixação e planejamento das tarefas a serem executadas diariamente. Estimula-se o registro da atividade a ser desenvolvida, para fins de programação, com a indicação do prazo para execução, a prioridade, o procedimento a ser adotado, etc.

Há fixação de metas periódicas de produtividade. São estabelecidas metas mensais de produtividade com base em dois critérios quantitativo e qualitativo.

No primeiro caso é analisado o número dos processos distribuídos, baixados, suspensos, sem movimentação, dos processos prioritários e urgentes, das petições pendentes de análise ou de juntada (neste caso em se tratando dos processos físicos), a quantidade de processos conclusos e o tempo de conclusão, o prazo e a quantidade de expedientes não devolvidos pelos oficiais de justiça.

No segundo quesito, o Magistrado analisa aspectos atinentes à qualidade do serviço prestado pelos servidores. Neste ponto, verificam-se as minutas elaboradas, as certidões e expedientes emitidos, o procedimento adotado (forma) na execução das tarefas individuais e em grupo, etc.

A cada mês são extraídos os relatórios de gestão fornecidos pelos Sistemas Judiciais e Administrativos. Com base nos resultados, e sob a orientação do Magistrado, o Diretor de Secretaria realiza reuniões semanais com os setores e com os servidores de forma individual, para avaliar o desempenho e o resultado atingidos. Além disso, os servidores são estimulados a acompanharem as suas estatísticas e do seu setor, avaliando seu desempenho ao longo do mês.

**6.14.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal**

O atendimento ao público é feito pelo servidor do Protocolo e, quando necessário, sendo complementado pelo servidor da Secretaria da Vara. Quando solicitado ou quando a natureza da situação exigir, o atendimento é feito pelo Diretor de Secretaria.

Os atendimentos são presenciais, sendo as informações processuais repassadas mediante apresentação de documento de identificação do interessado.

A Defensoria Pública da União não atua nesta Subseção Judiciária.

Os assessores não realizam atendimento ao público, sendo este realizado diretamente pelo Magistrado, acompanhado do Diretor de Secretaria, sem necessidade de prévio agendamento.

**6.14.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Juiz	Competência			Total de Processos
	Comum Cível e Criminal		Juizado Especial Cível	
	Tebas	PJe	Creta	
Titular	677	540	841	2.058
Substituto	744	577	826	2.147

Na fase de conhecimento (exceto penal):

Juiz	Competência			Total de Processos
	Comum Cível		Juizado Especial Cível	
	Tebas	PJe	Creta	
Titular	33	125	676	834
Substituto	36	145	647	828

Na fase de execução (cumprimento de sentença):

Juiz	Competência			Total de Processos
	Comum Cível		Juizado Especial Cível	
	Tebas	PJe	Creta	
Titular	14	45	168	227
Substituto	15	46	181	242

Processos de execução (exceto penal):

Juiz	Competência			Total de Processos
	Comum Cível		Juizado Especial Cível	
	Tebas	PJe	Creta	
Titular	561	252	3	816
Substituto	620	274	0	894

Ações penais:

Juiz	Competência		Total de Processos
	Criminal		
	Tebas	PJe	
Titular	35	37	72
Substituto	44	31	75

Processos de execução penal, atualmente (físicos e eletrônicos):

Juiz	Competência		Total de Processos
	Criminal		
	Tebas	PJe	
Titular	7	13	20
Substituto	7	11	18

A relação processo/servidor é de 221,32 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (4.205) e o número de servidores em atuação na serventia (19), informados no formulário de gestão.

Número de processos (total ajustado: excluídos os arquivados, suspensos e baixados) em tramitação na Vara (físico e eletrônico) da competência do Juiz (Titular ou Substituto) há 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de início da correição:

Juiz	Competência			Total de Processos
	Comum Cível e Criminal		Juizado Especial Cível	
	Tebas	PJe	Creta	
Titular	856	223	677	1.756
Substituto	868	212	667	1.747
<b>Total Ajustado de Processo em Tramitação há 24 meses</b>				<b>3.503</b>

Não havia processos concluídos com pedidos urgentes pendentes de análise, atualmente.

Número de processos sobrestados e suspensos: 378 (Tebas, Creta e PJe).

Motivo do sobrestamento/suspensão:

Parcelamentos da execução	79
Motivos diversos	65
Art. 40 - Lei 6.830/80	141
Aguarda Decisão Tribunal Superior	1
Aguarda julgamento de agravo	5
Aguarda julgamento de embargos	19
Aguarda julgamento de ação rescisória	26
Aguarda julgamento de recurso	5
Art. 921, III, NCPC	32
Tema 975 do STJ	1
Processo PUIL nº 236 (Adicional 25%, art. 45, Lei 8.213/91)	4
<b>Total de Suspensos/Sobrestados</b>	<b>378</b>

A vara informou que não houve processos extraviados nos últimos 24 meses e que também não houve processo restaurado.

Não existiam processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 741 Audiências presididas pelo magistrado (3.880 presididas por conciliador sob a supervisão do magistrado) – Tebas, Creta e PJe.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2 Inspeções: 2 a 6 de abril de 2018 e 3 a 7 de abril de 2017. Sem Juiz Substituto no período.

Na tabela abaixo, pode-se verificar, para análise comparativa, o número de processos solucionados por conciliação em 2017 e 2018.

Tebas, Creta e PJe			
	Processos Distribuídos	Homologação de Acordo	Percentual Atingido
2017	3480	993	29%
2018	1254	301	24%

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 3.880 audiências de conciliação realizadas.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 197. Motivos: diversos, como proposta de acordo aceita nos autos antes da audiência, desistência da ação pela parte autora antes da audiência, indisponibilidade do sistema e/ou falta de energia elétrica, etc.

Em regra, há a remarcação das audiências adiadas/canceladas, salvo se o motivo do cancelamento for a desnecessidade do ato (v.g., protocolado pedido de desistência, causa madura para julgamento, acordo realizado antes da audiência etc.).

Processos julgados nos últimos 24 meses: 6.981 processos, que correspondem a uma média mensal de 290,8 processos/mês.

Processos distribuídos/redistribuídos (entradas) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 7.806 feitos (Tebas, Creta e PJ-e), o que corresponde a uma média mensal de 325,2 processos/mês.

#### **6.14.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Esta Meta vem sendo cumprida nos últimos dois anos, como se verifica nas informações abaixo.

Tebas, Creta e PJe			
	Distribuídos	Julgados	Saldo

2016	3.030	3.071	41
2017	3.480	3.580	100
2018	1.662	1.382	-280

Os dados do ano corrente apontam um número negativo, mas o Juízo estava adotando providências para reverter o quadro retratado à época.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

JUSTIÇA COMUM	MÍNIMO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	RESULTADO
Distribuídos até 31/12/2013	100%	103	39	Foram identificados 64 processos distribuídos no período e ainda pendentes de julgamento
Distribuídos em 2014	85%	23	15	Faltam 5 processos para atingir o mínimo necessário

JUIZADO ESPECIAL	MÍNIMO	SITUAÇÃO
Distribuídos até 31/12/2015	100%	1 processo identificado e ainda não julgado

A serventia informou que seriam dadas as prioridades necessárias aos processos identificados que se incluíam nesta Meta, a fim de se alcançar seu cumprimento.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

A realização de audiências de conciliação, sobretudo no Juizado Especial, é prática rotineira na 14ª Vara Federal, que sempre tem privilegiado e estimulado a solução consensual dos conflitos.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Tebas e PJe		
	Ações de Improbidade Administrativa	Ações Penais de Crimes Praticados Contra a Administração Pública
Distribuídas até 31/12/2015	132	91
Julgadas até 01/06/2018	83	60
Percentual atingido	63%	66%

Neste momento, os resultados não são suficientes para o cumprimento da

Meta. No entanto, o juízo vem enviando esforços no sentido de atingir o percentual mínimo exigido, dando prioridade a referidos processos.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

EXECUÇÃO NÃO FISCAL				
	Tebas	PJe	Creta	Total
Distribuídos em 2018	0	34	832	866
Baixados em 2018	0	3	862	865

O número de casos novos de execução não fiscal era superior apenas em 1 processo ao número de execuções não fiscais baixadas no ano corrente, o que indicava um cenário favorável ao cumprimento da meta.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Esta meta vem sendo cumprida.

	Distribuídas até 31/12/2014	Julgadas
Ação Civil Coletiva	0	0
Ação Civil Pública	11	9
Ação Popular	0	0
Total	11	9
<b>Resultado</b>	<b>91% Julgadas</b>	

### Metas Específicas para a Justiça Federal

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

CRIMINAIS			
	Tebas	PJe	Total
Distribuídos em 2018	0	8	8
Baixados em 2018	11	0	11

A serventia informou que a primeira parte da meta estava sendo cumprida.

Quanto à segunda parte (julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos), a 14ª Vara Federal apontou o seguinte:

CRIMINAIS			
	Tebas	PJe	Total
Distribuídos em 2018	0	8	8
Julgados em 2018	7	1	8

O número de casos novos de processos criminais é o mesmo do número de processos criminais julgados no ano corrente, o que indica um cenário favorável ao cumprimento da meta até o fim do ano.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

	Tebas	PJ-e	Total
Distribuídos até 31/12/2015	2	0	2
Julgados em 2018	1	0	1

Foram identificadas 2 ações penais relacionadas com a meta 8. Uma foi julgada e a outra aguarda julgamento, de modo que esta ação será priorizada, a fim de se cumprir a Meta até o fim do ano.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Sim.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

Sim.

#### **6.14.9. Processos selecionados para correição**

Foram selecionados para correição 70 processos físicos (Sistema Tebas), 100 processos do JEF (Sistema Creta) e 100 processos do sistema PJe.

##### **6.14.9.1 Principais constatações da análise individual de processos**

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

<b>AUSÊNCIA DE TERMO DE RECEBIMENTO NA INSTÂNCIA SUPERIOR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00037384020094058201	
<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00004771620134058205	Cobranças em 0/05/17, em 17/07/17 e em 10/11/17 de CP expedida em 18/11/16.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00007283420134058205	Juntada em 08/11/17, concluso em 08/02/18.
Execução Fiscal	00020060720124058205	De fl. 172 (março/15 a jan/16 - fl. 169).
Civil Pública	00026166020074058201	Para despacho/decisão, desde 22/02/2018.
Improbidade	00005447820134058205	Publicação em 31/07/17,

Administrativa		conclusão em 02/10/17.
Execução Fiscal	00020883820124058205	Juntada em 12/08/16, concluso em 11/10/16; Certidão em 13/06/17, concluso em 24/11/17.
Execução Fiscal	00022581020124058205	De fl. 186 (nov/15 a abr/16 - fl. 184).
Improbidade Administrativa	00000407220134058205	Desde mar/18.
Improbidade Administrativa	00025342120104058202	De fl. 800 (março a maio/18 - fl. 793).
Execução Fiscal	00008256820124058205	Juntada em 28/06/16, despacho em inspeção em 03/04/17.
Execução Fiscal	00031346220124058205	Juntada em 16/08/17, concluso em 02/02/18.
Execução Fiscal	00008732720124058205	Juntada em 28/11/17, concluso em 23/02/18.
Execução Fiscal	00022477820124058205	De 26/11/14 a 11/09/15.
Execução Fiscal	00022477820124058205	Juntada em 12/08/16, concluso em 11/10/16.
Execução Fiscal	00031423920124058205	Juntada em 26/10/17, concluso em 23/02/18.
Improbidade Administrativa	00005291220134058205	Juntada em 29/11/17, concluso em 22/01/18.
<b>DEMORA NA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00001836120134058205	De fl. 529.
Improbidade Administrativa	00033858020124058205	De fl. 451.
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00022581020124058205	Do mandado de fl. 183 (dez/14 a jul/15).
Desapropriação	00020821120104058202	Petição de 06/11/17, juntada em 20/02/18.
Improbidade Administrativa	00000943820134058205	V. fl. 234.
Ordinária	00024632220104058201	Petição de 09/11/17, juntada em 20/02/18.
Improbidade Administrativa	00007283420134058205	Certidão de 15/08/16, juntada em 07/04/17.
Improbidade Administrativa	00006633920134058205	Do mandado de fls. 253/254 (cumprido em mar/16, juntado em jan/17)
Execução Fiscal	00020060720124058205	Do mandado de fl. 282 (v. fl. 281).
Improbidade Administrativa	00004405220144058205	Mandado, de 19/04/2016 a 27/01/2017.
Execução Fiscal	00013634920124058205	Petição de 19/12/17, juntada em 09/02/18.
Execução Fiscal	00019004520124058205	Certidão de 29/06/17, juntada em 21/05/18.
Improbidade Administrativa	00032354520114058202	Certidão de 17/06/17, juntada em 17/05/18.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00004158520134058201	Conclusos em 01/08/17, sentença em 19/03/18.
Improbidade Administrativa	00008067420124058201	De 28/09/2017 a 22/01/2018.
Improbidade Administrativa	00021352620094058202	De 27/09/2017 a 12/01/2018.
Improbidade	00008902920134058205	De 22/09/2017 a

Administrativa		09/04/2018.
Desapropriação	00020821120104058202	Conclusos em 06/07/17, sent. em 23/10/17.
Improbidade Administrativa	00008894420134058205	De 21/08/2017 a 07/02/2018.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DESPACHO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00022581020124058205	De fls. 146/147 (junho/13 a mar/14 - fl. 145 e 147).
Improbidade Administrativa	00001073720134058205	16/01/2017 a 03/04/2017.
Improbidade Administrativa	00008566820104058202	De 11/07/2017 a 04/10/2017.
Improbidade Administrativa	00832412013405820500	De 04/09/2017 a 29/11/2017.
Improbidade Administrativa	00008487720134058205	De 23/01/2017 a 03/04/2017.
<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00001073720134058205	De 25/07/2017 a 10/11/2017.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Improbidade Administrativa	00024104120104058201	
Improbidade Administrativa	00001443420174058202	
Execução Fiscal	00022988920124058205	
Criminal	00001110620154058205	
Criminal	00003472120164058205	
Improbidade Administrativa	00032378320094058202	
Improbidade Administrativa	00007872220134058205	
Improbidade Administrativa	00000597820134058205	
Improbidade Administrativa	00035285220104058201	
Civil Pública	00033169420114058201	
Civil Pública	00037972820094058201	
Improbidade Administrativa	00033532420114058201	
Civil Pública	00065999420124058200	
Desapropriação	00006719320034058201	
Improbidade Administrativa	00007673120134058205	
Criminal	00002562820164058205	
Execução Fiscal	00018788420124058205	
Desapropriação	00027265420104058201	
Criminal	00004041020144058205	
Desapropriação	00022622720104058202	
<b>OUTROS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00003219120144058205	Sem movimentação processual no período de ago/17 (fl. 93) a abr/18 (fl. 100).
Execução Fiscal	00003212320164058205	Sem movimentação processual no período de abr/17 a abr/18 (fls. 132/133).
Execução Fiscal	00020060720124058205	Sem movimentação processual no período de jan a abr/18 (fls. 297 e 300).
Improbidade	00008626120134058205	Demora no cumprimento

Administrativa		do despacho de fls. 174/175 (ago/17 a fev/18 - v. fl. 177).
Improbidade Administrativa	00068664920014058201	Demora no cumprimento do despacho de fl. 749 (set/17 a fev/18 - fl. 751).
Improbidade Administrativa	00068664920014058201	Despacho de fl. 757 retificado com riscos.
Improbidade Administrativa	00008566820104058202	Demora no cumprimento de despacho, de 22/02/2017 a 31/05/2017.
Improbidade Administrativa	00031858720094058202	Demora na juntada de mandado, de 29/08/2017 a 21/02/2018.
Improbidade Administrativa	00004396720144058205	Processo sem movimentação, de 13/12/2017 a 15/05/2018.
Improbidade Administrativa	00097890220114058200	Demora no cumprimento de despacho, de 30/01/2017 a 24/05/2017.
Improbidade Administrativa	00006313420134058205	Demora no cumprimento de 04/09/2017 a 15/05/2018.
Improbidade Administrativa	00003723920134058205	Processo sem movimentação, de 29/01/2018 a 04/04/2018.
Improbidade Administrativa	00008894420134058205	Ausência de termo de conclusão para despacho de fl. 741.
Execução Fiscal	00005269120124058205	Demora no cumprimento do despacho de fl. 527.
Improbidade Administrativa	00000407220134058205	Demora no cumprimento do despacho de fl. 480 - jan a jun/16.
Improbidade Administrativa	00000943820134058205	Demora no cumprimento do despacho de fl. 231.
Improbidade Administrativa	00000943820134058205	Despacho retificado indevidamente com riscos.
Execução Fiscal	00019004520124058205	Sem movimentação de 03/04/17 a 28/11/17 e daí até 21/05/18.
Execução Fiscal	00004659420164058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 14/10/16 (reiterado em inspeção de 03/04/17), expedição de mandado em 11/05/18.
Execução Fiscal	00008732720124058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 10/03/15, vistas em 30/09/15 E despacho, datado de 23/02/18(último movimento).
Execução Fiscal	00008732720124058205	Sem movimentação de 04/04/16 a 19/12/16 e daí até 05/06/17.
Execução Fiscal	00022477820124058205	Ausência/demora cumprimento de despacho (intimação por edital), datado de 26/11/14 (próximo movimento foi nova conclusão em 11/09/15), com relação a este despacho, a expedição do mandado ocorreu em 12/01/16.

Execução Fiscal	00031423920124058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 02/06/16, expedição em 08/11/16.
Improbidade Administrativa	00005291220134058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 25/05/17, vistas em 10/08/17.
Improbidade Administrativa	00008739020134058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 09/11/17, reiterado em inspeção de 02/04/18, ato ordinatório em 04/04/18.
Execução Fiscal	00008256820124058205	Demora no cumprimento de despacho, datado de 03/04/17, cumprimento em abril de 2018.
<b>PARALISAÇÃO IRREGULAR:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Execução Fiscal	00004701920164058205	Processo sem movimentação de jun/17 a abr/18.
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00001110620154058205 Classe: Criminal - 03/11/2001 a 31/01/2008.		
Processo: 00003472120164058205 Classe: Criminal - Réu preso.		
Processo: 00005179520134058205 Classe: Execução Fiscal - Débito em parcelamento.		
Processo: 00005269120124058205 Classe: Execução Fiscal - Processo ajuizado na Justiça Estadual em 26/04/2006.		
Processo: 00005447820134058205 Classe: Improbidade Administrativa - De início distribuído na Justiça Estadual.		
Processo: 00006719320034058201 Classe: Desapropriação - Redistribuído em 07/05/2018.		
Processo: 00007283420134058205 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 04.		
Processo: 00008256820124058205 Classe: Execução Fiscal - Grande devedor.		
Processo: 00008566820104058202 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 25/07/2012.		
Processo: 00021352620094058202 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 23/04/2013.		
Processo: 00022581020124058205 Classe: Execução Fiscal - Processos apensos: 2260-77, 2788-14 e 2259-92.		
Processo: 00024104120104058201 Classe: Improbidade Administrativa - Meta 04.		
Processo: 00026166020074058201 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 13/06/2012.		
Processo: 00031346220124058205 Classe: Execução Fiscal - grande devedor		
Processo: 00031423920124058205 Classe: Execução Fiscal - execuções anexadas sem registro da reunião: 0003136322012; 0003137172012; 0003138022012; 0003139842012; 0003140692012.		
Processo: 00031858720094058202 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 11/06/2013.		
Processo: 00032378320094058202 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído.		
Processo: 00033169420114058201 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 12/06/2012.		
Processo: 00033532420114058201 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 29/06/2012.		
Processo: 00037384020094058201 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuição em 27/07/2012.		
Processo: 00037972820094058201 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 13/06/2012.		
Processo: 00065999420124058200 Classe: Civil Pública - Redistribuído em 04/12/2012.		

<p>Processo: 00068664920014058201 Classe: Improbidade Administrativa - Processo teve RE apreciado pelo STF em 2016, tendo a baixa do feito ao TRF5 ocorrido em set/16. Autos devolvidos à Primeira Instância, 4ª Vara Federal/PB, em nov/16 (v. fls. 622v/626).</p> <p>Redistribuição s 14ª. Vara Federal/PB em 10/02/17 (fl. 633).</p>
<p>Processo: 00097890220114058200 Classe: Improbidade Administrativa - Redistribuído em 18/03/2015.</p>

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Demora para a conclusão						
0800001-66.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Pedido de Desistência	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LUAN GUTIERREZ GOMES DE SOUTO - ME - 13.588.133/0001-72	SIM
0800013-80.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA MADALENA FERREIRA GUEDES - 425.277.324-53	SIM
0800023-27.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ADRIANA SILVA FERREIRA - 587.355.932-53	SIM
0800030-53.2017.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE PATOS - PB - 09.084.815/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800034-61.2015.4.05.8205 - (Segredo)	CAUTELAR INOMINADA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OSVALDO BALDUINO GUEDES FILHO e outros - 206.406.334-04	SIM
0800056-85.2016.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Cota	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE EDIVAN FELIX e outro - 299.205.404-63	SIM
0800083-34.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JULIET LAYANNY MEDEIROS DOS SANTOS - ME e outro - 24.726.321/0001-36	SIM
0800084-19.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE IVANDRO GOMES DE ALENCAR - 040.382.724-86	SIM
0800095-19.2015.4.05.8205	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Incentivos fiscais	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	MUNICIPIO DE CONDADO - 09.151.473/0001-64	SIM
0800108-47.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	CONSTRUTORA CAICARA LTDA - 04.324.360/0001-08	SIM
0800113-40.2015.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	PARAZUL, MINERACAO, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA - ME - 04.259.000/0001-61	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL e outros - 00.381.056/0001-33	SIM
0800131-90.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVONE DA SILVA GOMES - 03.954.834/0001-24	SIM
0800151-81.2017.4.05.8205	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	REGINALDO SILVA TORRES - 805.222.114-53	SIM
0800174-95.2015.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Agrotóxicos	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA - 03.659.166/0001-02	JOAO DE ARRUDA CAMARA e outro - 042.454.054-14	SIM
0800209-55.2015.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ALEXANDRE SILVA AURELIANO - ME e outros - 07.899.015/0001-82	SIM

0800240-07.2017.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Obrigação de Fazer / Não Fazer	Juntada de Cota	OLHO D'AGUA PREFEITURA - 08.944.076/0001-87	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800248-86.2014.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	A G CONSTRUCOES LTDA - ME e outro - 10.872.032/0001-30	SIM
0800260-32.2016.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Alteração do coeficiente de cálculo do benefício	Juntada de Certidão de Intimação	CLAUDIO DORI HEINZE - 061.846.500-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800262-02.2016.4.05.8205 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	JOILSON GOMES DA SILVA e outros - 798.675.614-49	SIM
0800269-91.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Alienação Fiduciária	Juntada de Certidão de decurso de prazo	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	DORACI AURIDETE DE MEDEIROS - 424.985.384-53	SIM
0800277-68.2016.4.05.8205	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ESPÓLIO DE ANTONIO IVO DE MEDEIROS -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800284-60.2016.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Cálculo do benefício de segurado especial de acordo com a Lei 9.876/99	Juntada de Apelação	RILDEMAR NUNES LEITE - 095.366.554-20	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800294-07.2016.4.05.8205	AÇÃO POPULAR	Suspensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO - 000.830.954-03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800300-77.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LAZARO DE MENEZES ALVES EIRELI - ME - 20.343.672/0001-07	SIM
0800302-47.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SILVANIA LUCIA SILVA DE FARIAS 02055909428 - 23.148.202/0001-80	SIM
0800303-37.2014.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE ASSIS PAULO MARQUES e outro - 007.587.324-90	SIM
0800311-09.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Certidão de Intimação	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	NILTON DE ALMEIDA - 737.584.697-91	SIM
0800316-65.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SIMONE CARNEIRO DE AZEVEDO 88451763472 - 13.139.471/0001-27	SIM
0800340-59.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	FLAVIA APARECIDA BARBOSA DE SOUSA - 068.407.454-06	SIM
0800361-35.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ELIANE DE ALCANTARA BEZERRA - 569.003.924-15	SIM
0800376-38.2016.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	VALDIVAN SOARES ALVES FILHO - ME - 24.428.116/0001-94	SIM
0800382-11.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REG DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DA BAHIA - 40.514.168/0001-30	ROSSANA SILVA NOBREGA - 043.653.014-70	SIM
0800385-97.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARIA ZELIA DE SA DANTAS - 038.008.984-03	SIM
0800386-48.2017.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Concessão	Juntada de Certidão de decurso de prazo	J. H. A. G. - 100.321.674-90	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM

0800410-76.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BENEDITO DOS SANTOS - 144.463.671-53	SIM
0800439-29.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ANTONIO SOARES DE MOURA NETO e outro - 052.145.074-88	SIM
0800463-57.2017.4.05.8205 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	NET PROPAGANDA LTDA - ME e outros - 00.391.689/0001-22	SIM
0800468-79.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOTA JOTA TRANSPORTES LTDA - EPP - 05.426.808/0001-59	SIM
0800484-33.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	NIEMAIA CONSTRUCOES LTDA - ME - 10.641.065/0001-70	SIM
0800490-40.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA REAL - 15.241.577/0001-62	SIM
0800516-38.2017.4.05.8205	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS SUELIO DE OLIVEIRA - 280.160.501-82	SIM
0800559-72.2017.4.05.8205 - (Segredo)	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	EUGENIO PACELLI DE LIMA e outros - 189.294.784-68	SIM
0800745-95.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO - 123.750.474-00	SIM
Demora para certificar o decurso de prazo						
0800084-19.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE IVANDRO GOMES DE ALENCAR - 040.382.724-86	SIM
Demora para prolação de despacho/ decisão						
0800030-53.2017.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Convênio e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MUNICÍPIO DE PATOS - PB - 09.084.815/0001-70	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SIM
0800034-61.2015.4.05.8205 - (Segredo)	CAUTELAR INOMINADA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OSVALDO BALDUINO GUEDES FILHO e outros - 206.406.334-04	SIM
0800049-59.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Certidão de decurso de prazo	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outros - 03.636.198/0001-92	RENE TRIGUEIRO CAROCA e outro - 213.189.054-00	SIM
0800151-81.2017.4.05.8205	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	REGINALDO SILVA TORRES - 805.222.114-53	SIM
0800277-68.2016.4.05.8205	EMBARGOS À EXECUÇÃO	Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução	Juntada de Certidão de decurso de prazo	ESPÓLIO DE ANTONIO IVO DE MEDEIROS -	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800463-57.2017.4.05.8205 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	NET PROPAGANDA LTDA - ME e outros - 00.391.689/0001-22	SIM
Lapso entre conclusão e prolação da sentença						
0800294-07.2016.4.05.8205	AÇÃO POPULAR	Suspensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO - 000.830.954-03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800025-94.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA GENY GUEDES DOS ANJOS - 067.939.754-04	SIM
0800026-79.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA LIRA - 421.751.354-20	SIM

0800034-61.2015.4.05.8205 - (Segredo)	CAUTELAR INOMINADA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	OSVALDO BALDUINO GUEDES FILHO e outros - 206.406.334-04	SIM
0800045-27.2014.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Renúncia de Mandato	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JOSE IVANDRO GOMES DE ALENCAR e outros - 040.382.724-86	SIM
0800084-19.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	JOSE IVANDRO GOMES DE ALENCAR - 040.382.724-86	SIM
0800209-89.2014.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	Maria Gomes Saturnino -	SIM
0800265-20.2017.4.05.8205 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Indisponibilidade de Bens	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA MEDEIROS LTDA - ME e outros - 10.658.939/0001-00	SIM
			Inspeção da	DINALDO MEDEIROS	CAIXA ECONOMICA	
0800294-07.2016.4.05.8205	AÇÃO POPULAR	Suspensão	Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WANDERLEY FILHO - 000.830.954-03	FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
0800297-59.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	ADEMIR BALDUINO DA NOBREGA - 023.515.754-66	SIM
0800303-37.2014.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FRANCISCO DE ASSIS PAULO MARQUES e outro - 007.587.324-90	SIM
0800316-65.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SIMONE CARNEIRO DE AZEVEDO 88451763472 - 13.139.471/0001-27	SIM
0800320-39.2015.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ALMIR DA COSTA NOBREGA e outros - 051.410.964-59	SIM
0800336-56.2016.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Classificação e/ou Preterição e outros	Juntada de Apelação	MESSIAS RODRIGUES RAMOS - 058.726.314-80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE e outro - 05.055.128/0001-76	SIM
0800340-59.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	FLAVIA APARECIDA BARBOSA DE SOUSA - 068.407.454-06	SIM
0800341-44.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Juntada de Certidão	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MANOEL INACIO DE MEDEIROS - 691.874.524-72	SIM
0800376-38.2016.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	VALDIVAN SOARES ALVES FILHO - ME - 24.428.116/0001-94	SIM
0800382-11.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REG DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DA BAHIA - 40.514.168/0001-30	ROSSANA SILVA NOBREGA - 043.653.014-70	SIM
0800385-97.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARIA ZELIA DE SA DANTAS - 038.008.984-03	SIM
0800516-38.2017.4.05.8205	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS SUELIO DE OLIVEIRA - 280.160.501-82	SIM
0800945-05.2017.4.05.8205 - (Segredo)	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUIZO FEDERAL DA 8ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA-SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA - null	JOSE CARLOS DIONISIO DE ALMEIDA e outro - 012.550.697-08	SIM

0800962-41.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	LATICINIOS DA SERRA LTDA. - EPP - 07.129.849/0001-09	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800013-80.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	MARIA MADALENA FERREIRA GUEDES - 425.277.324-53	SIM
0800023-27.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ADRIANA SILVA FERREIRA - 587.355.932-53	SIM
0800083-34.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JULIET LAYANNY MEDEIROS DOS SANTOS - ME e outro - 24.726.321/0001-36	SIM
0800131-90.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	IVONE DA SILVA GOMES - 03.954.834/0001-24	SIM
0800209-89.2014.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Alienação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	Maria Gomes Saturnino -	SIM
0800248-86.2014.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contratos Bancários	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	A G CONSTRUCOES LTDA - ME e outro - 10.872.032/0001-30	SIM
	AÇÃO PENAL -		Proferido despacho	MINISTÉRIO PÚBLICO	CICERO CARDOSO	
0800270-42.2017.4.05.8205	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato	de mero expediente	FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DE ALENCAR - 141.126.044-91	SIM
0800284-26.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Jornada de Trabalho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SANTA LUZIA PREFEITURA e outros - 09.090.689/0001-67	SIM
0800297-59.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Juntada de Cota	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	ADEMIR BALDUINO DA NOBREGA - 023.515.754-66	SIM
0800300-77.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Expedição de expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	LAZARO DE MENEZES ALVES EIRELI - ME - 20.343.672/0001-07	SIM
0800316-65.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	SIMONE CARNEIRO DE AZEVEDO 88451763472 - 13.139.471/0001-27	SIM
0800340-59.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	FLAVIA APARECIDA BARBOSA DE SOUSA - 068.407.454-06	SIM
0800345-18.2016.4.05.8205 - (Segredo)	PROCEDIMENTO COMUM	Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - 00.378.257/0001-81	ANTONIO FERNANDES NETO - 251.645.974-20	SIM
0800361-35.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	ELIANE DE ALCANTARA BEZERRA - 569.003.924-15	SIM
0800384-78.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JOSE WALTER FARIAS HERCULANO - 287.883.384-87	SIM
0800385-97.2016.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - 11.788.808/0001-00	MARIA ZELIA DE SA DANTAS - 038.008.984-03	SIM
0800410-76.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	BENEDITO DOS SANTOS - 144.463.671-53	SIM

0800468-79.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	JOTA JOTA TRANSPORTES LTDA - EPP - 05.426.808/0001-59	SIM
0800490-40.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	CONDOMINIO RESIDENCIAL VILA REAL - 15.241.577/0001-62	SIM
0800897-46.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONSTRUTORA CACHOEIRA LTDA - ME e outros - 08.520.448/0001-48	SIM
0800972-85.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	A. F. CONSTRUÇOES LTDA - ME e outros - 05.925.134/0001-37	SIM
Outros						
0800073-58.2015.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Aposentadoria Especial (Art. 57/8)	Juntada de Certidão de Intimação	JOSEMIR SANTIAGO - 450.900.174-68	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	SIM
0800151-81.2017.4.05.8205	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	REGINALDO SILVA TORRES - 805.222.114-53	SIM
0800294-07.2016.4.05.8205	AÇÃO POPULAR	Suspensão	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO - 000.830.954-03	CAIXA ECONOMICA FEDERAL e outros - 00.360.305/0001-04	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0800002-51.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Juntada de Pedido de Desistência	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	STUDIO AERO FITNESS - null	SIM
0800009-19.2013.4.05.8205	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Alienação Fiduciária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0001-04	GERALDO LUCENA SIMOES - 033.727.304-96	SIM
0800017-20.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Dívida Ativa	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA - COREN - 07.647.181/0001-91	AILTON DO NASCIMENTO TARGINO - 034.349.616-07	SIM
0800077-66.2013.4.05.8205	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Repetição de indébito	Expedição de expediente	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	ANTONIO CARNEIRO DOS SANTOS - 136.434.874-87	SIM
0800086-52.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abatimento proporcional do preço	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTO AUGUSTO LTDA - ME e outros - 07.636.719/0001-62	SIM
0800132-41.2018.4.05.8205	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Baixa Definitiva	FAZENDA NACIONAL e outro - 00.394.460/0216-53	ENGARRAFAMENTO COROA LTDA e outro - 35.504.133/0008-56	SIM
0800137-63.2018.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	GERALDO PAULINO TERTO - 058.792.804-20	SIM
0800156-69.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VIEBERTON DA SILVA FEITOSA e outros - 072.282.144-12	SIM
0800163-95.2017.4.05.8205	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENHIDAS		Juntada de Petição	VANESSA CLECIA RODRIGUES MARTINS - 086.428.714-31	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0800165-70.2014.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Agregação	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DAS NEVES CALDAS DA CRUZ e outro - 839.795.144-04	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800176-60.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Violação aos Princípios Administrativos	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - 00.375.972/0001-60	SIM
0800178-64.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Proferido despacho de mero expediente	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	VANDERLITA GUEDES PEREIRA - 789.388.484-34	SIM

0800193-38.2014.4.05.8205	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Aplicação de coeficiente de cálculo diverso do fixado na Lei n.º 8.213/91	Juntada de Certidão de Intimação	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - 29.979.036/0001-40	IRANEUMA FERREIRA GONCALVES - 078.385.544-38	SIM
0800213-24.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Dano ao Erário e outros	Juntada de Petição	UNIÃO FEDERAL e outro - 26.994.558/0001-23	XOXOTEANDO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME e outros - 07.408.508/0001-72	SIM
0800225-43.2014.4.05.8205	REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE	Reintegração de Posse e outros	Juntada de Certidão de Intimação	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES - 04.892.707/0001-00	GEOVANO GONCALO DE FARIAS - 646.471.374-49	SIM
0800233-15.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Criação e/ou Autorização para funcionamento de Curso Superior	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	FACULDADE PARANAPANEMA e outros -	SIM
0800235-87.2014.4.05.8205	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	WAGNER ALEX DE MEDEIROS SILVA - 038.739.024-35	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA - IFETPB - 24.489.510/0001-32	SIM
0800257-09.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA CORPO E SAUDE - null	SIM
0800258-91.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JANDIRA FERNANDES MENDES 06086877408 - 29.068.144/0001-61	SIM
0800259-76.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	ACADEMIA PB FITNESS ACADEMIA - null	SIM
0800265-83.2018.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Anulação	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MUNICIPIO DE SALGADINHO e outros - 08.881.666/0001-08	SIM
0800268-77.2014.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Interdição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO e outro - 00.378.257/0001-81	MUNICIPIO DE CACIMBAS - 01.612.686/0001-34	SIM
0800271-27.2017.4.05.8205	EMBARGOS DE TERCEIRO	Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens	Juntada de Certidão de Intimação	TEREZINHA MEDEIROS - 048.759.824-53	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800281-71.2017.4.05.8205	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARCOS ANTONIO RIBEIRO - 295.709.484-34	SIM
0800288-63.2017.4.05.8205	CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	Atos executórios	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	FAZENDA NACIONAL - 00.394.460/0216-53	ENGARRAFAMENTO COROA LTDA - 35.504.133/0006-94	SIM
0800297-25.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	GENILSON BENEDITO DOS SANTOS - 024.947.174-42	SIM
0800298-10.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Proferido despacho de mero expediente	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JOSE IVAN DE MENEZES ALVES - 095.812.014-59	SIM
0800299-92.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JOSE ADRIANO ALVES DA COSTA - 088.586.804-80	SIM
0800301-62.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Abuso de Poder	Remetidos os Autos (em grau de recurso) para TRF5	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA DA 10 REGIAO - 04.329.527/0001-15	JOAO RAMON DE ARAUJO - 090.439.174-43	SIM
0800320-68.2017.4.05.8205	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	Amadeu Pereira de Lima - null	SIM

0800338-89.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Multas e demais Sanções	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	ERIVALDO RAMALHO - 396.412.284-04	SIM
0800356-47.2016.4.05.8205	PROCEDIMENTO COMUM	Ex-combatentes	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MARIA DE LOURDES RODRIGUES VELOSO - 048.564.444-41	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800371-79.2017.4.05.8205 - (Segredo)	PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS	Proteção da Intimidade e Sigilo de Dados	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JOSE EDIVAN FELIX e outros - 299.205.404-63	SIM
0800687-38.2016.4.05.8202	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Remoção	Juntada de Execução / Cumprimento de Sentença	GEOVANNY CHAGAS FARIAS - 755.375.083-20	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	SIM
0800705-16.2017.4.05.8205 - (Segredo)	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano ao Erário e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	S P A SERVICOS PROJETOS E ASSESSORIA EIRELI - ME e outros - 18.253.137/0001-13	SIM
0800870-63.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	Dano Ambiental	Juntada de Certidão	UNIÃO FEDERAL - 26.994.558/0001-23	VULCANO EXPORT CALCARIOS LTDA - ME e outro - 10.695.725/0001-03	SIM
0800914-82.2017.4.05.8205	AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	Enriquecimento ilícito	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CONCETIL CONSTRUCOES LTDA - ME e outros - 09.087.612/0001-38	SIM
0800963-26.2017.4.05.8205	EXECUÇÃO FISCAL	Conselhos Regionais e Afins (Anuidade) e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA 12 REGIAO - 08.680.886/0001-73	SABOR DE MEL - INDUSTRIA DE DOCES LTDA - ME - 11.497.663/0001-80	SIM

Observação	Nr. Processo	Complemento
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0501766-58.2012.4.05.8205</a>	Feito sem movimentação desde 02/01/2018.
	<a href="#">0501267-98.2017.4.05.8205</a>	De 23/03/18 a 01/06/18.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Outros	<a href="#">0500503-15.2017.4.05.8205</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0500692-90.2017.4.05.8205</a>	Processo concluso para sentença desde 01/02/2018.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0506094-77.2011.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0502182-38.2012.4.05.8201</a>	
	<a href="#">0500408-58.2012.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500915-19.2012.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0501600-26.2012.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0501606-33.2012.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0501850-59.2012.4.05.8205</a>	

<a href="#">0501983-04.2012.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500475-86.2013.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501855-47.2013.4.05.8205</a>	
<a href="#">0504366-18.2013.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500304-61.2015.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501791-66.2015.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502245-46.2015.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501384-26.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501435-37.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501659-72.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501978-40.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502207-97.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502331-80.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502389-83.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502529-20.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502580-31.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502583-83.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502681-68.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502734-49.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502745-78.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502765-69.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502780-38.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500003-46.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500081-</a>	

	<a href="#">40.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500088-</a> <a href="#">32.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500110-</a> <a href="#">90.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500137-</a> <a href="#">73.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500214-</a> <a href="#">82.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500228-</a> <a href="#">66.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500229-</a> <a href="#">51.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500289-</a> <a href="#">24.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500308-</a> <a href="#">30.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500316-</a> <a href="#">07.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500317-</a> <a href="#">89.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500322-</a> <a href="#">14.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500325-</a> <a href="#">66.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500338-</a> <a href="#">65.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500342-</a> <a href="#">05.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500380-</a> <a href="#">17.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500394-</a> <a href="#">98.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500397-</a> <a href="#">53.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500484-</a> <a href="#">09.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500516-</a> <a href="#">14.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500552-</a> <a href="#">56.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500558-</a> <a href="#">63.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500614-</a> <a href="#">96.2017.4.05.8205</a>	
	<a href="#">0500722-</a> <a href="#">28.2017.4.05.8205</a>	

<a href="#">0500755-18.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500811-51.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500831-42.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501067-91.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501179-60.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0501852-53.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502351-37.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502411-10.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502552-29.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502579-12.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502584-34.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502585-19.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502591-26.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502664-95.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502666-65.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502679-64.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502700-40.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502707-32.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502718-61.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502806-02.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502814-76.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502827-75.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502838-07.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502881-</a>	

<a href="#">41.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502891-</a>	
<a href="#">85.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0502981-</a>	
<a href="#">93.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503012-</a>	
<a href="#">16.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503035-</a>	
<a href="#">59.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503041-</a>	
<a href="#">66.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503046-</a>	
<a href="#">88.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503061-</a>	
<a href="#">57.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503070-</a>	
<a href="#">19.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503073-</a>	
<a href="#">71.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503075-</a>	
<a href="#">41.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503103-</a>	
<a href="#">09.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500003-</a>	
<a href="#">12.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500008-</a>	
<a href="#">34.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500013-</a>	
<a href="#">56.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500033-</a>	
<a href="#">47.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500142-</a>	
<a href="#">61.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500151-</a>	
<a href="#">23.2018.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500164-</a>	
<a href="#">22.2018.4.05.8205</a>	
<b>Total de Ocorrências: 96</b>	

#### 6.14.10. Correição anterior e autoinspeção

O problema do arquivo apontado pela última Correição (caixas de processos acomodadas no chão) foi resolvido. Atualmente, todos os processos arquivados encontram-se nas prateleiras próprias e no sótão existente acima do arquivo. A Subseção carece de espaço físico necessário para que todos os processos arquivados permaneçam no mesmo cômodo.

Além disso, o Juízo determinou que a Secretaria da Vara observasse a correta afixação das etiquetas de prescrição dos processos criminais, bem como do sumário de peças na contracapa dos principais processos.

Ficou determinado, ainda, que fosse realizada a conclusão dos autos tão logo estivessem prontos para a devida apreciação do magistrado, evitando-se a demora na juntada e análise das petições.

Quanto aos Atos Ordinatórios, os estagiários foram advertidos a não mais o assinarem, e que não houvesse demora na expedição, por parte do servidor, da referida peça.

A Secretaria é advertida, constantemente, a cumprir os atos que estejam sob sua responsabilidade sem demora injustificada, a fim de evitar, entre outras consequências, a paralisação dos processos por tempo excessivo.

O Juízo da 14ª Vara Federal da Paraíba tem dado cumprimento a todas as determinações da Corregedoria, estando atento aos casos pontuais que não se enquadram nas respectivas recomendações.

Após a última autoinspeção foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pela Vara, as quais foram cumpridas. Tendo sido elas:

- 1) Priorizar a movimentação e o cumprimento de expedientes dos processos em que haja réu preso, cumprindo com a maior brevidade possível (i.e., imediata) as determinações dos despachos, decisões e sentenças, seja deste juízo, seja de instância superior;
- 2) Atentar a Secretaria para a alteração das classes processuais após o trânsito em julgado dos processos de conhecimento, sejam eles cíveis ou penais;
- 3) Antes de realizar a conclusão de processos para o Gabinete, verificar se não resta nenhuma atividade a ser desempenhada pelo Cartório ou determinação que possa ser realizada mediante simples ato ordinatório;
- 4) Verificar periodicamente os processos suspensos, certificando nos autos se persiste o motivo que ensejou a suspensão e, se for o caso, abrindo vistas à parte interessada para manifestação;
- 5) Aos Oficiais de Justiça, prestar relatório mensal, justificando especificadamente o porquê do excesso de prazo no cumprimento dos mandados, quando for o caso, e regularizar até o fim do mês corrente a situação dos mandados em atraso.
- 6) Acompanhar o acervo da vara, através de relatórios estatísticos, para que se possa verificar atentamente como está sua evolução.

#### **6.14.11. Considerações finais**

Por ocasião da visita à Subseção de Patos, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação da 14ª Vara Federal, pois a casa em que situada a referida unidade não foi construída para abrigar órgão público.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho;
4. Demora no cumprimento de despacho/decisão.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 14ª Vara Federal funciona de modo razoável.

## **6.15. 15ª VARA FEDERAL -JUIZADO ESPECIAL FEDERAL - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUZA/PB**

### **6.15.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 15ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e instalada pela Resolução nº 25/2013 - TRF5, funcionando, atualmente, na Rua Francisco Vieira da Costa, nº 20, Bairro Maria Rachel, Sousa - PB.

Dentro de sua jurisdição, a 15ª Vara Federal detém competência de Juizado Especial Federal.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### **6.15.2. Corpo funcional - juiz federal e servidores**

A 15ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 01 magistrado, Titular; b) 17 servidores efetivos, sendo: 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 01 analista judiciário - área de execução de mandados, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte c) 01 servidor requisitado.

#### **6.15.2.1. Juiz Federal Titular**

O Juiz Federal Titular da 15ª Vara, Dr. Thiago Batista de Ataíde, exerce a

magistratura desde 05/09/2013, atuando na 15ª Vara Federal desde 09/05/2016.

Na Direção do Foro da Subseção Judiciária de Sousa, desde 14/09/2016 (Atos nº 372/2016, de 14/09/2016 e nº 83/2017, de 21/02/2017).

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

Férias:

-16/06/2016 a 02/07/2016 (17 dias)

-08/09/2016 a 20/09/2016 (13 dias)

-13/03/2017 a 11/04/2017 (30 dias)

-17/07/2017 a 15/08/2017 (30 dias)

-08/01/2018 a 21/01/2018 (14 dias)

Licenças:

-03/07/2016 a 22/07/2016 (licença-paternidade - 20 dias)

Período total de afastamento: 124 (cento e vinte e quatro) dias

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses:

-22/09/2016 a 23/09/2016 (designado para a 8ª Vara Federal - férias do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

-25/09/2017 a 06/2017 (designado para a 8ª Vara Federal - férias do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

Outras substituições:

-08/08/2016 a 06/09/2016 (designado para a 8ª Vara Federal - remoção do Juiz Federal Rafael Chalegre do Rêgo Barros)

-25/08/2016 a 07/09/2016 (designado para a 8ª Vara Federal - trânsito do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

-14/10/2016 (designado para a 8ª Vara Federal - compensação de plantão forense do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

-12/11/2016 a 15/11/2016 (designado para a 8ª Vara Federal - afastamento para participação em evento do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

-06/05/2017 a 13/05/2017 (designado para a 8ª Vara Federal - licença para casamento do Juiz Federal Marcos Antônio Mendes de Araújo Filho)

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da Subseção Judiciária.

#### **6.15.2.2. Servidores**

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 15ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

NOME	CARGO EFETIVO	OCUPA FC OU CJ? QUAL?	GRAU DE INSTRUÇÃO	ÁREA DE FORMAÇÃO
ALÉSSIO ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA	Analista Judiciário - Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR COMPLETO  Pós-graduação <i>latu sensu</i>	ADMINISTRAÇÃO GRADUAÇÃO EM ANDAMENTO EM DIREITO  Gestão Pública Direito Administrativo
ANGELA CARLOS ABRANTES DA SILVA	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Federal	SUPERIOR COMPLETO  Pós-graduação <i>latu sensu</i>	DIREITO  Direito Constitucional e Processual Civil
BIANCA SILVEIRA DE OLIVEIRA	Técnica Judiciária - Área Administrativa	NÃO	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
BRENO FELIPE ROCHA FREIRE	Analista Judiciário- Área Judiciária	FC-04 Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Federal	SUPERIOR COMPLETO  Pós-graduação <i>latu sensu</i>	DIREITO  Direito Processual Civil
DARLAN ALVES DO NASCIMENTO	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-05 Supervisor da Seção de Apoio Administrativo do Gabinete do Juiz Federal Diretor do Foro da Subseção Judiciária de Sousa	MESTRADO	MÚSICA  GRADUAÇÃO EM ANDAMENTO EM DIREITO
GUSTAVO ITUASU SARMENTO NETO	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-05 Supervisor da Seção de Cumprimento e Expedição	SUPERIOR COMPLETO  Pós-graduação <i>latu sensu</i>	DIREITO  Direito Penal
HERMANNE ALBUQUERQUE DOS SANTOS COELHO	Analista Judiciário- Área Judiciária	FC-04 Supervisor-assistente do Gabinete do Juiz Federal Substituto	SUPERIOR COMPLETO  Pós-graduação <i>latu sensu</i>	DIREITO  Ordem Jurídica, Ministério Público e Cidadania

HUELITON FONTES DE ALMEIDA	Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	FC-04 Supervisor-assistente do setor de Controle de Perícias	SUPERIOR COMPLETO	MATEMÁTICA
IRAPUAM PRAXEDES DOS SANTOS	Técnico Judiciário - Área Administrativa (Especialidade Segurança e Transporte)	NÃO	SUPERIOR COMPLETO Pós-graduação latu sensu	DIREITO Direito Processual Civil
JÉSSICA LINO FERNANDES	Técnica Judiciária - Área Administrativa	FC-04 Supervisor-assistente do Setor de Análise e Triagem Inicial	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
JOSÉ PAULO FRANCELINO DE SOUZA	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-05 Supervisor da Seção de Análise e Andamento Processual	SUPERIOR COMPLETO Pós-graduação latu sensu	DIREITO Direito Constitucional Direito Penal e Processual Penal
LÍDIA VILARIM MARTINS FREIRE	Analista Judiciária - Área Judiciária	FC-04 Supervisor-assistente do setor de Agendamento e Controle de Audiências	SUPERIOR COMPLETO Pós-graduação latu sensu	DIREITO Direito Processual Civil
MARCELO TABOSA DE CASTRO	Técnico Judiciário - Área Administrativa	NÃO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	-
NILTON CÉZAR DA COSTA FERREIRA	Técnico Judiciário - Área Administrativa	FC-02 Auxiliar especializado do Gabinete do Diretor de Secretaria	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO
RAPHAEL KENNEDY SILVA	Analista Judiciário- Área Judiciária	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Federal Substituto	SUPERIOR COMPLETO Pós-graduação latu sensu	DIREITO Direito Constitucional Direito Previdenciário
ROBÉRIO LEITE FILHO	Analista Judiciário - Área Judiciária (Especialidade Oficial de Justiça Avaliador	NÃO	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO

	Federal)			
VINICIUS DE SOUSA CABRAL	Técnico Judiciário - Área Administrativa	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA	SUPERIOR COMPLETO	DIREITO

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 15ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Há um Servidor alocado na Seção de Apoio Administrativo, ocupando função comissionada correspondente.

Os oficiais de Justiça da 15ª Vara foram alocados na Central de Mandados da Subseção, criada pela Portaria 10/2016-GDF, publicada em 29/04/2016.

Há um Servidor requisitado, Vinicius de Sousa Cabral, técnico judiciário - área administrativa, requisitado da 9ª Vara Federal/SJPB, ocupante do cargo em comissão CJ-03 - Diretor de Secretaria da 15ª Vara/SJPB; Grau de escolaridade: Superior Completo (Graduação em Direito).

### 6.15.2.3. Estagiários

Há 02 vagas previstas para unidade, estando todas elas ocupadas. Atualmente, ambos exercem suas atividades no Gabinete e nas atividades de audiência da Secretaria, após período de treinamento nos demais setores.

### 6.15.3. Organização da 15ª Vara Federal

Dentre os servidores da 15ª Vara Federal do Ceará, 10 exercem suas atribuições na secretaria e 05 no gabinete.

Relação do número de processos com o número de servidores em atividade na Vara: 587,53 (8.813 processos divididos por 15 servidores, em 18/06/2018)\*.

\*Observação: em relação aos dados de acervo e distribuição, deve-se esclarecer que a 15ª Vara tem experimentado um aumento em sua distribuição, advindo de uma demanda repetitiva relativa ao seguro-desemprego de pescador artesanal do período controvertido de 2015/2016. Trata-se de demanda temporária, que teve tramitação célere desde o início das entradas, em 2016. Ao longo do ano de 2017, o acervo da 15ª Vara se manteve em torno de aproximadamente 5.000 processos. Em 2018, contudo, observou-se a intensificação dos ajuizamentos relativos à matéria: 1.000 processos em março/2018; 1.771 processos em abril/2018 e 1.435 processos em maio/2018 (dados do sistema Creta/PB).

#### 6.15.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores:

1) DIREÇÃO DE SECRETARIA: administração das rotinas da Vara Federal; acompanhamento e avaliação do andamento processual e da produtividade dos servidores; controle de frequência, afastamentos e substituições de servidores e estagiários; conferência de RPVs, alvarás e ofícios do magistrado e tratamento de problemas específicos em processos que lhes são remetidos pelos juízes federais ou pelos servidores da unidade. Servidor: Vinicius de Sousa Cabral

2) SEÇÃO DE ANÁLISE E ANDAMENTO PROCESSUAL:

a) SETOR DE ANÁLISE E TRIAGEM INICIAL: análise das petições iniciais e documentos que as instruem, determinação e acompanhamento de prazos para emenda; elaboração de minutas de atos judiciais próprios da fase inicial da relação processual. Servidores: Bianca Silveira de Oliveira, José Paulo Francelino de Souza e Marcelo Tabosa de Castro

b) SETOR DE CONTROLE DE PERÍCIAS: agendamento e acompanhamento da realização de perícias judiciais pelo sistema Creta/PB; suporte aos peritos em atividade na Vara Federal; análise da integridade e coesão lógica dos laudos periciais; elaboração de minutas de atos judiciais; controle de solicitação de pagamento de honorários periciais por meio do sistema AJG. Servidor: Hueliton Fontes de Almeida

c) SETOR DE AUDIÊNCIAS: agendamento e acompanhamento da realização de audiências pelo sistema Creta/PB; coordenação das atividades de conciliação; suporte ao magistrado durante a realização das audiências de instrução; elaboração de minutas de atos judiciais; presidência das comissões temporárias de Seleção de Conciliadores.

3) SEÇÃO DE CUMPRIMENTO E EXPEDIÇÃO: acompanhamento do cumprimento dos julgados; elaboração de cálculos e minutas de despachos e decisões próprios da fase de execução; expedição de RPVs, precatórios e alvarás de levantamento. Servidores: Aléssio Robson Ferreira de Oliveira; Gustavo Ituasú Sarmiento Neto e Nilton César da Costa Ferreira.

Observação: o atendimento ao público, presencial ou eletrônico, e a elaboração de relatórios para audiências de instrução são atribuições comuns dos servidores da secretaria, de acordo com divisão interna. Quando necessário, os serventuários também realizam atividades de forma conjunta para solucionar problemas de setores específicos (ex: realização de análise inicial em períodos de alta distribuição, auxílio a comissões de seleção de conciliadores e estagiários não remunerados, organização de mutirões de audiência de instrução e das Semanas Nacional de Conciliação, etc.).

O acervo de processos da 15ª Vara é inteiramente eletrônico e o sistema Creta/PB, adotado pela Justiça Federal da 5ª Região, organiza todas as pastas na ordem cronológica de chegada à fase judicial, com as devidas modificações automáticas quanto à prioridade em razão da idade das partes, pedidos de tutela antecipada e demais critérios impostos pela legislação processual civil; os

supervisores são orientados a realizar uma verificação contínua das pastas, de modo a corrigir eventuais inadequações, geradas, sobretudo, por equívocos dos usuários do sistema.

São utilizados os relatórios e boletins estatísticos gerados pelo sistema Creta/PB, sobretudo:

-Boletim Estatístico Tipo 01 - exibe as entradas e saídas de processos eletrônicos do acervo; verificação semanal e mensal;

-Boletim Estatístico Tipo 02 - exibe a quantidade de processos conclusos, com as frações devolvidas com sentença, convertidas em diligências ou pendentes; verificação mensal;

-Boletim Estatístico Tipo 03 - exibe as sentenças proferidas no mês de referência, divididas por Tipo, de acordo com a Resolução nº 535, de 18 de dezembro de 2006, do Conselho da Justiça Federal; Verificação mensal;

-Mapa de Produtividade das Audiências: exibe a quantidade de audiências, divididas entre conciliações e instruções e, neste último caso, por magistrado que atuou na Vara no período de referência. Também apresenta a quantidade de acordos realizados;

-Relatório de Juízes Vitaliciandos: exibe os dados de acordos homologados e tempo entre conclusão e validação de sentenças para instrução do processo administrativo de vitaliciamento do Juiz Federal em auxílio à 15ª Vara;

Mensalmente os dados acima e outros extraídos do sistema são consolidados em um ou mais relatórios de tabelas e gráficos que demonstram a realidade da unidade jurisdicional. Problemas encontrados pelos magistrados e pela direção de secretaria são debatidos com os servidores de cada setor ou entre estes e os supervisores, de modo que a solução encontrada contemple a perspectiva de cada um dos envolvidos.

Também é realizado o acompanhamento dos atendimentos eletrônicos e do recebimento e resposta às correspondências do Malote Digital, com especial atenção às cartas precatórias emitidas e recebidas e às decisões urgentes da Turma Recursal e do TRF da 5ª Região.

#### **6.15.3.2. Gabinete do Juiz Federal**

Divisão do Gabinete entre processos do Juiz Federal Titular e do Juiz Federal Substituto e subdivisão interna por dígitos pares e ímpares. Os assessores são auxiliados por 02 (dois) estagiários no desempenho de suas atividades. Servidores: Angela Carlos Abrantes Silva, Breno Felipe Rocha Freire, Hermanne Albuquerque dos Santos Coelho, Jéssica Lino Fernandes e Raphael Kennedy e Silva;

#### **6.15.4. Participação do Juiz Federal em reuniões com a equipe da 15ª Vara Federal**

O Juiz Federal ministra reuniões gerais periódicas para orientar, definir metas e avaliar os resultados da Vara; ministra também reuniões setorizadas, conforme as necessidades e peculiaridades do Gabinete e dos setores da Secretaria.

#### **6.15.5. Planejamento das atividades da 15ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

Os supervisores de seção e setor, em conjunto com o diretor de secretaria, organizam suas atividades com base em metas diárias e semanais, de acordo com as atividades de suas áreas de atribuição, observando-se a organização apresentada em 6.15.3.1.

Os servidores trabalham com metas diárias, semanais e mensais, a depender da fase em que se encontram os feitos e da prioridade imposta pela legislação processual em casos específicos. Em situações de excesso de demanda, as metas são flexibilizadas, mas, em geral, procura-se respeitar o limite de 01 (um) dia para medidas urgentes e 15 (quinze) a 30 (trinta) dias para os demais casos.

As atividades são analisadas diariamente pela direção de secretaria, com solução imediata de atrasos. Deficiências continuadas são identificadas na avaliação mensal de resultados e trabalhadas em reuniões com os supervisores.

#### **6.15.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e no gabinete do Juiz Federal**

O atendimento é feito em espaço conjunto com a 8ª Vara/SJPB. Adota-se, a princípio, uma escala de revezamento semanal, com possibilidade de redirecionamento para servidores que atuam nos setores dos processos correspondentes; A Direção de Secretaria também se prontifica para o atendimento às partes, procuradores e fiscais da ordem jurídica para resolução de dúvidas e recebimento de críticas e sugestões.

Os Magistrados permanecem à disposição para ouvir partes, procuradores e membros do Ministério Público e Defensoria Pública, inclusive para agendamento de reuniões que viabilizem a otimização da tramitação dos feitos sob sua jurisdição. Os servidores e estagiários lotados no gabinete dos magistrados não realizam atendimento ao público.

#### **6.15.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação na Vara da competência dos Juizes Titular e Substituto: Juiz Titular: 4.514 processos; Juiz Substituto: 4.299 processos, com base em dados extraídos em 18/06/2018.

A relação processo/servidor é de 587,53 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (8.813) e o número de servidores em atuação na serventia (15), informados no formulário de gestão.

Na fase de conhecimento (exceto penal): Juiz Titular: 4.361 processos; Juiz Substituto: 4.155 processos, com base em dados extraídos em 18/06/2018.

Na fase de execução (cumprimento de sentença): Juiz Titular: 153 processos; Juiz Substituto: 144 processos, com base em dados extraídos em 18/06/2018. A 15ª Vara não possui em seu acervo execuções diversas de cumprimento de sentença.

A 15ª Vara/SJPB é um Juizado Especial Cível Federal sem competência para julgamento das ações de penais, improbidades administrativas e execuções penais.

Número de processos (excluídos os arquivados, suspensos e baixados) em tramitação na Vara há 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2.022 processos em 18/06/2016; Juiz Substituto: 2.201 processos em 18/06/2016.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise, atualmente (18/06/2018). Não há Juiz Substituto designado.

Número de processos sobrestados/suspensos: 322 (trezentos e vinte e dois) processos em 18/06/2018. Motivos: - Agravo recebido com efeito suspensivo na Turma Recursal: 303 (trezentos e três) processos; -Suspensão em razão do Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei 236/RS (2016/0296822-0): 19 (dezenove) processos.

A 15ª Vara tem acervo inteiramente eletrônico, não havendo, portanto, possibilidade de extravio de processos e, conseqüentemente, necessidade de restauração, tampouco remessa externa para outros órgãos.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 02 inspeções judiciais; Períodos: 06/03/2017 a 10/03/2017 e 12/03/2018 a 16/03/2018.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 2.460 (duas mil quatrocentas e sessenta) audiências em 18/06/2018. Juiz Substituto: 247 (duzentas e quarenta e sete) audiências realizadas pelo Juiz Federal Substituto Fernando Américo de Figueiredo Porto, durante sua lotação na unidade, entre agosto/2016 e novembro/2016. Observação: 665 (seiscentas e sessenta e cinco) audiências realizadas por juiz em auxílio, na titularidade e/ou mutirão de audiências.

De janeiro a maio de 2018, a 15ª Vara Federal/SJPB registrou a distribuição de 9.526 (nove mil quinhentos e vinte e seis) processos.

Nesse mesmo período, foram obtidas 424 (quatrocentas e vinte e quatro) conciliações em audiências de conciliação e instrução de julgamento e proferidas 174 (cento e setenta e quatro) sentenças de acordo sem audiência.

Tem-se, portanto, um percentual de 4,45% na proporção de processos conciliados em relação aos distribuídos (ou 6,27%, considerando os acordos firmados antes das audiências).

Importante ressaltar que, caso desconsiderada a já mencionada intensificação da distribuição de processos relativos ao seguro-desemprego de pescador artesanal do período 2015/2016, este índice se torna, proporcionalmente, ainda maior.

Foram realizadas atividades de conciliação nos últimos 24 meses: 424 (quatrocentas e vinte e quatro) conciliações em audiências de conciliação e instrução de julgamento.

Há registro de audiências adiadas ou canceladas nos últimos 24 meses: 588 cancelamentos e 23 remarcações. Motivos: em geral, é registrado o cancelamento das audiências com a ausência não justificada da parte autora, seguida de sentença de extinção do feito sem resolução do mérito.

Também ocorre o cancelamento após a aceitação de propostas de acordo nos autos em data anterior à da audiência agendada.

Em situações mais raras, é registrado o cancelamento quando a audiência deve ser adiada, mas ainda não há datas futuras já disponíveis para a remarcação.

Observa-se, ainda, que ocorre o cancelamento e imediata ciência às partes, das audiências designadas por equívoco e/ou após verificar-se que o feito pode ser julgado no estado em que se encontra.

Quantos às remarcações, estas são realizadas após ausência justificada, havendo datas já disponíveis para o setor de audiências.

Houve a remarcação das audiências adiadas ou canceladas, exceto quando se trata de ausência injustificada ou aferição de possibilidade de julgamento do feito no estado em que se encontra.

#### **6.15.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

##### **Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

De janeiro a maio de 2018, a 15ª Vara Federal/SJPB registrou a distribuição de 9.526 (nove mil quinhentos e vinte e seis) processos de conhecimento.

No mesmo período, foram julgados 6.105 (seis mil cento e cinco) processos.

A Direção da 15ª Vara acredita ter condições de possibilitar a tramitação e a apreciação dos processos distribuídos, em especial no que diz respeito à demanda repetitiva relativa ao seguro-desemprego de pescador artesanal do período controvertido de 2015/2016, de modo a recuperar o equilíbrio entre distribuição e julgamento de feitos, possibilitando o cumprimento da Meta 1 do CNJ.

##### **Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos**

**distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

A 15ª Vara registra 04 (quatro) processos distribuídos até 31/12/2015 ainda pendentes de julgamento. Em todos os casos, o feito chegou a ser concluso, mas foi convertido em diligência para citação de litisconsortes ou determinação de prestação de informações por pessoas jurídicas externas à lide, havendo dificuldades para localização do destinatário em ambos os casos. Com o esgotamento dos meios hábeis ao cumprimento das medidas e a efetivação de sua conclusão para decisão, independentemente do resultado, a Meta 02 deve ser integralmente alcançada nos próximos meses.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Meta cumprida.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não se aplica.

**Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

A 15ª Vara/SJPB é um Juizado Especial Cível Federal sem competência para julgamento das ações criminais.

**Identificar e julgar, até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014)**

A 15ª Vara/SJPB é um Juizado Especial Cível Federal sem competência para julgamento das ações penais.

**Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Não se aplica.

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015

Não se aplica.

#### 6.15.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 150 processos do JEF (Sistema Creta).

##### 6.15.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

###### 6.15.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
-Lapso temporal entre a remessa à Assessoria e a prolação de despacho/decisão/ato ordinatório	<a href="#">0502010-20.2017.4.05.8202</a>	Conclusos em 24/01/18, ato ordinatório em 22/05/18.
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal verificado entre a oposição de embargos de declaração e o seu julgamento	<a href="#">0504455-45.2016.4.05.8202</a>	De 01/03/2018 a 15/06/2018.
	<a href="#">0505598-69.2016.4.05.8202</a>	De 06/02/2018 a 29/05/2018.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
-Lapso temporal verificado entre a remessa à Assessoria e a prolação de sentença	<a href="#">0504809-70.2016.4.05.8202</a>	Concluso desde 20/02/18 e sem sentença até o momento.
	<a href="#">0502955-07.2017.4.05.8202</a>	De 19/10/17 a 06/03/18 - docs. 23 e 24.
<b>Total de Ocorrências: 2</b>		
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0502886-53.2009.4.05.8202</a>	Apenas fases internas desde 24/10/17.
	<a href="#">0502066-49.2014.4.05.8205</a>	Entre 10/10/2017 e 23/01/2018.
	<a href="#">0501466-66.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação do despacho (doc. 38) - do final do prazo consignado no ato ordinatório (doc. 37) a 24/01/18.
	<a href="#">0504962-06.2016.4.05.8202</a>	Entre 06/11/2016 e 09/02/2017; entre 06/07/2017 e 13/10/2017; 18/10/2017 e 22/01/2018.
	<a href="#">0505916-52.2016.4.05.8202</a>	04/07/17 a 30/01/18

	<a href="#">0509409-37.2016.4.05.8202</a>	Entre 15/02/2018 e 25/04/2018.
	<a href="#">0500653-05.2017.4.05.8202</a>	Entre 14/12/2017 e 08/03/2018.
	<a href="#">0500672-11.2017.4.05.8202</a>	Desde 10/04/2018.
	<a href="#">0500719-82.2017.4.05.8202</a>	Desde 09/03/2018.
	<a href="#">0501427-35.2017.4.05.8202</a>	Processo paralisado desde 13/12/17.
	<a href="#">0501605-81.2017.4.05.8202</a>	Desde 21/02/18 - doc. 23.
	<a href="#">0502486-58.2017.4.05.8202</a>	Entre 17/05/2017 e 14/07/2017; entre 13/10/2017 e 08/02/2018.
	<a href="#">0503259-06.2017.4.05.8202</a>	03/10/17 a 30/01/18
	<a href="#">0503556-13.2017.4.05.8202</a>	23/06/17 a 04/10/17
<b>Total de Ocorrências: 14</b>		
Outros	<a href="#">0501660-18.2006.4.05.8202</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0501878-12.2007.4.05.8202</a>	Ausência de mudança de classe do processo para execução.
	<a href="#">0500339-74.2008.4.05.8202</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0502066-49.2014.4.05.8205</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0506103-94.2015.4.05.8202</a>	Demora na prolação de decisão, de 28/10/2017 a 11/04/2018.
	<a href="#">0504992-41.2016.4.05.8202</a>	Ausência alteração classe processual.
	<a href="#">0505459-20.2016.4.05.8202</a>	Ausência de alteração da classe processual para execução
	<a href="#">0505766-71.2016.4.05.8202</a>	Demora na conclusão (juntada em 28/09/17, decurso de prazo em 07/02/18, conclusos em 06/04/18)
	<a href="#">0505866-26.2016.4.05.8202</a>	Ausência de alteração da classe processual (execução)
	<a href="#">0506799-96.2016.4.05.8202</a>	Demora para a designação de audiência de conciliação de 12/01/2017, já que desde 18/10/2016 se aguardava esta designação.
	<a href="#">0506997-36.2016.4.05.8202</a>	Demora para a prática do ato ordinatório de 08/11/2017, já que o feito se encontrava na secretaria desde 01/09/2017.
	<a href="#">0507915-40.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação da sentença (conclusos desde 06/03/18, ainda sem sentença assinada) fase interna fazendo referência a execução

		(elaboração de cálculos) sem ter havido sentença
	<a href="#">0509906-51.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de sentença, de 07/03/2018 a 11/06/2018.
	<a href="#">0500084-04.2017.4.05.8202</a>	Ausência de mudança de classe para execução.
	<a href="#">0500653-05.2017.4.05.8202</a>	Lapso temporal entre a data da decisão 02/05/2017 e seu cumprimento em 13/09/2017.
	<a href="#">0500655-72.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de despacho, de 14/12/2017 a 28/05/2018.
	<a href="#">0500767-41.2017.4.05.8202</a>	Demora para a prolação do despacho de 20/12/2017, já que a conclusão se deu em 10/10/2017.
	<a href="#">0500982-17.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação da sentença (conclusos em 17/10/17, sentença em 10/04/18).
	<a href="#">0501047-12.2017.4.05.8202</a>	Demora para a prolação da sentença de 08/05/2018, já que a conclusão se deu em 21/02/2018.
	<a href="#">0501093-98.2017.4.05.8202</a>	Demora na designação de perícia, de 17/08/2017 a 27/11/2017.
	<a href="#">0501332-05.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação da sentença (conclusos em 25/10/17, sentença em 10/04/18).
	<a href="#">0501983-37.2017.4.05.8202</a>	Demora para proferir sentença, desde 02/04/2018.
	<a href="#">0502010-20.2017.4.05.8202</a>	Demora na conclusão (decurso do prazo em 15/07/17, conclusos em 24/01/18).
<b>Total de Ocorrências: 23</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0501512-07.2006.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0501798-48.2007.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500316-31.2008.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0501516-73.2008.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0505149-24.2010.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500457-06.2015.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0504715-59.2015.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0501363-59.2016.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0502239-14.2016.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0503630-</a>	

<a href="#">04.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504303- 94.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504339- 39.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504655- 52.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504690- 12.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504776- 80.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504947- 37.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505366- 57.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505404- 69.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505638- 51.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505650- 65.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505698- 24.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505734- 66.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505838- 58.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505841- 13.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505896- 61.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505935- 58.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0505973- 70.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506066- 33.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506186- 76.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506208- 37.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506328- 80.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506574- 76.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506661- 32.2016.4.05.8202</a>	

<a href="#">0506873-53.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506876-08.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0506877-90.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0507001-73.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0507419-11.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0507512-71.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0507823-62.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0508728-67.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509062-04.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509754-03.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510100-51.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510185-37.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510194-96.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510390-66.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510525-78.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510792-50.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500010-47.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500063-28.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500103-10.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500119-61.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500244-29.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500254-73.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500394-10.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500441-</a>	

<a href="#">81.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500619- 30.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500700- 76.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500794- 24.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500855- 79.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500880- 92.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500962- 26.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501033- 28.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501156- 26.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501158- 93.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501172- 77.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501212- 59.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501288- 83.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501316- 51.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501356- 33.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501497- 52.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501537- 34.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501541- 71.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501542- 56.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501563- 32.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501565- 02.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501652- 55.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501773- 83.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501779- 90.2017.4.05.8202</a>	

<a href="#">0501792-89.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501844-85.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501862-09.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0501894-14.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502282-14.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502360-08.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502400-87.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502557-60.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502567-07.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502568-89.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502678-88.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502829-54.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503042-60.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503075-50.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503224-46.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503463-50.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503522-38.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503599-47.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0503618-53.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509820-46.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509880-19.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509896-70.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509925-23.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509967-</a>	

<a href="#">72.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510036-07.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510123-60.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500025-79.2018.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500198-06.2018.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500239-70.2018.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500251-84.2018.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500253-54.2018.4.05.8202</a>	
<b>Total de Ocorrências: 111</b>	

#### 6.15.10. Correição anterior e autoinspeção

Quanto às determinações constantes da Correição anterior, temos que:

1. *Demora na conclusão:* parte da demora, identificada pela Corregedoria, originou-se de uma longa lista de processos que aguardavam audiência de instrução e julgamento. Durante o ano de 2016, o juiz federal titular e o juiz federal substituto, lotado à época nesta unidade, realizaram audiências semanalmente, mantendo um índice de 176 (cento e setenta e seis) audiências por mês, número que persistiu, mesmo após a vacância do cargo de juiz federal substituto. Entre junho e julho de 2017, foi realizado um mutirão de audiências com a participação de 08 (oito) magistrados da SJPB, resultando no julgamento de quase 600 (seiscentos) processos paralisados há mais de 03 (três) meses. Além disso, a partir dessa época, estimularam-se as propostas de acordo em benefícios por incapacidade, além da participação ativa nas Semanas Nacionais de Conciliação, resultando em maior celeridade nas soluções dos litígios por meio da homologação das autocomposições obtidas. Os setores foram remanejados, com a lotação de mais 01 (um) servidor na Assessoria e a participação mais evidente dos estagiários nas atividades de elaboração de minutas.

Conforme consulta ao sistema Creta, verifica-se que o tempo médio entre distribuição e validação de sentenças se manteve entre 88 e 92 dias. Entretanto, considerando que houve um aumento substancial e crescente da distribuição nos últimos 24 meses, acreditamos que a resolução dos gargalos possibilitou um fluxo mais adequado ao Juizado, tornando possível a absorção do impacto no acervo, sem prejuízo aos jurisdicionados.

2. *Demora para realização de audiência:* conforme explicitado no item anterior, a realização do mutirão de audiências de instrução entre junho e julho de 2017, bem como a manutenção de um índice mensal de 176 audiências, possibilitou

a resolução do problema identificado pela Corregedoria. Atualmente, a espera mais antiga, para colheita da prova oral, data de abril de 2018.

3. *Delegação de ato de conteúdo jurisdicional (análise de pedido de dilação de prazo)*. Ato realizado por servidor, com base em determinação verbal do magistrado: os atos ordinatórios são proferidos pelos servidores, com base em uma lista de situações específicas, tratadas entre estes e o magistrado. Atualmente, trabalha-se com a concessão automática de novo prazo para emenda, após solicitação do advogado, prestigiando o princípio da primazia do julgamento de mérito, e novo prazo para juntada de procedimento administrativo pela Agência da Previdência Social responsável, independentemente de pedido. Em caso de recalcitrância no cumprimento das determinações, o processo é concluso para apreciação do magistrado.

4. *Demora no cumprimento de despacho*: conforme explicitado no item abaixo, verifica-se que a maioria das paralisações, inclusive no cumprimento de despachos, ocorre por remessa equivocada à pasta de destino, dando-se imediato cumprimento após identificação do equívoco. Em outras situações, houve demora no cumprimento integral de despachos com determinações específicas, especialmente a prestação de informações ou juntadas de documentos. A paralisação se deu por necessidade de contato telefônico e/ou eletrônico com os responsáveis e, frequentemente, pela espera de resposta a correspondências postais, medidas que resultaram infrutíferas. Nos demais casos, entretanto, observa-se a celeridade no cumprimento das determinações rotineiras, quais sejam, intimações, reagendamento de perícias e audiências, expedição de documentos, etc.

5. *Paralisação irregular em 14 dos processos correicionados*: as paralisações em feitos eletrônicos são analisadas, rotineiramente, na relação de processos sem movimentação, no painel geral do sistema eletrônico, pelos filtros de 45, 30 e 10 dias. Verifica-se que a maioria das paralisações ocorre, sobretudo, por dificuldade na correspondência de pessoas jurídicas externas ao feito ou por remessa a destino equivocado. Nesse último caso, é dado imediato impulso para a fase/cumprimento corretos.

6. *Sugestão de separação entre as salas de direção da 8ª e 15ª Vara*: atualmente, os diretores de secretaria das duas varas federais continuam a compartilhar a mesma sala, que é a mais próxima das duas secretarias, e facilita, para ambos, o contato com a maior parte dos servidores subordinados. Reuniões e *feedback* são realizados em outras salas, garantindo a privacidade necessária para os envolvidos.

Com base nos resultados da última autoinspeção, foram elencados os seguintes pontos de atenção dos servidores da 15ª Vara: intimação do MPF, em caso de interesse de incapaz, logo no início do processo; atenção à correção de cadastro das partes, especialmente as pessoas jurídicas e seus representantes; atenção aos prazos de espera por resposta de expedientes; respeito ao prazo de 30 (trinta) dias para elaboração de minutas, pela Assessoria; melhor sintonia entre os supervisores de setor, a fim de prevenir a continuidade de equívocos verificados; identificação de problemas de tramitação e impulso aos processos ajuizados até 31/12/2016.

Tais pontos estão sendo observados, e os problemas pretéritos estão sendo identificados e solucionados.

#### **6.15.11. Considerações finais**

A 15ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no proferimento de despacho.

É digno de registro que a unidade jurisdicional informou que tem experimentado um aumento em sua distribuição, advindo de uma demanda repetitiva relativa ao seguro-desemprego de pescador artesanal do período controvertido de 2015/2016.

Salientou, no formulário de gestão, que se trata de demanda temporária, a qual teve tramitação célere desde o início das entradas, em 2016, bem como que, ao longo de 2017, o acervo da 15ª Vara se manteve em torno de aproximadamente 5.000 processos. Em 2018, contudo, observou-se a intensificação dos ajuizamentos relativos à matéria: 1.000 processos em março/2018; 1.771 processos em abril/2018 e 1.435 processos em maio/2018 (dados do sistema Creta/PB), o que justificaria a grande quantidade de processos em tramitação na serventia.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a 15ª Vara Federal funciona de modo razoável.

### **6.16. 16ª VARA FEDERAL - JOÃO PESSOA/PB**

#### **6.16.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A 16ª Vara Federal da Paraíba foi criada pela Lei nº 12.011, de 4 de agosto de 2009, e instalada pela Resolução nº 102/2013 – CNJ e Resolução nº 11/2014 -TRF5, funcionando, atualmente, na Rua João Teixeira de Carvalho, 480 Pedro Gondim, João Pessoa – PB.

Dentro de sua jurisdição, a 16ª Vara Federal detém competência Penal.

A Vara apresentou instalações adequadas para todos, juízes federais, servidores, estagiários, terceirizados, membros do Ministério Público Federal, procuradores federais, defensores públicos federais, advogados e jurisdicionados.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

### 6.16.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores

A 16ª Vara Federal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 02 magistrados, 01 Titular e 01 Substituto; b) 16 servidores efetivos, sendo: 05 analistas judiciários - área judiciária, 01 analista judiciário - área administrativa, 08 técnicos judiciários - área administrativa e 02 técnicos judiciários - área de segurança e transporte c) 03 servidores requisitados.

#### 6.16.2.1. Juiz Federal Titular

O Juiz Federal Titular da 16ª Vara, Dr. Manuel Maia de Vasconcelos Neto, exerce a magistratura desde 15/08/2001, atuando na 16ª Vara Federal há 03 anos e 11 meses.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

DEMONSTRATIVO DE ATUAÇÃO E AFASTAMENTO DE JUIZ FEDERAL DE 1º GRAU		
PERÍODO: 28/05/16 A 28/05/18		
Período	Discriminação	Expediente
<b>JU66 - MANUEL MAIA DE VASCONCELOS NETO</b>		
16ª VARA - JOÃO PESSOA-PB		
JUIZ FEDERAL		
14/06/2016 13/07/2016	Ferias	PORT. 97/2016-CR
22/08/2016 04/11/2016	Afastamento p/compor o TRF	Ato nº 336/2016-GP
09/12/2016 19/12/2016	Ferias	PORT. 304/2016-CR
09/01/2017 15/01/2017	Ferias	PA 2452/2016 E PORT. 362/2016-CR
16/01/2017 14/02/2017	Afastamento p/compor o TRF	Ato nº 508/2016-GP
06/03/2017 04/04/2017	Afastamento p/compor o TRF	Ato nº 31/2017-GP
02/05/2017 18/05/2017	Ferias	PA 2452/2016 E PORT. 138/2017-CR
03/07/2017 23/07/2017	Ferias	PA 2452/2016 E PORT. 220/2017-CR
02/10/2017 05/10/2017	Afastamento p/participar de curso de especialização	PA 0009300-63.2017.4.05.7000
23/10/2017 28/10/2017	Ferias	PORT. 138 E 337/2017-CR
29/10/2017 31/10/2017	Afastamento p/ viagem a serviço	PA 0009903-39.2017.4.05.7000
01/11/2017 07/11/2017	Ferias	PORT. 337/2017-CR
11/12/2017 19/12/2017	Ferias	PORT. 220/2017-CR
10/05/2018 28/05/2018	Ferias	PA 0010091-32.2017.4.05.7000

Período total de afastamento: 09 meses e cinco dias

O Juiz Federal Titular reside na região metropolitana onde se situa a sede da

Seção Judiciária.

### 6.16.2.2. Juíza Federal Substituta

A Juíza Federal Substituta da 16ª Vara, Dra. Cristiane Mendonça Lage, exerce a magistratura desde 15/12/2004, atuando na 16ª Vara Federal há 03 anos e 02 meses.

Nos últimos 24 meses, a magistrada esteve afastada em razão de:

JU132 - CRISTIANE MENDONÇA LAGE				
16ª VARA - JOÃO PESSOA-PB				
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO				
13/03/2017	11/04/2017		Férias	PA.2452/2018
27/05/2017	03/06/2017	Afastamento por motivo de falecimento de pessoa da família		PA.0005056-09.2017.4.06.7000
21/09/2017	20/10/2017		Férias	PA.2452/2018
11/01/2018	22/01/2018		Férias	PA.0010091-32.2017.4.06.7000 E PORT. 27/2018-CR
27/01/2018	09/02/2018		Férias	PORT. 27/2018-CR
23/04/2018	28/04/2018		Férias	PORT. 27/2018-CR

Período total de afastamento: 03 (três) e 01 (um) dia.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 04/07/2016 a 13/07/2016 – Ato 387/2016-CR;

A Juíza Federal Substituta reside na região metropolitana onde se situa a sede da Seção Judiciária.

### 6.16.2.3. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na 16ª Vara Federal, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
------	---------------	-----------------------	-------------------	------------------

ACLECIO SANDRO DE OLIVEIRA	Técnico Judiciário Adm.	FC-04 Supervisor-assistente do Setor de Expedição de Documentos	Superior Completo	Direito
ANA FLÁVIA FALCÃO DE CARVALHO	Técnico Judiciário Adm.	FC-05 Supervisor da Seção de Execuções Penais	Superior Completo + Especialização em Direito Adm e Gestão Pública.	Direito
ANDRÉA ROSE LIMA CARNEIRO LEAL	Técnico Judiciário Adm.	FC-02 Auxiliar Especializado do Diretor de Secretaria	Superior Completo + Especialização em Processo Civil	Direito
ANTONIO DE AZEVEDO FÉLIX FILHO	Técnico Judiciário Adm.	FC-05 Supervisor de Seção - Procedimentos Criminais ref. Aos Crimes Contra o Sist. Financeiro e de Lavagem de Dinheiro.	Superior Completo em Sistemas de Telecomunicações;  Superior completo em Direito;  Pós-Graduação em Direito Administrativo e Gestão Pública	Direito
EMMANOEL ROCHA CARVALHO FILHO	Técnico Judiciário Adm.	FC-05 Supervisor da Seção de Acompanhamento de Inquéritos	Superior Completo	Direito
CARLOS HENRIQUE M. DE CARVALHO	Técnico Judiciário Adm.	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Substituto.	Superior Completo  Pós-Graduação em Processo Civil	Direito
RUI RICARDO DI PACE NUNES	Técnico Segurança e Transporte	FC-04 Supervisor-Assistente do Setor de Controle de Execuções Penais	Superior Completo  Especialização em Direito Penal	Direito

ZAQUEU DE MORAIS SILVA	Técnico Segurança e Transporte	NÃO	Superior Completo Pós Graduação em Direito Penal.	Direito
GLEIDSON ARAÚJO DE SOUSA	Técnico Segurança e Transporte	NÃO	Superior Completo	Direito
AMÉLIA AUGUSTA DA CRUZ FONSÊCA	Analista Judiciário Jud.	FC-05 Oficial de Gabinete do Juiz Titular.	Superior Completo Pós-Graduação Stricto Senso em Direito Empresarial e Civil	Direito
ANTONIO NETO DE MORAIS	Analista Judiciário Jud.	FC-04 Supervisor-assistente do Setor de Expedição de Documentos	Superior Completo	Direito
ANTONIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO	Analista Judiciário Jud.	FC-04 Supervisor-assistente de Gabinete do Juiz Titular	Superior Completo	Direito
PABLO RAONI VASCONCELOS DA SILVA MATOS	Analista Judiciário Jud.	FC-04 Supervisor-assistente de Gabinete do Juiz Substituto	Superior Completo Pós-graduação em Processo Civil.	Direito
GENILDA LELLYS NÓBREGA	Analista Judiciário (Adm)	NÃO	Superior Completo Especialização em Direito do Trabalho e Tecnologia de Alimento	Farmácia
PATRÍCIA DE HOLANDA CUNHA BARRETO	Analista Judiciário Jud.	FC-04 Supervisor-assistente do Setor de Publicação	Superior Completo Pós-graduação em Processo Civil	Direito
ROSSANA BRONZEADO CLETO DA SILVA	Analista Judiciário Jud.	NÃO	Superior Completo	Direito

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos 16ª Vara Federal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

Número de servidores requisitados (com vínculo com o serviço público):

Servidor Requisitado	Órgão de Origem	Grau de Instrução	Área de formação	Ocupa FC ou CJ? Qual?
----------------------	-----------------	-------------------	------------------	-----------------------

AILTON JOSÉ DE AQUINO BEZERRA	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	Superior Completo	Direito	CJ-03 Diretor de Secretaria
NEWTON DÊNIS DE OLIVEIRA CRUZ	Justiça Federal do Rio Grande do Norte	Superior Completo Pós- Graduação em Processo Penal	Direito	FC-05 Supervisor da Seção de Procedimentos Criminais
ANDRÉA DE CARVALHO PEDROZA	DEPEN- Departamento Penitenciário Nacional	Superior Incompleto	Direito	Não. Lotação provisória acompanhando cônjuge

À época da Correição, não havia de servidores afastados.

#### 6.16.2.4. Estagiários

Há 04 vagas remuneradas e 03 sem remuneração previstas para unidade, estando 03 remuneradas e 03 sem remuneração ocupadas. Quatro estagiários desempenham atividades na Secretaria, dentre as quais: minutar despachos, ordinatórios, expedientes, decisões, sentença e movimentação processual no sistema TEBAS; 01 (um) estagiário, após atuação na secretaria, realiza suas atividades no gabinete, movimentando processos no sistema TEBAS e minutando despachos, decisões e sentenças.

#### 6.16.3. Organização da 16ª Vara Federal

Dentre os servidores da 16ª Vara Federal do Ceará, 15 exercem suas atribuições na secretaria e 04 no gabinete.

O total ajustado de processos em tramitação nesta 16ª Vara/PB é de 1092 (Mil e noventa e dois) processos, dentre os quais 629 processos físicos e 463 processos virtuais, relatórios extraídos dos sistemas Tebas e PJE. Assim, 1092 processos (em tramitação ajustada) divididos por 19 servidores, importa na relação de 57,47 processos por servidor.

##### 6.16.3.1. Secretaria

A Secretaria da Vara é dividida nos seguintes setores especiais:

- a. Execução Penal;
- b. Réus presos e Operações;
- c. Cartas Precatórias/Rogatórias e Videoconferências;
- d. Controle de Audiências de Instrução.

Nos quatro setores indicados há um servidor específico, auxiliado por 04 (quatro) estagiários, responsável pela sua organização, bem como a distribuição das tarefas de juntada de documentos, controle dos prazos, cumprimentos, minutas de despachos e decisões e acompanhamento dos respectivos processos.

01 (um) Setor de Atendimento ao Público, cujas atividades respectivas estão distribuídas entre 12 servidores, em turnos diários de três horas, em escala semanal.

01 (um) Setor comum para Análise e conclusão, controle de prazos e cumprimento.

Os processos são distribuídos em estantes específicas, sendo que 12 (doze) servidores são escalados para realizar as tarefas estabelecidas, semanalmente.

Os processos prioritários são gravados com tarja vermelha (sigilo, réu presos e operações); tarja prata para processos com prescrição próxima; e processos com tarja preta que necessitam apenas das providências necessárias ao arquivamento/findo.

Todos os processos conclusos são submetidos a uma triagem para fins de identificar os prioritários e ordenar os demais por data de conclusão. Após, são guardados em estantes identificadas para os Juízes Titular e Substituto.

O controle e situação do acervo são feitos através dos relatórios disponibilizados nos sistemas de acompanhamento processual TEBAS e PJe.

#### **6.16.3.2. Gabinetes dos Juízes Federais**

Os processos estão organizados em estantes identificadas para o Juiz Titular e para o Juiz Substituto, separados de acordo com a conclusão (para decisão e para sentença). Os quatro assessores trabalham de forma comum para ambos os juízes, minutando despacho, decisões e sentenças, conforme disposto anteriormente.

#### **6.16.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da 16ª Vara Federal**

O contato direto e diário dos Juízes com os servidores tem se mostrado mais eficaz do que reuniões periódicas, as quais são realizadas também, de forma eventual com o objetivo de avaliar e implementar diretrizes e recomendações.

#### **6.16.5. Planejamento das atividades da 16ª Vara Federal e avaliação periódica de resultados**

Os servidores realizam suas atividades de acordo com o cronograma de tarefas que é feito semanalmente, intercalando-se nessas tarefas os processos em análise para conclusão (minutas de despachos, decisões e sentenças), o controle dos prazos e os cumprimentos das determinações.

As metas são estabelecidas semanalmente, com atividades específicas a

cumprir dentro da própria semana.

Os resultados são avaliados no primeiro dia da semana seguinte à de distribuição das tarefas. Caso não haja cumprimento por parte do servidor, o remanesce da sua meta será acumulado para cumprimento na meta seguinte.

#### **6.16.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria e nos gabinetes dos Juízes Federais**

O atendimento, em regra, é realizado pelos servidores escalados para atendimento ao público e, seguindo a ordem, pelo Diretor de Secretaria e pelos Juízes, quando solicitado pelos advogados, partes, DPU e MPF. No gabinete o atendimento é feito direta e exclusivamente pelos Juízes.

#### **6.16.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação na Vara (excluídos os feitos arquivados, suspensos e baixados): Juiz Titular: 568 processos; Juiz Substituto: 524 processos.

A relação processo/servidor é de 57,47 processos por servidor, tendo em vista a tramitação ajustada (1.092) e o número de servidores em atuação na serventia (19), informados no formulário de gestão

Na fase de conhecimento: Juiz Titular: 521 processos; Juiz Substituto: 478 processos.

Ações penais: Juiz Titular: 325 processos; Juiz Substituto: 308 processos.

Processos de execução penal: Juiz Titular: 47 processos; Juiz Substituto: 46 processos.

Número de processos (excluídos os arquivados, suspensos e baixados) em tramitação na Vara há 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de início da correição: Juiz titular: 785 processos; Juiz Substituto: 782 processos.

Não havia processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise, atualmente.

Número de processos sobrestado/suspensão: 75 (setenta e cinco). Motivos:

1. Transação Penal: 04 processos;

2. Suspensão Condicional do Processo: 37 processos;

Art. 366, do CPP: 29 processos;

Procedimento de Insanidade Mental: 01 processo;

Parcelamento de Crédito Tributário: 04 processos.

Não houve processos extraviados/ restaurados nos últimos 24 meses. Nem há processos da Vara com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

Número de audiências realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 208 audiências; Juiz Substituto: 373 audiências.

Número de inspeções judiciais realizadas nos últimos 24 meses, a contar da data de início da correição: Juiz Titular: 02; Juiz Substituto: 02.

Há registro 77 (setenta e sete) audiências adiadas ou canceladas de nos últimos 24 meses. Os principais motivos dizem respeito à impossibilidade de comparecimento dos réus e testemunhas, por motivo de saúde e viagem; não localização nos endereços e, também, em menor escala, por falha no cumprimento das diligências respectiva.

Houve a remarcação de 59 das audiências adiadas ou canceladas.

#### **6.16.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)**

Sem aplicação.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Sem aplicação.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Sem aplicação.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não. Informa a serventia que, em razão da instalação da 16ª Vara Federal ter ocorrido em 14/08/2014, com acervo inicial de 2.517 processos recebidos, por redistribuição, das 1ª, 2ª e 3ª Varas da Seção Judiciária da Paraíba, nas mais variadas fases processuais, somado ao fato de contar com o menor quadro de pessoal da SJPB, o cumprimento integral das metas do CNJ tem sido inviabilizado, não obstante compromisso de toda equipe.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Sem aplicação.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Sem aplicação.

#### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não. Informa a serventia que, em razão da instalação da 16ª Vara Federal ter ocorrido em 14/08/2014, com acervo inicial de 2.517 processos recebidos, por redistribuição, das 1ª, 2ª e 3ª Varas da Seção Judiciária da Paraíba, nas mais variadas fases processuais, somado ao fato de contar com o menor quadro de pessoal da SJPB, o cumprimento integral das metas do CNJ tem sido inviabilizado, não obstante compromisso de toda equipe.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015**

Não. Em razão da instalação desta 16ª Vara, em 14.08.2014, com acervo inicial de 2.517 processos recebidos, por redistribuição, das 1ª, 2ª e 3ª Varas desta Seção Judiciária, nas mais variadas fases processuais, somado ao fato de contarmos com o menor quadro de pessoal da SJPB, o cumprimento integral das metas do CNJ tem sido inviabilizado, não obstante compromisso de toda equipe para o seu fiel cumprimento.

#### **Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013**

Sem aplicação.

**Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões**

Sim.

### 6.16.9. Processos selecionados para correição

Foram selecionados para correição 27 processos físicos.

Quanto aos processos do Sistema PJe, foram selecionados 45 processos.

#### 6.16.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

##### 6.16.9.1.1. Processos físicos e eletrônicos

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DAS CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS E NÃO DEVOLVIDAS:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00016360920134058200	
<b>DEMORA NA COBRANÇA DE DEVOLUÇÃO DE AUTOS FORA DE CARTÓRIO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00000445620154058200	Recebido pela DPU em 05/02/18, devolvido em 17/05/18.
Criminal	00012200720144058200	Recebidos pela DPU em 13/03/18, devolvidos em 15/06/18.
<b>DEMORA NA CONCLUSÃO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00049428320134058200	De fl. 241 (mais de 30 dias - v. fl. 239).
<b>DEMORA NA JUNTADA DE EXPEDIENTE:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00019517120124058200	De 23/10/2017 a 06/02/2018.
Criminal	00028653320154058200	De 05/12/2017 a 08/03/2018.
<b>DEMORA NA PROLAÇÃO DE DECISÃO/ SENTENÇA:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00096550920104058200	Conclusos desde 11/04/18.
<b>DEMORA PARA CERTIFICAR O DECURSO DE PRAZO:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00037848520164058200	Citação em 22/02/17 (juntada em 03/03/17), certidão em 20/04/17.
<b>FEITO EM ORDEM:</b>		
TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	OBSERVAÇÃO
Criminal	00031736920154058200	
Criminal	00030241020144058200	
Criminal	00017684220084058200	
Criminal	00044099020144058200	
Criminal	00062018920084058200	
Criminal	00008072320164058200	
Criminal	00064905120104058200	
Criminal	00047822420144058200	
Criminal	00064910720084058200	
Criminal	00025731420164058200	
Criminal	00026286220164058200	
Criminal	00013753920164058200	
Criminal	00021558120134058200	
Criminal	00020232420134058200	

Criminal	00043596420144058200	
Criminal	00000044520134058200	
<b>OUTROS:</b>		
<b>TIPO DE AÇÃO</b>	<b>Nº DO PROCESSO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Criminal	00007842920064058200	Ausência de movimentação de 14/12/17 (certidão de publicação) a 12/04/18 (vista).
Criminal	00019517120124058200	Processo sem movimentação, de 06/02/2018 a 23/04/2018.
Criminal	00034635020164058200	Ausência de movimentação de 06/12/17 (certidão de intimação) a 30/04/18 (ato ordinatório)
<b>Outras Observações:</b>		
Processo: 00000044520134058200 Classe: Criminal - Fato: Exercício de 2003 Reativação mov. 05/05/16.		
Processo: 00007842920064058200 Classe: Criminal - Fato: 2003 a 2005.		
Processo: 00008072320164058200 Classe: Criminal - Data do fato: 08/04/08, 16/04/08.		
Processo: 00012200720144058200 Classe: Criminal - Meta 2 - Fato: 2005.		
Processo: 00013753920164058200 Classe: Criminal - Fato: 02/11 a 12/2011.		
Processo: 00031736920154058200 Classe: Criminal - Data do fato: 2001.		
Processo: 00034635020164058200 Classe: Criminal - Fato: entre setembro de 2012 a 11/02/13.		
Processo: 00049428320134058200 Classe: Criminal - Data do fato: 2005.		
Processo: 00062018920084058200 Classe: Criminal - Redistribuído em 15/08/2014.		
Processo: 00064905120104058200 Classe: Criminal - Data do fato: 2000 a 2005.		
Processo: 00096550920104058200 Classe: Criminal - Denúncia recebida nos autos do 0001919220094058200 - distribuição em 01/09/14.		

Número do Processo	Classe Judicial	Assunto	Último Evento	Polo Ativo	Polo Passivo	Correicionado
Ausência de cobrança da devolução de c precatória						
0805547-54.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	MARCILIO DIAS PEREIRA - 438.492.703-78	SIM
Demora para a conclusão						
0800259-28.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA-PB -	WALTER MORAIS MARTINS -	SIM
0802338-77.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEIDSON MAMEDE DA SILVA - 027.157.544-18	SIM
0805111-95.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Lapso sem movimentação processo na Secretaria						
0800259-28.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Corrupção Praticada por Prefeitos e Vereadores	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOUSA-PB -	WALTER MORAIS MARTINS -	SIM
0800388-33.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEX AMARAL LIMA DE SOUZA - 705.310.725-68	SIM

0800393-55.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LEANDRO PRUDENTE FERREIRA - 041.224.679-18	SIM
0800441-14.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BRUNO VILARIM PIMENTEL NOBRE ALENCAR e outro - 008.901.534-77	SIM
0800918-03.2018.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ESTEVAO DA PENHA SENA - null	SIM
0801110-67.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Da Poluição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PB (INATIVO) - 26.989.715/0020-75	LEANDRO MARQUES CORREIA - 055.573.104-95	SIM
0801154-52.2018.4.05.8200	PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E/OU TELEFÔNICO	Sigilo Telefônico	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SEM INDICIADO - null	SIM
0801680-19.2018.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Baixa Definitiva	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MIGUEL CIRIACO DA CRUZ - null	SIM
0801747-18.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DIAS GOUVEIA JUNIOR e outro - 051.690.724-73	SIM
0802338-77.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Prestação de Serviços à Comunidade	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	CLEIDSON MAMEDE DA SILVA - 027.157.544-18	SIM
0805017-84.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação Pecuniária	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805547-54.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	MARCILIO DIAS PEREIRA - 438.492.703-78	SIM
0806169-36.2017.4.05.8200	CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL	Competência da Justiça Federal	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	JORGE ALBERTO DIAS DE ALBUQUERQUE E OUTROS - null	SIM
0806308-85.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Expedição de expediente	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0806321-84.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VALDOMIRO SOBREIRA CORREIA JUNIOR - 674.633.124-53	SIM
0806408-40.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	CARLOS ANTONIO DUARTE - 113.740.204-00	SIM
0806570-35.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Roubo Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	JOSIVAN DA COSTA MOREIRA JÚNIOR - null	SIM
Lapso temporal para cumprimento despacho/decisão						
0800388-33.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALEX AMARAL LIMA DE SOUZA - 705.310.725-68	SIM
0800393-55.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Peculato	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	LEANDRO PRUDENTE FERREIRA - 041.224.679-18	SIM
0800441-14.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	BRUNO VILARIM PIMENTEL NOBRE ALENCAR e outro - 008.901.534-77	SIM
0801110-67.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Da Poluição	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PB (INATIVO) - 26.989.715/0020-75	LEANDRO MARQUES CORREIA - 055.573.104-95	SIM
0801221-17.2018.4.05.8200	RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS	Dano	Juntada de Petição	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA PARAIBA - 05.433.643/0001-42	SIM

0801747-18.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Contrabando ou descaminho	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	RAIMUNDO DIAS GOUVEIA JUNIOR e outro - 051.690.724-73	SIM
0805017-84.2016.4.05.8200	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação Pecuniária	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
Outros						
0800445-51.2017.4.05.8200	SEQÜESTRO	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VALERIA VILARIM PIMENTEL ALENCAR e outro - 343.180.034-34	SIM
PROCESSO EM ORDEM						
0800295-36.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Expedição de expediente	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	FERNANDO ROBERTO MARTINS NOBRE e outro - 224.777.188-27	SIM
0800376-82.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	ISMAEL DE FRANCA SANTOS e outro - 707.112.401-91	SIM
0800595-32.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Moeda Falsa / Assimilados	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	PEDRO HENRIQUE LIMA BATISTA - 093.264.404-00	SIM
0800714-56.2018.4.05.8200	EMBARGOS DE TERCEIRO	Liberação de Veículo Apreendido	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	JOCILVO DA SILVA e outro - 058.549.664-17	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	SIM
0800764-82.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DANIELA LOURENCO ALVITE DURAN e outro - 995.384.071-72	SIM
0801107-78.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso e outros	Juntada de Certidão de Intimação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	FELIPE JERONIMO DE LIMA e outro - 715.866.714-64	SIM
0801123-32.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	NIVANE MARIA LOPES CALADO e outros - 075.948.104-06	SIM
0801152-19.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Juntada de Certidão de Retificação de Autuação	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA PINTO VULGO ANDRÉ BALEADO -	SIM
0801386-98.2017.4.05.8200	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Crime contra a administração ambiental	Juntada de Certidão de decurso de prazo	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outros - 00.000.000/0002-91	JOAO BOSCO MEIRA FILGUEIRA - 048.527.374-87	SIM
0801479-27.2018.4.05.8200	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Furto	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	Sem indiciado (IPL nº 0420/2015) - null	SIM
0801546-89.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso e outros	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	DEBORA CRISTINA ALVES MONTEIRO - 038.605.461-47	SIM
0801754-73.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	ATAIDE BEZERRA E CIA LTDA - 08.697.211/0001-37	SIM
0801800-62.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Juntada de Certidão de Intimação	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	JOSE VALTER DE ANDRADE LIMA e outros - 148.039.844-68	SIM
0801945-21.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes da Lei de licitações	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outros - 00.375.114/0001-16	SIM
0802055-20.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Conclusos para decisão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	VICTOR HUGO PRESTES ROCHA e outros - 394.943.574-34	SIM
0803076-31.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crimes contra a Ordem Tributária	Juntada de Contestação	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	RITA DE CASSIA FEITOSA CUNHA e outro - 419.383.644-49	SIM
0803412-69.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crimes do Código Brasileiro de Telecomunicações	Expedição de expediente	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	JOSE LUIZ DOS SANTOS - 806.400.524-87	SIM

0803476-45.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Uso de documento falso	Expedição de expediente	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e outro - 03.636.198/0001-92	MARILIA ALBERNAZ PINHEIRO DE CARVALHO - 049.905.134-36	SIM
0803573-79.2017.4.05.8200	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Apropriação indébita Previdenciária	Baixa Definitiva	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - 33.621.384/0001-19	SIM
0803702-50.2018.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	ALUISIO BONAVIDES BARRROS e outros - 003.289.524-00	SIM
0805012-28.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Estelionato Majorado	Juntada de Certidão	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO e outro - 00.375.114/0001-16	SIM
0805126-64.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Crime contra a administração ambiental	Juntada de Certidão	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	EXTRACAO DE AREIA SAO MIGUEL LTDA - EPP e outro - 03.215.725/0001-95	SIM
0805147-40.2017.4.05.8200	PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (PIC-MP)	Crimes contra a Ordem Tributária	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	IPL 0411/2016 - sem indiciado - null	SIM
0806402-33.2017.4.05.8200	EXECUÇÃO DA PENA	Prestação de Serviços à Comunidade e outros	Inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - 03.636.198/0001-92	MARIA ALIETE CHAVES - 089.067.424-87	SIM
0808960-75.2017.4.05.8200	AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	Furto Qualificado	Juntada de Certidão	POLÍCIA FEDERAL DA PARAÍBA e outro - 00.000.000/0002-91	WILKSON FRANCISCO DA CRUZ BRITO e outros - 048.652.791-30	SIM

#### 6.16.10. Correição anterior e autoinspeção

Na correição anterior, foram constatadas ocorrências merecedoras de maior atenção por parte desta unidade:

1. Ausência de etiqueta de prescrição em processo criminal;
2. Ausência de sumário na contracapa com indicação das folhas dos atos processuais mais importantes (ações criminais e de improbidade);
3. Demora na conclusão;
4. Demora na prolação de decisão/sentença;
5. Inconsistência cronológica entre atos processuais;
6. Demora na designação de audiência;
7. Demora no cumprimento de determinação de inspeção;
8. Demora no cumprimento de despacho;
9. Demora para a prática de ato ordinatório;
10. Termo de retificação sem assinatura; e
11. Paralisação irregular em 48 dos processos correicionados.

A Unidade informa que vem sempre buscando cumprir as determinações desta Corregedoria, que convergem com os esforços envidados por toda equipe no sentido realizar uma prestação jurisdicional rápida e de qualidade.

Abaixo, excerto extraído da ata dos trabalhos da autoinspeção da serventia em comento:

(...)“Não obstante a grande maioria dos processos examinados encontrar-se em ordem, algumas irregularidades foram constatadas, tais como: a) processos paralisados há mais de 90 dias; b) demora na conclusão dos autos, seja para despacho, decisão ou sentença, c)

*demora na expedição de mandados, ofícios e cartas precatórias; d) demora da cobrança de devolução de cartas precatórias; e) demora na anexação de comprovante de Aviso de Recebimento de expedientes encaminhados via Correios; f) demora na cobrança aos oficiais de justiça de devolução dos expedientes; g) processos paralisados na Secretaria que, por erro, não foram incluídos na distribuição semanal das tarefas constantes de metas atribuídas aos servidores; h) demora na marcação das audiências de instrução e julgamento. Por cuidarem de irregularidades pontuais e sendo falhas cujo potencial não implicam, necessariamente, na adoção de medidas severas para a correção, nem se constatando erros ou abusos merecedores de punição – ao contrário, eis que o corpo funcional da vara, pelos significativos resultados positivos obtidos, tem se mostrado comprometido com as diretrizes traçadas, objetivando eficiência no desempenho das atividades cartorárias, bem como evitando reincidência na ocorrência de irregularidades, estes juízes, ainda no período de inspeção, determinaram à secretaria deste juízo as providências necessárias ao saneamento das irregularidades verificadas e recomendações no sentido de evitá-las doravante.”(...)*

Todas as recomendações acima estão sendo observadas e cumpridas.

#### **6.16.11. Considerações finais**

A 16ª Vara Federal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/sentença;
3. Demora no cumprimento de despacho/decisão.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório e pelas constatações realizadas *in loco* durante a correição, pode-se afirmar que a 16ª Vara Federal funciona de modo eficiente.

### **6.17. TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**

#### **6.17.1. Criação, competência, localização, estrutura física e horário de expediente**

A Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária da Paraíba foi instalada em 14/01/2002, em decorrência da promulgação da Lei nº 10.259/2001, com a designação de juízes federais que desempenhavam suas atribuições cumulativamente com o exercício da jurisdição na respectiva vara federal. Registre-se que a estrutura permanente das Turmas Recursais dos JEFs foi criada com o advento

da Lei nº 12.665/2012, sendo aquelas formadas, cada uma, por 3 juízes federais titulares dos cargos de juiz federal de Turmas Recursais e por 1 juiz federal suplente, nos termos do art. 2º da citada espécie legislativa. A instalação das Turmas Recursais dos JEFs da 5ª Região foi regulada pela Resolução nº 22/2012 - TRF5.

À Turma Recursal compete julgar os processos advindos de JEFs com recurso interposto contra a sentença. Nos termos do art. 41 da Lei nº 9.099/1995, o recurso será julgado por uma turma composta por 3 juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do JEF, devendo as partes estar obrigatoriamente representadas por advogado.

A estrutura da Turma Recursal conta com espaço físico, mobília e equipamentos de informática suficientes para o seu adequado funcionamento.

Conta com a seguinte composição:

1ª TURMA RECURSAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
1º Relator – Juiz Federal Rudival Gama do Nascimento	Juiz Federal João Pereira de Andrade Filho - Membro Suplente
2º Relator – Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga	Juiz Federal Rogério Roberto Gonçalves de Abreu - Membro Auxiliar
3º Relator – Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto - Presidente	

A Turma Recursal da SJPB funciona na rua João Teixeira de Carvalho, 480 Brisamar, João Pessoa – PB.

O horário de expediente da unidade é das 9h às 18h.

#### **6.17.2. Corpo funcional – juízes federais e servidores**

A Turma Recursal conta com o seguinte quadro de pessoal: a) 03 magistrados, 01 Presidente e Relator e 02 Relatores; b) 15 servidores efetivos, sendo: 07 analistas judiciários e 08 técnicos judiciários c) 03 servidores requisitados.

##### **6.17.2.1. Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria**

O Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria, Dr. Rudival Gama do Nascimento, exerce a magistratura desde 26/02/1999, atuando na TR desde 07/01/2013.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

1. Férias: 08/08/2016 a 14/08/2016 (7 dias); 16/01/2017 a 24/01/2017 (9 dias); 16/05/2017 a 14/06/2017 (1 mês); 17/05/2018 a 15/06/2018 (1

mês)

2. Outras: 15/06/2016 a 16/06/2016 - Afastamento sem prejuízo de jurisdição - ECG 10232.0380/2016.06 (2 dias); 26/06/2017 a 27/06/2017 - Afastamento sem prejuízo de jurisdição - PA 000543820174057000 (2 dias).

Período total de afastamento: 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias.

O Juiz Federal Titular da 1ª Relatoria reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

#### **6.17.2.2. Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria**

O Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria, Dr. Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, exerce a magistratura desde 26/03/2003, atuando na TR desde 07/01/2013.

Além da Turma Recursal, atuou também no Tribunal Regional Eleitoral, desde 04/09/2017, conforme Ofício 661/2017 do TRF-5ª Região e Termo de Posse em 04/06/2017; como Diretor do Núcleo Seccional da Escola da Magistratura, desde 04/2017, conforme Portaria 03/2017, de 03/04/2017 e na Comissão Examinadora do XIII Concurso Público para provimento de Cargos de Juiz Federal da 5ª Região, desde 26/02/2014 (Ato 113/2014) até 03/08/2016.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

1. Férias: 20/07/2016 a 14/08/2016 (Portaria 151 e 254/2016-CR; 17/10/2016 a 15/11/2016 (Portaria 294/2016-CR); 09/01/2017 a 12/01/2017 (PA 2452/2016); 14/03/2017 a 12/04/2017 (PA 2452/2016);
2. Afastamento para compensação de plantão: 19/10/2017 (PA 0009577-79.2017.4.05.7000)
3. Convocações: Substituição do Des. Rogério de Meneses Fialho Moreira, em razão de férias, no período de 21/06 a 10/08/2017, conforme Ato da Presidência 245/2017.

Período total de afastamento (em meses e dias): 04 meses e 25 dias.

Exercício da docência nos últimos 24 (vinte e quatro) meses (indicar instituições, dias da semana e horários): UNIPÊ (Centro Universitário de João Pessoa): segunda-feira, das 07:50 às 10:50 UNIFACISA (Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas): quarta-feira, das 08:00 às 10:40.

O Juiz Federal Titular da 2ª Relatoria reside na região metropolitana onde se situa a sede da Turma Recursal.

### **6.17.2.3. Juiz Federal Presidente e Titular da 3ª Relatoria**

O Juiz Federal Presidente e Titular da 3ª Relatoria da TR, Dr. Bianor Arruda Bezerra Neto, exerce a magistratura desde 18/08/2005, atuando na TR Vara Federal desde 31/03/2014.

Desde 07/01/2017, o magistrado titular atua também como Presidente da Turma Recursal.

Na Turma Regional de Uniformização - TRU (TITULAR), a partir do dia 07/01/2017; na Turma Nacional de Uniformização (Suplente), a partir do dia 26/09/2016, conforme Portaria n. CJF 2016/00322, de 19/09/2016.

Atuação como Juiz Diretor da Revista Parahyba Judiciária, desde agosto de 2014, conforme Portaria n. 108/GDF.

Nos últimos 24 meses, o magistrado esteve afastado, em razão de:

1. Férias: 17.04.2017 a 16.05.2017; 11.09.2017 a 10.10.2017; 17.04.2018 a 29.04.2018 e 01.05.2018 a 16.05.2018.

2. Licenças (especificar o tipo): 15.06.2016 a 20.07.2016 (afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento - PA n. 958/2016); 12.08.2016 a 20.09.2016 (afastamento para realizar curso de aperfeiçoamento - PA n. 958/2016); 19.10.2016 a 20.10.2016 (afastamento sem prejuízo de jurisdição - ECG. 10520.0668/2016-06; 14.12.2017 a 15.12.2017 (afastamento para compensação de plantão forense - PA n. 0009960-57.2017.4.05.7000).

3. Convocações: 30.04.2018 a 30.04.2018 (afastamento para participar de Sessão da Turma Regional de Uniformização/JEF - PA n. 0003342-62.2018.4.05.7000).

Período total de afastamento: 05 meses e 20 dias.

Períodos de substituição, em férias, de outro magistrado, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: 07/11/2016 a 07/11/2016 - Prestando auxílio na 13ª Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações (ATO 662/2016-CR); 14/11/2016 a 14/11/2016 - Prestando auxílio na 13ª Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações (ATO 662/2016-CR); 21/11/2016 a 21/11/2016 - Prestando auxílio na 13ª Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações (ATO 662/2016-CR); 28/11/2016 a 28/11/2016 - Prestando auxílio na 13ª Vara sem prejuízo da jurisdição originária e de outras designações (ATO 662/2016-CR).

O presidente da TR, Bianor Arruda Bezerra Neto, Magistrado Titular da Terceira Relatoria, é professor efetivo dos quadros da UEPB (t20), lecionando em uma ou duas turmas, cujos horários variam de acordo com o calendário letivo da Instituição.

O Juiz Federal Titular da 3ª Relatoria reside na região metropolitana onde se

situa a Turma Recursal.

#### 6.17.2.4. Servidores

Em relação às funções de confiança (FCs), aos cargos em comissão (CJs) e à formação acadêmica dos servidores ocupantes de cargos efetivos na TR, pode ser observado o seguinte quadro:

Nome	Cargo efetivo	Ocupa FC ou CJ? Qual?	Grau de Instrução	Área de formação
ANA CRISTINA ARAÚJO SOUZA LEITE	Analista Judiciário	Não	Superior	Direito
ANA KARLA TEOTÔNIO PALITOT	Analista Judiciário	FC-04	Superior	Direito
ANA HELENA NUNES NIGRO	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
ANTONIO DE QUEIROZ CAMPOS JUNIOR	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
BRUNO FRANÇA AMARO	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
BRUNO MELO DIAS DE ARAÚJO	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
DANIEL LORENZO DE ALMEIDA	Técnico Judiciário	FC-03	Superior	Engenharia Civil
DANIELLE CUNHA MARTINS MACHADO	Analista Judiciário	FC-04	Superior	Direito
ELTON BARROS TORQUATO	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
ERICK MAGALHÃES COSTA	Analista Judiciário	FC-06	Superior	Direito
FADUA FERNANDO TIMENY HAMAD	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
LUCIANA BRITO DE GOIS BORGES	Técnico Judiciário	FC-05	Superior	Direito
LUCIANA NÓBREGA GUIMARÃES	Analista Judiciário	FC-05	Superior	Direito
ANNA CAROLINA QUEIROGA LOPEZ MEIRA DE ARAÚJO	Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba	FC-04	Superior	Direito

LUANDA MARA GODINHO DE ARAÚJO	TRF-5ª REGIÃO Seção Judiciária de Pernambuco	FC-03	Superior	Direito
OTÁVIO CARDOSO JUNIOR	TRF- 5ª REGIÃO	FC-03	Nível Médio	-

Como se pode depreender, no tocante à formação acadêmica dos servidores efetivos Turma Recursal, verifica-se que há uma preocupação com a qualificação.

#### **6.17.2.5. Estagiários**

Há 08 vagas previstas para unidade, estando 06 delas ocupadas, sendo 02 do convênio com a UNIPÊ. Os estagiários atuam nas relatorias, auxiliando nas minutas de votos e de decisões, e, na Secretaria, no atendimento ao público e nas atividades de rotina (intimação, análise processual etc.).

#### **6.17.3. Organização da Turma Recursal**

Dentre os servidores da Turma Recursal, 02 exercem suas atribuições na Presidência e 04 na Secretaria.

Número de servidores por Relatoria:

1ª Relatoria: **04**

2ª Relatoria: **04**

3ª Relatoria: **04**

#### **6.17.3.1. Secretaria**

Em decorrência de o quadro de servidores ser bastante reduzido, a Turma Recursal conta com 03 servidores, um Diretor de Secretaria (FC-06) e 02 estagiários, não havendo divisão da Secretaria em setores. Há apenas a distribuição de atividades, que são as seguintes: análise inicial dos recursos e dos processos de competência originária; intimações; remessas de processos para a Turma Nacional de Uniformização, Supremo Tribunal Federal e Turma Regional de Uniformização; baixa de processos julgados para os Juizados Especiais Federais; confecção de pautas de julgamento e listas de sustentações orais; acompanhamento trimestral de processos sobrestados.

As atividades de rotina desempenhadas pela Secretaria pautam-se pelo manual desenvolvido pela equipe da TR, que contém um plano básico das atividades para cada fase processual, bem como as orientações levadas a efeito pelo Diretor da TR e pelo Presidente.

O controle é feito através de avaliação semanal do painel geral do sistema

Creta, observando-se cada fase e quantidade de processos, com a finalidade de obter a maior celeridade possível, levando em consideração a ordem cronológica e a duração razoável dos feitos.

As sessões de julgamento da Turma Recursal acontecem com frequência semanal.

São utilizados todos os relatórios utilizados pela unidade jurisdicional, obtidos por meio dos sistemas CRETA e TEBAS.

#### **6.17.4. Participação dos Juízes Federais em reuniões com a equipe da Turma Recursal**

As reuniões são realizadas tanto com o Diretor da TR quanto com os demais servidores da Secretaria, quando necessário. O Juiz Presidente comparece, periodicamente, à Secretaria, mantendo contato direto com os servidores.

#### **6.17.5. Planejamento das atividades da Turma Recursal, avaliação periódica de resultados e fixação de metas**

A meta é manter o controle do painel geral do sistema, monitorando-o em termos quantitativos e levando sempre em consideração as situações de urgência, a ordem cronológica e a duração razoável dos processos em tramitação, com destaque na verificação regular das petições pendentes e no monitoramento trimestral dos processos que se encontram sobrestados.

Essa avaliação é feita a cada semana, quando é verificado o painel geral do sistema Creta e observada cada fase e quantidade de processos.

#### **6.17.6. Atendimento aos membros do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, procuradores federais, advogados e partes na secretaria da Turma Recursal**

O atendimento é realizado pelos servidores, com auxílio dos estagiários, de forma presencial, das 09 às 18 horas. Também é disponibilizado atendimento telefônico, através do qual são repassadas as informações processuais específicas aos advogados (confirmação de data da sessão, eventual irregularidade suscitada pelo advogado etc.), e o atendimento através de envio de e-mail, que é encaminhado para a direção da Turma Recursal, sendo este último meio bastante utilizado, inclusive para agendamentos com os juízes membros da TR.

#### **6.17.7. Número de processos, relação servidor/processo, audiências de conciliação e de instrução e inspeções judiciais**

Número de processos em tramitação (total ajustado: excluídos os feitos

suspensos, arquivados e baixados), na Turma Recursal: 10.092 processos, com base nas informações extraídas em 19/06/2018 (constantes do formulário de gestão).

É válido registrar que, diante das divergências encontradas entre os dados relativos à tramitação ajustada da Turma Recursal e à tramitação ajustada das Relatorias, constantes do formulário de gestão, esta Corregedoria-Regional procedeu à consulta no sistema Creta, utilizando o mesmo período de referência (junho/2018), obtendo o seguinte resultado em relação à quantidade de processos em tramitação ajustada na TR: 10.402.

Número de processos de competência originária, atualmente, na Turma Recursal: 12.

Número de processos que se encontram atualmente aguardando julgamento pela Turma Recursal (processos oriundos do primeiro grau, conclusos para julgamento): 5.108 processos, dos quais:

3.018 - Processos na relatoria na fase audiência, significando que aguardam a inclusão em pauta/realização de sessão de julgamento, estando com os votos já elaborados;

1.696 - na fase pendente de julgamento, significando que aguardam a elaboração dos votos e inclusão em pauta de julgamento;

394- Processos na Presidência na fase audiência, significando que aguardam a inclusão em pauta/realização de sessão de julgamento.

Número de processos sobrestado/suspensos, atualmente, na Turma Recursal: são 10.871 processos sobrestados, com data base no dia 20/06/2018.

Motivos dos Sobrestamentos/suspensões: suspensos em razão de liminar em sede de reclamação; sobrestados em virtude de representativos da controvérsia remetidos, bem como de recursos especiais repetitivos ou recursos extraordinários com repercussão geral. São 08 processos suspensos (reclamação) e 10.863 sobrestados, aguardando o julgamento de processos múltiplos com fundamento em idêntica controvérsia.

Não há processos da Turma Recursal com pendência junto a outros setores da administração e/ou órgãos (Contadoria, MPF, AGU, FN) e com advogados.

No momento, não são realizadas tentativas de conciliação. Eventual acordo é analisado antes do julgamento do recurso ordinário.

### **ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 1ª RELATORIA**

De acordo com o painel geral do Sistema Creta, em 19/06/2018, tramitavam na TR/PB, sob a competência da 1ª Relatoria, 2.067 recursos, sendo:

- a) 434, na fase pendente de julgamento, significando que aguardam a elaboração dos votos e inclusão em pauta de julgamento;

- b) 1.367, na fase audiência, significando que aguardam a inclusão em pauta/realização de sessão de julgamento, estando com os votos já elaborados;
- c) 266, na fase baixa da turma recursal, significando que já foram julgados e aguardam decurso de prazos na Secretaria.

O número de processos de competência originária na 1ª Relatoria é de 04 ações, todas da classe Mandado de Segurança: 0500059-50.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 08/06/2018), 0500198-02.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 08/06/2018) e 0500210-16.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 07/06/2018) e 050022145.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 20/06/2018).

Número de processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 1ª Relatoria (destacados os motivos):

PARADIGMA	MATÉRIA	1ª RELATORIA
REsp. 1.614.874/SC	Recurso Especial manejado, com substrato nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTAEMA SC, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que manteve a indexação das contas vinculadas ao FGTS pela TR, obstando a incidência de outros índices, mesmo que, eventualmente, mais adequados à recomposição das perdas oriundas da inflação divulgada pelo Governo Federal.	1.048
RE 626.307 e RE 591.797	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I. Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos denominados Bresser e Verão.	1.034
PUIL 236	Versa sobre a condenação do INSS à implantação do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de aposentadoria por tempo de idade/contribuição.	24

RE 1.059.466	Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	03
RE 968.646	Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	02
REsp 1.657.156	Versa sobre a "obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados na Portaria 2.982/2009 do Ministério da Saúde (Programa de Medicamentos Excepcionais)".	03
Rcl 27830	Reclamação, com pedido de liminar, em face de decisão proferida pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, que reconheceu à magistrado, com fundamento na alegada simetria constitucional com membros do Ministério Público, o direito ao recebimento de ajuda de custo no valor do subsídio mensal vigente à época da nomeação em razão de mudança de domicílio decorrente de investidura no cargo de Juiz Federal Substituto.	01
Rcl 26758	Reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada contra decisão que, proferida pelo Juízo da 7ª Vara Federal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba.	01

Não havia pedidos urgentes pendentes de análise, em 19/06/2018.

Com relação à 1ª Relatoria, foram fixadas as seguintes metas: julgar semanalmente em torno de 150 (cento e cinquenta) processos; julgar, com prioridade, os processos conclusos no semestre anterior.

Proporção do número de processos (excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na Relatoria: 1.801 processos / 4 assessores: 450 processos/assessor.

É necessário pontuar que, diante das divergências encontradas entre os dados relativos à tramitação ajustada da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba e à tramitação ajustada da 1ª Relatoria, constantes do formulário de gestão, esta Corregedoria-Regional procedeu à consulta no sistema CRETA, utilizando o mesmo período de referência (junho/2018), obtendo o seguinte resultado: 3.510 processos / 4 servidores: 877,5 processos/servidor.

Número de processos distribuídos, julgados, arquivados e em tramitação nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: Distribuídos nos últimos 24 meses: 9.900, Julgados nos últimos 24 meses: 11.948, Arquivados nos últimos 24 meses: 378, Em tramitação em 19/06/2018: 2.184 processos.

## ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 2ª RELATORIA

De acordo com o painel geral do Sistema Creta, em 19/06/2018, tramitavam na TR/PB, sob a competência da 2ª Relatoria, 1.654 recursos, sendo:

- a) 677, na fase pendente de julgamento, significando que aguardam a elaboração dos votos e inclusão em pauta de julgamento;
- b) 623, na fase audiência, significando que aguardam a inclusão em pauta/realização de sessão de julgamento, estando com os votos já elaborados;
- c) 354, na fase baixa da turma recursal, significando que já foram julgados e aguardam decurso de prazos na Secretaria.

O número de processos de competência originária na 2ª Relatoria é de 02 ações, todas da classe Mandado de Segurança: 0500159-05.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 29/05/2018); 0500218-90.2018.4.05.9820 (julgado por decisão monocrática em 12/06/2018).

Número de processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 2ª Relatoria (destacados os motivos):

PARADIGMA	MATÉRIA	2ª RELATORIA
REsp 1614874	Recurso Especial manejado, com substrato nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTAEMA SC, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que manteve a indexação das contas vinculadas ao FGTS pela TR, obstando a incidência de outros índices, mesmo que, eventualmente, mais adequados à recomposição das perdas oriundas da inflação divulgada pelo Governo Federal.	971

RE 626.307 e RE 591.797	<p>Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I.</p> <p>Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos denominados Bresser e Verão.</p>	1.005
PUIL 236	Versa sobre a condenação do INSS à implantação do adicional de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor de aposentadoria por tempo de idade/contribuição.	18
Rcl 28095	Reclamação, com pedido de medida liminar, ajuizada contra decisão que, proferida pelo Juízo da 13ª Vara Federal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba.	01
Rcl 28356	Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, em face de decisão proferida pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, nos autos do Processo nº 0505062-64.2016.4.05.8200, que reconheceu à magistrada, com fundamento na alegada simetria constitucional com membros do Ministério Público, o direito à fruição de licença-prêmio por tempo de serviço pelo prazo de três meses a cada quinquênio ininterrupto de exercício, a partir da data de ingresso na magistratura federal.	01
Rcl 28419	Reclamação a qual se alega que a decisão do juízo da 13ª Vara Federal teria olvidado o teor do verbete vinculante nº 37 da Súmula do Supremo.	02
RE 1059466	Versa sobre licença-prêmio com base na simetria.	03
RE 968646	Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	06

0123505-30.2015.4.02.5167	Versa sobre a incidência ou não do Imposto de Renda – IRPF sobre o auxílio-almoço percebido pelos servidores da Petrobrás.	04
---------------------------	--	----

Não há processos conclusos com pedidos urgentes pendentes de análise.

Com base no número de processos distribuídos a cada mês para a Turma Recursal, são fixadas as metas semanais e mensais da Relatoria, sendo, a cada semana, em média, julgados 150 processos.

Fixou-se ainda, ao início do ano, a meta de priorização do julgamento dos recursos por antiguidade de conclusão, iniciando-se pelos conclusos no 1º bimestre de 2017, sendo que, a cada momento de alcance da meta estabelecida, fixou-se o bimestre imediatamente posterior, encontrando-se a 2ª Relatoria, à época, apenas com recursos, aguardando a elaboração da minuta do voto, que ingressaram na Turma Recursal a partir do segundo semestre de 2017 (setembro).

Proporção do número de processos (excluídos os feitos suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na Relatoria: 1.300 processos / 4 assessores: 325 processos/assessor.

É necessário pontuar que, diante das divergências encontradas entre os dados relativos à tramitação ajustada da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba e à tramitação ajustada da 2ª Relatoria, constantes do formulário de gestão, esta Corregedoria-Regional procedeu à consulta no sistema CRETA, utilizando o mesmo período de referência (junho/2018), obtendo o seguinte resultado: 3.208 processos / 4 servidores: 802 processos/servidor.

Não são realizadas atividades de conciliação em decorrência da logística, que se mostra infrutífera.

Número de processos distribuídos, julgados, arquivados e em tramitação nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: Distribuídos nos últimos 24 meses: 9.900, Julgados nos últimos 24 meses: 11.596, Arquivados nos últimos 24 meses: 278.

### **ATIVIDADE JURISDICIONAL DA 3ª RELATORIA**

De acordo com o painel geral do Sistema Creta, em 19/06/2018, tramitam na TR/PB, de competência da 3ª Relatoria, 1.979 recursos, sendo:

- a) 527 na fase pendente de julgamento, significando que aguardam a elaboração dos votos e inclusão em pauta de julgamento;
- b) 1058 na fase audiência, significando que aguardam a inclusão em pauta/realização de sessão de julgamento, estando com os votos já elaborados;

- c) 394 na fase baixa da turma recursal, significando que já foram julgados e aguardam decurso de prazos na Secretaria.

O número de processos de competência originária na 3ª Relatoria é de 06 ações, todas da classe Mandado de Segurança: 0500175-66.2012.4.05.9820 (julgado em 29/05/2018); 0500125-64.2017.4.05.9820 (julgado em 29/05/2018); 0500261-61.2017.4.05.9820 (aguardando inclusão em pauta); 0500152-13.2018.4.05.9820; 0500158-20.2018.4.05.9820; 0500202-39.2018.4.05.9820.

Número de processos sobrestados/suspensos, atualmente, na 3ª Relatoria (destacados os motivos):

PARADIGMA	MATÉRIA	3ª RELATORIA
Resp. 1.614.874/SC	Recurso Especial manejado, com substrato nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SINTAEMA SC, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que manteve a indexação das contas vinculadas	1.461
RE 626.307 e RE 591.797	Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se discute, à luz do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I. Agravo de instrumento interposto contra decisão que inadmitiu recurso extraordinário em que se	1.382

Não havia pedidos urgentes pendentes de análise, em 18/06/2018.

Com relação à 3ª relatoria, foram fixadas as seguintes metas: julgar semanalmente em torno de 150 (cento e cinquenta) processos; julgar, com prioridade, os processos conclusos no semestre anterior.

Proporção do número de processos (excluídos os suspensos, arquivados e baixados) com o número de servidores em atividade na Relatoria: 1.585 processos / 4 assessores: 396,25 processos/assessor.

É necessário pontuar que, diante das divergências encontradas entre os dados relativos à tramitação ajustada da Turma Recursal da Seção Judiciária da Paraíba e à tramitação ajustada da 3ª Relatoria, constantes do formulário de gestão, esta Corregedoria-Regional procedeu à consulta no sistema CRETA, utilizando o

mesmo período de referência (junho/2018), obtendo o seguinte resultado: 3.684 processos / 4 servidores: 921 processos/servidor.

Número de processos distribuídos, julgados, arquivados e em tramitação nos últimos 24 (vinte e quatro) meses: Distribuídos nos últimos 24 meses: 9.900, Julgados nos últimos 24 meses: 12.337; Arquivados nos últimos 24 meses: 260.

#### **6.17.8. Cumprimento de metas e resoluções do CNJ**

**Meta 1 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente):**

Sim.

**Meta 2 (Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais)**

Sim.

**Meta 3 (Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos)**

Não se aplica.

**Meta 4 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2015)**

Não se aplica.

**Meta 5 (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a dos casos novos de execução não fiscal no ano corrente)**

Não se aplica.

**Meta 6 (Identificar e julgar até 31/12/2018: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 1º e 2º graus)**

Não informado.

#### **Metas Específicas para a Justiça Federal**

**Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente**

Não se aplica.

**Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais**

vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2015

Não se aplica.

#### Acerca do cumprimento do Provimento CNJ nº 29/2013

Não se aplica.

Acerca do cumprimento das exigências previstas na Resolução CNJ nº 66/2009, com a redação introduzida pela Resolução CNJ nº 87/2009, e sobre a necessidade de inserção, no sistema informatizado, do Relatório de Controle de Prisões

Não se aplica.

#### 6.17.9. Processos selecionados para correição

Foram correicionados 200 processos do JEF (Sistema Creta).

##### 6.17.9.1 Principais constatações da análise individual de processos

###### 6.17.9.1.1. Processos eletrônicos do Sistema Creta

Da análise individual dos processos, pode-se destacar as seguintes ocorrências:

Observação	Nr. Processo	Complemento
-Lapso temporal verificado entre a distribuição e a prolação de despacho inicial / decisão liminar	<a href="#">0500468-94.2016.4.05.9820</a>	Distribuição em 09/01/17, decisão de recebimento do agravo em 16/08/17 (demora excessiva).
<b>Total de Ocorrências: 1</b>		
-Lapso temporal verificado sem movimentação do processo na Secretaria	<a href="#">0515748-18.2016.4.05.8200</a>	Entre 12/09/2017 e 01/03/2018.
	<a href="#">0515791-52.2016.4.05.8200</a>	Desde 27/02/2018.
	<a href="#">0515921-42.2016.4.05.8200</a>	Entre 27/10/2017 e 11/06/2018.
	<a href="#">0508149-25.2016.4.05.8201</a>	Entre 23/11/2017 e 20/02/2018.
	<a href="#">0508164-91.2016.4.05.8201</a>	Entre 31/08/2017 e 17/11/2017.
	<a href="#">0508222-94.2016.4.05.8201</a>	Entre 05/09/2017 e 18/01/2018.
	<a href="#">0510288-</a>	Entre 30/08/2017 e 22/02/2018.

	<a href="#">44.2016.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500298-92.2017.4.05.8202</a>	Entre 25/07/2017 e 09/01/2018.
	<a href="#">0500361-20.2017.4.05.8202</a>	Entre 18/08/2017 e 04/06/2018.
	<a href="#">0500018-18.2017.4.05.8204</a>	Entre 25/05/2017 e 05/02/2018.
<b>Total de Ocorrências: 10</b>		
Outros	<a href="#">0506489-96.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão (conclusos em 31/10/17, decisão em 08/05/18).
	<a href="#">0506490-81.2016.4.05.8200</a>	Conclusão em 14/08/2017 e despacho prolatado em 20/02/2018.
	<a href="#">0506493-36.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação do acórdão (conclusos em 08/06/17, acórdão em 22/09/17).
	<a href="#">0506494-21.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão (conclusão em 25/09/2017 e decisão em 08/05/2018).
	<a href="#">0506496-88.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 24/05/17, acórdão em 05/09/17).
	<a href="#">0506502-95.2016.4.05.8200</a>	Demora para prolação de decisão (conclusos desde 03/04/18).
	<a href="#">0506505-50.2016.4.05.8200</a>	Demora para o julgamento operado em 26/09/2017, já que a conclusão se deu em 15/05/2017. Demora, outrossim, para a prolação da decisão de 08/06/2018, já que a conclusão se deu em 15/01/2018.
	<a href="#">0506506-35.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão (entre 11/08/2017 e 18/12/2017).
	<a href="#">0506507-20.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 23/05/17, acórdão em 22/08/17).
	<a href="#">0506509-87.2016.4.05.8200</a>	Conclusão em 05/09/2017 e decisão prolatada em 12/12/2017.
	<a href="#">0506544-47.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 06/10/17, acórdão em 06/02/18).
	<a href="#">0506566-08.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão - 29/11/16 a 17/11/18.
	<a href="#">0506573-97.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão, desde 03.04.2018.
	<a href="#">0506575-67.2016.4.05.8200</a>	Concluso em 04/12/2017 e decisão proferida em 08/05/2018.
	<a href="#">0506578-22.2016.4.05.8200</a>	Demora para o julgamento operado em 26/09/2017, já que a conclusão se deu em 26/05/2017.
	<a href="#">0506581-74.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso para decisão desde 03/04/2018.
<a href="#">0506596-43.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão (conclusos desde 05/04/18 ainda sem decisão).	
	<a href="#">0506619-</a>	Demora excessiva na inclusão do processo em

<a href="#">86.2016.4.05.8200</a>	pauta (conclusão para julgamento em 29/06/2017 e inclusão em 20/03/2018).
<a href="#">0515572-39.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 13/03/18, ainda sem acórdão).
<a href="#">0515575-91.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 18/12/17, ainda sem acórdão - demora excessiva).
<a href="#">0515599-22.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação do acórdão (conclusos em 21/02/18, acórdão em 17/05/18).
<a href="#">0515626-05.2016.4.05.8200</a>	Demora para o julgamento do recurso, o que se aguarda desde 04/08/2017.
<a href="#">0515634-79.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 25/05/2017 e acórdão em 04/06/2018 - demora excessiva).
<a href="#">0515650-33.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 09/08/17, acórdão em 08/03/18).
<a href="#">0515679-83.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 17/10/17 - demora excessiva).
<a href="#">0515683-23.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 15/02/18, ainda sem acórdão).
<a href="#">0515726-57.2016.4.05.8200</a>	Demora no julgamento de recurso, desde 24/10/2017.
<a href="#">0515770-76.2016.4.05.8200</a>	Demora para prolação de acórdão (conclusos desde 25/10/17 - demora excessiva).
<a href="#">0515783-75.2016.4.05.8200</a>	Demora no julgamento do recurso, de 20/02/2018 a 17/05/2018.
<a href="#">0515788-97.2016.4.05.8200</a>	Concluso para julgamento desde 10/10/2017.
<a href="#">0515843-48.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusão em 06/12/2017 e acórdão em 30/04/2018).
<a href="#">0515856-47.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 18/12/17).
<a href="#">0515860-84.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação do acórdão (conclusos desde 14/03/18, ainda sem acórdão).
<a href="#">0515871-16.2016.4.05.8200</a>	Processo concluso para julgamento desde 22/11/2017.
<a href="#">0515874-68.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão - 25/01/18 a 16/04/18.
<a href="#">0515914-50.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão (conclusos em 16/02/18 ainda sem decisão).
<a href="#">0515936-11.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 19/02/18, acórdão em 17/05/18).
<a href="#">0515951-77.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 13/03/18).
<a href="#">0515959-54.2016.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 28/02/18).
<a href="#">0515972-</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos

<a href="#">53.2016.4.05.8200</a>	desde 18/02/18).
<a href="#">0503245-59.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de despacho/ato ordinatório (conclusos em 07/11/16, ato ordinatório retirando de pauta em 16/05/17 e despacho em 04/12/17).
<a href="#">0503248-14.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de decisão, desde 03/04/2018.
<a href="#">0503249-96.2016.4.05.8201</a>	Demora na inclusão do processo em pauta (conclusão para julgamento em 29/09/2016 e inclusão em 23/03/2017).
<a href="#">0503272-42.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de despacho/decisão (conclusão em 08/10/17, despacho em 26/01/18); Processo aguarda decisão desde 12/03/18.
<a href="#">0503273-27.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento operado em 30/10/2017, já que a conclusão se deu em 17/10/2016.
<a href="#">0503276-79.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão/despacho (conclusos em 29/09/16, retirado em 03/11/16, acórdão em 30/06/17); Conclusos em 13/08/17, despacho em 01/12/17.
<a href="#">0503277-64.2016.4.05.8201</a>	Autos conclusos em 11/08/2017 e acórdão prolatado em 10/11/2017.
<a href="#">0503286-26.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento (conclusão em 29/09/2016, retirada de pauta em 26/04/2017, acórdão em 30/06/17).
<a href="#">0503287-11.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão/despacho/decisão (conclusos em 27/09/16, acórdão em 30/06/17); Conclusos em 16/08/17, despacho em 01/12/17; Conclusos para decisão desde 03/04/18.
<a href="#">0503288-93.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão/decisão (conclusos em 25/10/16, acórdão em 22/03/17); Conclusos 08/08/17, decisão em 08/05/18.
<a href="#">0508157-02.2016.4.05.8201</a>	Lapso entre conclusão e retirada de pauta de 13/06/17 a 28/09/17 - concluso em 22/02/18 e incluído na pauta de 12/07/18.
<a href="#">0508194-29.2016.4.05.8201</a>	Concluso para decisão desde 13/03/2018.
<a href="#">0508195-14.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento do recurso, o que se aguarda desde 27/10/2017.
<a href="#">0508213-35.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento operado em 01/12/2017, já que a conclusão se deu em 13/07/2017.
<a href="#">0508227-</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos

<a href="#">19.2016.4.05.8201</a>	desde 08/06/17, ainda sem acórdão - demora excessiva).
<a href="#">0508247-10.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento (conclusos desde 12/05/2017 - demora excessiva).
<a href="#">0508284-37.2016.4.05.8201</a>	Processo concluso para decisão desde 05/04/2018.
<a href="#">0508285-22.2016.4.05.8201</a>	Demora para julgamento do recurso, desde 15/09/2017.
<a href="#">0508289-59.2016.4.05.8201</a>	Processo concluso para decisão desde 05/04/2018.
<a href="#">0508299-06.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 18/04/17, acórdão em 08/08/17); Conclusos em 20/09/17, acórdão em 10/04/18.
<a href="#">0508300-88.2016.4.05.8201</a>	Concluso para decisão desde 12/04/2018.
<a href="#">0508310-35.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 18/07/17, acórdão em 12/12/17); Aguardando decisão (pedido de uniformização) da Turma Recursal desde 01/03/18.
<a href="#">0508320-79.2016.4.05.8201</a>	Demora para o julgamento do recurso, o que se aguarda desde 28/09/2017.
<a href="#">0508324-19.2016.4.05.8201</a>	Demora na prolação de acórdão (entre 22/08/2017 e 12/12/2017).
<a href="#">0504051-91.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 16/02/17, acórdão em 25/08/17).
<a href="#">0504150-61.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 31/10/17 - demora excessiva).
<a href="#">0504166-15.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de decisão, desde 03/04/2018.
<a href="#">0504273-59.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 21/09/16, acórdão em 11/04/17) Conclusos em 31/05/17, acórdão em 05/09/17 Demora na prolação de decisão (conclusos desde 05/04/18).
<a href="#">0510431-33.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 21/08/17, acórdão em 16/02/18); Conclusos para decisão desde 23/03/18.
<a href="#">0510793-35.2016.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 13/10/17, acórdão em 23/02/18).
<a href="#">0500944-36.2016.4.05.8203</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 13/09/17, acórdão em 30/04/18 - demora excessiva).
<a href="#">0502215-80.2016.4.05.8203</a>	Processo concluso para julgamento desde 16/01/2018.
<a href="#">0501172-08.2016.4.05.8204</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 24/02/17, acórdão em 15/08/17);

	Conclusos para acórdão desde 06/10/17, ainda sem acórdão - demora excessiva.
<a href="#">0502803-84.2016.4.05.8204</a>	Demora na validação de decisão (entre 17/12/2017 e 15/03/2018).
<a href="#">0502812-46.2016.4.05.8204</a>	Demora no julgamento do recurso, de 14/08/2017 a 18/05/2018.
<a href="#">0502867-94.2016.4.05.8204</a>	Demora para o julgamento operado em 07/02/2018, já que a conclusão se deu em 09/08/2017.
<a href="#">0502881-78.2016.4.05.8204</a>	Demora na prolação de acórdão - 01/12/17 a 15/13/18.
<a href="#">0502722-35.2016.4.05.8205</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 27/10/17, acórdão em 11/05/18 - demora excessiva).
<a href="#">0502777-83.2016.4.05.8205</a>	Concluso para decisão desde 05/04/2018.
<a href="#">0500266-20.2016.4.05.9820</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 18/04/17, acórdão em 25/08/17).
<a href="#">0500268-87.2016.4.05.9820</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 15/09/16, acórdão em 26/04/17); Conclusos em 09/06/17, acórdão em 22/09/17
<a href="#">0500468-94.2016.4.05.9820</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 15/09/17, acórdão em 10/04/18).
<a href="#">0500097-09.2017.4.05.8200</a>	Processo concluso para julgamento desde 25/10/2017.
<a href="#">0500101-46.2017.4.05.8200</a>	Demora no julgamento do recurso, desde 25/05/2017.
<a href="#">0500165-56.2017.4.05.8200</a>	Concluso desde 27/02/18 e sem prolação de acórdão até o momento.
<a href="#">0500170-78.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de decisão, desde 29.12.2017.
<a href="#">0500246-05.2017.4.05.8200</a>	Demora na prolação de acórdão - 30/01/18 a 23/05/18.
<a href="#">0500002-73.2017.4.05.8201</a>	Demora no julgamento do recurso, de 09/08/2017 a 23/05/2018.
<a href="#">0500006-13.2017.4.05.8201</a>	Processo concluso para julgamento desde 15/09/2017.
<a href="#">0500042-55.2017.4.05.8201</a>	Demora na prolação de despacho (conclusos em 27/07/2017 e despacho em 27/04/2018).
<a href="#">0500041-67.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 28/06/17, ainda sem acórdão - demora excessiva).
<a href="#">0500377-71.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 14/09/17, acórdão em 23/04/18).
<a href="#">0500409-76.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 31/07/17, acórdão em 14/06/18 - demora excessiva).

	<a href="#">0500422-75.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 26/09/17, acórdão em 19/12/17).
	<a href="#">0509946-96.2017.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 07/02/18, acórdão em 09/05/18).
	<a href="#">0500031-20.2017.4.05.8203</a>	Demora na prolação de decisão, desde 07/03/2018.
	<a href="#">0500021-70.2017.4.05.8204</a>	Demora no julgamento de recurso, desde 07/02/2018.
	<a href="#">0500221-49.2018.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos em 07/02/18, ainda sem acórdão - indicação de pauta para 10/08/18).
	<a href="#">0500233-63.2018.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão - 07/02/18 a 09/05/18.
	<a href="#">0500235-33.2018.4.05.8202</a>	Demora na prolação de acórdão (conclusos desde 02/03/18).
<b>Total de Ocorrências: 100</b>		
Processo em Ordem	<a href="#">0506495-06.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506498-58.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506499-43.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506504-65.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506510-72.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506511-57.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506512-42.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506513-27.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506515-94.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506516-79.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506569-60.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506576-52.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506577-37.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506584-29.2016.4.05.8200</a>	
	<a href="#">0506599-95.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506660-</a>		

<a href="#">53.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506666- 60.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0506672- 67.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515557- 70.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515595- 82.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515613- 06.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515624- 35.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515660- 77.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515701- 44.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515716- 13.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515733- 49.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515759- 47.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0515922- 27.2016.4.05.8200</a>	
<a href="#">0503246- 44.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503247- 29.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503275- 94.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503281- 04.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0503285- 41.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508178- 75.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508282- 67.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508309- 50.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0508323- 34.2016.4.05.8201</a>	
<a href="#">0504158- 38.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0504164- 45.2016.4.05.8202</a>	

<a href="#">0510193-14.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510379-37.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510427-93.2016.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502862-72.2016.4.05.8204</a>	
<a href="#">0502725-87.2016.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500264-50.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500265-35.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500267-05.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500467-12.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500469-79.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500470-64.2016.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500012-23.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500052-05.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500065-04.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500092-84.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500107-53.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500113-60.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500124-89.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500134-36.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500154-27.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500203-68.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500205-38.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518447-45.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518519-</a>	

<a href="#">32.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0518579- 05.2017.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500071- 08.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0509327- 72.2017.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500301- 47.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500391- 55.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500408- 91.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500411- 46.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509942- 59.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509949- 51.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0509953- 88.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0510113- 16.2017.4.05.8202</a>	
<a href="#">0502850- 27.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0502875- 40.2017.4.05.8203</a>	
<a href="#">0500015- 60.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503062- 42.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0503102- 24.2017.4.05.8205</a>	
<a href="#">0500398- 43.2017.4.05.9820</a>	
<a href="#">0500033- 62.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500040- 54.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500131- 47.2018.4.05.8200</a>	
<a href="#">0500053- 50.2018.4.05.8201</a>	
<a href="#">0500163- 46.2018.4.05.8202</a>	
<a href="#">0500192- 96.2018.4.05.8202</a>	

	<a href="#">0500195-51.2018.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500224-04.2018.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500226-71.2018.4.05.8202</a>	
	<a href="#">0500231-93.2018.4.05.8202</a>	
		<b>Total de Ocorrências: 90</b>

#### **6.17.10. Correição anterior e autoinspeção**

Quanto à Turma Recursal, não constam determinações no Relatório da Correição anterior.

Após a última autoinspeção foram fixadas metas ou fins a serem perseguidos pelas Relatorias: julgar, mensalmente, pelo menos o número de recursos equivalente ao número de feitos distribuídos, e alcançar o julgamento de todos os recursos distribuídos nos processos que tratam de benefícios previdenciários no bimestre anterior e, quanto às demais matérias, no semestre anterior, sem descuidar das prioridades processuais legais e dos pedidos de urgência.

#### **6.17.11. Considerações finais**

A Turma Recursal conta com estrutura física e equipamentos adequados a seu funcionamento.

A partir da análise processual, foram observados alguns pontos que merecem maior atenção por parte da unidade, quais sejam:

1. Demora na conclusão;
2. Demora na prolação de decisão/acórdão.

Por fim, pelos demais dados apontados neste relatório durante a correição, pode-se afirmar que a Turma Recursal da SJPB funciona de modo adequado.

## **7. INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL NO TRF-5ª REGIÃO**

Em atendimento às recomendações a esta Corregedoria-Regional pelo Conselho da Justiça Federal na ocasião da Inspeção Ordinária no período de 15 a 18/08/2016, realizada neste TRF5, no sentido de sistematizar e organizar as informações obtidas nas correições para planejamento e análise da complexidade das situações das Varas Federais da Região, possibilitando o fornecimento das informações necessárias para dimensionamento da compatibilidade dos recursos humanos com o serviço e as necessidades de cada uma, apresentam-se, em anexo (Apêndice A), planilhas contendo as constatações verificadas durante a Correição Ordinária realizada na Seção Judiciária da Paraíba.

## **8. CONCLUSÃO**

Após a realização dos trabalhos correicionais, foi constatado um elevado grau de comprometimento do corpo de juízes federais e servidores da SJPB com os valores institucionais e com a busca de celeridade, presteza e segurança dos serviços jurisdicionais.

Nesse ponto, convém salientar que a distribuição racional de tarefas, a fixação de metas periódicas de produtividade e o controle efetivo dos prazos processuais constituem fatores essenciais para a efetividade dos serviços judiciários, motivo pelo qual devem ser considerados por todas as varas federais e pelas turmas recursais.

No tocante às instalações da Subseção de Patos, é digno de registro que, por ocasião da visita da equipe da Corregedoria à unidade, verificou-se a existência de dificuldade na acomodação da 14ª Vara Federal, pois a casa em que ela está situada não foi construída para abrigar órgão público.

Impende salientar, no que diz respeito à 15ª Vara Federal (Subseção de Sousa), que a unidade jurisdicional informou que tem experimentado um aumento em sua distribuição, advindo de uma demanda repetitiva relativa ao seguro-desemprego de pescador artesanal do período controvertido de 2015/2016.

Destacou-se, no formulário de gestão, que se trata de demanda temporária, a qual teve tramitação célere desde o início das entradas, em 2016, bem como que, ao longo de 2017, o acervo se manteve em torno de aproximadamente 5.000 processos. Em 2018, contudo, observou-se a intensificação dos ajuizamentos relativos à matéria: 1.000 processos em março/2018; 1.771 processos em abril/2018 e 1.435 processos em maio/2018 (dados do sistema Creta/PB), o que justificaria a grande quantidade de processos em tramitação na serventia.

No tocante à Turma Recursal, é válido registrar que, diante das divergências encontradas entre os dados relativos à sua tramitação ajustada e à tramitação ajustada das Relatorias, constantes do formulário de gestão, esta Corregedoria-Regional procedeu à consulta no sistema CRETA, utilizando o mesmo período de referência (junho/2018), obtendo o seguinte resultado em relação à quantidade de processos em efetiva tramitação na TR: 10.402.

Em atenção ao contido na Meta 5 do CNJ (Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente), registre-se que avulta de importância que seja observado pelas Varas de Juizado ou com JEF Adjunto que haja identificação no CRETA de quando o processo inicia a fase de execução, a fim de que não ocorram problemas na estatística alusiva à referida Meta.

Por fim, recomenda-se que todas as falhas apontadas no presente relatório sejam corrigidas pelas respectivas unidades/órgãos jurisdicionais, de maneira a evitar que haja o comprometimento da boa imagem de que a SJPB desfruta no cenário local e regional.

**Desembargador Federal PAULO MACHADO CORDEIRO**  
**Corregedor-Regional**